Diagnóstico Social Integrado

Pampilhosa da Serra

Diagnóstico Social
Carta Social Municipal
Plano de Desenvolvimento Social

REDE SOCIAL
Pampilhosa da Serra

PAMPILHOSA da SERRA
CENTRO DA NATUREZA

Título
Diagnóstico Social Integrado

Ano
2021

Aprovação CLAS
16 de dezembro de 2021

Promotor
Núcleo Executivo
Conselho Local de Ação Social de Pampilhosa da Serra|CLASPPS

Redação
Gabinete de Ação Social /Técnico Municipal Responsável dinamização da Rede Social
Divisão Sociocultural e Educativa do Município de Pampilhosa da Serra

Índice Geral

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO

Programas e Planos Regionais e Nacionais 9

1. Pilar Europeu dos Direitos Sociais..... .10
2. Agenda 2030- Objetivos Desenvolvimento Sustentável.....12
3. Portugal 2030- Portugal e a Política de Coesão 15
4. Programa Nacional Para a Coesão Territorial 18
5. Plano de Recuperação e Resiliência 24
6. Visão estratégica para a Região Centro 2030.....53
7. PRPI - Programa de Revitalização do Pinhal Interior: Presente e Futuro.....70
8. Programas EXPANDIR E DOT@AR.....74

Programas e Planos Locais 79

1. O programa "Rede Social" enquanto instrumento privilegiado de operacionalização dos objetivos nacionais integrados na Estratégia Europa 2030 80

   1.1. O Programa da Rede Social no Concelho de Pampilhosa da Serra 81

2. A Carta Social Municipal 82
3. Plano de Desenvolvimento Social- Plano Intervenção Social- 84

CAPITULO II

Metodologia de Trabalho.....86

CAPITULO III

I- Enquadramento Territorial e Indicadores Socioeconómico e Demográficos, Saúde e Educação do Município de Pampilhosa da Serra.....90

1. Enquadramento Supramunicipal.....90
   - 1.1 – Contexto Administrativo e dinâmicas institucionais 90
   - 1.2 – Localização e Acessibilidade Nacional e Regional.....94
2. Enquadramento Municipal: Estrutura Administrativa e Principais Características Físicas do Concelho 96

   2.1. Estrutura Fundiária 98
3. Ambiente, Turismo e Lazer.....100
4. Indicadores Demográficos 104
   - 4.1 – População Residente.....104
   - 4.2 – Envelhecimento e Dependência.....108

4.3 – Tipologia dos Alojamentos Familiares……112
4.4. Fatores geradores da dinâmica demográfica……115
4.5. Volume e características da população nos próximos anos……116
5.Indicadores Socioeconómicos……118
5.1. Indicadores Económicos……118
5.1. 1. Base económica local/ setores de atividade ……118
5.1.2. Nível de vida/ poder de compra(IPC)……119
5.1.3. Emprego/Desemprego……121
5.1.4. Pensionistas ……124
5.1.5. Beneficiários de Prestações Sociais……127
5.1.5.1. Rendimento Social Inserção……127
5.1.5.2. Complemento Solidário para Idosos……128
5.1.5.3. Prestações familiares……129
5.1.5.4. Prestações Desemprego……130
5.1.5.5. Prestação Social de Inclusão……131
5.1.6. Condições de Habitação ……133
5.1.6.1. Estratégia de Local de Habitação ……134
5.2. Indicadores de Educação……136
5.2.1. Grau de instrução da população……138
5.2.2. Oferta e procura da rede de ensino e formação……139
5.2.3. Recursos Socioeducativos……143
5.3. Saúde/Caracterização do ACES Pin- Organização, Funcionamento e Recursos ……157
5.3.1. População Inscrita……158
5.3.2. Estrutura orgânica e Funcional do ACES……159
5.3.3. Mapa de Recursos Humanos……161
5.3.4. Equipamentos de Saúde ……162
5.3.5. Mortalidade e morbilidade ……162
5.3.6.Indicadores de Atividade ACES PIN – Centro de Saúde……164
5.3.6.1 – Distribuição Consultas por Programas ACES PIN/Centro de Saúde de pampilhosa da Serra……164
5.3.6.1 - Saúde Escolar……165
5.3.6.3– Serviço de Psquiatria e de Psicologia ……166
5.3.7 – Impacto da Pandemia Sars Cov-2……168

6. Associativismo em Pampilhosa da Serra……169

II – Mecanismos de Combate à Pobreza e Exclusão Social ……171

1- Rede de Serviços e Equipamentos ……171

1.1. Caracterização Entidades gestoras do Concelho……173

1.2. Análise Global das Respostas Sociais……187

1.3. Análise Global das Respostas Sociais pro População-alvo……191

1.3.1. Respostas sociais dirigidas à Infância e Juventude……191

1.3.1.1. Creches……193

1.3.1.2. Estabelecimentos pré escolar……194

1.3.1.3. CATL……196

1.3.1.4. Centro de Acolhimento Temporário……198

1.3.2. Respostas dirigidas à População Adulta……199

1.3.2.1- Respostas dirigidas à População Idosa……201

1.3.2.1.1- Serviço de Apoio Domiciliário……204

1.3.2.1.2- Centro de Dia/Centro de Convívio……205

1.3.2.1.3 – Estrutura Residencial para Idosos ……207

1.3.2.2 – Respostas dirigidas à População Adulta Portadora de Deficiência/Dependência……209

1.3.2.2.1 – Pessoas em Situação de Dependência ……210

1.3.2.2.2 - Pessoas com Doença do Foro Mental/ Psiquiátrico……210

1.3.3. Respostas Dirigidas à família e Comunidade ……211

1.3.3.1. Atendimento/Acompanhamento Social……211

2. Outras Políticas, Programas e Medidas Sociais ……220

2.1 – População Adulta……220

2.1.1 – Pessoas Idosas ……220

2.1.1.1 – Programa Conversas de Avós……220

2.1.1.2. Projeto 100-Idade……222

2.1.1.3. Projeto CLDS 4 G (Eixos 2 e 3)……223

2.1.1.4. Projeto Encurtar Distâncias……226

2.1.2. Família e Comunidade ……227

2.1.2.1. PO APMC ……227

2.1.2.2. Banco Alimentar Contra a Fome ……230

2.1.2.3. Cantina Social……230

2.1.2.4. Gabinete de Apoio ao Emigrante.....231
2.1.2.5. Gabinete de Inserção Profissional 233
2.1.2.6. Plano Municipal da Igualdade.....234
2.1.2.7. Loja Social.....236
2.1.2.8. Programa de Apoio Social de Teleassistência 237
2.1.2.9. A Minha Primeira Ajuda.....237
3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.....239
4. Mecanismos de Intervenção Integrada 244
4.1 Atividades de Animação e Apoio à Família -AAF.....244
4.2 Atividades Extracurriculares -AEC.....244
4.3 Rede Nacional de Cuidados Continuados.....245
5.Outras Respostas na Comunidade 246
5.1. Pontos +.....246
5.2. Clínica de Fisioterapia 248
5.3. Associação Humanitária Bombeiros Voluntários.....248
5.4. Guarda Nacional Republicana.....250
CAPÍTULO IV
5. Síntese Diagnóstica 254
6. Análise SWOT.....256
6.1 Análise SWOT Ação Social 256
6.2 Análise SWOT IPSS.....257
6.3 Análise SWOT Educação.....258
6.4 Análise SWOT CPCJ 259
6.5 Análise SWOT Pontos +.....260
6.6 Análise SWOT Programas Comunitários.....261
CAPÍTULO V
Plano de Intervenção- Plano de Desenvolvimento Social 262
INDICE QUADROS.....264
INDICE FIGURAS/MAPAS E GRÁFICOS 265
BIBLIOGRAFIA.....267

CAPITULO I
Enquadramento

Considerando a importância de integrar os documentos de planeamento supraconcelhios e nacionais na leitura do diagnóstico social do concelho de Pampilhosa da Serra e na definição do Plano de Intervenção Social – Plano de Desenvolvimento Social que terá em consideração os problemas prioritários identificados no Diagnóstico Social e integrando medidas de planeamento nacionais e locais.

Nesta perspetiva, o presente documento contempla no CAPITULO I informação sobre programas e planos locais como o Plano Diretor Municipal, o Programa da Rede Social, a Carta Social Municipal e o Plano de Desenvolvimento Social e informação sobre programas e planos nacionais, essencialmente, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, Agenda 2030- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Portugal 2030, o Programa Nacional para a Coesão Territorial, o Plano de Recuperação e Resiliência e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No CAPITULO II, encontra-se descrita a metodologia de trabalho dinamizada.

No CAPITULO III, enquadra o ***Ponto I - Enquadramento territorial e indicadores socioeconómicos e demográficos, saúde e educação do Município de Pampilhosa da Serra,*** o **Ponto II, Mecanismos de Combate à Pobreza e Exclusão Social (Carta Social Municipal).**

No CAPITULO IV, é considerada uma Síntese Diagnóstica e no CAPITULO V, o Plano de Desenvolvimento Social.

Faz parte integrante deste documento as 8 Fichas Diagnosticas das Freguesias que serão disponibilizada, à parte, num ANEXO.

Programas e Planos Nacionais e Regionais

1. Pilar Europeu dos Direitos Sociais

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi **proclamado pelas três instituições da União** – Conselho, Comissão e Parlamento – na anterior Cimeira Social, em 2017, em Gotemburgo e é constituído por **20 princípios** orientadores da construção de uma **Europa social forte, justa, inclusiva e repleta de oportunidades** será executado através de um Plano de Ação que integra as METAS propostas para 2030.

Trata-se de um Plano pretende **sistematizar as ações a levar a cabo pela Comissão**, tendo em vista a efetiva implementação dos princípios do Pilar, como solicitado pelos líderes europeus na **Agenda Estratégica para 2019-2024**, acordada no Conselho Europeu de junho de 2019.

Para além das iniciativas da própria Comissão, o **Plano de Ação "encoraja" outros atores, nomeadamente os Estados-Membros**, a tomarem medidas nas suas áreas de competência.

O Plano de Ação propõe três metas a serem atingidas até 2030 ao nível europeu. Estas metas refletem a ambição comum da Comissão Europeia e dos Estados-Membros e atualizam metas que faziam já parte da Estratégia Europa 2020 e deverá ser revisto em 2025.

São elas:

1. Taxa de emprego de pelo menos 78% na União Europeia

Esta meta inclui três submetas:

1.1 - Reduzir em metade a diferença entre as taxas de emprego de homens e mulheres, por comparação com o valor de 2019

1.2 - Aumentar a disponibilidade de serviços de educação infantil (0-5 anos)

1. 3- Reduzir a taxa de jovens (15-29 anos) NEET *("not in employment, nor in education or training"*) de 12,6% em 2019 para 9% em 2030

2. Pelo menos 60% dos adultos devem participar anualmente em formação

Esta meta inclui duas submetas:

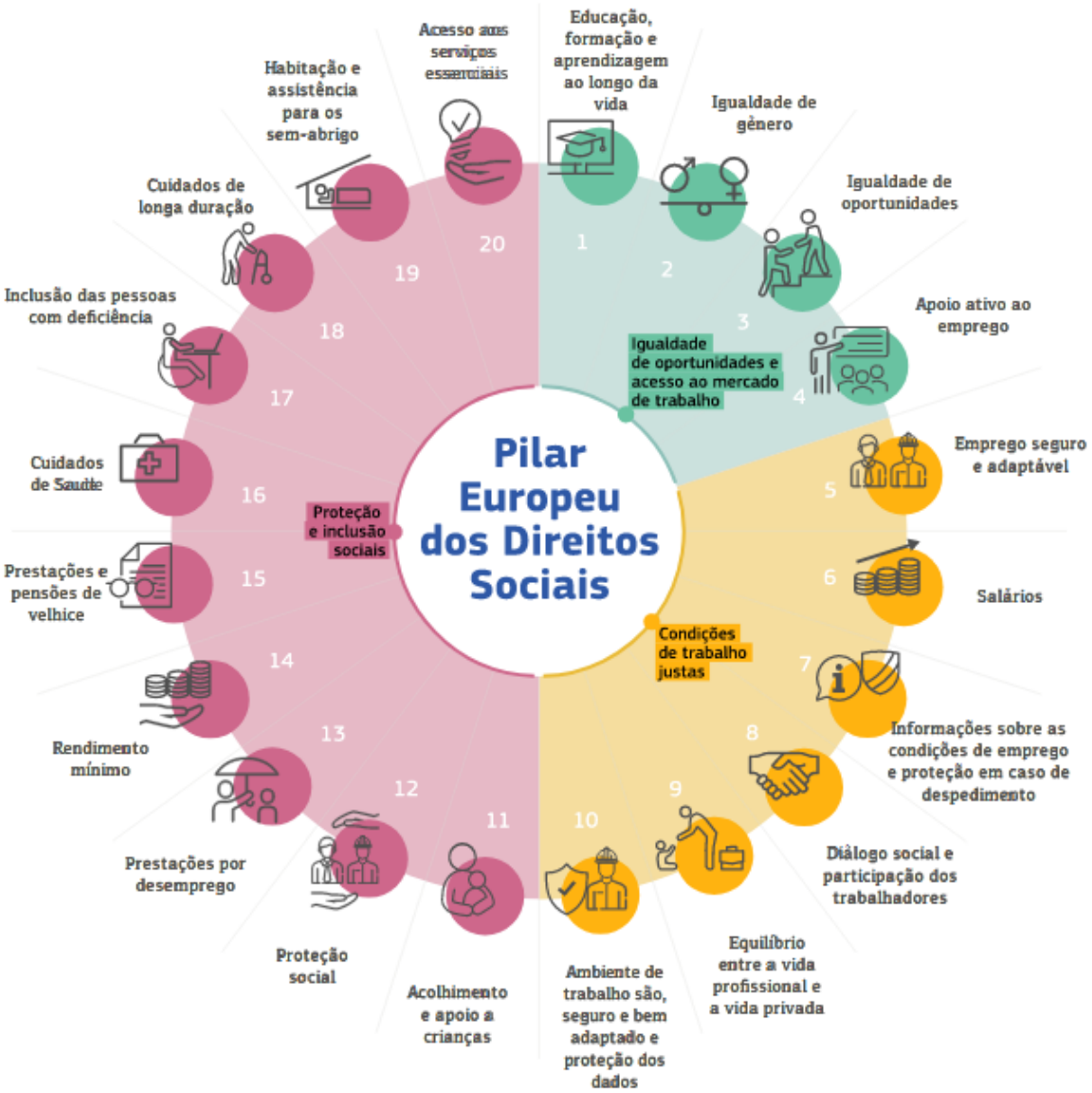
2.1- 80% dos adultos devem possuir competências digitais básicas

2.2- Combate ao abandono escolar

3. Redução do número de pessoas em risco de exclusão social ou de pobreza em pelo menos 15 milhões de pessoas, das quais 5 milhões de crianças

As medidas do Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais pretendem:

1. Criar "mais e melhores empregos"
2. Promover as "qualificações e a igualdade"
3. Melhorar a "proteção social e a inclusão"



Fonte: https://www.2021portugal.eu/pt/cimeira-social-do-porto/plano-de-acao-do-pilar-europeu-dos-direitos-sociais/

Figura n.º1 - 20 Princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Quanto aos princípios encontram-se elencados 20

1. Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida

2. Igualdade entre homens e mulheres

3. Igualdade de oportunidades

4. Apoio ativo ao emprego

5. Emprego seguro e adaptável

6. Salários

7. Informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento

8. Diálogo social e participação dos trabalhadores

9. Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada

10. Ambiente de trabalho são, seguro e bem adaptado e proteção de dados

11. Acolhimento e apoio a crianças

12. Proteção social

13. Prestações por desemprego

14. Rendimento mínimo

15. Prestações e pensões de velhice

16. Cuidados de saúde

17. Inclusão das pessoas com deficiência

18. Cuidados de longa duração

19. Habitação e assistência para os sem-abrigo

20. Acesso aos serviços essenciais

2. ODS- Objetivos Desenvolvimento Sustentável

O nosso planeta enfrenta enormes desafios económicos, sociais e ambientais.

Os ODS sucedem aos Objetivos do Milénio (ODM), alargando os desafios que devem ser abordados para erradicar a pobreza e abarcar um vasto leque de tópicos interrelacionados, nas dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015 (resolução A/RES/70/1), e define um conjunto de 17 objetivos

– os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - e de metas a ser alcançadas, por todos os países, até 2030.

Os 17 ODS abordam três grandes dimensões do desenvolvimento sustentável - social, económica e ambiental – e constituem um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade de forma a promover a paz, a sustentabilidade ambiental, a justiça e a igualdade.

A Agenda 2030 procura erradicar todas as formas de pobreza, combater desigualdades e as alterações climáticas, garantindo que ninguém fica pelo caminho.

A União Europeia (UE), em coordenação com os seus Estados Membros, procura apoiar a implementação da Agenda 2030 e lutar para o futuro sustentável para todos. A lista de indicadores ODS da UE está alinhada, de forma adequada, com a lista de indicadores globais da ONU, mas não é exatamente idêntica. Isto permite uma concentração na monitorização das políticas da UE e nos fenómenos especialmente relevantes no contexto europeu.

O que são os ODS?

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Quais são os ODS?

01 – Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

02 – Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

03 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

04 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

05 – Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

06 – Água limpa e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

07 – Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

08 – Trabalho decente e crescimento econômico promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

09 – Inovação infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

10 – Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

11 – Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12 – Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13 – Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

14 – Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15 – Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.

16 – Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17 – Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: https://www.ods.pt/

Figura n.º 2 - Objetivos Desenvolvimento Sustentável

3. Portugal 2030 – Portugal e a Política de Coesão

A visão da Estratégia Portugal 2030 e a definição das suas agendas temáticas está contemplada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020.

Apresentamos de uma forma resumida as principais áreas de atuação da estratégia Portugal 2030.

Portugal está assim confrontado com a necessidade de responder a um conjunto de novos desafios e tendências de transformação das economias e sociedades, nomeadamente o desafio demográfico, das desigualdades, da digitalização e das alterações climáticas.

A resposta aos bloqueios, aos novos desafios e aos impactos da pandemia global exige assim um novo ciclo de políticas estruturais, com uma ambição renovada, que promova a dupla transição – climática e digital – e, ao mesmo tempo, reforce a resiliência, a coesão e a competitividade da nossa economia, sociedade e território, e responda ao desafio demográfico, visando garantir a transformação estrutural necessária e a convergência dos níveis de vida dos cidadãos portugueses com os níveis médios verificados na UE.

É nesse contexto que é adotada a Estratégia Portugal 2030 como quadro de orientação geral para a definição e implementação das políticas públicas estruturais na próxima década.

Agenda Estratégica Portugal 2030	
As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	1.1 Sustentabilidade demográfica 1.2 Promoção da inclusão e luta contra a exclusão 1.3 Resiliência do sistema de saúde 1.4 Combate às desigualdades e à discriminação
Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento	2.1 Promoção da sociedade do conhecimento 2.2 Inovação empresarial 2.3 Qualificação dos recursos humanos 2.4 Qualificação das instituições
Transição climática e sustentabilidade dos recursos	3.1 Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética 3.2 Tornar a economia circular 3.3 Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais 3.4 Agricultura e florestas sustentáveis 3.5 Economia do mar sustentável
Um país competitivo externamente e coeso internamente	4.1 Competitividade das redes urbanas 4.2 Competitividade e coesão na baixa densidade 4.3 Projeção da faixa atlântica 4.4 Inserção territorial mercado ibérico

A estratégia Portugal 2030 assume-se assim como a base estratégica para documentos de natureza programática transversal, como são as Grandes Opções e o Programa Nacional de Reformas, bem como dos programas estratégicos de mobilização de fundos europeus (Acordo de Parceria PRR e o PEPAC) e os programas e planos setoriais que a venham a concretizar.

A Estratégia Portugal 2030 integra quatro agendas temáticas:

- Agenda temática 1 – As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Agenda temática 2 – Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- Agenda temática 3 – Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
- Agenda temática 4 – Um país competitivo externamente e coeso internamente.

No documento em anexo encontra-se um resumo alargado das principais agendas sendo que para uma análise mais completa aconselha-se a leitura da Resolução do Conselho de Ministros n.^{0} 98/2020.

4. Programa Nacional para a Coesão Territorial

O Programa Nacional para a Coesão Territorial elenca mais 160 Medidas, maioritariamente de iniciativa governamental, e uma Agenda para o Interior que integra oito iniciativas de caráter temático.

As Medidas encontram-se organizadas em torno de cinco Eixos de intervenção:

Eixo 1. Um Território do Interior + Coeso;

Eixo 2. Um Território do Interior + Competitivo;

Eixo 3. Um Território do Interior + Sustentável;

Eixo 4. Um Território do Interior + Conectado

Eixo 5. Um Território do Interior + Colaborativo.

No contexto do Programa Nacional para a Coesão Territorial, a Agenda para o Interior é constituída por 8 Iniciativas, agendas interministeriais e interinstitucionais, organizadas em torno de desafios e questões estruturantes que se colocam ao desenvolvimento dos territórios do interior:

1. Envelhecimento com Qualidade;
2. Inovação da Base Económica;
3. Capital Territorial;
4. Cooperação Transfronteiriça;
5. Relação Rural-Urbana;
6. Acessibilidade Digital;
7. Atratividade Territorial;
8. Abordagem, Redes e Participação.

EIXO 1.

Um território interior + Coeso

Objetivo

Construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de

serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersectoriais e intercalares, tendo em vista a qualidade de vida.

Pretende-se:

1) Reorganização do Estado, através da descentralização e desconcentração de competências e de serviços públicos, como oportunidade para transferir pessoas e competências nomeadamente para os territórios do interior, dando novas escalas e oportunidades aos recursos locais.

2) Aumentar a capacidade de atração dos territórios do interior através da garantia do acesso à prestação de serviços de qualidade.

3) Reforçar a inovação no setor público, introdução de novos métodos e novas soluções organizativas que se adaptem melhor a uma administração pública que atua em rede, na base de plataformas tecnológicas e de recursos partilhados.

EIXO 2.

Um território interior + Competitivo

Objetivo

Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade.

Pretende-se a:

1) Qualificação e diversificação da base produtiva existente, promovendo o reforço de competências, o estímulo e apoio a novas dinâmicas empreendedoras e o aumento da capacidade de incorporação de inovação.

2) Valorização da identidade competitiva destes territórios, reforçando a respetiva afirmação identitária e inovando na configuração das suas ofertas territoriais.

3) Criação e dinamização de redes institucionais e empresariais, de novos processos de natureza colaborativa e de iniciativas de experimentação, reduzindo custos de contexto, facilitando a iniciativa e implementando soluções ajustadas às necessidades e aos desafios a concretizar nos territórios do interior.

EIXO 3.

Um território interior + Sustentável

Objetivo

Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos.

Pretende-se a dinamização de um novo paradigma de desenvolvimento assente nos valores culturais e naturais presentes e identitários nos territórios do interior, nomeadamente:

1) Promoção da natureza, valorização das áreas protegidas, das paisagens e da biodiversidade, privilegiando as espécies autóctones. Na valorização do património cultural, material e imaterial, público e privado, encontrando novos usos e utilizações.

2) Na investigação, no mapeamento, no aprofundamento e difusão do conhecimento e no reforço das competências e das qualificações em torno dos recursos naturais e culturais, e programação que atenue a sazonalidade e privilegie a qualidade, a circulação em rede e a acessibilidade à natureza e à cultura nos territórios do interior.

EIXO 4.

Um território interior + Conectado

Objetivo

Reforçar a conectividade dos territórios do interior, facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando, assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade.

As tecnologias da Informação e das Comunicações deverão traduzir-se em novas oportunidades para a coesão, competitividade e sustentabilidade que cumpre aproveitar em prol do desenvolvimento dos territórios do interior.

Pretende-se:

1) O reforço da cobertura das redes de nova geração, acompanhado de uma aposta clara no desenvolvimento de competências e na qualificação dos recursos.
2) Investimento na ferrovia para servir a mobilidade interna e atender à crescente procura turística.

EIXO 5.
Um território interior + Colaborativo
Objetivo

Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.
Pretende-se promover:
1) A afirmação e capacitação das lideranças locais e regionais, incluindo a capacitação e qualificação do tecido institucional descentralizado e desconcentrado.
Consolidação dos territórios locais e sub-regionais ou regionais.
2) O trabalho em rede para criar inovação e uma maior ancoragem aos problemas, aos desafios e às problemáticas territoriais.

AS MEDIDAS/Objetivos Específicos
Segue-se a apresentação dos objetivos específicos de cada iniciativa:

1. Envelhecimento com Qualidade
1 – Apoiar as pessoas idosas que desejam viver nas suas habitações de forma independente (adaptação das habitações ou partilha do alojamento); 2 – Garantir aos idosos o acesso a serviços de apoio e ao comércio e serviços de proximidade, promovendo a qualidade de vida e contrariando o isolamento e a fraca mobilidade; 3 – Promover ambientes urbanos amigos de todas as gerações, nomeadamente através de espaços públicos mais acolhedores e acessíveis; 4 – Facilitar a mobilidade adaptando as redes de transportes, enquanto condição para a autonomia dos idosos;

5 – Promover a atividade física e desportiva e uma alimentação favorável a uma vida mais extensa e com maior qualidade;

6 – Olhar para o envelhecimento enquanto uma oportunidade de crescimento económico, criação de novos serviços e emprego e capacidade de poupança e consumo;

7 – Estimular a participação social dos mais idosos, através do voluntariado dos idosos e da promoção de atividades intergeracionais;

8 – Criação de redes de apoio domiciliário (serviços de saúde e sociais) aos idosos.

1. Inovação da Base Económica

1 – Mobilização Económica da Diáspora;

2 – Atração de Investimentos, atração de Novas Gerações e promoção da Imagem do Interior;

3 – Territorialização das RIS3;

4 – Exploração de oportunidades de variedade relacionada;

5 – Ativação da Quadruple Hélix de Inovação do Interior;

6 – Facilitação de processos de extensão e de qualificação das ofertas produtivas estruturantes;

7 – Exploração de Cadeias de Valor relevantes para o interior;

8 – Desenvolvimento de Sistemas Inovadores de Incentivos às empresas;

9 – Iniciativas fiscais orientadas para a discriminação positiva do interior;

10 – Agenda de Promoção do Empreendedorismo;

11 – Aposta em novos setores como alavanca de novas ofertas sofisticadas do Interior.

1. Capital Territorial

1- Promover a natureza;

2- Incentivar a biodiversidade em espaço urbano;

3- Valorizar o território em torno das Reservas da Biosfera da UNESCO;

4- Promover o turismo com vista à valorização e sustentabilidade do património natural, cultural e paisagístico das regiões do interior;

2. Cooperação Transfronteiriça

1 - Dar prioridade, à cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento;

2 - Criar novas estruturas de articulação e cooperação;

1- Garantir a coerência estratégica da gestão e execução dos instrumentos de financiamento comunitários;
2- Estimular a competitividade económica dos espaços de fronteira a partir do aproveitamento dos valores naturais, patrimoniais e culturais, partilhados;
3- Reforçar o apoio ao investimento privado de caráter empresarial nos espaços de fronteira;

3. Relação Rural-Urbana

1- Desenvolver informação relacional;
2- Construir uma Agenda Nacional dirigida à cooperação rural-urbana;
3- Apoiar a construção de cenários prospetivos;
4- Contrariar visões dicotómicas urbano-rurais;
5- Garantir os serviços públicos em boas condições de acesso;
6- Fomentar as parcerias institucionais urbano-rurais em torno de projetos estratégicos para as populações;
7- Fomentar o uso das redes digitais na prestação de serviços públicos, no reforço da coesão social e na competitividade económica;
8- Assegurar uma forte articulação entre as políticas de desenvolvimento e ordenamento do território e entre o desenvolvimento urbano e o rural.

4. Acessibilidade Digital

1- Melhorar a acessibilidade e conectividade digital;
2- Desenvolver competências e qualificar os recursos para a plena utilização pela sociedade das Tecnologias da Informação e da Comunicação;
3- Incrementar a penetração e a presença da internet nas empresas localizadas nos territórios do interior;
4- Aumentar a taxa de utilização dos serviços públicos digitais pelos cidadãos.

5. Atratividade Territorial

1- Estruturação e comunicação da identidade competitiva do interior;
2- Reposicionamento do Interior e da sua notoriedade temática;
3- Agilização comercial e de penetração em mercados estratégicos;
4- Gestão operacional de marketing.

7.Abordagens, Redes e Participação

1- Reforçar a transversalidade e a coordenação da atuação interministerial;
2- Consolidar os espaços NUTS III do interior e das Comunidades Intermunicipais enquanto interlocutores privilegiados;
3- Reforçar e valorizar o papel dos Grupos de Ação Local;
4- Valorizar as lideranças locais e regionais;
5- Promover a cooperação interinstitucional e o trabalho conjunto;
6- Reforçar a capacidade de atores para a promoção de ações de desenvolvimento territorial e a consolidação de redes de cooperação estratégica;
7- Implementar os Laboratórios de Políticas Públicas focados na experimentação de novas abordagens de política, promoção de plataformas de diálogo e inovação nos processos de governança nos territórios do interior.

5. Plano Recuperação e Resiliência (PRR)

O PRR orienta-se pelas estratégias e políticas nacionais, inserindo-se no quadro de resposta europeia e alinhando-se com a prioridade europeia conferida às transições climática e digital. Estas prioridades são assumidas como os principais motores para a recuperação económica e social para o conjunto de economia europeia e também para Portugal.

Com base no diagnóstico de necessidades e dos desafios, o Plano de Recuperação e Resiliência foi organizado em três dimensões estruturantes: a **Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital.**

Estas dimensões são concretizadas através de 19 Componentes que integram por sua vez 36 Reformas e 77 Investimentos, explicitados sumariamente a seguir e, de forma detalhada, no capítulo 3.

Fonte: PRR, pag.5

Figura n.º 3 - Componentes do PRR e Investimentos associados

Apresentam-se de forma sucinta as três dimensões:

Dimensão Resiliência

O **reforço da resiliência económica, social e territorial do país** assume particular relevância enquanto resposta de primeira linha na transição da estabilização económica e social para a recuperação.

As opções nacionais focam-se em **três prioridades:**

1) Redução das vulnerabilidades sociais, direcionando a sua ação para as pessoas e nas suas competências;

2) Reforço do potencial produtivo nacional, procurando garantir condições de sustentabilidade e competitividade do tecido empresarial;

3) Território simultaneamente competitivo e coeso num contexto de adaptação às transições em curso – transição climática e digital.

Na prioridade da **redução das vulnerabilidades sociais** inserem-se os relevantes investimentos e reformas nas áreas da **Saúde, Habitação, Redes de Apoio dirigidas a pessoas vulneráveis** e operações específicas em Áreas Metropolitanas.

Inovação e renovação do tecido produtivo e empresarial estão previstas iniciativas que favorecem um maior esforço de Investigação e Desenvolvimento (I&D) colaborativo e que potenciam transformação da I&D e da inovação em valor económico e social.
Promove-se o reforço:

1) Da **capacidade de resposta do sistema educativo** e formativo português, com a modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional.
2) O **incentivo à criação de emprego permanente.**
3) O **aumento das qualificações** escolares e profissionais da **população adulta.**
4) O **desenvolvimento de competências para a inovação** e **renovação industrial.**

Pretende-se assegurar um **território simultaneamente competitivo e coeso,** promoção de investimento em infraestruturas rodoviárias transfronteiriças e de ligação às redes principais. A resiliência dos territórios deve fazer-se através do aumento da resiliência da Floresta e da Gestão Hídrica, que serão alvo de investimentos e reformas específicos.

Estas prioridades contemplam **20 reformas** previstas.

Dimensão Transição Climática

A **dimensão Transição Climática** pretende promover o **melhor aproveitamento dos recursos** de que o país já dispõe e potenciar o desenvolvimento de setores económicos em torno da produção de energias renováveis.

As opções nacionais assentam em **três prioridades:**

1) Redução de emissões de gases com efeito de estufa entre 45% e 55% até 2030, em relação a 2005;

2) Uma incorporação de 47% de fontes de energia renovável no consumo final bruto de energia;

3) Uma aposta na eficiência energética traduzida na redução de 35% de energia primária.

Esta dimensão é concretizada através do desenvolvimento de **5 componentes** e da implementação de **8 reformas** e de **14 investimentos** estruturantes.

Dimensão Transição Digital

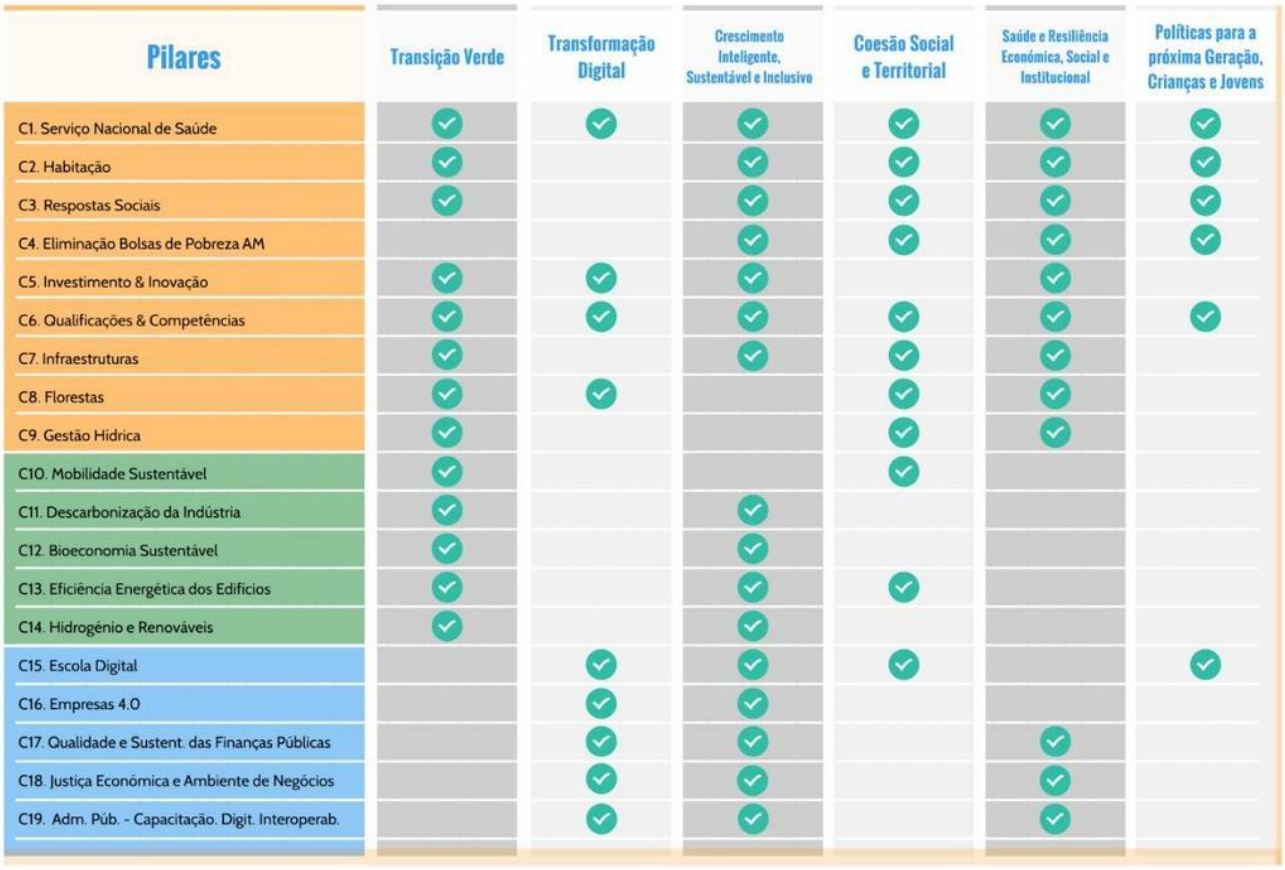
O **potencial da transição digital** permitirá **preparar e adaptar as competências dos portugueses às novas necessidades** de empoderamento enquanto cidadãos, para **participação num mercado de trabalho marcado por novos processos produtivos,** novos modos de organização empresarial e novos produtos e serviços, decorrentes da crescente digitalização da atividade económica.

Na **promoção da simplificação administrativa e legislativa,** garantirá uma administração pública mais próxima, mais eficiente e mais transparente para cidadãos e empresas.

As opções nacionais assentam em 5 componentes:

1) Capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação;
2) Formação em competências digitais;
3) Promoção da literacia digital.
4)Transformação digital do setor empresarial
5) Digitalização do Estado
    5.1) Uma **melhor qualidade e sustentabilidade** das finanças públicas**;**
    5.2) Um **ambiente de negócios mais competitivo e indutor do investimento;**
    5.3) Uma **Administração Pública mais próxima dos cidadãos e empresas.**

Esta dimensão é concretizada através do desenvolvimento de 5 componentes e da implementação de **8 reformas** e de **17 investimentos.**



Pilares	Transição Verde	Transformação Digital	Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo	Coesão Social e Territorial	Saúde e Resiliência Económica, Social e Institucional	Políticas para a próxima Geração, Crianças e Jovens
C1. Serviço Nacional de Saúde	✓	✓	✓	✓	✓	✓
C2. Habitação	✓		✓	✓	✓	✓
C3. Respostas Sociais	✓		✓	✓	✓	✓
C4. Eliminação Bolsas de Pobreza AM			✓	✓	✓	✓
C5. Investimento & Inovação	✓	✓	✓		✓	
C6. Qualificações & Competências	✓	✓	✓	✓	✓	✓
C7. Infraestruturas	✓		✓	✓	✓	
C8. Florestas	✓	✓		✓	✓	
C9. Gestão Hídrica	✓			✓	✓	
C10. Mobilidade Sustentável	✓			✓		
C11. Descarbonização da Indústria	✓		✓			
C12. Bioeconomia Sustentável	✓		✓			
C13. Eficiência Energética dos Edifícios	✓		✓	✓		
C14. Hidrogénio e Renováveis	✓		✓			
C15. Escola Digital		✓	✓	✓		✓
C16. Empresas 4.0		✓	✓			
C17. Qualidade e Sustent. das Finanças Públicas		✓	✓		✓	
C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios		✓	✓		✓	
C19. Adm. Púb. - Capacitação. Digit. Interoperab.		✓	✓		✓	

Fonte: PRR,

Figura n.º 4- Matriz de Alinhamento do PRR com os 6 Pilares da EU

Através das suas componentes o PRR está alinhado com os seis pilares europeus representados na figura n.º --- e que passamos a presentar:

1.º pilar: Transição verde

O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), concretiza os objetivos de descarbonização e da transição energética e densifica as políticas e medidas para este efeito.

2.º Pilar: Transformação digital

A transformação digital constitui uma oportunidade ímpar de alinhar o esforço de investimento atual com a resposta às necessidades do futuro próximo.

A resposta do PRR aos desafios da transição digital é assegurada mais diretamente pelas componentes C15, C16, C17, C18 e C19.

3.º Pilar: Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo coesão económica, emprego, produtividade, competitividade, investigação, desenvolvimento e inovação, e um mercado único em bom funcionamento com pequenas e médias empresas (PME) fortes.

A aposta na ciência e a tecnologia, através das atividades de investigação e de inovação constitui uma peça-chave para reforçar a autonomia estratégica dos Estados Membros e da União Europeia, aumentando a resiliência económica e reduzindo a dependência de componentes ou de matérias-primas críticas.

Sublinhe-se o contributo decisivo que o PRR dará para a efetiva implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais nas suas três dimensões. Na dimensão "Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho", através das componentes C6, C15 e C16. A dimensão "Condições de trabalho justas" é abrangida, fundamentalmente, pelas componentes C3, C4 e C6 na sua relação com a adaptabilidade e segurança do emprego, o diálogo social ou a conciliação entre a vida profissional e a vida privada. Para a dimensão "Proteção e inclusão social" concorrem as componentes C1 e C3. O combate às desigualdades promovendo a inclusão dos grupos mais vulneráveis, como o direito à habitação, o combate à pobreza energética ou o acesso às comunicações digitais sendo as componentes C1 a C7 e as C11 a C19 as que mais contributos trazem a este pilar.

4.º Pilar: Coesão social e territorial

Salientam-se o setor da saúde e a preocupação com a adaptação dos serviços prestados à evolução tecnológica, que permitirão tirar partido da digitalização ao nível dos serviços de proximidade, mas também a preocupação com a resposta aos desafios demográficos, por via do reforço da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

Requalificar a rede de respostas sociais visando, entre outros, a adaptação dos equipamentos sociais ao atual contexto sanitário, e reforçar a rede de respostas sociais. Dar resposta a carências estruturais no acesso à habitação, sejam permanentes ou temporárias, procurando colmatar falhas de mercado, intervindo junto das famílias a viver em habitações indignas e desadequadas e promovendo resposta à necessidade de alojamento.

Igualmente importantes são as reformas e objetivos que conferem uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais e na mitigação da escassez hídrica (Algarve, Alentejo e Madeira, regiões com maior necessidade de intervenção em Portugal).

Os investimentos na rede de transporte público promoverão a melhoria da conectividade e acessibilidade nas áreas metropolitanas.
As intervenções na infraestrutura que contribuirão para uma coesão territorial transfronteiriça e para a dinamização da mobilidade nos territórios de baixa densidade, facultando ligações de proximidade aos corredores de grande capacidade, potenciando a dinâmica socioeconómica dos territórios localizados junto à fronteira.

Um upgrade tecnológico da comunidade educativa nacional, independentemente da região, capaz de criar condições para a inovação educativa, pedagógica e científica, e com isso promover avanços concretos no caminho para uma sociedade mais bem preparada para um contexto de digitalização ubíqua e do ensino experimental das ciências e das técnicas. Este processo de educação e capacitação digital dos alunos, professores e instituições de ensino será da maior importância para o reforço da coesão social, para o robustecimento da resiliência societal e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
De salientar as Componentes C1, C2, C3, C4, C6 a C10, C13 e C15 p/ este objetivo.

5.º Pilar: Saúde e resiliência económica, social e institucional, inclusive com vista ao aumento da capacidade de reação e preparação para crises

A proposta nacional no domínio da resiliência foca-se em três prioridades: a redução das vulnerabilidades sociais, o reforço do potencial produtivo nacional e a ambição de assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso.
Prevê-se:

1) Fortalecer o Serviço Nacional de Saúde
2) Concretizar uma Nova Geração de Políticas de Habitação
3) Qualificar a rede de respostas sociais
4) Implementar respostas sociais integradas

Importa dar conta da capacitação institucional que o PRR apoia, fomentando a resiliência institucional da Administração Pública.

As Componentes que apresentam maior contribuição relativamente a este pilar são as Componentes C1 a C9 e C17 a C19.

6.º Pilar: Políticas para a próxima geração, crianças e jovens, incluindo educação e qualificações

A crise tem agudizado os fenómenos de pobreza e exclusão social, aos quais crianças e jovens são expostos, na sequência dos impactos sofridos pelos agregados em que se inserem. Deste modo, não só existem efeitos transversais a todas as crianças e jovens, como alguns destes efeitos atuam, aprofundam e alargam as desigualdades sociais que afetam crianças e jovens, perpetuando o círculo vicioso de pobreza e limitando a capacidade de emancipação pessoal, social e económica das novas gerações, com impacto profundo na capacidade de desenvolvimento do país.

Atendendo ao referido, as Componentes que apresentam maior contribuição relativamente a este pilar são as Componentes C1a C4, C6 e C15

Para cada uma das COMPONENTES foram programados um conjunto de REFORMAS e INVESTIMENTOS sendo que para uma melhor perceção de todas as componentes se aconselha a leitura do documento integral disponível em https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=recuperar-portugal-construindo-o-futuro-plano-de-recuperacao-e-resiliencia.

Segue-se uma breve apresentação das principais reformas e investimentos para a área socia, saúde e economia.

Na **Dimensão Resiliência f**oram consideradas **9 Componentes** que integram **20 reformas** e **43 investimentos.**

Fonte: PRR, pag. 7

Figura n.º 5- Dimensão Resiliência-Componentes e Reformas

Resultados pretendidos:

- **Dotar todos os Centros de Saúde com gabinetes de medicina dentária** e **equipamentos** (saco de emergência, desfibrilhador e monitor de sinais vitais) para **resposta qualificada em emergência** (suporte básico de vida);
- alargar a Rede Nacional de Cuidados Paliativos com **10 Equipas Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos** (ECSCP): mais 1.000 lugares/10 equipas até ao 4.º T de 2022;
- **construir 96 novas unidades/polos de saúde,** para substituir edifícios desadequados;
- apoiar **26 mil agregados familiares com habitação digna;**
- **alargar a rede de equipamentos e respostas sociais ao nível da infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidades** (28.000 lugares em respostas sociais intervencionadas);
- **contribuir para o aumento do valor das exportações de bens e serviços e,** particularmente, para o objetivo de atingir o volume de exportações equivalente a **50% do PIB até 2026 e a 60% do PIB até 2030,** tendo enfoque no **aumento da balança tecnológica de pagamentos;**

- **aumentar o salário mínimo nacional para 750 euros** até ao 4.º trimestre de 2023;
- **criar 15.000 novos postos de trabalho qualificado com as agendas mobilizadoras,** em associação com o aumento da despesa (pública e privada) em I&D para pelo menos 2% do PIB até 2025;
- **apoiar 20 mil estudantes em cursos do ensino superior** em áreas de ciência, tecnologia, engenharia, artes/ humanidades e matemática, assim como criar pelo menos **dez escolas de pós-graduação** em articulação entre as instituições de ensino superior e empregadores públicos e privados;
- **disponibilizar mais 15 mil camas para estudantes do ensino superior.**

COMPONENTE 1 – SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Pretende-se reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para responder às mudanças demográficas e epidemiológicas do país, à inovação terapêutica e tecnológica, à tendência de custos crescentes em saúde e às expetativas de uma sociedade mais informada e exigente.

O sistema de saúde português enfrenta importantes desafios como:

- Transição demográfica, caracterizada pelo aumento acelerado da população idosa e pela redução da população jovem;
- Alteração dos padrões de doença, com peso crescente das doenças crónicas e degenerativas;
- Elevada mortalidade evitável;
- Baixos níveis de bem-estar e qualidade de vida;
- Fraca aposta na promoção da saúde e na prevenção da doença;
- Fragmentação dos cuidados prestados;
- Peso elevado de pagamentos diretos na saúde.

REFORMAS previstas:

Reforma dos Cuidados de Saúde Primários

A implementação desta reforma passa por atuar nas seguintes áreas de intervenção:

- Promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis;
- Gestão da saúde;

- Gestão integrada da doença, com o alargamento da capacidade resolutiva dos cuidados primários na resposta à doença aguda e à continuidade de cuidados na doença crónica;
- Integração e continuidade de cuidados;
- Qualidade organizacional de forma a melhorar as acessibilidades, a segurança, o conforto e a adequação dos centros de saúde aos novos modelos de prestação de cuidados;
- Respostas de proximidade no domicílio e na comunidade, fomentando a desinstitucionalização e a ambulatorização dos cuidados, descentralizando competências na área da saúde para as autarquias locais, apostando na telesaúde e reforçando a articulação com as restantes estruturas.

Reforma para a Saúde Mental

Ao Plano Nacional de Saúde Mental (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2008 de 6 de março) está associada a Estratégia para as Demências, tem como objetivo atuar em 5 eixos de intervenção:

- Desinstitucionalizar os doentes residentes em hospitais psiquiátricos e em entidades das ordens Religiosas, que não beneficiam da oferta de cuidados da RNCCI, para respostas residenciais na comunidade;
- Concluir a cobertura nacional de Serviços Locais de Saúde Mental (SLSM);
- Alargar a RNCCI-SM, com aumento progressivo da cobertura nacional e do número de lugares;
- Qualificar os internamentos de psiquiatria forense e construir unidades forenses de transição para a comunidade;
- Implementar os Planos Regionais de Saúde para as Demências, promovendo uma resposta intersectorial às pessoas que vivem com demência, às suas famílias e cuidadores.

Reforma do modelo de governação dos hospitais públicos

Aumentar a eficiência da resposta hospitalar no SNS.

Estão previstos instrumentos nos:

Cuidados de Saúde Primários com mais respostas (463 M€)

O investimento pretende:

Melhorar o acesso, a qualidade e a eficiência dos cuidados prestados, completando a cobertura nacional dos programas de rastreio de base populacional, reforçando a capacidade de diagnóstico precoce assegurando a continuidade dos cuidados ao longo da vida dos cidadãos:

- Alargar os rastreios oncológicos a todos os centros de saúde, nomeadamente do cólon retal e do colo do útero;
- Alargar o rastreio da retinopatia diabética a todos os centros de saúde;
- Dotar todos os centros de saúde com capacidade de dosear a proteína C reativa (PCR);
- Dotar todos os ACES com espirómetros para diagnóstico precoce e acompanhamento do tratamento da Asma, Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC) e Tabagismo;
- Dotar as unidades de saúde familiares e unidades de cuidados de saúde personalizados com exames *Holter* e Monitorização Ambulatória da Pressão Arterial (MAPA);
- Alargar as consultas do pé diabético a todos os ACES;
- Adotar o Plano Individual de Cuidados (PIC) para doentes complexos e com multimorbilidade (identificados de acordo com instrumentos de ajustamento pelo risco a implementar);
- Definir protocolos de referenciação nas áreas assistenciais com maior procura, nomeadamente oftalmologia, otorrinolaringologia, ortopedia e urologia;
- Concluir o sistema de informação integrado que permita a referenciação dos utentes entre níveis de cuidados (SIGA SNS).

Rever a carteira de serviços dos agrupamentos de Centros de Saúde, áreas de intervenção, aumentando a capacidade resolutiva deste nível de cuidados e reforçando o trabalho especializado e em equipa nas suas unidades funcionais.

- Instalar gabinetes de medicina dentária nos centros de saúde;
- Criar centros de diagnóstico integrado (MCDT de baixa complexidade, pelo menos RX e Análises Clínicas) nos ACES;

- Criar respostas de reabilitação nos centros de saúde (espaços físicos adequados e equipas de reabilitação, multiprofissionais e interdisciplinares);
- Dotar todos os centros de saúde com equipamentos (saco de emergência, desfibrilhador e monitor de sinais vitais) para resposta qualificada em emergência (suporte básico de vida);
- Dinamizar o programa de redução das urgências inadequadas e/ou evitáveis.

Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais e adaptando-as aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde:

- Construir novas unidades/ polos de saúde, para substituir edifícios desadequados;
- Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade e a permanência dos utentes em condições de segurança sanitária e conforto;
- Modernizar equipamentos;
- Alargar a consultoria hospitalar nos CSP (inclui consultas descentralizadas).

Potenciar as respostas de proximidade, com enfoque no domicílio e na comunidade, intervindo nas populações de maior risco e vulnerabilidade e fomentando a desinstitucionalização e a ambulatorização dos cuidados:

- Dotar os centros de saúde com viaturas elétricas para apoio à prestação de cuidados no domicílio;
- Alargar o número de unidades móveis para cobertura das regiões de baixa densidade;
- Dotar os centros de saúde com condições técnicas para realização de teleconsultas e telemonitorização de doenças crónicas, por exemplo, insuficiência cardíaca, DPOC e outras;
- Reforçar as Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) e as Equipas de Cuidados Continuados Integrados nos ACES carenciados;
- Criar Equipas Comunitárias Suporte Cuidados Paliativos nos ACES;

- Criar programas de intervenção psicossocial na doença mental comum (depressão e ansiedade) nos ACES.

Rede Nacional de Cuidados Continuados integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos (205 M€)

O presente investimento articula-se com a Reforma Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais da Componente 3, que preconiza o desenvolvimento de uma nova geração de respostas de proteção social aos cidadãos mais idosos e/ou dependentes, baseada não só em estruturas residenciais, mas também em respostas na comunidade.

Conclusão da Reforma da Saúde Mental (incluído ma rede hospitalar) (85 M€)

Visa apoiar a concretização da Reforma da saúde mental, contribuindo assim para o reforço do SNS e para melhoria da resposta às necessidades em saúde da população portuguesa. A concretização tem como objetivos, entre outros:

- Criar **respostas residenciais na comunidade** que permitam a **desinstitucionalização dos doentes residentes em hospitais psiquiátricos ou no setor social,** que não beneficiam da oferta de cuidados da RNCCI;
- **Criar 40 equipas comunitárias;**
- **Alargar a RNCCI-SM;**
- **Implementar os Planos Regionais de Saúde para as Demências,** a nível das cinco Administrações Regionais de Saúde (ARS) do território continental.

Equipamento dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa (196 M€)

Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da RAM (89 M€)

Transição digital da Saúde (300 M€)

Digitalização na área da Saúde na Madeira (15 M€)

Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

COMPONENTE 2 - HABITAÇÃO

Ao nível da Habitação pretende-se relançar e reorientar a política de habitação em Portugal, salvaguardando habitação para todos.

Foi com base nesta realidade que se avançou, em 2018, com uma profunda reforma do setor da habitação em Portugal, através da aprovação da Nova Geração de Políticas de Habitação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018 de 2 de maio).

Principais desafios que se enfrenta:

- **Famílias a viver em habitações indignas e desadequadas;**
- **Necessidades urgentes e temporárias de habitação** de sem-abrigo, refugiados, imigrantes a viver em habitações de sobrelotadas, agregados familiares nómadas, requerentes de asilo vitimas de violência doméstica, vítimas de tráficos de seres humanos, pessoas em processo de desinstitucionalização e famílias afetadas por eventos inesperados ou imprevisíveis (catástrofes naturais, incêndios ou pandemias);
- Necessidades temporárias de fixação de funcionários;
- Desadequação entre rendimentos das famílias de classe média e a oferta existente.

O **Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário** tem como objetivo a criação de uma resposta estruturada e transversal para pessoas que carecem de soluções de alojamento de emergência (nos casos que, pela sua natureza, necessitam de respostas de alojamento e de acompanhamento, antes de uma solução habitacional definitiva). Através deste plano, pretende-se abranger as seguintes situações:

- Necessidades decorrentes de eventos imprevisíveis ou excecionais;
- Necessidade de alojamento urgente de pessoas;
- Necessidades de fixação local, quando temporária e indispensável ao interesse público, de funcionários, agentes e demais servidores do Estado.

Neste âmbito refira-se os seguintes investimento:

- **Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (1.251 M€)**

O Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – o 1.º Direito tem uma abordagem mais transversal, incluindo ainda outras carências, como a ausência de infraestruturas e equipamentos básicos, insalubridade e insegurança do local de residência, a precaridade ou inexistência de vínculo contratual, a sobrelotação ou inadequação da habitação às necessidades especiais dos residentes com deficiência ou mobilidade reduzida, exigindo uma abordagem integrada e participativa, que promova a inclusão social e territorial, a concretizar as Estratégias Locais de Habitação (ELH).

- **Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (186 M€)**

Pretende-se criar uma resposta estruturada e transversal para as pessoas que carecem de soluções de alojamento de emergência ou de transição, tendo em vista a sua inclusão social, proteção e autonomização, o combate às desigualdades e a garantia de uma adequada proteção face a situações de risco e emergência.

- **Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira (136 M€)**

- **Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores (60 M€)**
- **Parque público de habitação a custos acessíveis (774 M€)**

Construção e reabilitação para disponibilização de património público com aptidão habitacional e devoluto, para promoção de arrendamento a preços acessíveis, limitando a adesão do programa às famílias que efetivamente não encontram respostas no mercado tradicional por incompatibilidade entre os seus rendimentos e a renda praticada.

- **Alojamento Estudantil a custos acessíveis (375 M€)**

COMPONENTE 3 – RESPOSTAS SOCIAIS

Portugal tem vindo a confrontar-se com desafios exigentes ao nível demográfico, socioeconómico e ambiental.

Neste contexto pretende-se reforçar, adaptar, requalificar e inovar as repostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar e a coesão social e territorial.

Será necessário acelerar um conjunto de reformas que promovam:

Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais

Assume-se como principais objetivos:

- **Qualificar os cuidados** prestados nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas**;**
- **Promover o licenciamento ou regularização das ERPI;**
- **Rever** o quadro legislativo em matéria de **licenciamento de equipamentos sociais;**
- Promover respostas **sociais inovadoras;**
- **Desenvolver um modelo de apoio domiciliário inovador,** que aposte simultaneamente na proximidade e na flexibilidade do apoio a prestar, em linha com os objetivos da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável. (e.g. fisioterapia) e/ou cognitiva (terapia ocupacional);
- **Reforçar o apoio social a pessoas em situação de isolamento social,** constituição de equipas de apoio social, que sejam facilitadores de mobilização de recursos de apoio social (projetos Radar Social), que permitam identificar, avaliar fragilidades e vulnerabilidades e referenciar.
- **Aumentar a capacidade de resposta em creche.**
- **Adaptar** a resposta às **necessidades das famílias e das realidades laborais.**
- **Reforçar as respostas** destinadas a **pessoas com deficiência ou incapacidades.**

Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025

Pretende-se implementar a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD) 2021-2025 com o objetivo de aprofundar as condições de autonomia, autodeterminação e participação das pessoas com deficiência.

<u>São investimentos</u>:

Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais para a 1.ª infância, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiências (417 M€)

Os investimentos a realizar com vista à implementação da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais consubstanciam-se em intervenções a diferentes níveis e alinhadas com o quadro estratégico nacional para a inclusão social, para a redução da pobreza, para o envelhecimento ativo e saudável a para a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidades. Pretende-se:

- **Requalificar a rede de equipamentos e respostas existentes** e o licenciamento de respostas em situação irregular;
- **alargar a rede de equipamentos e respostas sociais ao nível da infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidades;**
- **criar equipas multidisciplinares de intervenção social** que permitam cobrir todo o território de Portugal continental;
- **adquirir viaturas elétricas** que possam responder ao desejado incremento do nível das **respostas sociais de proximidade** e que promovam o máximo de autonomia das pessoas.

Acessibilidades 360º (45 M€)

Pretende-se **reforçar o investimento na melhoria das acessibilidades físicas para pessoas com deficiência ou incapacidade em todo o território** contribuindo para mitigar os fatores de isolamento das pessoas com deficiência.

Plataforma +Acesso (3 M€)

Com o investimento Plataforma+ Acesso pretende-se congregar um conjunto de informações e ferramentas digitais, implementando **novas soluções digitais úteis na área da inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidades.**

Fortalecimento das Respostas Sociais na Região Autónoma da Madeira (83 M€)

Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – Redes de Apoio Social nos Açores (35 M€).

Pretende-se realizar, entre outros, os seguintes investimentos:

- Reduzir em 10% a partir de 2021 os valores das mensalidades das creches;
- Reforçar capacidade técnica das famílias abrangidas pela ação social;
- Criar Pontos de apoio ao estudo para crianças e jovens;
- Criar uma equipa técnica num projeto experimental;
- Aumentar capacidade de resposta na área da deficiência e incapacidades;
- Reforço e renovação do parque automóvel das IPSS

COMPONENTE 4- ELIMINAÇÃO DAS BOLSAS DE POBREZA EM ÁREAS METROPOLITANAS

Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (250 M€)

COMPONENTE 5 – INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

- Agendas/Alianças Verdes para a Reindustrialização (372 M€)
- Missão Interface – renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação o para o tecido produtivo (186 M€)
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30] (93 M€)
- Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" (32 M€)
- Recapitalizar o Sistema Empresarial dos Açores (125 M€)
- Relançamento Económico da Agricultura Açoriana (30 M€)
- Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento (1.250 M€)

COMPONENTE 6 – QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS

Na sociedade atual, as qualificações e as competências são o principal motor da competitividade, coesão e bem-estar, sendo a sua importância reforçada em períodos de crise e consequente necessidade de adequação rápida de padrões produtivos e modos de vida. Apesar dos progressos notáveis nas últimas décadas, Portugal apresenta ainda um **défice de qualificações significativo,** sobretudo ao **nível das qualificações intermédias** (ISCED 3-4), correspondentes ao ensino secundário e profissional (25,9% da população dos 25 aos 64 anos, face a 46,8% na União Europeia,

em 2019), mas também ao **nível das qualificações superiores** (26,3% face à média europeia de 31,6%).

Deste modo, as reformas e investimentos que compõem esta componente contribuem para alcançar os objetivos definidos no âmbito da Estratégia Portugal 2030, sendo esperado que os resultados das intervenções contribuam:

- Reduzir a percentagem de adultos, incluindo jovens, em idade ativa sem o nível de ensino secundário;
- Alcançar um nível de 60 % dos jovens com 20 anos que frequentem o ensino superior, com 50 % dos graduados de educação terciária na faixa etária dos 30-34 anos até 2030;
- Reforçar a participação de adultos em formação ao longo da vida.

Reforma do ensino e da formação profissional

Pretende-se reforçar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo português, ao nível da educação e da formação de jovens e adultos.

Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e empresas

Esta reforma visa o objetivo de modernizar os incentivos à cooperação e o apoio à diversificação da oferta formativa e à aprendizagem ao longo da vida.

Pretende-se estimular ofertas formativas com base em arranjos colaborativos, em rede ou consórcio, diversificando e complementando a oferta existente nas áreas em que as sinergias entre ensino superior, a Administração Pública e a atividade empresarial e industrial.

Redução das Restrições nas Profissões Altamente Reguladas

Agenda de promoção do trabalho digno

O combate à precariedade e à segmentação constitui igualmente um objetivo central, centrado na promoção da negociação coletiva, na valorização da formação e da qualificação, e na defesa de salários adequados e de rendimentos dignos.

Combate à desigualdade entre mulheres e homens

Quanto aos investimentos:

Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional (710 M€)

Agenda de promoção do trabalho digno (230 M€)

Incentivo Adultos (250 M€)

Portugal necessita de aumentar as qualificações escolares e profissionais da população adulta, desenvolver competências para a inovação e renovação industrial, ajustando a oferta à transformação dos mercados de trabalho e aos novos requisitos de empregabilidade, e promover a consciência da importância da literacia de adultos entre empregadores e trabalhadores. Serão promovidos **dois instrumentos: Plano Nacional de Literacia de Adultos** e **Impulso Adultos.**

- **Impulso Jovem STEAM (140 M€)**

Com o investimento Impulso Jovem STEAM pretende-se promover e apoiar iniciativas a desenvolver e implementar por parte das instituições de ensino superior, incluindo universidades e politécnicos, em consórcio com empregadores, orientadas para **aumentar a graduação superior de jovens em áreas de ciências, tecnologias, engenharias, artes/humanidades e matemática** (STEAM-*Science, Technology, Engineering, Arts and Mathmetics)*.

Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida – Açores (29 M€)

COMPONENTE 7 - INFRAESTRUTURAS

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), reconhecem uma **tendência de desertificação dos territórios do interior** e concentração populacional em torno das áreas metropolitanas e no litoral, dando origem a assimetrias regionais e a um modelo de desenvolvimento territorial desequilibrado.

Os investimentos propostos nesta componente encontram-se previstos no Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030) e na Estratégia Comum de Desenvolvimento Territorial (ECDT) que identifica três desígnios estratégicos:

- Coesão
- Competitividade e Inovação

- Sustentabilidade e Ação Climática

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) (110 M€)

***Missing links* e Aumento de capacidade da Rede (362,9 M€)**

- **…**
- EN344. Km 67+800 a km 75+520 – Pampilhosa da Serra;

Ligações transfronteiriças (110 M€)

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias (190 M€)

Circuitos logísticos – Rede Viária Regional dos Açores (60 M€)

COMPONENTE 8 - FLORESTAS

Pretende-se promover programas e investimentos com os seguintes objetivos:

- **Promover o ordenamento e gestão ativa dos espaços agroflorestais vulneráveis e de elevado valor ambiental,** incentivando os proprietários a aderirem a modelos de gestão e exploração coletivos, condição para garantir escala adequada para a construção de paisagens mais adaptadas e resilientes;
- **Proteger a biodiversidade e valorizar o capital natural dos territórios;**
- **Contribuir para a coesão territorial e criação de emprego,** incremento da multifuncionalidade dos territórios agroflorestais; da dinamização do mercado da terra; do investimento necessário em termos de gestão e ordenamento, não apenas a curto prazo; das oportunidades associadas à fileira florestal, potenciando a sua inovação e produtividade; e da promoção e reintrodução da agricultura regenerativa, contribuindo para a dinamização das economias locais e das cadeias curtas;
- **Aumentar a resiliência dos territórios de floresta e a segurança das pessoas, animais e bens,** prevenindo e reduzindo as vulnerabilidades ao risco de incêndio, num contexto de alterações climáticas.

As ações são:

- **Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis**
  - **Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem**
  - **Áreas Integradas de Gestão da Paisagem**
  - **Condomínio de Aldeia:** Programa Integrado de Apoio às Aldeias localizadas em territórios florestais – visando atuar na envolvente às áreas edificadas e aglomerados rurais, promovendo a reconversão de áreas de matos e floresta em redor dos aglomerados populacionais mais vulneráveis ou críticos em áreas destinadas a outros usos (silvopastoril), garantindo comunidades mais resistentes, resilientes e seguras.
  - **Programa "Emparcelar para Ordenar" –** visa fomentar o aumento da dimensão física dos prédios rústicos em contexto de minifúndio e, assim, aumentar a viabilidade e sustentabilidade económica, social e ambiental.

- **Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo.**
- **Reforma da prevenção e combate aos Fogos Rurais**

Tem como **Investimentos:**

Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis (270 M€)

Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (96 M€)

Faixas de gestão de combustível – rede primária (167 M€)

Meios de combate a incêndios rurais (92 M€)

Programa MAIs FLORESTA (40 M€)

COMPONENTE 9- GESTÃO HIDRICA

Principais investimentos: desta componente:

Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (200 M€)

Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (171 M€)

Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM (70 M€)

A dimensão **Transição Climática** é concretizada através do desenvolvimento de **5 componentes** e da implementação de **8 reformas** e de **14 investimentos** estruturantes.

Fonte: PRR

Figura n.º 6 - Dimensão Resiliência-Componentes e Reformas

COMPONENTE 10- MOBILIDADE SUSTENTAVEL

A mobilidade sustentável foi considerada como área de intervenção relevante visando assegurar o desenvolvimento de projetos robustos com forte contributo para a **melhoria dos sistemas de transporte coletivo,** que promovam o reforço e a utilização crescente do transporte público com a consequente redução da dependência do transporte individual rodoviário, assim como a **descarbonização do setor dos transportes.**

Investimentos:

- Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara (304 M€)
- Expansão da Rede de Metro do Porto – Casa da Música-Santo Ovídio (299 M€)
- Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures (250 M€)
- Linha BRT Boavista – Império (83 M€)
- Descarbonização dos Transportes Públicos (96 M€)
- Aquisição de material circulante ferroviário (300 M€)

COMPONENTE 11- DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

Considera os seguintes Investimentos:

- **Descarbonização da Indústria**

COMPONENTE 12- BIOECONOMIA SUSTENTÁVEL

Considera os seguintes Investimentos:

- **Bioeconomia (150 M€)**

COMPONENTE 13 – EFICIÊNCIA ENÉRGICA EM EDÍFICIOS

Considera os seguintes Investimentos:

- Eficiência energética em edifícios residenciais (300 M€)
- Eficiência energética em edifícios da administração pública central (250 M€)
- Eficiência energética em edifícios de serviços (70 M€)

COMPONENTE 14- HIDROGÉNIO E RENOVAVEIS

Considera os seguintes Investimentos:

- Hidrogénio e gases renováveis (186 M€)
- Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira (69 M€)
- Transição Energética nos Açores (116 M€)

Fonte: PRR

Figura n.º 7 - Dimensão Transição Digital -Componentes e Reformas

COMPONENTE 15-ESCOLA DIGITAL

1 – Reforma para a educação digital

O objetivo consubstanciado no **Plano de Ação para a Transição Digital,** já publicado através da medida "Programa de digitalização para as escolas" atualmente "Escola Digital", é transformar as aprendizagens através da diversificação de meios, metodologias, recursos e infraestrutura tecnológica, garantindo uma escola que fomenta mais inclusão, literacia digital e de informação, com novas formas de interação potenciada por novos recursos educativos.

Investimentos:

Transição digital na Educação (500 M€)

Serão promovidas as seguintes ações:

- **Aquisição de 15.000 equipamentos** adequados às necessidades administrativas e de gestão dos agrupamentos de escolas e não agrupadas;
- Alargamento da conetividade da internet da Rede Alargada da Educação para 300 Gbps;

- **Criação** de cerca de **1.160 Laboratórios de Educação Digital;**
- **Instalação** de equipamentos de projeção em 43.000 salas de aula;
- **Aquisição de 260.000 computadores** de uso individual (alunos e professores).

Programa de Aceleração da Digitalização da Educação (Madeira) (21 M€)

Contempla as seguintes intervenções:

- **Projeto dos Manuais Digitais;**
- **Ambientes Inovadores de Aprendizagem**
- **Núcleos de Inovação Educacional –** disponibilizar ferramentas/equipamentos que possibilitem diferentes graus de sofisticação de aplicações tecnológicas e que permitam a aprendizagem de conteúdos educativos relacionados com as Ciências, Tecnologia, Engenharia, Eletrónica, Matemática, Artes, Línguas e Humanidades; que estimulam a aprendizagem através da resolução de problemas;
- **Formação de Recursos em Competências Digitais do professor;**
- **Implementação da rede estruturada nas Escolas** com a disponibilização de um conjunto de condições da infraestrutura de suporte à rede dos Manuais Digitais, baseada em tecnologia *Cloud.*

Educação Digital (Açores) (38 M€)

COMPONENTE 16. EMPRESAS 4.0

As reformas e os investimentos em que assenta esta componente visam **reforçar a digitalização das empresas** de modo a **recuperar os seus atrasos face ao processo de transição digital em curso** e a concretização deste objetivo global. Integra seguintes ações:

- Capacitação Digital das Empresas (150 M€)
- Transição Digital das Empresas (400 M€)
- Catalisação da Transição Digital das Empresas (100 M€)

COMPONENTE 17. QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS

- Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública (163 M€)

- Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária (43 M€)
- Transição digital da Segurança Social (200 M€)

COMPONENTE 18. JUSTIÇA ECNÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Uma componente essencial da tutela dos direitos dos cidadãos e das empresas é a eficácia e a eficiência do sistema judicial, o qual influencia igualmente o ambiente de negócios.

Desta forma, os desafios incidem sobretudo nas competências humanas, organizacionais e tecnológicas da administração pública para o exercício das suas funções e atribuições, assim como na simplificação da relação da administração com cidadãos e com empresas, visando a agilização de procedimentos administrativos e judiciais, indutores da redução da carga administrativa sobre as empresas e da redução de custos de contexto:

- Pendências e morosidade dos processos judiciais, em particular nos tribunais administrativos e fiscais e no que respeita aos processos execução e de insolvência, ainda que com uma tendência nos últimos anos de melhoria.
- Existência de barreiras ao investimento, particularmente relacionadas com os requisitos de licenciamento que inibem o investimento por parte das empresas privadas e a necessidade simplificação dos Ciclos de Vida dos Cidadãos e das Empresas.

Justiça Económica e Ambiente de Negócios (267 M€)

- Plataformas Digitais dos Tribunais e meios RAL (inc. TAF e Insolvências) Desenvolvimento e implementação dos sistemas de tramitação processual.
- Plataformas Digitais para Ciclos de Vida dos Cidadãos e das Empresas.
- Plataformas Digitais para a Investigação Criminal e Forense.
- Reforço das Infraestruturas, Equipamentos e Arquiteturas Tecnológicas.
- Plataformas de gestão de conhecimento
- Reforço das Infraestruturas e Equipamentos Tecnológicos

COMPONENTE 19. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-DIGITALIZAÇÃO, INTEROPERABILIDADE CIBERSEGURANÇA

Foi estabelecida uma **Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2020, de 31 de julho), com o objetivo de reforçar a aposta na modernização administrativa para melhor servir os cidadãos e as empresas.

Reformas a implementar:

- Serviços Públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas.
- Administração Pública Conectada, Segura e Inteligente.
- Reforma funcional e orgânica da Administração Pública.
- Administração Pública capacitada para a Criação de Valor Público

Pressupõe os seguintes investimentos:

Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal (198 M€)

Serviços eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência (102 M€)

Reforço do quadro geral de Segurança cibernética na base da confiança para a adoção dos serviços eletrónicos (47 M€).

Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (83 M€).

Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro (98 M€).

Transição Digital da Administração Pública da Ram (78 M€).

Modernização e Digitalização da Administração Pública Regional (Açores) (25 M€).

6. Visão Estratégica para a Região Centro 2030

Colocam-se à região Centro CONTRAGIMENTOS e DESAFIOS que podemos consultar no documento da CCDR de outubro de 2020, resumindo neste texto aspetos que nos mereceram atenção, como apresentar a estratégia para a CIM de Coimbra, pelo fato de se tratar da CIM que integra o Município de pampilhosa da Serra.

A região que procura reforçar a sua competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva.

Uma região que pretende **trabalhar e promover a capacitação para a resiliência dos territórios** mais vulneráveis e mais carenciados de "energia demográfica".
Uma região que **ambiciona liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável,** promovendo a inovação e transição para a descarbonização da economia.
Uma região que procura **aproveitar estrategicamente o seu sistema urbano** ao serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos, inovadores e inteligentes e territórios mais deprimidos de "energia demográfica e económica".

Uma região capaz de **organizar a oferta de qualificações e competências** que a sua transformação estrutural exige, trabalhando nesse sentido a qualificação inicial de jovens, a formação avançada de profissionais, a formação contínua de ativos, a requalificação e criando condições para a atração de população qualificada.

Deste modo, foram definidas **prioridades estratégicas** para a região apresentadas em oito grupos aos quais correspondem linhas de ação. Estas prioridades não se confundem com eixos prioritários de um futuro Programa Operacional Regional (POR) Centro, embora possam ser inspiração para o seu desempenho programático.

GRUPO 1 - Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação

Reforçar as dinâmicas de inovação baseadas no conhecimento e promover/consolidar novos focos territoriais de inovação e a sua materialização na melhoria dos níveis de competitividade regional e das empresas.

Principais linhas de intervenção

- Reforçar as condições institucionais de cooperação entre as instituições com atividade de investigação científica na região;
- Apoiar o desenvolvimento dos Parques de Ciência e Tecnologia existentes na região, criando condições para o maior envolvimento das Universidades, do Poder Local e das Empresas;
- Operacionalizar o *Digital Innovation Hub* do Centro (PTCentroDIH) como forma de fomentar e apoiar a digitalização das empesas da região;
- Promover um novo ciclo de desenvolvimento das Redes de Universidades, Politécnicos, Centros de Investigação e Desenvolvimento, e Parques de Ciência e Tecnologia, com mobilidade de recursos humanos e polarização de empresas;
- Promover a valorização económica da propriedade intelectual (patentes);
- Promover a participação das Instituições de Ensino Superior da Região Centro nas Universidades Europeias;
- Avaliar a pertinência de a região ser dotada de laboratórios com nível de biossegurança três (BSL3 – Biosafety level 3);
- Robustecer o corpo de políticas de investigação e de inovação segundo o objetivo de aumentar a coerência dos apoios e incentivos ao longo de toda a cadeia de inovação;
- Conceber e operacionalizar modalidades integradas de mobilização de diferentes instrumentos de política de inovação segundo modelos de candidatura única e redução de exigências burocráticas;
- Criar condições para o impulso de valorização dos usos do Mar como recurso estratégico;
- Promover dinâmicas de inovação turística garantindo melhores e mais eficazes formas de integração da RIS3 do Centro com a Estratégia Regional de Turismo;
- Conceber e operacionalizar incentivos à valorização de provas de conceito;
- Mobilizar e reforçar os recursos existentes na região para as atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico;

- Implementar um programa de largo espectro focado na internacionalização do sistema regional de inovação, na criação de melhores condições para a internacionalização de *startups* e na alavancagem de uma participação mais intensa em programas comunitários de acesso competitivo fora do contexto dos Fundos Estruturais em Portugal;
- Conceber e implementar um programa de formação intermédia e avançada de novas competências;
- Conceber e implementar um programa de largo espectro focado na valorização do conhecimento científico existente na região nas áreas das ciências da saúde, biomédicas e clínicas;
- Criar uma linha (regional) de apoio aos *clusters* com incidência mais significativa na região que evidenciem maior potencial de desenvolvimento de processos de variedade relacionada integrados nas prioridades da RIS3 do Cento;
- Criar uma linha (regional) de apoio aos projetos de cidades que evidenciem maior capacidade de mobilização de conhecimento e tecnologia existente na região;
- Apoiar a captação mais ambiciosa de talentos no *European Research Council;*
- Promover formas mais avançadas de cooperação empresarial intersectorial;
- Promover a implementação da estratégia regional de desenvolvimento turístico da Região Centro;

GRUPO 2 - Promover a melhoria das condições de conectividade digital e da mobilidade em geral

Dotar a região de condições de conectividade digital e de mobilidade em geral numa perspetiva de (i) condições de suporte à internacionalização, (ii) de fixação de recursos humanos nos territórios mais carenciados de rejuvenescimento demográfico e de (iii) capacitação de ativos e cidadãos.

Principais linhas de intervenção

O âmbito desta prioridade de intervenção é diversificado e as linhas de intervenção propostas distribuem-se por vários domínios, interpelando diferentes políticas públicas:

- Investir na melhoria de cobertura territorial da rede de telecomunicações;

- Conceber e formatar um programa regional de formação de competências para a transformação digital;
- Apoiar projetos de reorganização de centros de formação e outras entidades com intervenção na formação de competências digitais focados na transformação digital enquanto modelo de organização pedagógica e de participação de formandos;
- Promover o surgimento de zonas industriais inteligentes e que possam ser piloto para testar novas tecnologias;
- Promover programas de transformação digital de modelos de negócio empresarial e de digitalização de processos produtivos;
- Apoiar a criação em territórios de baixa densidade de núcleos de concentração e disseminação de competências e serviços digitais;
- Apoiar a capacitação digital das autoridades intermunicipais de transportes e a sua capacitação institucional e financeira para uma adequada intervenção no mercado dos transportes públicos, promovendo a melhoria de serviços de mobilidade às populações;
- Organizar e institucionalizar a rede de cooperação das Autoridades Regionais e Municipais de Transportes da Região Centro;
- Promover o envolvimento necessário e concertado de todas as instituições e entidades representativas da Região Centro na defesa de investimentos públicos estruturantes para a região;
- Concretizar o programa de melhoria de condições de articulação viária da região;
- Concretizar o programa de modernização de infraestruturas ferroviárias.

GRUPO 3 - Valorizar e densificar o sistema urbano regional

Valorizar e densificar o sistema urbano regional segundo uma lógica de competitividade e de internacionalização da região e de sustentabilidade, racionalização, fixação e concentração de energias e recursos em contexto de acentuado declínio demográfico.

Principais linhas de intervenção

- Conceber e formatar programas de internacionalização e competitividade para as cidades do sistema urbano da região com integração das dimensões de internacionalização e competitividade;

- Valorizar experiências de promoção de cidades inteligentes explorando as novas potencialidades introduzidas por matérias como a Internet;
- Valorizar a disseminação de projetos urbanos baseados na constituição de comunidades produtoras de energia;
- Promover a implementação de planos estratégicos exemplares de cidades circulares;
- Apoiar projetos exemplares de recuperação de património histórico e habitacional com reutilização funcional de edifícios e espaços e modelos de gestão e ocupação dos mesmos;
- Apoiar projetos classificáveis como boas práticas a disseminar, em termos de partilha e cooperação de recursos, equipamentos e oferta cultural e de animação urbana;
- Apoiar a organização de uma rede regional de instituições e equipamentos com políticas culturais marcantes;
- Apoiar projetos conjuntos de internacionalização de cidades e Universidades e Institutos Politécnicos;
- Apoiar a conceção de estratégias urbanas focadas na dinamização de territórios de baixa densidade e na racionalização da localização dos Serviços de Interesse Geral.

GRUPO 4 - Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região

Promover um combate sistemático às fragilidades e vulnerabilidades dos territórios da região, incluindo a exposição de vários tipos, segundo uma lógica de "as pessoas primeiro" e de planeamento inteligente da oferta de Serviços de Interesse Geral (SIG).

Principais linhas de intervenção

- Consagrar nas estratégias das sub-regiões NUTS III programas de abordagem e erradicação de fragilidades e vulnerabilidades identificadas na provisão dos vários SIG, em estreita interação com os GAL-ADL que operam nos respetivos territórios;
- Promover a implementação de novos modelos institucionais de prestação de serviços, instigando a cooperação territorial ou a liderança destes serviços pelas comunidades;
- Incentivar o ensaio de novas soluções em linha na provisão de SIG, apoiadas pela transformação digital;

- Conceber e formatar programas de reforço das condições de resiliência das populações de territórios rurais com maior risco de incêndios florestais e exposição a riscos naturais, designadamente os derivados das mudanças climáticas, em estreita cooperação com os serviços de proteção civil municipal e com as prioridades de localização de serviços de suporte em aldeias consideradas nucleares para a proteção de populações em situações de risco;
- Conceber e implementar programas de apoio à colocação de emprego jovem em instituições da região carenciadas de capacitação e apetrechamento técnico e humano, com a dimensão temporal adequada para estimular condições de fixação desses jovens;
- Conceber e implementar estratégias e planos de abordagem a riscos tecnológicos identificados nos trabalhos de ordenamento do território realizados seja pela CCDRC, seja pelas CIM da região;
- Aprofundar planos e trabalhos de defesa do Litoral, da zona costeira e do território adjacente, com atenção aos pontos mais críticos, designadamente entre Ovar e Mira;
- Apoiar programas de valorização económica de recursos endógenos focados na reconstituição e fortalecimento dos tecidos empresariais de territórios de mais baixa densidade;
- Apoiar estratégias locais de atração de jovens qualificados aos territórios de baixa densidade, no quadro da promoção de imagens mais positivas destes territórios como espaços de investimento e de residência segura;
- Promover a concentração espacial de serviços de suporte à atividade económica em territórios de baixa densidade, apoiando projetos exemplares do ponto de vista do combate à atomização de iniciativas;
- Conceber e operacionalizar um programa de reorganização da oferta de espaços de incubação em territórios de baixa densidade na região, com clarificação de funções e de serviços e de centros de recursos de suporte ao seu funcionamento;
- Apoiar projetos de configuração de modelos de negócio digitais para a valorização dos recursos endógenos;
- Conceber e implementar, em cooperação com as CIM e GAL-ADL um novo ciclo de apoio ao microempreendedorismo de base local, focado no robustecimento económico dos territórios com menor concentração industrial;

- Apoiar instituições da região vocacionadas para a atração e integração social e no mercado de trabalho de (i)migrantes, em articulação com estratégias locais de habitação de municípios que se queiram associar a esse objetivo regional de rejuvenescimento da população residente e da força de trabalho;
- Criar as condições institucionais necessárias para uma territorialização mais eficaz da política nacional de imigração ajustando-a às necessidades territoriais da região;

Grupo 5 - Adaptar proactivamente a região à emergência climática e à descarbonização

Promover a adaptação da região à emergência climática e à transição para uma economia e sociedade regionais de mais baixo carbono, incluindo a integração de modelos de negócio para a economia circular, a transformação de modos de produção agrícola e florestal e mudança no paradigma energético.

Principais linhas de intervenção

- Rever no quadro dos futuros Programas Regionais de Ordenamento do Território que incidam na região a estratégia de valorização ambiental da Região Centro ajustando-a aos contributos já disponíveis de adaptação e mitigação das alterações climáticas e preenchendo lacunas ainda existentes;
- Operacionalizar, em termos de programação de investimentos e ações, planos existentes de mitigação e combate às alterações climáticas à escala intermunicipal e municipal;
- Concretizar o Plano de Ações de implementação da Agenda Regional para a Economia Circular na Região Centro;
- Apoiar a disseminação de projetos de economia circular em territórios de baixa densidade, revisitando modos de produção antigos e valorizando patrimónios culturais de saberes, heranças e memórias coletivas, para o que existe conhecimento no sistema universitário e politécnico da região;
- Apoiar a constituição a nível urbano de "comunidades de energia", entendidas como iniciativas coletivas de ação energética envolvendo a participação organizada de cidadãos no sistema energético;
- Apoiar projetos representativos e disseminadores de boas práticas em matéria de inovação de sistemas de produção agrícola, designadamente em territórios de nível elevado de *stress*

hídrico, mas apontando também para a adoção de modelos produtivos e produções agrícolas mais resilientes e adaptados às condições edafoclimáticas dos diferentes territórios da região, consoante as suas particularidades;

- Apoiar, em coerência com a linha de intervenção anterior, a modernização agrícola sob a forma de digitalização da agricultura *(high tech farming);*
- Apoiar ações de combate a pragas e doenças, de valorização de serviços de ecossistemas, da biodiversidade e da conservação da natureza e de valorização dos espaços naturais e da paisagem;
- Promover como corolário das três linhas anteriores, uma mais efetiva articulação da programação regional de base territorial com a programação do Programa de Desenvolvimento Rural;
- Apoiar projetos de cidades focados na redução do metabolismo económico urbano e na transição energética para cidades de baixo carbono;
- Apoiar a melhoria das condições do uso racional da água em termos agrícolas, industriais e de consumo urbano;
- Apoiar projetos de empresas que valorizem a transição para a economia circular, apostando na redução, reutilização, recuperação e reciclagem dos recursos;
- Reforçar as condições infraestruturais urbanas para o incremento substancial da mobilidade sustentável, designadamente elétrica;
- Operacionalizar na programação instrumentos de transversalidade das políticas ambientais e de sustentabilidade, com relevo para as ações de combate à erosão da orla costeira e defesa dos efeitos de riscos naturais (galgamentos e outros fenómenos) e para a valorização do potencial económico de áreas naturais;
- Desenvolver ações de valorização dos recursos hídricos (despoluição de bacias hidrográficas, reutilização de águas, eficiência hídrica, transvases, eficiência nos aproveitamentos hidroagrícolas, adequação de consumos e de disponibilidades, etc.), de recuperação de passivos ambientais (que inclua solos contaminados, pedreiras e minas abandonadas ou em risco, erosão costeira, águas poluídas, erosão de solos afetados pelos incêndios, áreas afetadas por radioatividade, amianto em edifícios, etc.), de combate à desertificação, de promoção da qualidade do ar e do ambiente em geral;

- Explorar, em cooperação com as autoridades nacionais, o quadro de oportunidades e exigências do Pacto Ecológico Europeu relativamente à Estratégia Regional, assegurando as respostas necessárias;
- Posicionar a Região Centro na liderança da valorização da floresta como ativo específico regional de fins múltiplos e entendida como ecossistema equilibrado de produtores, agricultores e cidadãos, transformando-a em recurso vital de perceção generalizada e coerente por todos os atores e territórios da região, dos modelos de gestão e ordenamento florestal (potenciando a melhoria das condições de observação da floresta a partir do espaço) à sua valorização económica e energética, passando pelo seu papel incontornável no sequestro de carbono ao serviço de uma estratégia mais alargada de descarbonização da região;
- Avaliar recursos para a criação na região de um Centro Tecnológico para a Valorização dos recursos da floresta, entendido como projeto estruturante a localizar no território do interior da região e com valências associadas ao Centro de Competências e em articulação com os desenvolvimentos da recém-criada rede de polos de inovação para a agricultura anunciada pelo Ministério da Agricultura e com as prioridades a nível de ENEI e de EREI Centro que venham a ser estabelecidas para a floresta.

Grupo 6 - Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais

Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais, tendo em conta a diversidade dos modelos territoriais da região e mobilizando os importantes ativos de investigação de conhecimento e de capacidade de intervenção existentes na região.

Principais linhas de intervenção

- Apoiar a conceção de referenciais regionais e sub-regionais (NUTS III) de identificação de tipologias de exclusão social e desigualdade e de abordagens integradas na resposta a estes fenómenos, que assumem formas complexas e multidimensionais, interpelando por isso à adoção de estratégias multissetoriais mobilizadoras de políticas que, em simultâneo, apoiem os rendimentos (mínimos), a integração socioprofissional (através de formação e de um

mercado de trabalho inclusivo) e o acesso a bens e serviços essenciais (saúde, educação, habitação, guarda de crianças, etc.);

- Assegurar a capacitação técnica e organizativa dos municípios e das organizações da economia social da região, apetrechando-os para uma resposta mais eficaz às novas e às já conhecidas problemáticas sociais identificadas nos referenciais regional e sub-regional anteriormente referidos e para a avaliação do impacto da sua própria atividade;
- Conceber e formatar um novo ciclo de apoio a projetos de empreendedorismo social gizados segundo uma ótica de inovação social;
- Apoiar projetos geradores e disseminadores de boas práticas em termos de resposta aos problemas do envelhecimento e isolamento residencial;
- Promover projetos geradores e disseminadores de boas práticas em termos de combinação das atividades culturais, desportivas e educativas como formas de combate à exclusão social, tirando partido entre outras condições da resposta das comunidades à pandemia COVID-19;
- Desenvolver a oferta de serviços de saúde com proximidade, qualidade e integração social, segundo uma lógica de reforço da capacidade de intervenção do SNS e a clarificação das condições de articulação entre as áreas da Saúde e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para uma mais eficaz governação, designadamente na assistência médica a respostas sociais orientadas para o apoio a idosos;
- Apoiar estratégias sub-regionais (NUTS III) de mapeamento de carências (e de identificação de necessidades de investimento) em matéria de tipologias de serviços e equipamentos com oferta mais escassa e/ou com maior procura; cuidados a idosos e dependentes; cuidados a crianças (creches e serviços de amas); cuidados continuados integrados, incluindo os cuidados paliativos;
- Apoiar projetos demonstradores de boas práticas de valorização de recursos de investigação e de intervenção na área da saúde preventiva e promoção de estilos de vida saudável, focados nos públicos mais vulneráveis e com menor capacidade de acesso a cuidados de saúde.

GRUPO 7 - Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral.

Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral segundo uma perspetiva de educação como fator de inclusão e de capacitação de indivíduos e organizações em termos das competências exigidas pela transformação da região.

Principais linhas de intervenção

- Envolver a região num processo de identificação de competências digitais a suprir para uma maior eficácia na resposta às oportunidades da transformação digital e valorizar o papel de instituições de intermediação capazes de chegar às populações mais idosas e isoladas;
- Conceber um quadro prospetivo de necessidades de competências intermédias, superiores e avançadas, induzidas pelas apostas prioritárias da RIS3 do Centro, com envolvimento das principais entidades integradas do sistema regional de inovação do Centro e implicações nos apoios da programação 2021-2027 à formação de qualificações;
- Apoiar um novo ciclo de projetos de combate ao abandono e insucesso escolar, aprofundando metodologias, envolvendo progressivamente comunidades locais em torno das Escolas protagonistas e formuladas com base em resultados a atingir e articulando com políticas de combate à pobreza;
- Aprofundar abordagens focadas na redução do número de jovens com estatuto de não estarem nem empregados, nem em educação e nem em formação (NEET);
- Apostar na conceção e formatação de programas de formação de ativos empregados com base em evoluções tecnológicas prospetivas de diferentes setores por dimensão de empresa;
- Conceber programas de formação de jovens para a indústria com diferentes níveis de qualificação, designadamente reforçando CET e TeSP e promovendo formações curtas para a empregabilidade de jovens licenciados, designadamente do ponto de vista do reforço das suas competências digitais;
- Conceber e implementar programas formativos estruturados de apoio à reconversão de trabalhadores para novas áreas de trabalho, incluindo formação para a transição do trabalhador entre diferentes áreas, em conformidade com projetos de reorganização empresarial;
- Dinamização da educação e formação de adultos (ativos empregados e desempregados), nomeadamente através de ofertas de educação-formação ajustadas ao perfil e necessidades dos públicos-alvo e capitalizando experiências já desenvolvidas;
- Promover a capacitação de quadros técnicos de municípios para uma resposta eficaz à assunção de novas competências por parte dos municípios em matéria de educação;

- Apoiar projetos geradores e disseminadores de boas práticas em matéria de uma articulação mais eficaz entre a formação de técnicos intermédios (Cursos Profissionais e Cursos Técnicos Superiores Profissionais – TeSP) e os domínios prioritários da RIS3 do Centro;
- Apoiar centros de excelência de formação avançada em articulação com as grandes prioridades da especialização inteligente da região e focados na atração e fixação de talentos;
- Promover projetos de valorização e implementação de pactos rurais-urbanos, focados na cooperação de recursos entre estes territórios (a exemplo do proposto no quadro do modelo territorial de Viseu Dão Lafões).

GRUPO 8 - Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional

Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional das instituições, organizações e empresas da Região Centro no quadro do atual modelo de organização territorial do Estado e das transformações em curso em matéria de descentralização.

As principais linhas de ação propostas são:

- Alargar o campo da variedade relacionada e da transferência de tecnologia na RIS3 do Centro, estendendo práticas colaborativas a parcerias internacionais, seja na produção de conhecimento, seja na produção de tecnologia, seja na capitalização/valorização económica e social de resultados de projetos geradores de conhecimento e tecnologia;
- Intensificar a participação dos projetos de empreendedorismo de base tecnológica gerados na região em mecanismos de financiamento internacional especializado;
- Melhorar as condições de acesso da governação municipal e intermunicipal a boas práticas internacionais em domínios de relevo como a gestão para a sustentabilidade ou a promoção de inclusão social;
- Capacitar os agentes institucionais e empresariais da região para uma participação mais ativa em programas de financiamento comunitário direto;
- Criar recursos de capacitação e organização para que o Sistema Universitário e de Investigação Científica localizado na região possa aspirar a uma maior escala de participação em projetos europeus, tirando partido designadamente da relevante participação da

Universidade de Coimbra no acesso ao programa Horizonte 2020 e nas boas práticas que pode ajudar a disseminar;

- Criar condições de excelência na investigação de suporte aos desafios societais, tirando partido da especialização tendencial já existente no sistema científico e tecnológico da região e promovendo a cooperação de recursos como instrumento de ganhos de massa crítica;
- Promover complementarmente uma maior notoriedade das agendas comunitárias e dos desafios societais na região;
- Alavancar projetos de alcance multiplicador gerados em programas de cooperação transfronteiriça, articulando-os com programas integrados de intervenção nesses territórios financiados no quadro do Programa Operacional Regional (POR) do Centro;
- Promover e apoiar a circulação internacional de agentes regionais focados na captação e transferência de conhecimento para a Região;
- Apoiar a participação de agentes regionais em projetos-piloto a nível europeu suscetíveis de disseminar na região boas práticas de inovação e governação, designadamente em domínios de desenvolvimento tecnológicos que correspondam a prioridades da RIS3 do Centro;
- Promover programas de cooperação conjuntos entre o Centro de Portugal e Castilla y León, bem como na Euroregião EUROACE – Alentejo, Centro, Extremadura e definir uma nova estratégia de participação da Região Centro no Espaço Atlântico após a sua reconfiguração ditada pela saída das regiões do Reino Unido;

CIM REGIÃO DE COIMBRA

A composição territorial da CIM Região de Coimbra integra municípios e territórios em estádios de desenvolvimento muito diferenciados e densidades também muito desiguais, implicando por isso uma territorialização particularmente exigente.

Nestes termos, a territorialização da estratégia regional na Região de Coimbra concretiza-se através das seguintes prioridades, apresentadas por ordem decrescente de articulação com a formulação da EIDT:

- Consolidar a relevante rede de universidades, centros de investigação, infraestruturas de base tecnológica focadas na valorização e transferência de conhecimento e incubação;

- Reforçar o posicionamento institucional e empresarial da Região de Coimbra na valorização da economia azul e da economia verde;
- Reforçar a transferência de conhecimento para os territórios de mais baixa densidade da região e para os processos de valorização de recursos endógenos;
- Capacitar e organizar em termos técnicos e humanos dos territórios mais vulneráveis a fenómenos climáticos e riscos naturais;
- Promover a exemplaridade ambiental da região com um programa coerente de investimentos;
- Promover a rede urbana da Região de Coimbra como um exemplo pioneiro de cooperação para políticas públicas de melhor integração entre territórios menos e mais desenvolvidos;
- Desenvolver abordagens às questões sociais identificadas como mais relevantes no diagnóstico sub-regional;
- Reforçar a conectividade digital ao serviço da geração de novos modelos de negócio baseados nos mercados externos e da capacitação para a resiliência dos territórios demograficamente mais vulneráveis e atração de jovens ativos a esses territórios;
- Promover novas formas e modelos de mobilidade inteligente adaptados à diversidade de densidades demográficas existente na Região de Coimbra.

Exemplos de projetos estruturantes

Inovação e transformação digital

- Apostar na I&D ligada ao mar, designadamente potenciando o Marefoz – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, aumentando as suas valências na Figueira da Foz e na Região;
- Concertar com as restantes CIM litorais da região projetos de instalação de unidades de aquacultura, tendo em vista o aumento da capacidade regional de substituição de importações em matéria de pescado;
- Apostar na I&D ligada à Floresta, à Agricultura, à Alimentação/Nutrição, e à Saúde/Bem-Estar, tendo em conta a exemplaridade ambiental (sustentabilidade, economia circular,

recursos hídricos, transição energética, e emergência climática), e integrando/potenciando as unidades de I&D da região de Coimbra com competências nestas áreas;

- Reforçar o papel da Região de Coimbra como polo de investigação Biomédica e Biotecnológica.

Coesão, agricultura e floresta

- Programa de promoção turística dos territórios de baixa densidade como destinos de natureza seguros;
- Apoiar a constituição de centros de competências com base nos recursos endógenos (Ex: Centro de competências do desporto na natureza, centro de competências da caprinicultura, centro de competências do medronho, Centro de Competências para a Floresta, Centro de Competências para a informação Geospacial (CC2GEO), etc.);
- Expansão da obra de fomento hidroagrícola do Baixo Mondego;
- Aproveitamento e exploração do potencial do Centro de Biomassa para a Energia.

Transportes, Mobilidade e Logística

- Defesa de uma infraestrutura aeroportuária para a Região Centro;
- Construção de Gare Intermodal para os transportes públicos de Coimbra e (inerente) relocalização das instalações dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMUTC);
- Ampliação do Sistema de Mobilidade do Mondego aos Concelhos adjacentes de Coimbra;
- Programa de investimento em plataformas logísticas (Ex: Plataforma Logística de Coimbra (Coimbra / Mealhada), Plataforma Rodo-Ferroviária de Alfrelos/Granja do Ulmeiro, Plataforma Rodo-Ferroviária Pampilhosa-Coimbra, etc);

Ferrovia

- Modernização eixo Porto Lisboa. Troço Soure-Coimbra-Mealhada (PNI 2030);
- Sinalização e implementação do ERTMS/ETCS + GSM –R – Ramal de Alfarelos (PNI 2030);
- Duplicação do ramal de Alfarelos, permitindo o cruzamento de comboios até 750 m de comprimento (PNI 2030);
- Requalificação da Linha da Beira Alta como infraestrutura estruturante para a ligação rápida às linhas ferroviárias transeuropeias, quer de passageiros quer de mercadorias (incluído no PNI 2030).

Rodovia

- Requalificação do IP3 (troço Coimbra – Viseu) em perfil de autoestrada (PNI 2030);
- Construção de ligação da A13 (nó de Ceira) ao IP3 através de um traçado mais a sul relativamente ao existente que permita, entre outras, a potenciação do uso da A13, a conexão com o IC6 e a criação de uma alternativa à EN 17 (PNI 2030);
- Conclusão do IC6 de Ligação de Tábua a Oliveira do Hospital e do IC7 (PNI 2030);
- Conclusão do IC12, ligação Mangualde-Mira (já iniciado entre Santa Comba Dão e Carregal do Sal);
- Ligação ao IP3 dos concelhos localizados no corredor sul (PNI 2030).

Marítimo portuário

- Melhoria das acessibilidades marítimas e infraestruturas portuárias do Porto da Figueira da Foz;
- Melhoria da operacionalidade dos terminais comerciais do Porto da Figueira da Foz e criação de zona logística em área adjacente;
- Construção de ZALI (zona de atividades logísticas e industriais) na Morraceira (Figueira da Foz);
- *Roadmap* para a transição energética nos Portos de Figueira da Foz;

- Desenvolvimento e implementação do conceito "Smart Port" no Porto da Figueira da Foz, através da melhoria das condições de conectividade digital e mobilidade em geral e também de dinâmicas de inovação.

Energia – Redes

- Promoção das interligações de gás natural: "Investimentos que visem o reforço das interligações de gás natural, nomeadamente: (i) 3ª Interligação entre Portugal-Espanha (projeto consta da 3ª lista de Projetos de Interesse Comum); (ii) Aumento da Capacidade de armazenamento de Gás Natural Liquefeito (condicionado à construção da 3ª interligação entre Portugal e Espanha) (Cantanhede) (PNI 2030).

Regadio

- Programa "Revitalização do Regadio" através da reabilitação ou requalificação de infraestruturas hidráulicas agrícolas (PNI 2030).

Cidades e mobilidade

- Construção de Ciclovia do Mondego entre Coimbra e Figueira da Foz;
- Conclusão da Eurovelo 1 – Rota da Costa Atlântica ao longo de toda a costa litoral continental;

Turismo e Cultura

- Requalificação/reutilização dos equipamentos culturais da região (Ex: Mosteiro de Lorvão);
- Programa de investimento no turismo de natureza, preservando a paisagem e a biodiversidade e valorizando as Aldeias Vivas – Aldeias para visitar, aldeias para descansar, aldeias para trabalhar, dotadas de espaços de *cowork;*
- Valorização do património histórico-cultural da Universidade de Coimbra.

7. PRPI – Programa de Revitalização do Pinhal Interior: Presente e Futuro

O Programa de Revitalização assume uma visão clara para o território: ***Pinhal Interior, um território resiliente, empreendedor e que constrói um futuro mais coeso e sustentável.***

A visão é suportada por três objetivos:

a) Promover o ordenamento sustentado do espaço rústico, através de medidas de gestão integrada, valorizando as ações que promovam as funções ecológicas, sociais e culturais dos territórios rurais, em articulação com a implementação de medidas de prevenção e gestão estratégicas de risco de incêndio;

b) Reforçar a segurança das populações e a proteção dos espaços florestais, através da implementação de estratégias de redução de riscos coletivos, assentes num melhor conhecimento da gestão do fogo, numa melhor coordenação e capacitação de todo o dispositivo operacional e numa melhor preparação e envolvimento das pessoas e comunidades face à ocorrência de riscos;

c) Desenvolver uma estratégia de desenvolvimento económica e social tendo em vista a atração e a fixação de investimento produtivo, que propicie a diversificação da atividade económica e a valorização dos recursos endógenos, designadamente das fileiras florestais, da agricultura, do património natural e paisagístico e do turismo, qualificando e aumentando a oferta de bens e serviços de modo a contribuir para a criação de emprego sustentado e para a melhoria das condições de vida das populações.

Estes objetivos entroncam em três eixos de intervenção, desenvolvidos em oito objetivos estratégicos, que enquadram e estruturam um conjunto de medidas, ações e projetos que permitem a concretização da estratégia para a região abrangida pelo Programa.

EIXO I. ESPAÇO RÚSTICO ORDENADO, RESILIENTE E SUSTENTÁVEL

OE1: Definir e implementar políticas e instrumentos de ordenamento e gestão sustentável dos espaços florestais.

OE2: Recuperar, ordenar e valorizar os espaços rústicos.

EIXO II. PREVENÇÃO ESTRUTURAL DOS INCÊNDIOS RURAIS

OE3. Aumentar o conhecimento e gestão do fogo rural e a sua incorporação nas diversas componentes do sistema.

OE4. Reforçar a proteção da floresta e a segurança das populações.

EIXO III. TERRITÓRIO ATRATIVO, COMPETITIVO E INOVADOR

OE5. Diversificar a estrutura económica e promover o emprego como meios de fixar população.

OE6: Promover a atratividade e a coesão territorial.

OE7: Reforçar a qualificação profissional e estimular a criação de conhecimento e a inovação.

OE8. Promover a Inovação e Inclusão Social.

Apresentamos um quadro síntese dos Eixos, Objetivos Estratégicos, Medidas, Áreas Geográficas e Programa de Enquadramento/Fontes de Financiamento:

Quadro n.º 1 - Eixos, Objetivos Estratégicos, Medidas, Áreas Geográficas e Programa de Enquadramento/Fontes de Financiamento.

Objetivos Estratégicos	Área de Atuação	Medidas	Área geográfica de influência	Programa de Enquadramento/ Fontes de Financiamento
EIXO I, ESPAÇO RÚSTICO ORDENADO, RESILIENTE E SUSTENTÁVEL				
OE1. Definir e Implementar Políticas e Instrumentos de Ordenamento e Gestão Sustentável dos Espaços Florestais	1.1. Instrumentos de Gestão do Espaço Rústico	1.1.1. Projeto-Piloto: Sistema de informação cadastral simplificada	10 Municípios - Lei n.º78/2017, de 17 de agosto	PT 2020, OE
		1.1.2. Mecanismos reguladores de prédios rústicos	Âmbito nacional	OE
	1.2. Mecanismos e Incentivos ao Investimento e Gestão Florestal	1.2.1. Projeto-Piloto: Compensação dos serviços ambientais na área florestal do Pinhal Interior	Pinhal Interior	OE
		1.2.2. Reforço dos incentivos à gestão sustentável dos espaços agroflorestais do Pinhal Interior	7 Municípios - RCM n.º 101 - A/2017	PT 2020, FFP, OE, Privados/Mecenas
		1.2.3. Benefícios e incentivos fiscais ao investimento no setor florestal	Âmbito nacional	OE
		1.2.4. Fomento à criação de organismos de	Pinhal Interior	BEI, Rewwilding Europe Capital Fund, Land

		investimento florestal coletivos		Degradation Neutrality Fund, Plano Junker
	1.3. Planeamento e Ordenamento do Espaço rustico	1.3.1. Instrumentos de ordenamento e gestão do território rústico	Pinhal Interior	OE
		1.3.2. Organização do espaço nas áreas queimadas	Pinhal Interior	Instrumentos de financiamento - FCT
		1.3.3. Projeto-Piloto: ECO.BIO: Aceleração de soluções em economia circular e bioeconomia no Pinhal Interior	Pinhal Interior	POSEUR, PT 2020, Fundo Ambiental, FITEC, BEI/EFSI – Plataforma de Financiamento para a Economia Circular
		1.3.4. Comunidades colaborativas – Programa integrado de mobilização	7 Municípios - RCM n.º 101 - A/2017	OE
OE2. Recuperar, Ordenar e Valorizar os Espaços Rústicos	2.1. Recuperação dos Ecossistemas	2.1.1. Ações de estabilização de emergência para recuperação das áreas ardidas e sensibilização	Pinhal Interior	FFP
		2.1.2. Instalação de parques de receção de madeira de resinosas	Pinhal Interior	FFP
		2.1.3. Recuperação dos povoamentos florestais e proteção e manutenção dos recursos hídricos	Pinhal Interior	PDR 2020, Fundo Ambiental, OE
	2.2. Gestão de combustíveis e Silvicultura Preventiva	2.2.1. Programa de gestão de combustíveis	7 Municípios - RCM n.º 101 - A/2017	FFP, PDR 2020, PO SEUR, OE
		2.2.2. Promover novos modelos de silvicultura	7 Municípios - RCM n.º 101 - A/2017	PDR 2020
	2.3. Multifuncionalidade dos Espaços Florestais	2.3.1. Valorização da agricultura familiar	Pinhal Interior	PDR 2020
		2.3.2. Restabelecimento e relançamento da atividade apícola	Pinhal Interior	PDR 2020
		2.3.3. Projeto-Piloto de silvopastorícia	Pinhal Interior	OE, Privados
		2.3.4. Desenvolvimento da fileira do medronheiro	Pinhal Interior	PDR 2020
		2.3.5. Relançamento da fileira silvo-industrial da resina	Pinhal Interior	PT 2020, H 2020, Privados
		2.3.6. Incremento sustentável das	Pinhal Interior	PT 2020 (PO centro), Programa LIFE

		atividades cinegéticas e piscícolas		
EIXO II- PREVENÇÃO ESTRUTURAL DOS INCÊNDIOS RURAIS				
OE3. Aumentar o Conhecimento da Gestão do Fogo Rural	3.1. Gestão e Conhecimento do Fogo	3.1.1. Projeto-Piloto: Observatório para a gestão do fogo	Pinhal Interior	PT 2020, FCT
		3.1.2. Grupo de Trabalho – Redução das ignições em espaço rural e reforço da investigação	Âmbito nacional	OE
OE4. Reforçar a Proteção da Floresta e a Segurança das Populações	4.1. Proteção e defesa dos espaços florestais	4.1.1. Projeto-Piloto de vigilância e proteção das florestas	Pinhal Interior	OE, PO SEUR, Fundo Ambiental, FFP, IPDJ
		4.1.2. Combate - Intervenção e emergência pós-fogo	Pinhal Interior	PT 2020,OE
	4.2. Reforçar a Segurança das populações	4.2.1. Projeto-Piloto: Aldeias Seguras – Rede de segurança e proteção	Pinhal Interior	PO SEUR, FFP, OE, Privados
EIXO III- TERRITÓRIO ATRATIVO, COMPETITIVO E INOVADOR				
OE5. Diversificar A Estrutura Económica e Promover o Emprego	5.1. Criação de um Cluster Florestal	5.1.1. Indústrias Florestais: + produtividade e inovação	Pinhal Interior	PT 2020, PDR 2020, Privados
		5.1.2. Biomassa Florestal	Pinhal Interior	PO SEUR, OE

Fonte: PRPI

8. Programas EXPANDIR E DOT@R

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2020 aprovou os seguintes programas: Programa de Expansão de Projetos de Amplitude Nacional para o Desenvolvimento do Interior (EXPANDIR) e o Programa de Dotação Operacional de Territórios e Apoio à Revalorização (DOT@R).

Ambos os programas respondem concretamente às recomendações específicas endereçadas pela Comissão Europeia a Portugal, no âmbito do Semestre Europeu, designadamente as seguintes: a) Melhoria do nível e competências da população; b) Desenvolvimento da política económica centrada no investimento em investigação, inovação, descarbonização e transição energética, com vista a uma economia neutra em carbono; c) Reforço do investimento; d) Assegurar a igualdade de acesso a serviços públicos de qualidade; e) Apoio ao emprego e prioridade nas medidas que visem preservar os postos de trabalho; f) Apoio à utilização de tecnologias digitais.

O Programa EXPANDIR é orientado para:

a) O incremento do nível de competitividade dos territórios a partir de estratégias de expansão económica dos setores com evidente capacidade instalada num determinado contexto geográfico, criando as necessárias condições para a transferência e incorporação de tecnologia, conhecimento, capital humano, apoio à captação e retenção de trabalhadores, digitalização de processos e dinâmica de internacionalização;

b) A identificação em cada região dos setores com maior nível de desenvolvimento, potencial de crescimento e resultantes da atividade colaborativa de atores territoriais relevantes, instituições de ensino superior, unidades de investigação & desenvolvimento (I&D), centros de transferência de tecnologia, laboratórios colaborativos, polos da Rede de Inovação, associações público -privadas decorrentes de redes colaborativas, e outras infraestruturas de interface, empresas e associações empresariais;

c) A potenciação dos setores através da implementação de projetos integrados orientados para, sem prejuízo de outros objetivos, ações de investigação aplicada e inovação, serviços especializados conducentes à geração de valor acrescentado para cada um dos setores

selecionados, digitalização de sistemas, descarbonização da indústria e transição energética, capacitação de recursos humanos, integração de estratégias impulsionadoras dos processos de criação de marcas, de comercialização, de internacionalização e de inovação, e aumento da capacidade de resposta a situações de adversidade económica e social;

d) A requalificação estratégica e sustentada de áreas de acolhimento empresarial, áreas industriais e respetivas acessibilidades, infraestruturas sociais, promotoras da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, e equipamentos auxiliares de apoio às mesmas, designadamente dormitórios e refeitórios.

Determinar que o Programa EXPANDIR privilegia na concretização dos projetos estruturantes os seguintes critérios, os quais serão transformados em indicadores:

a) Demonstração de uma clara dinâmica colaborativa entre diferentes agentes locais, instituições de ensino superior, infraestruturas de transferência de tecnologia e inovação, instituições culturais, empresas e associações empresariais;

b) Evidenciação de um elevado nível de capacitação e de resultados que comprovem a implementação de ações manifestamente bem-sucedidas;

c) Convergência com o contexto geográfico correspondente à sua área de instalação; d) Histórico de captação de financiamento com efeito de capitalização do potencial produtivo, em particular quando decorrente de implementação de tecnologia e inovação;

e) Potencial de criação e manutenção de emprego, essencial à retenção, atração e fixação de pessoas;

f) Capacidade de expansão, em particular através do escalonamento da dimensão produtiva suportada por tecnologia e inovação, em perfeito alinhamento com as necessárias estratégias de especialização inteligente aplicadas para a valorização das competências dos territórios do interior;

g) Aptidão para integração em processos de internacionalização e de inovação, considerando as diferentes fases da cadeia de valor;

h) Competência para assumir a digitalização dos processos e serviços;

i) Adequação ao estabelecimento de uma estratégia de âmbito nacional garantidamente transversal e multissetorial;

j)Principal referência a nível nacional em relação a cada um dos setores identificados para a implementação dos projetos integrados;

k) Integração de estratégias de eficiência e de recursos, de transição energética e de descarbonização da sociedade;

l) Demonstração da convergência com a primeira revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, nas temáticas que para ele concorrem;

m) Demonstração da convergência com o Programa de Transformação da Paisagem, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, nas temáticas que para ele concorrem.

O Programa DOT@R é orientado para:

a) A diminuição dos constrangimentos que tipicamente afetam as áreas periféricas e ultraperiféricas, através da execução de um conjunto de medidas definidas de acordo com o contexto sociogeográfico de cada região e com grande envolvimento dos agentes de desenvolvimento local;

b) Atingir níveis de equidade territorial, pelo suprimento de carências dos serviços básicos, nomeadamente a partir da implementação de soluções inovadoras (nos domínios da telemedicina, do teletrabalho, do transporte flexível, dos serviços públicos móveis, da escola digital, entre outros), associadas aos mais recentes processos de digitalização;

c) A tomada em consideração da contribuição das medidas de inovação social, em especial na resolução dos casos identificados como sendo os de mais premente necessidade, tais como aqueles originados pela pandemia da doença COVID -19;

d)A intensificação das relações urbanas e urbano -rurais, nos sistemas territoriais a consolidar e a estruturar, no sentido de alcançar melhores níveis de eficiência e eficácia na gestão das políticas públicas nomeadamente através da organização dos sistemas de mobilidade sustentável flexíveis, oferta de habitação e acesso a serviços de interesse geral, à escala das comunidades intermunicipais.

As medidas a adotar no âmbito do Programa DOT@R, em articulação com as estratégias de especialização inteligente, devem ser eficazes para a identificação e atenuação ou eliminação dos principais obstáculos de dispersão geográfica, dotando as regiões periféricas de soluções coerentes com a melhoria das condições de vida, com particular incidência no tocante aos serviços públicos básicos, em todo o território nacional:

a) Resolução das limitações para o mercado de trabalho (teletrabalho e conciliação da vida profissional, pessoal e familiar);

b) Melhoria dos cuidados de saúde (telemedicina, telessaúde), considerando as especificidades deste setor, para além de atribuição de incentivos e benefícios para a transferência de profissionais para unidades de saúde nos territórios do interior, em função da carência de especialidade médica; c) Prever a criação de serviços de apoio domiciliário personalizado e sistemas de reforço das respostas de proximidade em saúde (unidades móveis de saúde, mobilidade das unidades de cuidados nas comunidades, rede de farmácias de proximidade, intervenção ao nível psicossocial de forma preventiva, entre outros), bem como o reforço dos serviços locais de apoio a grupos vulneráveis, designadamente a vítimas de violência doméstica no âmbito da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, a refugiados, a trabalhadores imigrantes e suas famílias, a populações ciganas e a pessoas em situação de sem -abrigo no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem -Abrigo;

d) Melhoria das redes de transportes públicos;

e) Oferta de serviços de transporte diferenciadas (transporte flexível), garantindo que as autoridades de transporte (municípios e comunidades intermunicipais) tenham flexibilidade para dimensionar uma oferta variável em função das necessidades;

f) Adoção de políticas de proximidade e com representação de todos os setores relevantes, em especial os agentes de desenvolvimento local, as associações dos setores e as organizações da sociedade civil com intervenção especializada;

g) Oferta de serviços públicos mais próximos através de modelo descentralizado de prestação de serviços similares aos disponíveis no Balcão do Cidadão em veículos adaptados para prestar este tipo de serviços nas localidades, mais próximos das pessoas, evitando a deslocação das pessoas para usufruírem desses serviços;

h) Investimento nas redes de saneamento básico;

i) Melhoria do acesso ao financiamento através da publicação de avisos de incentivos financeiros abertos em contínuo e associados a condições de candidatura coerentes com as zonas periféricas; j) Promoção das condições necessárias à implementação de projetos - piloto em ambientes rurais e costeiros (por exemplo Small Project Funds), nomeadamente associados à transformação dos Diário da República, 1.ª série www.dre.pt N.º 241 14 de dezembro de 2020 Pág. 9 setores agrícola, pecuário e florestal, pesca e aquicultura, enoturismo, turismo cultural, turismo rural e costeiro, agroturismo, turismo de natureza, mas também ao saber -fazer tradicional, aproveitando o potencial das redes de aldeias, património cultural e paisagístico, percursos, trilhos, passadiços, estações náuticas, albufeiras e áreas protegidas, designadamente, o Parque Nacional, os Parques Naturais, as Reservas Naturais, as Paisagens Protegidas e os Monumentos Naturais;

k) Melhoria do acesso aos mercados das pequenas unidades de produção agrícola, pesca e aquicultura, processamento agroalimentar e transformação de pescado;

l) Promoção de parcerias para a gestão territorial capacitando os atores para as redes colaborativas interurbanas, para a cogestão de áreas protegidas e para as parcerias urbano -rurais (mercados locais, circuitos de proximidade com potencial de atratividade externa; serviços de apoio à economia, serviços de apoio geral, turismo de natureza, entre outras).

Programas e Planos Locais

1. O Programa da Rede Social enquanto instrumento privilegiado de operacionalização dos objetivos integrados na Estratégica 2030.

O programa da Rede Social apresenta-se enquanto instrumento privilegiado de operacionalização dos objetivos integrados na Estratégia Europa 2030.

A Rede Social surge no contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal, e foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro de 1997 e da Declaração de Retificação n.º 10-O/98, posteriormente retificada pelo Despacho Normativo nº 8/2002 de 12 de Fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho.

Trata-se de um Programa cofinanciado pelo Fundo Social Europeu - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social, Medida 5.1. - Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário, Tipologia de Projeto 5.1.1 - Rede Social para o Desenvolvimento, Ação Tipo 5.1.1.1 – Dinamização e Consolidação de Parcerias Locais) e o Estado Português - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a sua gestão, dinamização, acompanhamento e avaliação é da competência do Departamento de Proteção Social e Cidadania, do Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS,I.P.).

Pretende ser um **fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social** através da definição de prioridades do planeamento integrado, através da parceria entre entidades públicas e privadas com intervenção no território.

A Rede Social materializa-se a nível local dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social sendo que a nível supraconcelhio estão a ser implementadas plataformas territoriais com base nas atuais Nomenclaturas das Unidades Territoriais III (NUT´s) existentes no território nacional.

O planeamento integrado é refletido nos instrumentos de planeamento como o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e os Planos de Ação (PA) através dos quais os PDS são operacionalizados anualmente.

1.1. O Programa da Rede Social no Concelho de Pampilhosa da Serra

O processo de implementação da Rede Social no concelho de Pampilhosa da Serra teve lugar em setembro de 2003 com a constituição do Conselho Local de Ação Social. Em 2005 são aprovados os primeiros instrumentos de planeamento: Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social 2005 – 2008 seguindo-se a aprovação dos Planos de Ação referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008 e respetivos relatórios de execução.

Em dezembro de 2010 é aprovada, pelo CLASPPS, a primeira atualização do Diagnóstico Social cuja visão integrada considera diferentes indicadores relevantes para análise da dimensão social dos problemas, constrangimentos e potencialidades locais. Foi definido um novo Plano de Desenvolvimento Social 2011 – 2014 que obedeceu à metodologia de planeamento – MATRIZ DE PLANEAMENTO LÓGICO (MEL) - e que apontou para os 4 Eixos Prioritários numa estreita articulação as prioridades definidas nos diferentes Planos Nacionais e com os eixos dos CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social: 1- Emprego, Formação e Qualificação; 2-Intervenção Familiar e Parental; 3 - Capacitação da Comunidade e Instituições e 4- Informação e Acessibilidades.

Em 2014 é realizada uma nova atualização do Diagnóstico Social e elaborado novo Plano de Desenvolvimento Social 2014-2016, mantendo-se a metodologia de planeamento MEL, tendo sido definidas com base na atualização do Diagnóstico e Análise SWOT (Fraquezas, Forças, Oportunidades e Ameaças) as seguintes áreas de Intervenção: AREA DA INTERVENÇÃO I: Família (Habitação e Educação); AREA DE INTERVENÇÃO II: Envelhecimento Ativo; AREA DE INTERVENÇÃO III: Saúde e Qualidade de Vida; AREA DE INTERVENÇÃO IV: Emprego (Formação e Educação); AREA DE INTERVENÇÃO V: Associativo e a AREA DE INTERVENÇÃO VI: Gestão do Plano de Desenvolvimento Social.

Em 2017 um novo Plano de Desenvolvimento Social é construído tendo por base a Matriz de Enquadramento Lógico e que pressupôs uma mudança de paradigma, focando a intervenção do CLASPPS e do seu Núcleo Executivo, em problemáticas-chave na área da saúde e intervenção social pelo facto de se encontrar em execução o Contrato Local de Desenvolvimento Social Pampilhosa ATIVA! Contemplando parte das ações do anterior PDS (2014- 2016).

Deste modo, foram considerados os seguintes problemas: **Problema 1** – desvalorização dos cuidados de saúde preventivos; **Problema 2** – Elevado número de pessoas com baixas competências pessoais e psicossociais e dependentes dos serviços de ação social/outros; **Problema 3** – Número de pessoas com problemas relacionados com as dependências.; **Problema 4** – Fraco envolvimento das entidades parcerias no trabalho desenvolvido pela Rede Social.

O PDS 2017-2019 considerou, portanto, todas as dimensões dos problemas identificados partindo de uma visão conjunta e participada, com preocupação de obstáculos e ameaças que pudessem surgir durante o processo e identificação de dinâmicas potenciadoras de todos os recursos e oportunidades internas e externas identificando, também, as dimensões suscetíveis de produzir mudança.

Em 2020 foi elaborado um relatório de avaliação do PDS 2017-2019 onde foram identificadas as ações e atividades dinamizadas, as atividades previstas e não dinamizadas e os pressupostos que estiveram na base para a não execução das atividades.

2. A Carta Social Municipal

A Portaria n.º 66/2021 define o surgimento da Carta Social como "*resposta à necessidade de reforçar os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, pretendendo-se que constituam um instrumento de caráter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território*".

Com esta portaria criam-se as "Cartas Sociais Municipais e Supramunicipais" ficando a elaboração das mesmas sob a responsabilidade dos órgãos municipais e os órgãos das entidades intermunicipais respetivamente elaborando as Cartas Sociais Municipais (CSM) e as Cartas Sociais Supramunicipais (CSS). Nestas Cartas integra o mapeamento de respostas existentes ao nível de

equipamentos sociais assegurando a articulação entre os instrumentos de gestão territorial municipal e as prioridades definidas a nível nacional e regional.

Este novo instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais é, também, um instrumento de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais que respondam adequadamente às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

No caso da **Carta Social Municipal de Pampilhosa da Serra**, a mesma encontra-se integrada neste documento de diagnóstico, o qual foi denominado Diagnóstico Social Integrado que comtempla o Diagnóstico Social, a Carta Social Municipal e o Plano de Desenvolvimento Social cumprindo com o pressuposto das Cartas Sociais de *"em função das necessidades diagnosticadas, visa-se a adequação, otimização e racionalização dos serviços e equipamentos sociais existentes e previstos, devendo as entidades públicas e da Administração local articular a sua ação com as instituições particulares de solidariedade social e com os Conselhos Locais de Ação Social".*

Desde a década de 70 que as Cartas Sociais foram definidas como instrumentos de planeamento numa lógica de "Atlas Social" que evoluiu para a "Carta da Segurança Social",
Carta Social disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social que pretendia ser um instrumento multiusos de extrema flexibilidade nos domínios da investigação social, da preparação da tomada de decisão e da facilidade de acesso à informação por parte dos cidadãos, funcionando como bases de dados comportando diversos ficheiros temáticos relacionáveis entre si, com uma base geográfica desagregada aos diversos níveis estatísticos, integrando informação relevante para a caracterização da situação social e suscetível de ser permanentemente atualizável.

No entanto, tornou-se um instrumento limitado pela ausência de um diagnóstico social e de instrumentos de planeamento /programação da rede de serviços e equipamentos necessários num determinado território.

O presente documento (que integra a Carta Social Municipal) pretende disponibilizar um conjunto de informação respeitante a outras áreas de intervenção no domínio das políticas sociais que permita caracterizar o território em geral e os equipamentos e respostas sociais, em particular, permitindo que seja uma ferramenta de ordenamento e planeamento do território por excelência.

A Carta Social do Município de Pampilhosa da Serra apresenta dois grandes conjuntos de objetivos, nomeadamente:

Objetivos operacionais, integrados na leitura da realidade socioeconómica do território – DIAGNÓSTICO SOCIAL que permita:

- Diagnosticar a oferta da rede serviços e equipamentos sociais;
- Identificar as principais carências e problemáticas sociais;
- Determinar os domínios e os locais de intervenção social prioritária;
- Realizar a projeção demográfica dos grupos-alvo;
- Definir os critérios de programação dos serviços e equipamentos sociais.

Objetivos estratégicos, integrados na definição das prioridades de Intervenção e eixos de intervenção- PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL que:

- Oriente os investimentos municipais em serviços e equipamentos sociais;
- Oriente os investimentos das entidades parceiras públicas, privadas e cooperativas;
- Forneça orientações para o Plano Diretor Municipal (PDM).

3. O Plano de Desenvolvimento Social

O Plano de Desenvolvimento Social constitui-se como instrumento de intervenção definido a 3-5 anos.

Este documento parte do Diagnóstico Social e pretende ter um carácter orientador ao nível dos eixos de intervenção prioritários a considerar ao nível de intervenção integrada no concelho de Pampilhosa da Serra.

Considerando os documentos de planeamento Nacionais e Regionais, referidos no Capítulo I do Diagnóstico Integrado e da síntese diagnóstica com a qual finalizamos o Capítulo V e o trabalho desenvolvido através de dinâmicas junto dos principais agentes locais e dos técnicos das diferentes instituições que integram o **Conselho Local de Ação Social da Rede Social** foram elaboradas Análises SWOT, já apresentadas no capitulo anterior, para as seguintes áreas: Ação Social/IPSS; CPCJ; projetos Comunitários; Pontos + e Educação tendo sido elencadas as principais **fragilidades e potencialidades** do território, o que permitiu definir o plano de Intervenção denominado **Plano de**

Desenvolvimento Social através de uma **Matriz de Enquadramento Lógico- MEL** que contempla a seguinte informação:

Eixo de intervenção prioritária	Diz respeito às grandes áreas de intervenção definidas.
Problemas identificados	Problemas identificadas em cada uma das grandes áreas de intervenção.
Objetivo geral	São determinados sob uma visão mais ampla da situação dando conta da totalidade do problema.
Objetivos específicos	Define o efeito que se pretende alcançar, as melhorias ou mudanças esperadas na situação-problema de forma mais detalhada
Resultados	Referem-se às estratégias – alternativas de ação, meios, passos, que serão utilizados para realizar o objetivo e que são indicadas através de resultados concretos a serem atingidos. Podem ser realizações materiais que o projeto irá fornecer (uma cooperativa criada, por ex. ou uma escola construída) ou serviços prestados (pessoas formadas, subsídios concedidos).
Propostas de Ação	São as ações a realizar para que cada resultado definido seja alcançado.
Indicadores objetivamente verificados	Medidas específicas e objetivamente verificáveis dos resultados ou alterações produzidas pelas ações do projeto.
Pressupostos/Fatores externos	Condições externas que afetam o projeto e estão fora da governabilidade de seus gestores e executores. Deve-se identificar os pressupostos críticos, em termos de impacto sobre o sucesso do projeto, e de ocorrência provável.

O Plano de Desenvolvimento Social é parte integrante deste documento estratégico e encontra-se explanado no CAPITULO V, encontrando-se disponibilizado num documento em separado para melhor execução e monitorização.

CAPITULO II

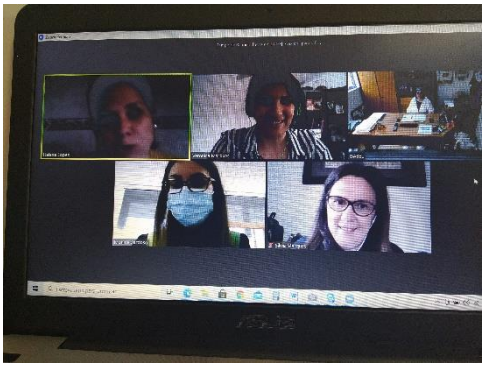
Metodologia de Trabalho

Numa fase inicial, foi realizada um **Levantamento e Análise de Dados Quantitativos por sector de Intervenção** com recolha de informação junto das entidades parcerias e pesquisa em sites de referência como o www.portada.pt. Foram também realizadas pesquisas na Internet de documentos planeamento regionais e nacionais, os quais se encontram resumidos no CAPITULO I.

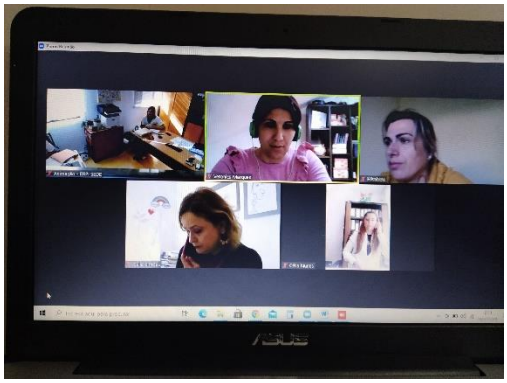
Numa lógica de metodologia de trabalho de base participativa foram dinamizadas **reuniões que envolveram diferentes técnicos representativos** de alguns setores da sociedade. Estas reuniões de grupo tiveram de ser realizadas através de videoconferência, devido ao contexto pandémico vivido e os seus resultados encontram-se explanados no CAPITULO IV – Síntese Diagnóstica.

Assim, foram realizadas as seguintes reuniões (videoconferências):

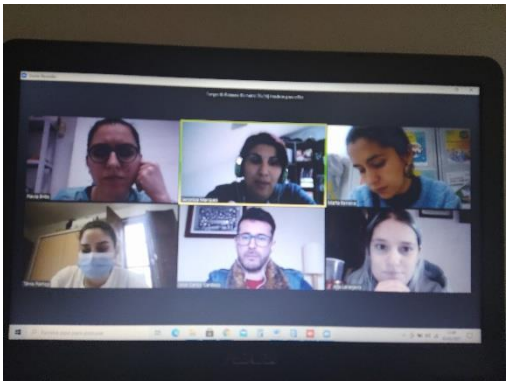
Reunião com Técnicos da área da EDUCAÇÃO



Reunião com Técnicos da área da AÇÃO SOCIAL/IPSS



Reunião com Técnicos da área dos PROJETOS COMUNITÁRIOS



Reunião com Técnicos dos PONTOS +

Reunião com Técnicos da CPCJ

Reunião SAÚDE (não foi possível devido á indisponibilidade dos elementos convidados).

Foi também atualizada a FICHA DIAGNÓSTICA por freguesia que integra os principais dados de diagnóstico, nomeadamente: Enquadramento, Transportes, Habitação, Demografia/população, Desemprego , Saúde, Equipamentos/Respostas Sociais, Ação Social, Associação/equipamentos Culturais, Desportivos e Recreativos; Património Gastronómico/Turístico; Património Cultural/Etnográfico; Património religioso; Património Desportivo, Tecido Empresarial, Serviços de Proximidade e Matriz SWOT, com identificação dos PONTOS FRACOS, PONTOS FORTES, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS.

Estas FICHAS DIAGNÓSTICAS foram validadas pelos Executivos das Juntas de Freguesia e fazem parte deste Documento, encontram-se disponibilizadas no ANEXO 1.

CAPITULO III

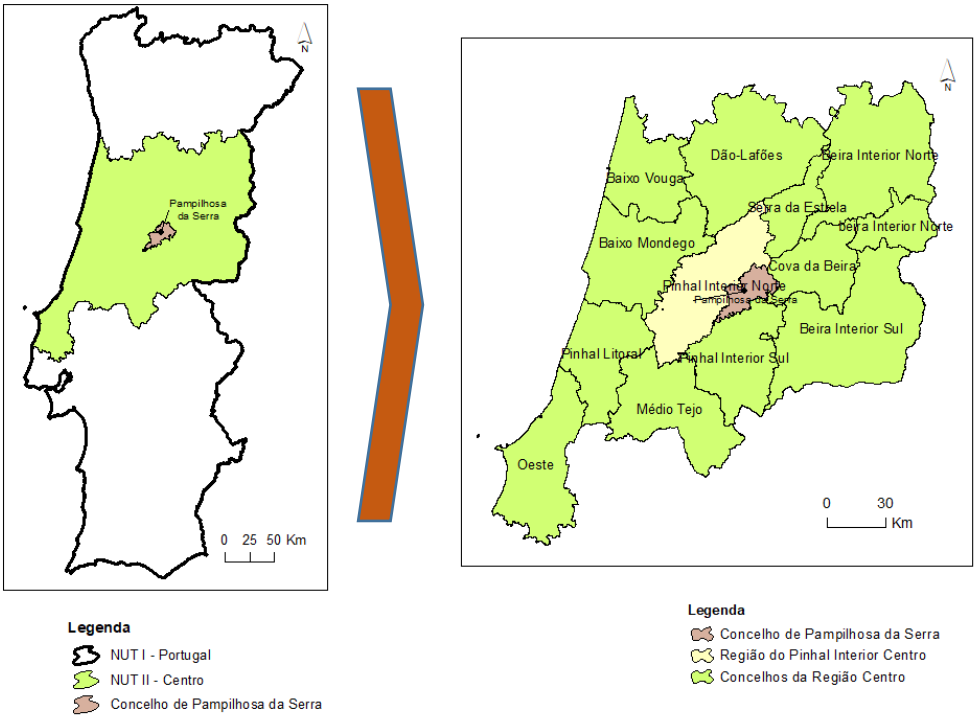
Diagnóstico Territorial

I – Enquadramento Territorial e Indicadores Socioeconómicos e Demográficos, saúde e educação do Município de Pampilhosa da Serra.

1 – Enquadramento Supramunicipal

1.1 – Contexto Administrativo e Dinâmicas Institucionais

Em termos administrativos e estatísticos, o Concelho de Pampilhosa da Serra situa-se na Região Centro (NUT II), na Sub-Região do Pinhal Interior Norte, na zona de fronteira com as sub-regiões do Pinhal Interior Sul e Cova da Beira (NUT III), (Fig.1)



Fonte:

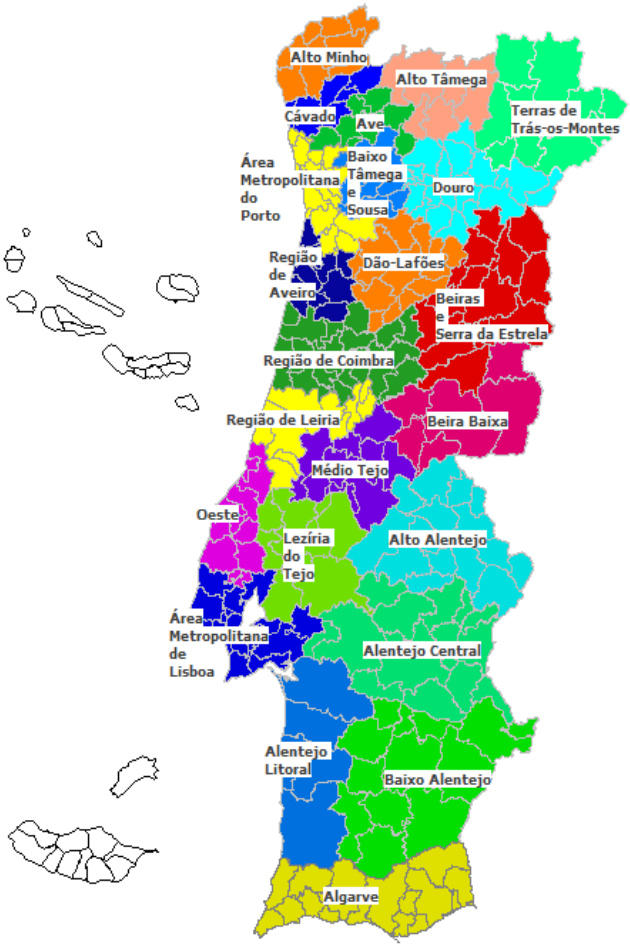
CAOP 2020

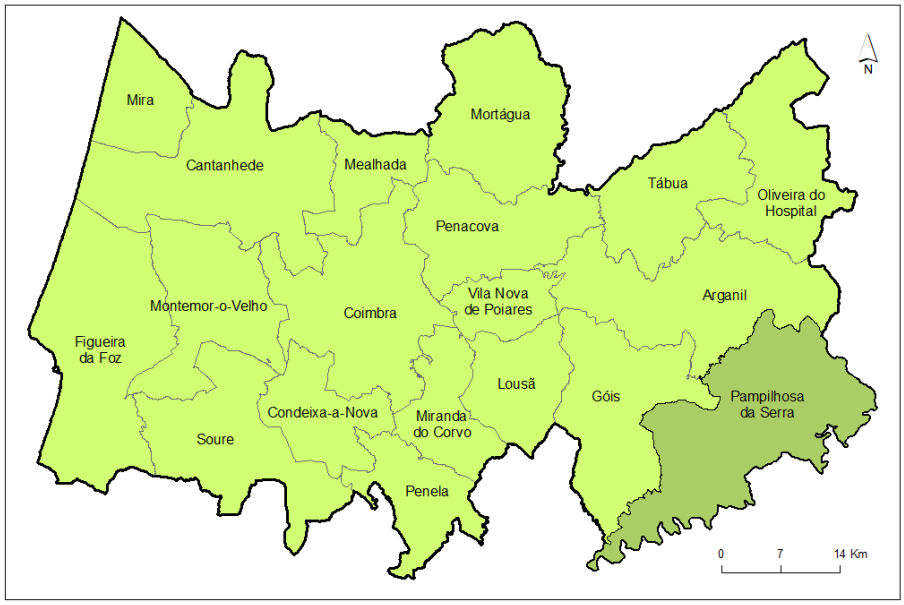
Fig. 8 - Enquadramento Territorial

No que diz respeito à administração pública descentralizada destacam-se a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), enquanto entidades envolvidas na gestão dos apoios do período de programação financeira.

A nível sub-regional, como atores chave para o desenvolvimento concelhio e regional, destacam-se as seguintes entidades:

- A **Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** reúne os dez municípios que formavam a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure) e as nove autarquias da Comunidade do Pinhal Interior Norte (Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares), que era constituída por 14 concelhos.





Fonte: CAOP 2020; https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/quem-somos/

Fig. 9 – Localização do Concelho de Pampilhosa da Serra na CIM_RC

• São comunidades intermunicipais limítrofes à comunidade da região de Coimbra, a **Comunidade da Região de Aveiro** (Águeda, Albergaria a velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, vagos); **Comunidade Região de Leiria** (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande, Batalha, leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós); **Comunidade Intermunicipal de Viseu e Dão Lafões** (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela); **Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela** (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Belmonte, Covilhã, Fundão, Fornos de Algodres, Gouveia, Seia); **Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa** (Castelo Branco, Idanha a Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Oliveira do Hospital, Proença a Nova); **Comunidade Intermunicipal Médio Tejo** (Abrantes, Alcanena, Constança, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Mação, Sertã e Vila de Rei.

• Pinhais do Zêzere, Associação para o Desenvolvimento: constituída em 1994, tem como missão a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural de forma integrada nos concelhos de Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande;

• ELOZ, Entre Lousã e Zêzere: Decorrente de um acordo de cooperação entre a Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça e a Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, foi constituída a ELOZ, visando a organização conjunta de uma candidatura à Iniciativa Comunitária LEADER+, a qual integra, para além de outras metodologias, a conceção de um Plano Estratégico e Integrado de Desenvolvimento e um Plano de Desenvolvimento Local para a prossecução desta Iniciativa Comunitária para a totalidade da Zona de Intervenção.

- ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. A Associação tem a sua sede no Centro Dinamizador das Aldeias de Xisto, na Casa Grande, e possui também um núcleo dinamizador das praias fluviais, podendo criar delegações ou núcleos, desde que aprovados em Conselho das Aldeias de Xisto.

  A Agência é uma entidade privada sem fins lucrativos e tem como objeto promover o Desenvolvimento Turístico da rede das aldeias de xisto como marca agregadora do potencial turístico do Pinhal Interior.

  A Agência tem ainda como objeto promover o desenvolvimento regional do território do Pinhal Interior duma forma sustentável e integrada. A sua área de atuação é o território do Pinhal Interior, podendo desenvolver ações em todo o território nacional e estrangeiro.

• Turismo Centro de Portugal: abrangendo um território de 24 concelhos, entre os quais Pampilhosa da Serra, a Região de Turismo do Centro é um agente crucial na dinamização da vertente turística da região.

- Adesa - Associação Desenvolvimento Regional da Serra do Açor - Trata-se de uma

Associação de direito privado criada em 1995 sendo constituída por seis municípios da região da Serra do Açor - Alto Distrito de Coimbra – (Arganil, Oliveira do Hospital, Góis, Pampilhosa da Serra, Tábua e Penacova) e por instituições regionais e locais representativas dos órgãos da Administração e da sociedade civil.

Das atividades desenvolvidas pela Associação, destaca-se a criação do Parque de Máquinas para Prevenção e Combate a incêndios Florestais, com o objetivo de apoiar as autarquias com equipamento destinado à realização de trabalhos de prevenção da floresta, combate direto a incêndios, limpeza de matos em bermas, taludes e perímetros dos aglomerados integrados em espaços de floresta e ainda no apoio a operações de combate a incêndios e de rescaldo pós-extinção.

1.2– Localização e acessibilidade nacional e regional.

No que respeita às acessibilidades rodoviárias, a EN112 é um elemento de distribuição determinante para o Concelho de Pampilhosa da Serra. Este eixo estabelece a ligação à EN2 e à EN344 que ligam ao sudoeste da NUT III Pinhal Interior Norte, e ao IP2 (Portelo – Faro), que permite a ligação interior entre o IP5 (A25) e o IP6, sendo que estes últimos constituindo a rede principal de ligação do litoral nacional a Espanha.

Estas acessibilidades representam um quadro rede de mobilidade regional e nacional pouco vantajoso para o Concelho, uma vez que as características morfológicas do terreno determinam uma estrutura viária muito sinuosa e de difícil circulação.

No contexto regional, a Vila de Pampilhosa da Serra tem a particularidade de possuir na sua proximidade 7 concelhos com os quais mantém as seguintes distâncias: A 28Km Oleiros, a 41Km Pedrógão Grande, a 38Km Góis e a 55Km Arganil e Sertã, sendo os concelhos de Fundão (62 km) e de Covilhã (70Km) os mais distantes.

Quadro n.º 2 - Distâncias entre Pampilhosa da Serra e Sedes de Concelhos Limítrofes, Coimbra e Castelo Branco.

Origem - Destino	Distância (Km)
Pampilhosa da Serra – Arganil	55
Pampilhosa da Serra – Covilhã	70
Pampilhosa da Serra - Fundão	62
Pampilhosa da Serra -Oleiros	28
Pampilhosa da Serra – Sertã	55

Pampilhosa da Serra – Pedrógão Grande	41
Pampilhosa da Serra - Góis	38
Pampilhosa da Serra - Coimbra	76
Pampilhosa da Serra - Castelo Branco	71,6

Fonte: Núcleo Executivo - CLASPPS

Fonte: Viajar.clix

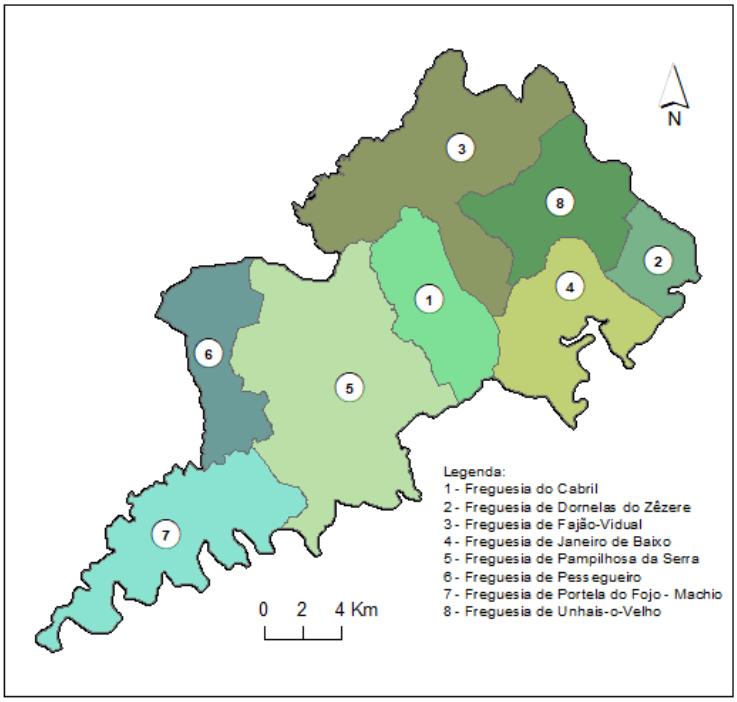
Fig. 10 - Mapa da Região

Distando apenas 77 km do centro de Coimbra, são necessários cerca de 75 minutos para percorrer este percurso.

Importa que este facto seja colmatado a médio prazo, favorecendo a consolidação de um território mais coeso, preparado para assumir novos desígnios na captação de investimento e de funções produtivas de alto valor acrescentado.

2 - Enquadramento Municipal: Estrutura Administrativa e Principais Características Físicas do Concelho.

O Concelho de Pampilhosa da Serra ocupa uma área de 396 km2, distribuídos por oito freguesias: Cabril, Dornelas do Zêzere, Fajão - Vidual, Janeiro de Baixo, Pampilhosa da Serra, Pessegueiro, Portela do Fojo – Machio e Unhais-o-Velho.



Fonte: CAOP 2020

Fig 11- Freguesias do Concelho de Pampilhosa da Serra

Localizado na Cordilheira Central, a Pampilhosa da Serra é um concelho de montanha, no qual se destaca a forte presença das serras do Açor e Lousã e dos cursos de água do Ceira, Unhais e Zêzere.

Os cenários resultantes desta diversidade geomorfológica e hidrográfica são uma constante no território, com destaque para os vales abruptos e rochosos, para os Penedos do Fajão, para as Varandas do Zêzere, ou para as barragens hidroelétricas do Alto da Ceira (rio Ceira), de Santa Luzia (rio Unhais) e do Cabril (rio Zêzere).

A nível orográfico, a região onde se enquadra o concelho oferece cenários magníficos e de grandes contrastes. Os vales profundos rasgados alternam com os grandes picos, umas vezes abruptos e rochosos, outras vezes suaves e cobertos de um manto rasteiro de vegetação. Este contraste de paisagem permite dividir o concelho em duas áreas geográficas distintas:

- O ***Alto Concelho***, com uma altitude média de 982 metros, abrangendo as freguesias de ***Cabril, Fajão - Vidual, Unhais-o-Velho.*** Apresenta afloramentos rochosos, na sua maioria quartizicos, com grandes cristas, destacando-se o comprido afloramento de Fajão a Sardanas e os afloramentos de Unhais-o-Velho à Região de Castelo Branco.

- O ***Baixo Concelho,*** com uma altitude média de 700 metros, abrange as freguesias de ***Dornelas do Zêzere, janeiro de Baixo, Pampilhosa da Serra, Pessegueiro e Portela do Fojo - Machio***. É constituído por xistos argilosos que formam as serras e os cumes arredondados, sem cristas nem picos.

No que diz respeito ao enquadramento das freguesias consideradas no denominado ***Alto Concelho***, a freguesia de:

- ***Cabril*** é a que se apresenta geograficamente mais próxima da sede de concelho da qual dista 13 km, possuindo uma área total de 14.33 Km^2 sendo constituída por 11 povoações.

- ***Fajão - Vidual,*** apresenta-se como a freguesia mais extensa possuindo uma área total de 80.03 Km^2 e é constituída por 16 povoações, distando da sede de concelho 20 Km. Geograficamente, Fajão, posiciona-se com relativa proximidade do concelho de Arganil. Vidual está separado da sede de concelho de 20 Km.

- **Unhais-o-Velho**, possui uma área total de 40.06 Km^2 e é constituída por 7 povoações distando da sede de concelho, 27 Km.

Quanto ao enquadramento das freguesias consideradas no denominado ***Baixo Concelho***, a freguesia de:

- ***Dornelas do Zêzere,*** apresenta-se como a segunda freguesia geograficamente mais pequena possuindo uma área total de 16.40 Km^2, sendo constituída por 6 povoações. No que diz respeito à distância que a separa da sede de concelho, dista cerca de 35 Km, sendo, portanto, a freguesia mais distante da sede. No entanto, possui uma situação privilegiada no que diz respeito à distância relativa que a separa do concelho de Fundão.

- ***Janeiro de Baixo***, possui uma área total de 40.54 Km^2 sendo constituída por 9 povoações, distando da sede de concelho 19 Km.

- ***Pessegueiro,*** possui uma área total de 31.91 Km^2 e é constituída por 9 povoações, distando da sede de concelho 13 Km.

- ***Portela do Fojo - Machio*** possui uma área total de 51.87 Km^2 e é constituída por 15 povoações. Portela do Fojo dista da sede de concelho 20 Km apresentando uma situação favorável no que diz respeito à distância que a separa do concelho de Pedrógão Grande.

- ***Pampilhosa da Serra***, apresenta-se enquanto sede de concelho e possui uma área total de 100.23 Km^2 sendo constituída por 29 povoações. Dado a sua extensa área geográfica, as distâncias entre a sede e as diferentes povoações são em alguns casos grandes, sendo a distância maior de 27 Km.

2.1- Estrutura Fundiária[1]

O concelho de Pampilhosa da Serra com 39650 ha é um território predominantemente florestal, onde a agricultura ocupa menos de 1% da área do concelho.

Nos censos de 2019 registam-se 275 explorações agrícolas no concelho de Pampilhosa da Serra com uma Superfície Agrícola Útil (SAU) de 389 ha, o que dá uma media de 1,41 ha por exploração agrícola conforme a tabela abaixo.

[1] Texto elaborado pelo Gabinete Florestal do Município de Pampilhosa da Serra

Quadro n.º 3 - Superfície Agrícola Útil no concelho de Pampilhosa da Serra (SAU) em 2019

Total (ha)	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
389	24	10	270	85

Fonte: Pordata, INE

A agricultura praticada é essencialmente agricultura familiar e de subsistência, com pequenas hortas. No grupo de culturas permanentes destaca-se o olival com uma produção anual estimada de 374 toneladas de azeitona no ano de 2020, e o medronheiro em crescimento nos últimos anos e pomares de frutos frescos (cerejeiras e macieiras). As pastagens permanentes têm diminuído muito na ultima década, principalmente as pastagens pobres em baldio, por consequência da redução dos efetivos de pequenos ruminantes.

Ao nível da transformação atualmente existem 4 lagares licenciados e 1 destilaria, o azeite laborado é essencialmente para autoconsumo, ao nível da produção de medronho, começa a existir o mercado para o fruto fresco, no entanto a maioria é transformado em aguardente de medronho.

Na produção animal destaca-se a caprinicultura e a apicultura, no entanto com um decréscimo acentuado de efetivos caprinos, os efetivos apícolas tem aumentado ligeiramente, com menos apicultores e menos apiários, mas de maior dimensão, a bovinicultura praticamente é residual.

No que diz respeito aos apoios anuais 115 agricultores fazem candidaturas no Pedido Único, sendo a maioria das candidaturas à Pequena Agricultura (onde se incluem superfícies e pequenos efetivos de ovinos e caprinos) outras duas medidas candidatas são as MAZD (Manutenção Agrícola em Zona Desfavorecida) e as Medidas Agroambientais.

A este nível registam-se um total de 519 agricultores que beneficiam de apoio sendo a freguesia de Pampilhosa da Serra seguida da freguesia de janeiro de Baixo que regista maior número de agricultores apoiados.

3 – Ambiente, Turismo e Lazer[2]

No concelho de Pampilhosa da Serra existe uma multiplicidade de cenários magníficos e contrastantes, de vales profundos a grandes picos rochosos ou cobertos de vegetação, que decorrem da diversidade geomorfológica e hidrográfica existente, sendo de destacar os Penedos do Fajão, as Varandas do Zêzere ou as barragens hidroelétricas do Alto do Ceira (rio Ceira), de Santa Luzia (rio Unhais) e do Cabril (rio Zêzere), 70% do território de Pampilhosa da Serra integra a bacia do rio Zêzere (afluente do rio Tejo) e 30% pertence à bacia do Rio Ceira (afluente do rio Mondego). O rio Unhais, o terceiro dos principais cursos de água do concelho, está totalmente integrado no território do concelho, sendo afluente do rio Zêzere.

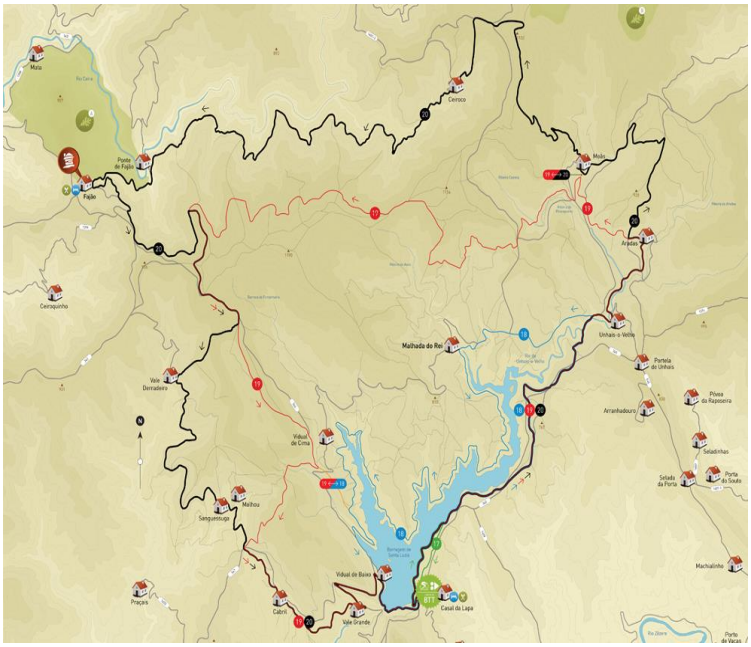
O concelho pode descrever-se com um território de montanha, com altitudes que variam entre os 300 e 1418 metros, integrando a Cordilheira Central e a Unidade Biofísica da Serra do Maciço Central. A elevada altitude e os baixos níveis de poluição atmosférica e de luminosidade tornam a Pampilhosa da Serra num território privilegiado. Em termos ambientais, o Concelho de Pampilhosa da Serra é considerado um lugar distinto para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo ambiental pela diversidade de atividades de lazer (desportivas, culturais, religiosas, entre outras) que é possível realizar ao longo de todo o território. Neste âmbito o património, sobretudo o natural, e os recursos endógenos são ativos diferenciadores e qualificadores que importa mobilizar.

As características biofísicas do concelho de Pampilhosa da Serra tornam-no um território rico em termos ambientais e diversificado em termos de património natural, paisagístico e histórico-cultural, sendo por isso considerado um lugar distinto para a realização de atividades de turismo de natureza, sejam desportivas, de lazer, culturais ou religiosas. A promoção deste património e a participação em redes e projetos regionais, que permitem que se ganhe escala, são importantes motores para o lançamento do destino turístico e, neste âmbito, o concelho de Pampilhosa da Serra integra-se nas seguintes:

- Rede das Aldeias do Xisto, composta por 27 aldeias em 13 municípios da região Centro, entre as quais estão as aldeias de Fajão e Janeiro de Baixo, localizadas no concelho de Pampilhosa da Serra, que constituem importantes produtos turísticos histórico-culturais.

[2] Texto elaborado pelo Gabinete de Turismo, setembro 2021

- A rede de percursos pedestres: inclui 9 percursos pedestres homologados numa extensão de aproximadamente 120 quilómetros. Esta rede inclui, a ligação entre as duas aldeias do xisto (Fajão a janeiro de Baixo passando pela Barragem de Santa Luzia), entre os Rios Ceira, Unhais e o Zêzere; pequenas rotas em redor das aldeias de Janeiro de Baixo, Fajão, Porto de Vacas, Pessegueiro e Barragem de Santa Luzia, e na vila de Pampilhosa da Serra.
- Praias Fluviais: Praia Fluvial de Pessegueiro, de Pampilhosa da Serra, da barragem de Santa Luzia, e de Janeiro de Baixo, que registam elevada afluência turística durante o período de Verão, possuem bandeira Azul e são classificadas como "Praia Acessível - Praia para Todos!".
- Centro Cyclin´Portugal: infraestrutura turística e desportiva situada na confluência de uma rede de percursos pedestres que liga as Aldeias do Xisto de Fajão a Janeiro de Baixo ao longo de mais de 120 Km.



Fonte: Gabinete do Turismo

Fig n.º 12-- Mapa do Centro Cyclin´Portugal

Quanto às paisagens o concelho tem duas zonas protegidas, classificadas como Rede Natura 2000[3], que pertencem o Sítio Complexo do Açor – Sitio de Importância Comunitária, uma zona que engloba

[3] Objetivo da Rede Natura 2000 é a conservação da diversidade biológica. Conta para isso com ferramentas legais que proporcionam os meios para a proteção de espécies sensíveis, fragilizadas ou em perigo de extinção. O concelho de Pampilhosa da Serra está abrangido pelo Sítio nº PTCONOO51, nome Complexo do Açor. A Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor foi criada em 1982 pelo Dec. Lei 67/82 e engloba os sítios de Fajão (Mata e afloramento do Fajão) e Cebola (Cume da Serra da Cebola)

parte da aldeia do xisto de Fajão, Penedos de Fajão até ao Rio Ceira próximo da aldeia de Ponte de Fajão com área Total 346 ha, a outra junto ao Pico de Cebola com área total de 215,3 ha.

A gastronomia serrana transporta para a mesa os aromas intensos e cheiros fortes das montanhas. As memórias ancestrais dos serranos refletem-se no modo como preparam a Chanfana, o Bucho Recheado, o Cabrito assado, as trutas. Através da carne de Cabra misturada com arroz a Real Confraria, defende e promove o afamado Maranho. A tiborna à Lagareiro traduz uma arte ancestral e um "*modus vivendi*" muito serrano ligado aos ciclos da terra. Na doçaria destaca-se a Tigelada, o bolo de Mel, bolo de Azeite, o arroz doce feito com leite de cabra e as filhós.

Durante todo o ano pode degustar a riqueza e intensidade destes sabores nos diversos restaurantes do concelho.

A autarquia de Pampilhosa da Serra tem vindo a desenvolver produtos e serviços de turismo de natureza ancorados nas marcas territoriais "Pampilhosa da Serra – Centro da Natureza", integrados em importantes redes ou projetos regionais.

Os desafios que se colocam à Pampilhosa da Serra são cada mais exigentes, tendo em consideração a necessidade de se destacar em relação a outros destinos. Para o alcançar, é importante destacar e dar a conhecer as características únicas do território, como a excelente visibilidade do céu noturno, os miradouros, as praias fluviais, entre outros elementos que não se encontram em grandes centros urbanos, mas que estão disponíveis todos os dias do ano no "Centro Comercial da Natureza" onde se encontra tudo o que na cidade não se compra.
Neste âmbito, a inovação e criação de valor, traduzidas na exploração de novas ideias, de diferenciação em relação a outras soluções, são essenciais de modo a que, os turistas/visitantes que já visitam a Pampilhosa da Serra possam ter à sua disposição novas experiências e produtos.

De forma geral, os turistas que escolhem praticar atividades ao ar livre como as que são possíveis no nosso concelho, procuram envolver-se em novas experiências, participar em atividades de ocupação de tempos livres inovadoras e apreciar a diversidade de recursos naturais. Em muitos casos, a prática de atividades ao ar livre, independentemente do grau de dificuldade, está associada ao usufruto de outros produtos e serviços, como sejam a gastronomia, o alojamento, o bom

acolhimento ou a simpatia/o contacto com as populações locais. São estes últimos que fazem a diferença na oferta e que permitem criar laços/vínculos com a comunidade e com a terra e fazem com que se queira voltar e comprometer com o desenvolvimento do território. Neste âmbito o património, sobretudo o natural, e os recursos endógenos são ativos diferenciadores e qualificadores que importa mobilizar, tal como preconizado na "Estratégia do Turismo 2027" do Turismo de Portugal, e, à escala regional, como foi na "Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014-2020", da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que o concelho integra.

"Pampilhosa da Serra – Centro «Comercial» da Natureza" é a peça-chave chave desta estratégia de desenvolvimento e marketing territorial alicerçada na natureza e no turismo, cuja operacionalização passa pela implementação de iniciativas de dinamização e da criação de estruturas de visitação/usufruto dos bens únicos disponibilizados neste local, bem como do desenvolvimento de ações de comunicação e promoção do "Centro Comercial" e dos seus produtos e serviços.

O projeto parte do entendimento que é essencial a dinamização de eventos que atraiam visitantes e turistas à Pampilhosa da Serra em diferentes períodos do ano, considerando-se estratégica a aposta na altura do Natal, com animação que responda às expectativas dos participantes e mostras/iniciativas de valorização dos recursos e tradições locais. Paralelamente, reconhece a necessidade de criar estruturas permanentes de usufruto do que o "Centro Comercial" tem para oferecer e "que na cidade não se compra".
Pretende-se captar o público jovem e o público familiar que poderá aqui encontrar um "centro comercial" diferente, com produtos da terra, com histórias, com um céu repleto de estrelas, com eventos e atividades onde a natureza é o palco central.

Assim, corresponde a um investimento de promoção do território, quer do ponto de vista natural/ambiental quer do ponto de vista económico e social, a partir da valorização dos elementos naturais, paisagísticos e culturais únicos que não se encontram noutros locais. Neste "Centro Comercial" podemos encontrar bens e serviços como as aldeias de xisto, praias fluviais, gastronomia, percursos pedestres, trilhos de BTT, zonas de escalada, miradouros, barragem de Santa Luzia, alojamento, parque de autocaravana, observação das estrelas, entre muitas atividades potencialmente obtidas neste território.

Perante o exposto, demonstra-se o alinhamento do projeto "Pampilhosa da Serra – Centro Comercial da Natureza" com o preconizado por diversas estratégias, nas quais o turismo é o foco principal ou um dos motores de desenvolvimento económico e social, na medida em que se sustenta na valorização de ativos, património e recursos endógenos para a promoção do território, dinamização da atividade turística ao longo de todo o ano e impulso da economia local.

4. Indicadores Demográficos

4.1 – População Residente

Quadro n.º 4 – Distribuição da população por grandes grupos etários – 2011-2021

	Censos 2011				Pordata 2021			
	0-14	15-64	65+	Total	0-14	15-64	65+	Total
Portugal	1.572.329	6.979.785	2.010.064	10.562.178	1.331.396	6.589,284	2.424.122	10.344.802
%	**15**	**66.1**	**18.9**	**100**	**12.9**	**63.7**	**23.4**	**100**
R. Coimbra	59.278	294.748	104.730	460.139	49.654	266.153	121.122	436.929
%	**13**	**64.7**	**22.3**	**100**	**11.4**	**60.9**	**27.7**	**100**
Pampilhosa	321	2267	1893	4481	270	1940	1873	4083
%	**7.6**	**51.8**	**40.6**	**100**	**6.6**	**47.5**	**45.9**	**100**

Fonte: INE, Censos 2011; Pordata 2021 (priliminares)

O quadro n.º -4 apresenta uma análise comparativa da estrutura etária da população residente Em Portugal, Região de Coimbra e concelho de Pampilhosa da Serra entre os censos de 2011 e os Censos de 2021.

A nível de Portugal e Região de Coimbra regista-se redução da população em todos os grandes grupos etários, à exceção do grupo etário 65 ou + anos que apresenta uma subida.

No caso concreto de Pampilhosa da Serra, este grupo de população apresenta uma ligeira descida passando de 1.893 para 1.873 efetivos.

Quadro n.º 5 – População com 70 ou + anos em 2001, 2011 e 2019 em Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra

	2001			
	70-74	75-79	80-84	85 ou +
Portugal	456.817	254.378	209.569	162.366
Região Coimbra	24.215	19.842	11.986	9.646

Pampilhosa da Serra	489	438	263	236
	2011			
	70-74	75-79	80-84	85 ou +
Portugal	483.250	435.021	303.404	237.219
Região Coimbra	24.291	22.756	16.121	13.227
Pampilhosa da Serra	391	458	378	274
	2019			
	70-74	75-79	80-84	85 ou +
Portugal	549.591	432.058	353.254	322.609
Região Coimbra	25.965	21.202	18.469	17.863
Pampilhosa da Serra	254	295	339	423
	2020			
	70-74	75-79	80-84	85 ou +
Portugal	556.272	443.945	348.068	**333.522**
Região Coimbra	26.076	21.601	18.218	18.141
Pampilhosa da Serra	254	295	339	423

Fonte: INE 2001, 2011 e Estimativas Anuais da População Residente, 31/12, Pordata- 2015, INE2021

Realizando uma análise ao grupo acima dos 85 anos e, mais concretamente, dos a população com 70 ou mais anos e, por pequenos grupos etário, verifica-se que o grupo etário que regista maior aumento populacional desde 2011 é o das pessoas com 80 ou mais anos. Esse aumento verifica-se, de forma, muito significativa na faixa etária dos 85 ou mais anos. No caso do Concelho de Pampilhosa da Serra as pessoas com mais de 85 anos praticamente duplicaram em 20 anos.

Esta realidade, no contexto das profundas mudanças sociais, económicas e culturais em curso na sociedade portuguesa, exige uma análise rigorosa sobre a adequação do sistema de cuidados às necessidades dos indivíduos deste grupo etário e respetivas famílias. Este grupo etário é mais suscetível a ser dependente de terceiros, com diagnóstico e mais patologias crónicas que podem ser mais incapacitantes ou menos, mas que pressupõem elevados custos a nível da saúde e apoios complementares.

Quadro n.º 6– Total população 2001-2011 (estimativa) – 2021 (preliminares)em Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra –Variação 2011-2021

	2001	2011	2021 (provisórios)	Variação	%
Portugal	10.356.117	10.560.000	10 347 892	**-212.108**	**-2%**
Região Coimbra	472.334	460.139	-----	**-12.195**	**-2,63%**
Pampilhosa da Serra	5.220	4.481	4.067	**-414**	**-9,2%**

Fonte: Pordata, 2011 e INE-2021 (preliminares)

Considerando os dados de 2011 e os preliminares de 2021, verifica-se um decréscimo em termos populacionais quer em Portugal (-2%). No Concelho da Pampilhosa da Serra, essa redução é de menos 414 efetivos, o que representa uma variação negativa de -9,2%. Ao nível da Região de Coimbra, ainda não foi possível apurar os dados de 2021, mas entre 2001 e 2011 perderam-se 12.195 efetivos, o que representa uma redução de 2,63%.

Quadro n.º 7 – Distribuição da População por freguesias e variação 2001, 2011 e 2021 (preliminares)

População	Cabril	Dornelas do Zêzere	Fajão Vidual	Janeiro de Baixo	Pampilhosa da Serra	Pesseguueiro	Portela do Fojo Machio	Unhais-o-Velho
2001	309	677	388	764	1514	218	718	632
2011	231	682	317	669	1389	228	507	458
Variação % 2001-2011	**-14,2**	**+0,74**	**-18.3**	**-12,43**	**-8,3**	**+4,6**	**-29,4**	**-27,3**
2021	244	668	275	535	1299	183	442	421
Variação % - 2011-2021	**+5,6**	**-2,1**	**-13,2**	**-20,0**	**-6,5**	**-19,7**	**-12,8**	**-8,1**

Fonte: INE, 2001-2011 e INE-2021 (preliminares)

Analisando a distribuição e variação da população por freguesias do Concelho de Pampilhosa da Serra que apenas as freguesias de pessegueiro e Dornelas do Zêzere registaram ganhos populacionais entre 2001 e 2011 sendo que a maioria das freguesias perdeu população registando a freguesia de Pampilhosa da Serra a menor perda e a freguesia de Portela do Fojo – Machio, a maior. Em relação aos dados preliminares, verifica-se significativas perdas populacionais em todas as freguesias, com exceção da freguesia de cabril que regista um aumento de 5,6%.

Quadro n.º 8 Densidade populacional, Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra- 2001, 2011 e 2021

	2001	2011	2021
Portugal	112.4	114.5	112.2
Região Coimbra	--	--	100.8
Pampilhosa da Serra	**13.2**	**11.3**	**10.2**

Fonte: Censos2001 e 2011; INE 2021 (preliminares)

No que diz respeito à densidade populacional verifica-se que Portugal aumentou a densidade populacional em 2.1 entre 2001 e 2011 tendo-se registado um decréscimo em 2021 regressando aos valores de 2001. O Concelho de Pampilhosa da Serra apresenta uma redução de 3 pontos, refletindo um reduzido número de habitantes por quilómetro quadrado, o que tem fortes impactos ao nível da economia local e no custo de serviço por utente ao nível da implementação de respostas sociais como o Serviço de Apoio Domiciliário.

Quadro n.º 9 - População portadora de deficiência por tipo, Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra- 2011, Portugal

	Auditiva[4]	Visual[5]	Motora[6]	Mental[7]	Paralisia cerebral	Outras deficiência
Portugal	84.172	163.569	156.246	70.994	15.009	146.069
Região Coimbra	4.441	8.656	8.910	3.767	736	8.475
Pampilhosa	18	43	60	60	17	78

Fonte: Censos 2011, Pordata

Quanto à distribuição da população por tipo de deficiência, ou seja, perda ou anomalia de uma estrutura ou função do corpo sendo que para cada tipo de deficiência existe metainformação, disponibilizada pelo INE, que permite perceber como é que a análise foi realizada.

[4] *perda ou anomalia das funções auditivas*
[5] "perda ou anomalia das funções da visão
[6] Perda ou anomalia das estruturas ou funções do aparelho motor
[7] Perturbação do funcionamento intelectual que se manifesta durante o período de desenvolvimento, antes dos 18 anos. Caracteriza-se por um nível de funcionamento intelectual (avaliado através de testes de inteligência estandardizados) significativamente abaixo da média, e por limitações significativas das competências de vida diária (comportamentos adaptativos)

4.2 – Envelhecimento e Dependência[8]

Quadro nº 10 – Evolução dos Índices de dependência, Envelhecimento- Pampilhosa da Serra e Região Coimbra

	Índice Envelhecimento		Índice dependência idosos		Índice dependência jovens		Índice dependência Total	
	Pampilhosa Serra	Região Coimbra	Pampilhosa Serra	Região Coimbra	Pampilhosa Serra	Região Coimbra	Pampilhosa Serra	Região Coimbra
2001	373,6%	138,5%	68,2%	29,8%	18,3%	21,5%	86,4%	51,3%
2011	589,7%	171,4%	83,5%	34,5%	14,6%	19,0%	97,7%	59,9%
2015	546,6%	195,8%	77,8%	38,0%	14,2%	19,4%	92,0%	57,3%
2016	556,2%	201,4%	76,8%	36,7%	13,8%	19,2%	90,6%	58,0%
2017	543,5%	206,3%	75,7%	37,4%	13,9%	19,1%	89,6%	58,6%
2018	523,3%	211,3%	73,7%	38%	13,9%	19,1%	87,6%	59,3%
2019	531,1%	215,6%	71,5%	38,5%	13,5%	19,0%	85,0%	59,9%
2020	527,0%	218,8%	69,2%	41,2%	13,1%	18.8%	82,3%	60,0%
2021	**693,7%**	**243,9%**	**96.5%**	**40.3%**	**13.9%**	**20.2%**	**110,5%**	**64,2%**

Fonte: Censos 2011 e Pordata 2021 (dados preliminares)

Em termos populacionais, o concelho de Pampilhosa da Serra apresenta características preocupantes traduzidas no fenómeno do *duplo envelhecimento populacional*, verificando-se entre 2001 e 2021 um decréscimo da população jovem (0-14 anos) e da população em idade ativa e um aumento da população idosa.

O **duplo envelhecimento** reflete-se no crescente índice de envelhecimento que em 2011 registava um aumento de 216,10% face a 2001, voltando a subir em 2021 em 104%. Na Região Centro, embora se registe um aumento da população envelhecida, o mesmo não é tão expressivo como o registado no Concelho de Pampilhosa da Serra.

Em relação ao **índice de dependência de jovens** (relação entre a população idosa e a população em idade ativa) que em 2011

[8] ***Índice dependência jovens*** - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número **de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos**. "***Onde há mais ou menos jovens por 100 pessoas em idade ativa.***
Índice de dependência de idosos – relação entre a **população idosa e a população em idade ativa**, definida habitualmente como o quociente **entre os 15 e os 64 anos.** ***Onde há mais ou menos idosos por 100 pessoas em idade ativa.***
Índice de envelhecimento – Relação entre a população idosa e a população jovem por cada 100 indivíduos (população com 65 e + anos/população dos 0 aos 14 anos) x100. ***Onde há mais ou menos idosos por 100 jovens.***
Índice dependência total - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idade. ***Onde há mais ou menos jovens e idosos por 100 pessoas em idade ativa.***

Registou uma percentagem de 14,6% tendo em 2020 registado uma diminuição de 0,7%.

Quanto ao **índice de dependência de idosos,** e comparando os dados de 2011 e 2021 regista-se um aumento de 13%. Na Região de Coimbra registou-se um aumento de 5,8%.

Estamos, portanto, perante ***Índices de Envelhecimento*** (693,7%) e de ***Dependência de Idosos*** *(96.5%*) elevados e Í***ndice de Dependência de Jovens*** (13,9%) cada vez mais baixo.

Deste modo, em 2021 o número de pessoas em idade ativa indicava um índice de **Dependência Total** de 110,5%, revelando uma descida de 12,8% face ao Censos de 2011.

Quadro nº 11 - Índice de Longevidade- Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra

	Índice de Longevidade		
	Pampilhosa da Serra	Região Coimbra	Portugal
2001	48,8%	44,0%	41,9%
2011	60,6%	50,3%	48,3%
2015	64,3%	51,6%	49,0%
2016	65,2%	51,6%	48,8%
2017	65,9%	51,5%	48,6%
2018	67,0%	51,4%	48,4%
2019	68,0%	51,3%	48,5%
2020	68,9%	51,5%	48,7%

Fonte: Pordata 2020

Salientamos ainda, que o ***índice de longevidade***[9], aumentou 20,1% em 2020 face aos dados de 2001 e é superior ao do registado na Região de Coimbra (51,5%) e em Portugal (48,7%).

Refira-se que o índice de longevidade é o número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos. Quanto mais alto é o índice, mais envelhecida é a população idosa. No quadro n.º 11 verifica-se que um aumento muito significativo para o Concelho de Pampilhosa da Serra, se compararmos o ano de 2011 com o de 2021 registando uma subida de 8,3%.

[9] Relação entre a população mais idosa e a população idosa definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

Quadro nº 12 - Índice Sustentabilidade - Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra

	Índice sustentabilidade	
	2001	2011
Portugal	4,1	3,5
Região Coimbra	3,4	2,8
Pampilhosa da Serra	1,5	1,2

Fonte: INE, 2011

Importa analisar também o ***índice de sustentabilidade potencial[10] que analisa o rácio*** entre as pessoas entre os 15 e os 64 anos e pessoas com 65 ou mais permitindo refletir onde há mais pessoas em idade ativa por idoso. Os números apresentados para Portugal e restantes regiões em análise, demostram uma descida do índice entre 2001 e 2011, o que reflete um baixo número de ativos por cada idoso. No Concelho de Pampilhosa da Serra a leitura dos dados apontam para a existência de 1,2 ativos por cada idoso.

Quadro nº 13 - Índice Sustentabilidade – por sexo em Portugal, Pampilhosa da Serra e freguesias -Censos 2011

	HM	H	M
Portugal	3,5	4,0	3,1
Pampilhosa da Serra	1,2	1,5	3,1
Cabril	1,0	1,4	0,8
Dornelas do Zêzere	1,6	2,2	1,3
Fajão- Vidual	1,7	2,3	1,3
Janeiro de Baixo	1,5	1,8	1,3
Pampilhosa da Serra	1,3	1,7	1,0
Pessegueiro	0,6	0,6	0,6
Portela do Fojo- Machio	2,3	1,4	1,2
Unhais-o-Velho	1,5	1,9	1,3

Fonte: INE, 2011

Numa análise do ***índice de sustentabilidade potencial em 2011*** por sexo e freguesia percebemos que na maioria das freguesias o número de ativos por idosos é de 1 e em alguns casos nem chega a esse valor (Pessegueiro), a freguesia de Portela do Fojo registava em 2011 um maior índice, com 3,3

[10] População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos / População com 65 ou mais anos.

pessoas em idade ativa por cada idoso seguidos da freguesia Fajão- Vidual (1,7), de Dornelas do Zêzere (1,7) e freguesias de Janeiro de Baixo e Unhais -o- Velho, com 1,5 pessoas em idade ativa por idoso.

Quadro n.º 14 – Evolução das Taxas de Natalidade[11] e Mortalidade[12] 2001, 2011 e 2019- Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra

Anos	Taxa Natalidade			Taxa Mortalidade		
	2001	2011	2020	2001	2011	2020
Região Coimbra	8,8‰	7,9‰	6,9‰	11,3‰	11,3‰	13,8‰
Pampilhosa	5,2‰	3,4‰	3 ‰	21,5‰	21,7‰	25,8‰

Fonte: Censos (2011), Pordata (2020)

O Concelho de Pampilhosa da Serra regista uma elevada ***taxa de mortalidade***, quase o dobro da registada na Região de Coimbra e uma ***baixa taxa de natalidade*** *que em 2020 era de 3* ‰, abaixo da registada na Região de Coimbra (6,9‰).

Quadro n.º 15– Evolução do Saldos Natural[13], Total[14] e Migratório 2001, 2011 e 2019- Região de Coimbra e Pampilhos da Serra

Anos	Saldo Total			Saldo Natural			Saldo Migratório		
	2001	2011	2020	2001	2011	2020	2001	2011	2020
Região Coimbra	311	-4140	1.651	-1.174	-1573	- 2998	1485	2567	4649
Pampilhosa da Serra	-54	-77,0	-15	-85	-82	-92	31	5	87

Fonte: Censos (2011), Pordata (2019)

Respondendo à análise da diferença entre o número de nascimentos e de mortes e entre o número de imigrantes e de emigrantes, podemos retirar as seguintes conclusões: verifica-se um Saldo Total de -15, em 2020 refletindo tendência de diminuição face ao ano de 2011. Na Região de Coimbra registou-se uma subida com registo de Saldo Total de 1651.

Quadro n.º16 – N.º de nascimentos de 2010 a 2020

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Distrito Coimbra	3426	3426	3083	2876	2864	3048	2991	2957	2962	2854	2815	33302
Pampilhosa da Serra	17	15	16	26	28	14	20	22	15	9	12	194

Fonte: Censos (2011), https://www.apfn.com.pt/demografia/demografia.php

[11] Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10^3) habitantes).

[12]

[13] Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

[14] Diferença entre os efetivos populacionais no final e no início de um determinado período.

Em relação ao número de nascimentos nos últimos dez anos, regista-se um total de 194 nascimentos no Concelho de Pampilhosa da Serra. O ano com maior número de nascimentos foi o de 2014 sendo que o de 2019 foi o ano com menor número de nascimentos.

Quadro n.º 17– N.º famílias sem filhos e com filhos por número de filhos, 2011

	N.º famílias	F. s/ filhos	F. c/1 filho	F. c/ 2 filhos	F. c/ 3 filhos	F. c/ + 3 filhos
Distrito Coimbra	133.440	52.276	49.166	27.779	3.542	677
Pampilhosa da Serra	1420	841	371	187	20	1

Fonte: Censos (2011)

Entende-se por Família Numerosa, "*todos os agregados familiares monoparentais ou compostos por cônjuges ou pessoas que vivam em união de facto e que tenham a seu cargo três ou mais filhos, de um ou de ambos".* De acordo com o quadro n.º ---, existem 21 famílias consideradas numerosas.

4.3 – Tipologia dos Alojamentos Familiares

Quadro n.º 18– Alojamentos Familiares Clássicos, Não Clássicos e Coletivos em Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra- 2001-2011

	Clássicos		Não Clássicos		Coletivos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	5.054.922	5.859.540	27.319	6.612	8.178	12.604
Região Coimbra	242.290	280.690	781	201	414	568
Pampilhosa	5.364	5.658	13	1	7	22

Fonte: INE, Pordata (2015)

Relativamente à caracterização do tipo de alojamento verifica-se um aumento de alojamento coletivos que se refere ao *local que alberga múltiplas pessoas*. Dividem-se entre os alojamentos hoteleiros, como é o caso dos hotéis e das pensões, ou de convivência, como é o caso das prisões, dos lares de idosos ou das clínicas de reabilitação.

Quanto ao alojamento familiar não clássico e tendo em conta que se tata do tipo de local improvisado onde moram pessoas, como, por exemplo, uma barraca, uma caravana ou um barco verifica-se uma grande redução ao nível de Portugal comparativamente a 2001, o que representa uma melhoria nas condições habitacionais dos Portugueses.

Quadro n.º 19 – Alojamentos Familiares Clássicos, por forma de ocupação em Pampilhosa da Serra

		Familiar						Coletivo
		Tipologia			Formas de ocupação			
	Total	Total	Clássico	Não Clássicos	Residência habitual	Residência Secundária	Vago	
Pampilhosa da Serra	5.681	5.659	5.659	1	2.020	3.174	465	22

Fonte: INE,2011

Da análise ao quadro n.º 19, verifica-se que dos 5.659 dos alojamentos familiares clássicos, 2020 destinam-se a habitação habitual sendo que 3.174 são residência secundária e 465 encontram-se vagos.

Quadro n.º 20 – Famílias Clássicas segundo a Dimensão, 2001-2011

	C/1 pessoa		C/2 pessoas		C/ 3-5 pessoas		C/+ 6 pessoas		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Pampilhosa da Serra	648	617	880	897	656	498	44	17	2228	2029

Fonte: Censos 2011, Pordata

Analisando o quadro n.º 20, destaca-se o número de pessoas a viverem sozinhas ou com duas pessoas que registaram aumento de 2001 para 2011 e o reduzido número de pessoas pertencentes a famílias numerosas, registando uma redução significativa entre 2001 e 2011, tendência acompanhada pela Região de Coimbra. Segundo os dados de 2011, a dimensão média das famílias era de 2,1 sendo que em 2001 era de 2,3.

Quadro n.º 21– Famílias Clássicas segundo o Tipo de Família em Pampilhosa da Serra, 2011

Unidade Geográfica	S/ Núcleos	c/ 1 Núcleo							C/ 2 Núcleos	C/ 3 ou + Núcleos
		Casal "de direito" s/ filhos	Casal "de direito" c/ filhos	Casal "de facto" s/ filhos	Casal "de facto" c/ filhos	Pai c/ filhos	Mãe c/ filhos	Total		
Pampilhosa da Serra	650	757	394	43	29	15	101	1339	78	3

Fonte: INE, Censos 2011 (Resultados Definitivos)

No tipo de família, destacam-se os agregados com um núcleo que representam 64,6% do total, e dentro destes destacam-se os agregados de tipo casal "de direito" com filhos, casal "de direito" sem filhos. Os agregados sem núcleo correspondem a 31,4% do total da população residente no concelho.

É de salientar ainda, que os agregados monoparentais constituem 5,6% do universo, destacando-se os agregados constituídos por mulheres com filhos com 0,7%.

Quadro n.º 22- Famílias Clássicas Unipessoais , Total e com 65+,2011

	Total	65+
Região Coimbra	40.047	20.975
Pampilhosa da Serra	617	454

Fonte: INE 2011

Merece igualmente destaque, o número de famílias unipessoais a viverem no Concelho, das quais 454 são famílias com 65 ou + anos, refletindo a questão do isolamento social. Como refere Cátia Nunes no seu estudo, estes dados refletem, não só a desocupação que se regista nestes territórios, mas também o "*isolamento em termos do quotidiano de quem lá vive, principalmente daqueles que se encontram nas faixas etárias superiores – com proporções mais elevadas de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos"* (Cátia Nunes, pág. 87).

4.4 – Fatores geradores da dinâmica demográfica.

Quadro n.º23 – População residente por migrações em Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra, 2001- 2011

	População que não mudou de município		Imigrantes			
			Provenientes de Outro País		Provenientes de Outro Município	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	9.873.375	10.087.700	105.705	81.778	244.686	275.675
Região Coimbra	454.505	442.159	3.618	3.034	9.188	10.681
Pampilhosa da Serra	5.070	4.227	23	65	77	170

Fonte: Censos Definitivos 2011- INE, Pordata 2013

Tendo em conta o quadro n.º -- e de acordo com os Censos 2001 e 2011, e comparativamente a 2001 verifica-se que o número de população que não mudou de Município baixou no caso da Pampilhosa da Serra e Região de Coimbra sendo que em Portugal aumentou. Quanto a pessoas provenientes de outro País (65) regista-se um aumento no Município enquanto que em Portugal e na Região de Coimbra a tendência foi de descida. Já em relação a pessoas provenientes de outro Município, regista-se um aumento em todas as unidades territoriais em análise, registando o Concelho um aumento de 45% (170).

Quadro n.º 24 – População Residente de Nacionalidade Estrangeira.

	Total	Reino Unido	Outros Países Europeus	Espanha	Roménia	Outros países Americanos	Brasil	China	Outros países Asiáticos
Pampilhosa da Serra	40	21	9	2	2	1	3	3	1

Fonte: Censos 2011, PORDATA

Relativamente à população estrangeira residente, registam-se 23 indivíduos de diversas nacionalidades.

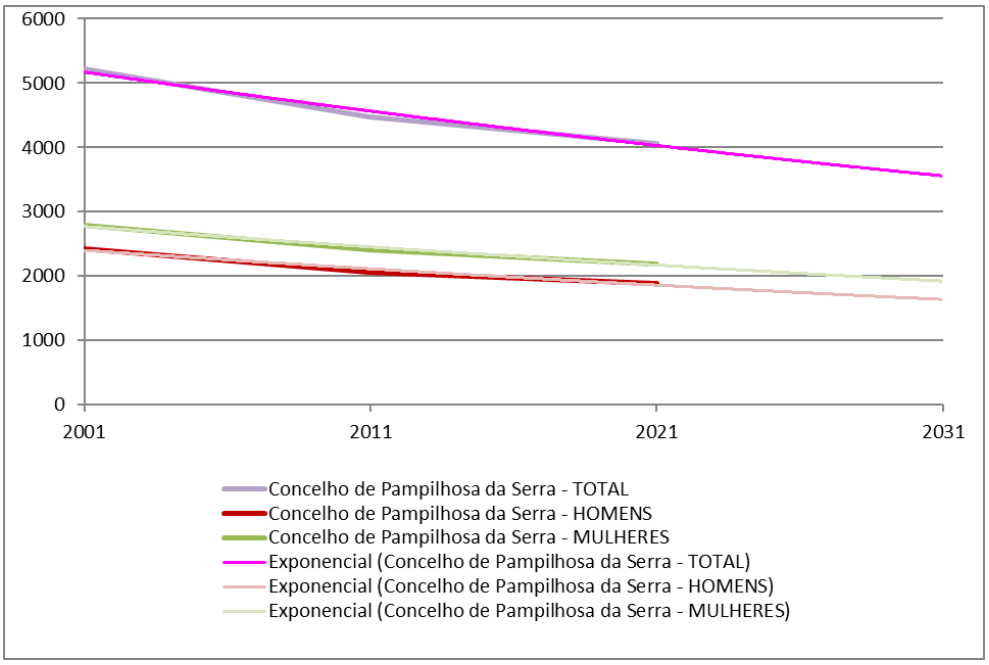
Quadro n.º 25- Certificados emitidos pelo Município a cidadãos estrangeiros (2018,2019 e 2020)

Pampilhosa da Serra	**2018**	**2019**	**2020**	**Total**
Novos	1	12	6	19
Renovação	0	1	1	2

Fonte: Serviços Secretaria Município, 2021

Analisando o quadro n.º --- verifica-se que no ano de 2019 foi o ano em que se registaram maior número de cidadãos estrangeiros a residirem no Concelho de Pampilhosa da Serra encontrando-se 21 cidadãos com certificado residência em Países da EU.

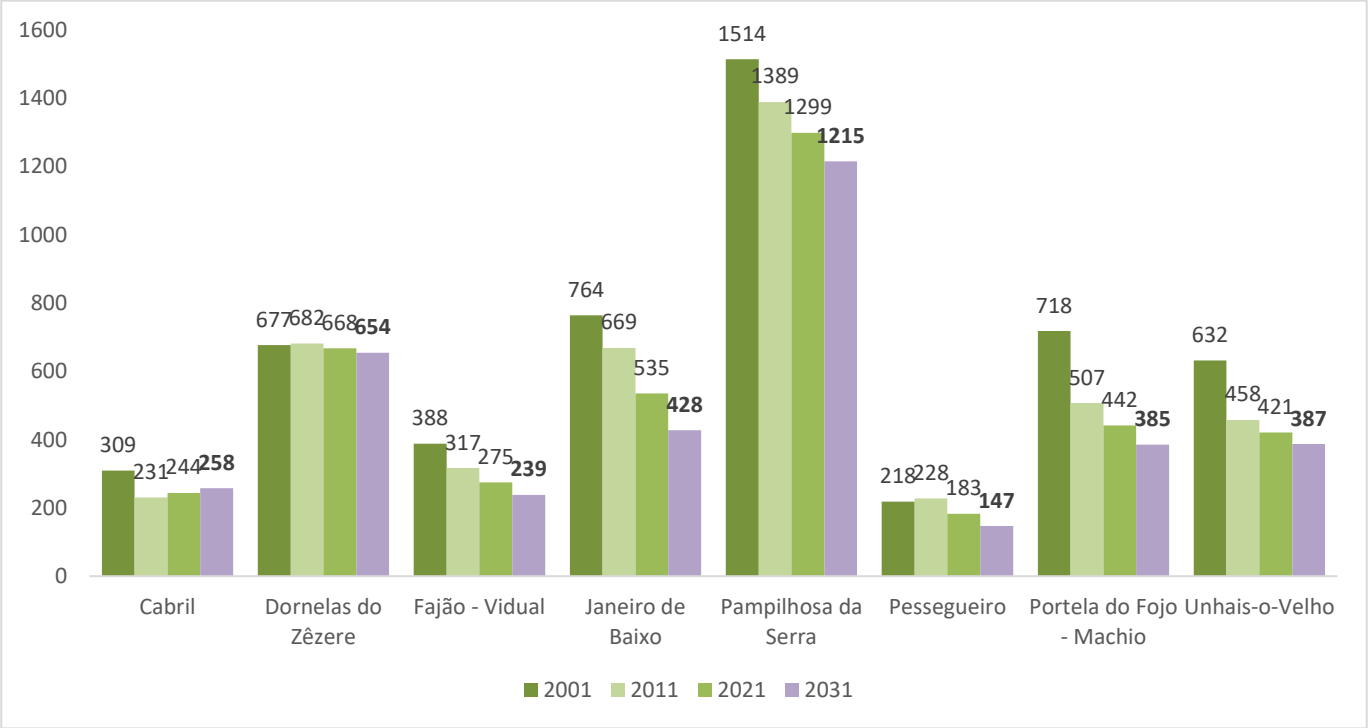
4.5. Volume e características da população nos próximos anos.



Fonte: Censos 2021 (cálculos para 2031 através do método exponencial)

Gráfico n.º 1- Projeção Exponencial da População de 2001 para 2031

De acordo com a informação do gráfico n.º verifica-se que o concelho de Pampilhosa da Serra continua a manifestar um decréscimo global da população em ambos os sexos.



Fonte: Censos 2021 (cálculos para 2031 através do método exponencial)

Gráfico n.º2 - Projeção Exponencial da População de 2001 para 2031

As projeções para 2031 apresentam um decréscimo de população que vem acontecendo desde o ano de 2001 sendo que apenas a freguesia de Cabril apresenta potencial de crescimento para 2031 cuja população total do Concelho, segundo a projeção, será de 3.172.

Quadro n.º 26 - Projeção Exponencial da População de 2021 para 2031, homens e mulheres

	Total Homens		Total Mulheres	
	2021	**2031**	**2021**	**2031**
Cabril	116	122	128	135
Dornelas do Zêzere	296	271	372	385
Fajão - Vidual	131	121	144	118
Janeiro de Baixo	253	193	282	236
Pampilhosa da Serra	588	574	711	642
Pessegueiro	88	78	95	70
Portela do Fojo - Machio	213	195	229	191
Unhais-o-Velho	195	170	226	218
Total	**1880**	**1724**	**2187**	**1997**

Fonte: Censos 2021 (cálculos para 2031 através do método exponencial)

No que à projeção entre homens e mulhres verifica-se que se prevê uma redução mais acentuada entre as mulheres com perda de 190 efetivos sendo que para os homens as projeções apontam uma redução de 156 efetivos num total de 346 efetivos.

5. Indicadores Socioeconómicos

5.1. Indicadores Económicos

5.1. 1. Base económica local/ setores de atividade

Quadro n.º 27 – População Residente Inativa em Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra, em 2011

	Doméstico	Estudante	Incapacitado	Reformado	Outros casos	Total
Portugal	49.726	660.496	141.256	2.339.09	405.910	3.966.482
Região Coimbra	18.676	30.140	6.545	120.421	14.478	190.260
Pampilhosa da Serra	246	156	97	2.118	173	2.790

Fonte: INE, Pordata 2013

O concelho de Pampilhosa da Serra regista um elevado número de população inativa (2790) com maior representatividade nos grupos das pessoas reformadas, aposentadas ou na reserva, seguida dos domésticos e estudantes.

Quadro n.º28 – Distribuição da população por setores de atividade em Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra (em %)-2011

	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	4,9	3,9	35,1	26,5	59,9	70,5
Região Coimbra	5,4	2,8	31,5	24,9	63,0	72,3
Pampilhosa da Serra	23,9	2,1	29,9	31,8	46,5	66,1

Fonte: INE, Pordata 2013

Analisando a distribuição da população por setores de atividades verifica-se um aumento da população no Setor Terciário quer em Portugal, como na Região de Coimbra, não sendo o Concelho de Pampilhosa da Serra, exceção! Pampilhosa da Serra também registou um ligeiro aumento no setor secundário, não verificado a nível de Portugal e Região de Coimbra.

Fonte: INE, Pordata 2011

Gráfico n.º 3 – Distribuição da população por setores de atividade (em %)

O setor terciário é aquele que emprega um maior número de pessoas correspondendo a 66,1% em 2011 do total da população com atividade económica, mais 11,1% quando comparado com os dados de 2001. Segue-se o setor secundário, empregando 31,8% da população, menos 8,2% do que em 2001. Por último, o setor primário que emprega apenas 2% do total da população com atividade económica.

5.1.2. Nível de vida/ Índice de poder de compra (ICP)

Quadro n.º 29– Índice Poder de compra, Região Centro, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra- 2002,2011 e 2017

	Poder de Compra		
	2002	2011	2017
Região Centro	79,9	87,5	88,3
Região Coimbra	---	93,9	93,7
Pampilhosa da Serra	47,8	56,3	64,6

Fonte: INE, Pordata

O Concelho de Pampilhosa da Serra apresenta em 2017 um baixo índice de poder de compra (64,6) comparativamente a Portugal e Região de Coimbra. No entanto, numa comparação com 2011 regista-se um aumento de 8.3.

Quadro n.º 30 – Índice Poder de compra, nos Concelhos da Região de Coimbra 2002 e 2011

	2002	2011
Arganil	56	65,2
Cantanhede	67,5	80,7
Coimbra	**136,7**	**131,7**
Condeixa-a-Nova	71,4	80,5
Figueira da Foz	95,2	96,5
Góis	51	59,3
Lousã	84,2	80,1
Mealhada	69,3	83,9
Mira	64,2	73,6
Miranda do Corvo	59,1	64
Montemor-o-Velho	54,2	71,3
Mortágua	55,4	69,7
Oliveira do Hospital	58,4	70,1
Pampilhosa da Serra	**47,8**	**56,3**
Penacova	47,7	59,1
Penela	48,8	65,7
Soure	58,7	68,6
Tábua	51,6	63,7
Vila Nova de Poiares	62,9	68,9

Fonte: INE, Pordata

No contexto da Região Centro, e comparando os dados referentes aos Concelhos da Região de Coimbra, constata-se que o Concelho de Pampilhosa da Serra é dos Concelhos com menos poder de compra em 2011 seguido do Concelho de Penacova (59,1) e do Concelho de Góis (59,3) sendo o Concelho de Coimbra (131,7), Figueira da Foz (96.5) e Mealhada (83.9) os Concelhos com maior poder de compra da região.

5.1.3. Emprego/Desemprego

Quadro n.º 31 – Taxa de desemprego segundos os Censos em Portugal, Região Centro e Pampilhosa da Serra 2001-2011

	% Desemprego	
	2001	2011
Portugal	6.8	13.2
Região Centro	6.2	10.3
Pampilhosa da Serra	3.3	9.5

Fonte: Pordata 2019

Segundo os sensos de 2011, o concelho de Pampilhosa da Serra registava uma taxa de desemprego de 9,5%, o que representa uma subida em relação a 2011. Situação que se verifica também ao nível de análise Portugal e Região de Coimbra.

Quadro n.º 32 - Evolução dos Desempregados inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional (média anual), Total por ano 2011, 2018,2019 e 2020

Concelho	Total	<25 anos	25-34	35-44	45-54	55 ou +
Região Coimbra	13.146,4	1.680,2	2.770,1	274,8	2.180,1	3.318,3
Pampilhosa da Serra	96,4	11,5	10,1	16,8	18,3	39,7

Fonte: Pordata, 2020

Verifica-se uma tendência de redução do número de inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional entre 2011 e 2020.

Quadro n.º 33 - Desempregados Inscritos nos Centro de Emprego e Formação Profissional (média anual), Total e Por Grupo Etário, Região Centro e Pampilhosa da Serra -2020

	2011	2018	2019	2020
Região Coimbra	18.875,8	12.858,8	11.368,2	**13.146,4**
Pampilhosa da Serra	120,2	105,2	103,0	**96,4**

Fonte: Pordata, fevereiro 2021

Quanto ao número de desempregados inscritos[15], o grupo etário com maior representatividade no Concelho de Pampilhosa da Serra é o grupo dos 55 sendo que, ao nível a Região de Coimbra, este é também o grupo que apresenta maior representatividade.

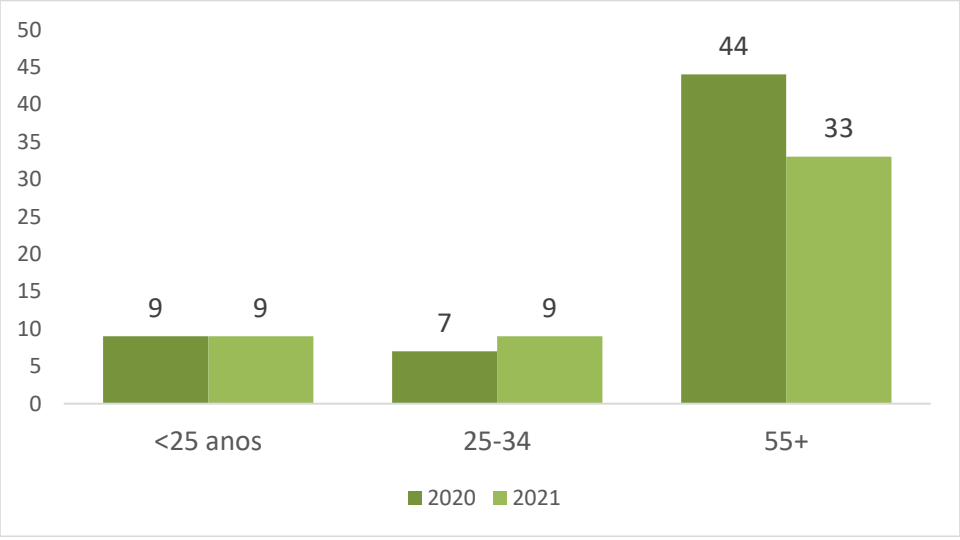
Segue-se uma análise mais concreta da realidade do Concelho e partindo da comparação entre o ano de 2020 e 2021 tendo por mês de referência, o mês de março.

Quadro n.º 34- Desemprego Registado no Concelho de Pampilhosa da Serra segundo Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego – março 2020 e 2021

	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
Concelho	Homens	Mulheres	< 1 ano	1 ano/ +	1º Emprego	Novo Emprego	
2020	53	54	40	57	8	89	97
2021	45	32	29	49	6	72	78

Fonte: Estatísticas mensais IEFP, março 2020 e 2021

Ao nível do desemprego registado e, numa análise comparativa entre março 2020 e 2021, verifica-se um decréscimo no número total de desempregados. No entanto, o número de desempregados de longa duração (+ 12 meses) aumentou.

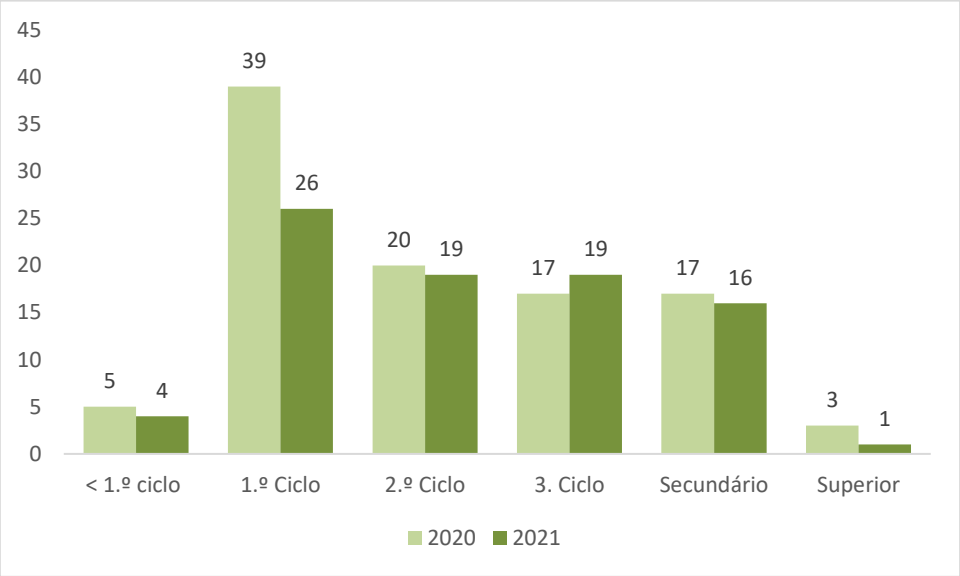


Fonte: Estatísticas mensais IEFP, fevereiro 2020 e 2021

Gráfico .º 4 - Desemprego Registado no Concelho de Pampilhosa da Serra Por Grupo Etário – março 2020 e 2021

[15] Candidato inscrito num Centro de Emprego que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade de trabalho.

No que se refere ao grupo etário, verifica-se um decréscimo do número de desempregados nos grupos etários a partir dos 35 anos.



Fonte: Estatísticas mensais IEFP, março 2020 e 2021

Gráfico n.º 5 - Desemprego Registado no Concelho de Pampilhosa da Serra Por Nível de Escolaridade – março 2020 e 2021

No que se refere ao desemprego registado segundo os níveis de escolaridade, é possível observar que o desemprego no concelho atinge a maioria indivíduos com o nível escolar do 1º Ciclo.

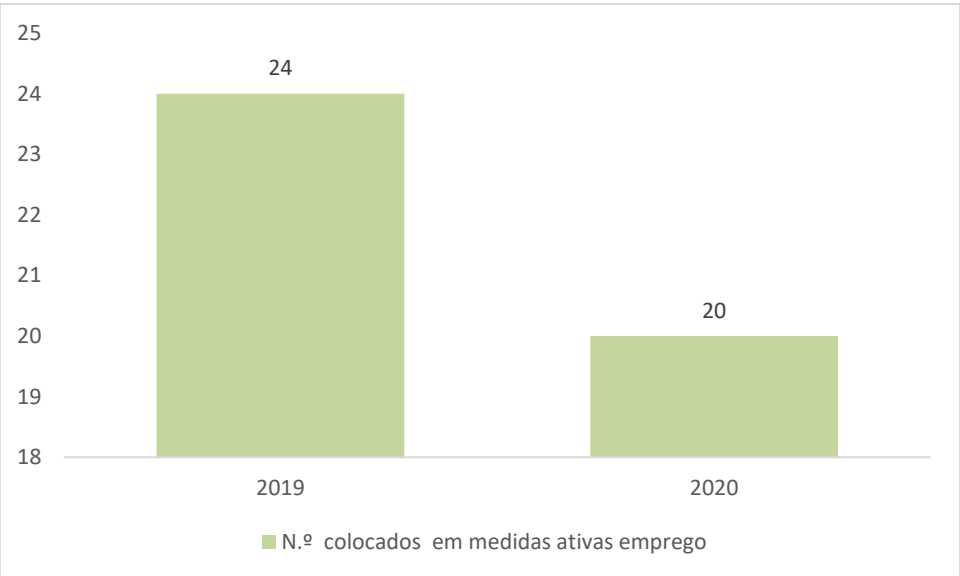
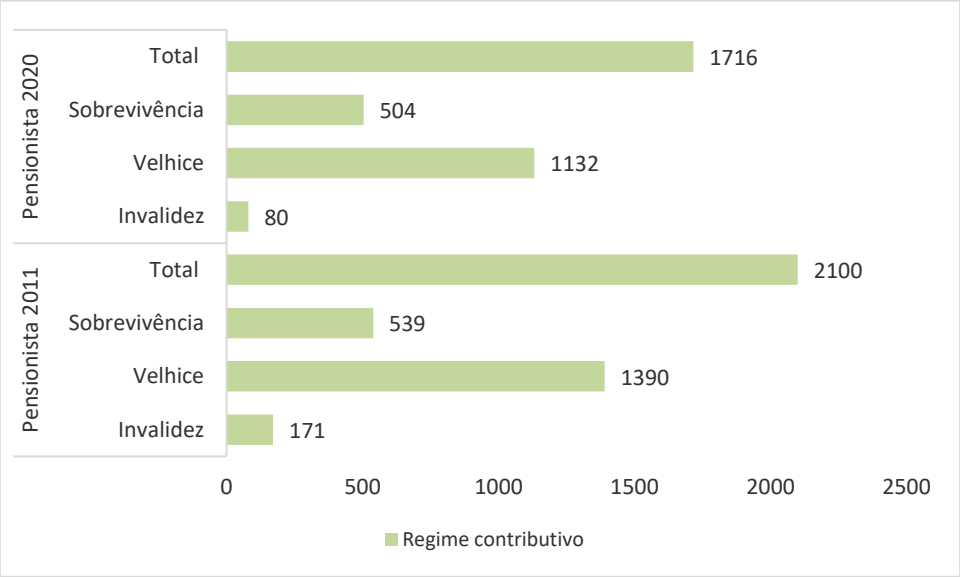


Gráfico n.º6 - Desempregados colocados em Medidas Ativas de Emprego em 2019 e 2020

Numa análise comparativa do número de desempregados, integrados em medidas ativas de emprego (contratos empregos inserção, estágios profissionais), entre 2019 e 2020, regista-se um decréscimo do número de desempregados colocados em Medidas no âmbito do Marcado Social de Emprego.

5.1.4. Pensionistas[16]



Fonte: INE, ISS, IP-Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Gráfico n.º 7 - Total de pensionistas por tipo de pensão, regime contribuitivo -2011 e 2020

Relativamente ao Regime Contributivo, regista-se uma diminuição do número de pensionistas entre 2011 e 2020 tendo-se registado uma diminuição significativa no número de pensionistas por invalidez e de velhice tendo os pensionistas por sobrevivência registado uma redução mais ligeira.

[16] **Pensão Invalidez** - É um apoio em dinheiro, pago mensalmente, para proteger os beneficiários em situações de incapacidade permanente para o trabalho. Para verificar se existe incapacidade permanente avalia-se: o funcionamento físico, sensorial e mental; o estado geral; a idade; as aptidões profissionais; a capacidade de trabalho que ainda possui. dependendo do grau de incapacidade do beneficiário, a invalidez pode ser relativa ou absoluta. (metainformação – Instituto da Segurança Social).
Pensão Sobrevivência - Pagamentos periódicos a pessoas cujo direito aos mesmos deriva da sua relação com uma pessoa falecida protegida pelo regime de proteção social (viúvos, viúvas, órfãos e equiparados). (metainformação – Eurostat).
Pensão velhice - Pagamentos periódicos destinados a manter o rendimento do beneficiário após a reforma do emprego remunerado na idade legal/normal ou a apoiar o rendimento das pessoas idosas (excluindo o apoio de duração limitada). (metainformação – Eurostat)

Quadro n.º 35 - Total de pensionistas por tipo de pensão, regime não contribuitivo- 2020

Pampilhosa da Serra	Velhice	Sobrevivência
2019	33	5
2020	30	5

Fonte: ISS, IP- Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Quanto ao regime Não Contributivo[17] que não inclui pensão de invalidez por ter sido integrada na Prestação Social para a Inclusão (analisada no Ponto 5.1.5.5), verifica-se um número muito residual de beneficiários nos dois anos em análise.

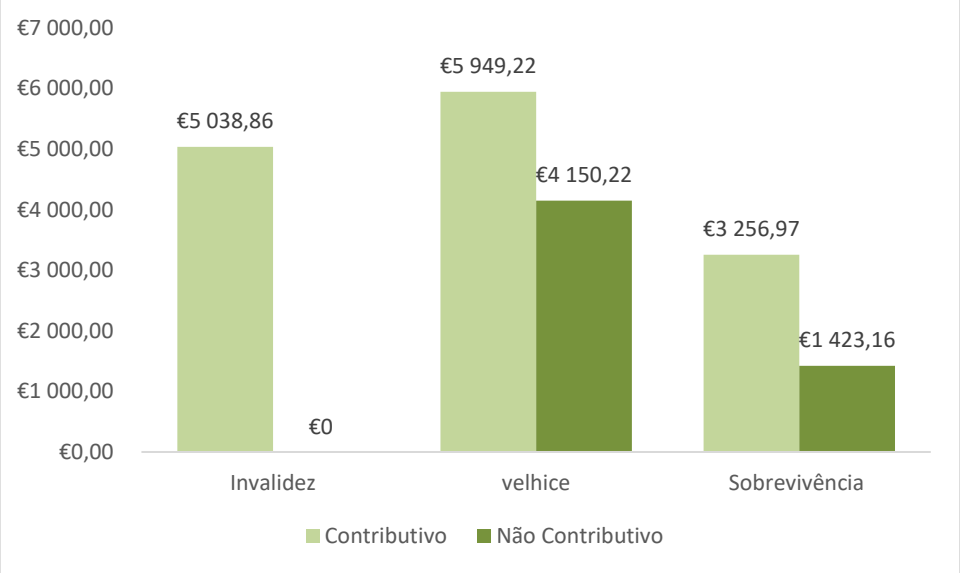
Quadro n.º 36 - Valor médio anual no Regime Contributivo – 2020

	Pensão Invalidez	Pensão de Velhice	Pensão de Sobrevivência
Masculino	5.176,19€	7.716,23€	2.472,00€
Feminino	4.809,97€	4.207,02€	3.379,27€
Totais	5.038,86€	5.949,22€	2.256,97€

Fonte: ISS, IP-Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Analisando o quadro n.º 36, percebe-se que os homens auferem valores superiores às mulheres, à exceção da pensão de sobrevivência cujos valores médios são superiores nas mulheres. Situação que estará relacionada com o facto de existir um maior número de viúvas, uma vez que se trata de uma prestação auferida por morte de cônjuge.

[17] O regime não contributivo é uma modalidade de proteção social de carácter universal que assenta na solidariedade de toda a comunidade, destinando-se a prevenir situações de pobreza e exclusão social ou a compensar a ocorrência de determinadas eventualidades, independentemente dos descontos efetuados para o sistema ou do cumprimento de determinados requisitos contributivos.

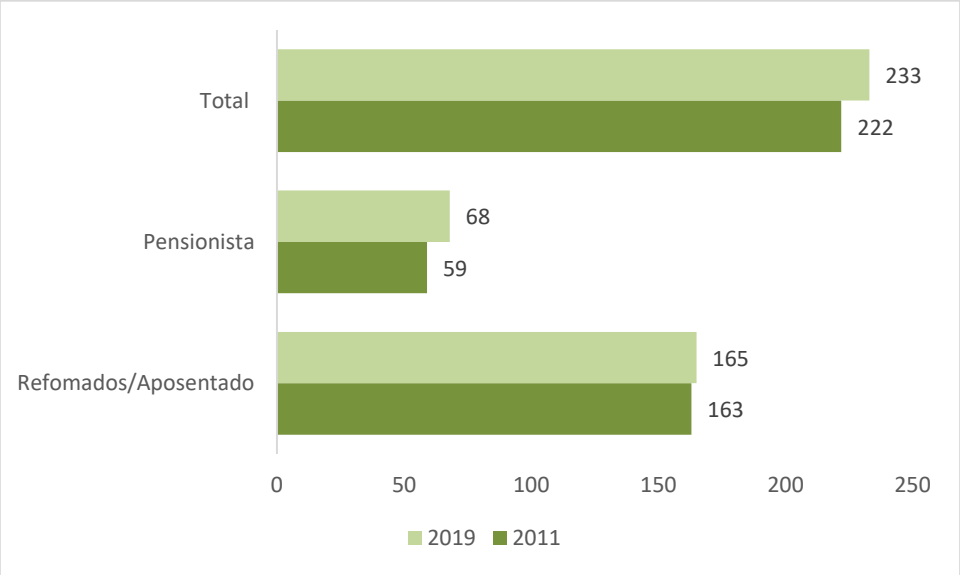


Fonte: ISS, IP- Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Gráfico n.º 8 - Valor Médio anual por tipo de pensão, regime contributivo e não contributivo, 2020

Em relação aos valores médios anuais verifica-se que que a média dos valores auferidos por beneficiário é de 5.038,00€ para pensão invalidez do Regime Contributivo, 5.949,22€ para a pensão de velhice do mesmo regime e 3.256,97€ para pensão de sobrevivência.

No Regime Não Contributivo não são apresentados valores da pensão de invalidez por a mesma ter sido integrada na Prestação Social para a Inclusão e ser analisada como prestação Social. Assim, para a pensão de velhice os valores médios são 4.150,22€ e pensão de sobrevivência 1.423,16€.



Fonte: Pordata, maio 2021

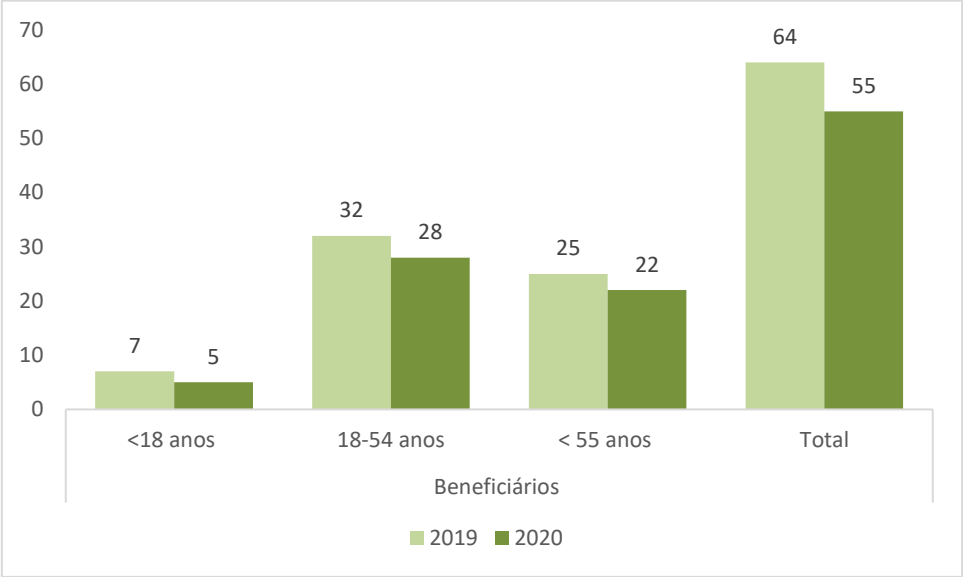
Gráfico n.º 9 - Total de pensionistas por tipo de pensão, Caixa Geral de Aposentações -2011 e 2019

Quantos aos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, não se registam oscilações nos valores numa análise comparativa entre 2011 e 2019.

5.1.5. Beneficiários de Prestações Sociais

5.1.5.1– Rendimento Social de Inserção

A prestação de RSI é um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma **prestação em dinheiro** para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e um programa de inserção que integra um **contrato** (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.



Fonte: ISS, IP- Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Gráfio n.º 10 - Total de beneficiários por idade no Concelho de Pampilhosa da Serra em 2019-2020

Considerando a população residente em 2019 (dados provisórios: 4045) os beneficiários de RSI representam 1,3% da população.

Da análise da figura em cima, verifica-se uma redução do número de beneficiários de RSI no Concelho situando-se a maioria dos beneficiários no escalão etário 18-54 anos registando um reduzido número de crianças beneficiárias.

5.1.5.2-Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 6 meses e residentes em Portugal.

Esta prestação implica outros tipos de direitos, como: 1. Benefícios Adicionais de Saúde e 2. Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia: Tarifa Social de Eletricidade e Tarifa Social do Gás Natural.

Quadro n.º 37 - Total de Beneficiários CSI, por sexo, valor Médio anual e Valor médio mensal, 2020.

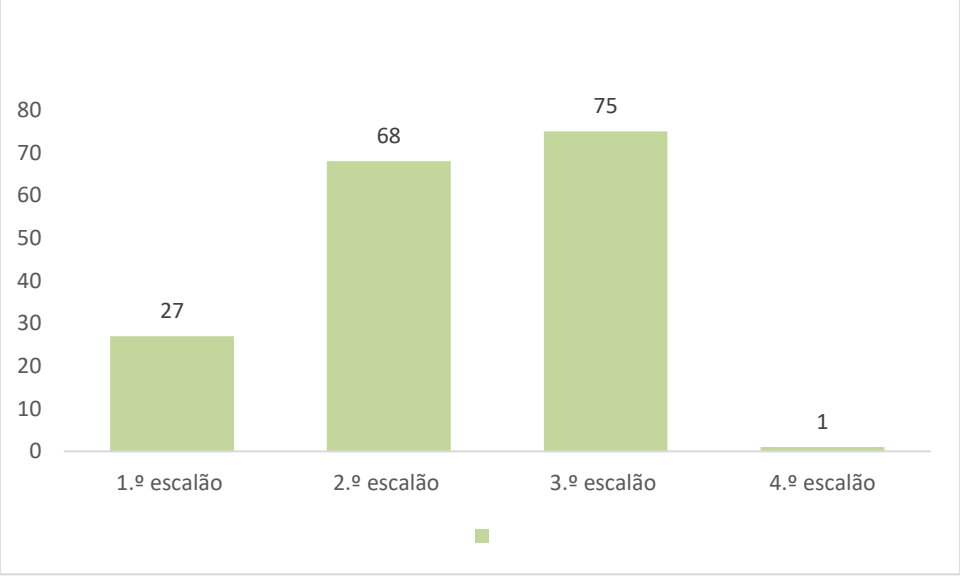
	Totais		Valor Médio /Anual		Valor Médio/Mensal	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Feminino	118	111	1.222,64	1.243,99€	107,29€	108,19€
Masculino	40	36	895,40	1.008,74€	79,38€	85,39€
Total	158	147		---	---	----

Fonte: ISS, IP- Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Da análise do quadro n.º 37, verifica-se que o número de idoso contemplados com o Complemento Solidário para Idosos baixou, ligeiramente, face ao ano de 2019. Quanto aos valores médios anuais e mensais, os mesmos subiram atendendo á atualização dos valores de referência que a medida foi alvo.

5.2.5.3- Prestações Familiares

Prestação em dinheiro atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.



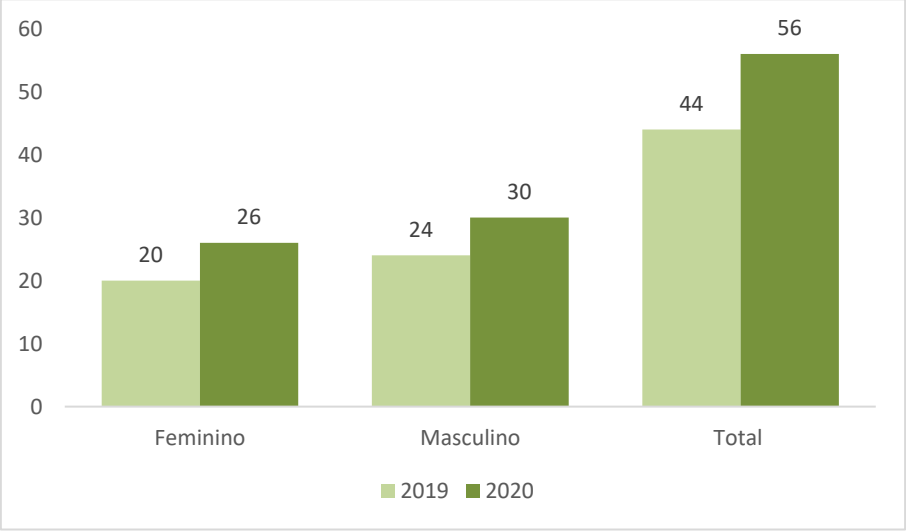
Fonte: ISS, IP- Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Gráfico n.º 11 - Total de crianças e jovens beneficiárias do Abono de Família por escalão de rendimento, 2020

Das 171 crianças e jovens que recebem abono de família a maioria encontra-se no 3.º escalão, que equivale a um apoio mensal de 28€ seguido o 2.º escalão com um apoio mensal de 30,93€, valores de referência para crianças acima dos 72 meses (3 anos). No escalão 4.º regista-se uma criança no Concelho de Pampilhosa da Serra. Este escalão tem como valores de referência para a sua atribuição, valores entre os 9.215,01€ até 15.358,35€ anuais.

5.1.5.4.– Prestações Desemprego

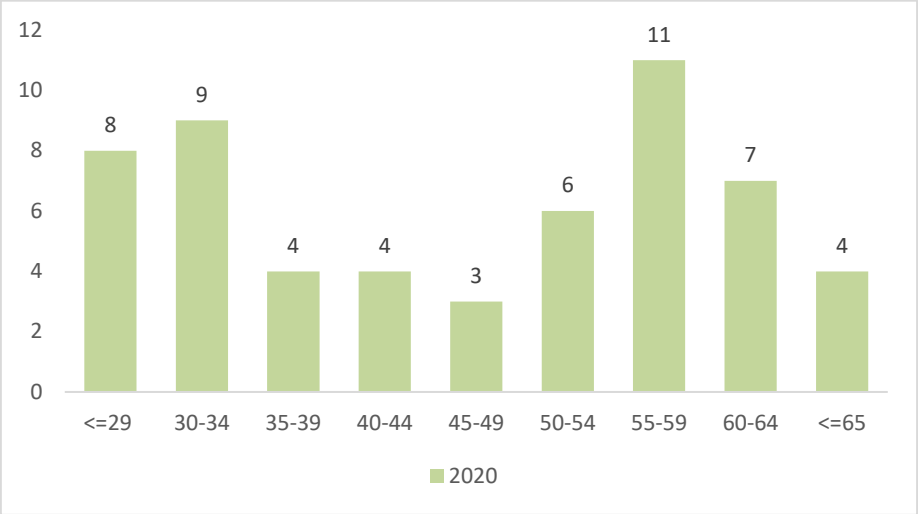
É uma prestação em dinheiro atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego.



Fonte: ISS, IP- Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Gráfico n.º12 - Total de beneficiarios a receber subsídio e desemprego por sexo, 2019 e 2020

Em 2020 encontravam-se 56 desempregados a receber prestação por desemprego, registando-se um aumento comparativamente ao ano de 2019, podendo a Crise Pandémica justificar esta situação, nomeamente com o encerramento do Vila Pampilhosa Hotel em maio de 2020.



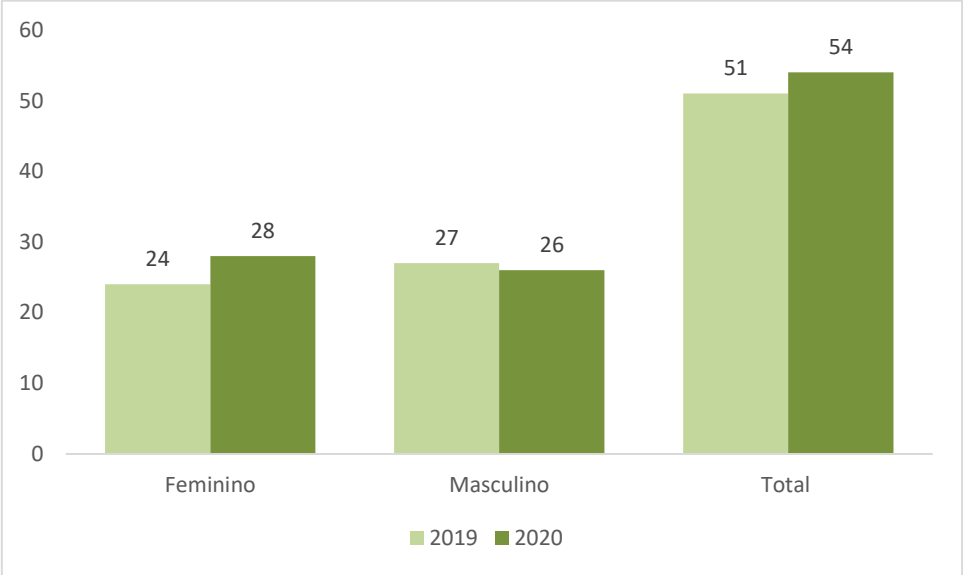
Fonte: ISS, IP- Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Gráfico n.º 13 - Total de beneficiarios a receber subsídio de desemprego por escalão etário, 2020

Analisando o número de prestações de desemprego por escalão etário dos seus beneficiários, verifica-se que o escalação com maior número de desempregados é o escalão dos 55-59 anos seguido do escalão 30-34 anos.

5.1.5.5 – Prestação Social de Inserção

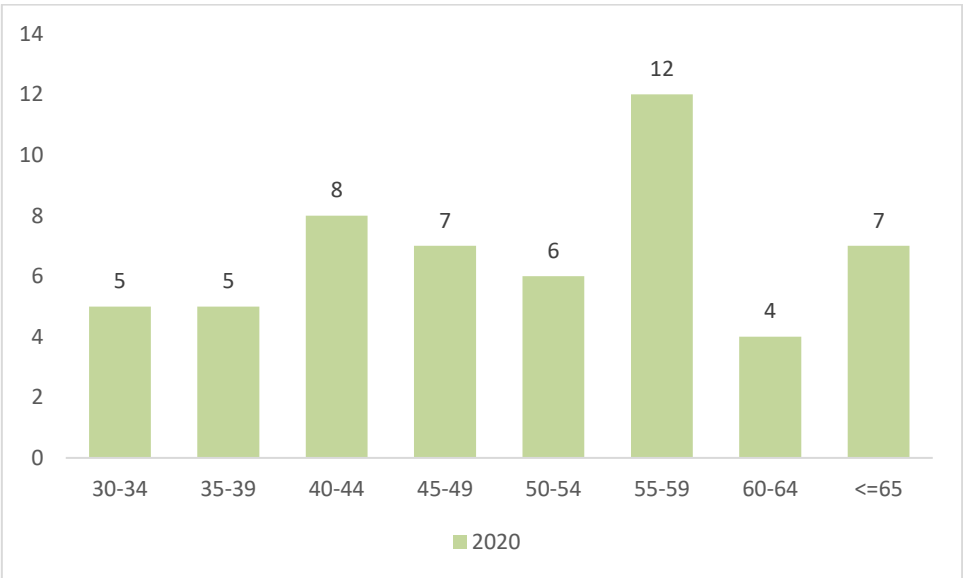
É uma prestação constituída por três componentes: a Componente Base, o Complemento e a Majoração. A Componente Base destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da situação de deficiência, tendo em vista promover a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência. O Complemento tem como objetivo combater a pobreza das pessoas com deficiência. A Majoração visa compensar encargos específicos resultantes da situação de deficiência.



Fonte: ISS, IP- Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Gráfico n.º 14 - Total de beneficiarios prestação social para a inclusão, por sexo, 2019-2020

Numa análise à prestação social inserção que substituiu a Pensão Social do regime não contributivo verifica-se um total de 54 beneficiários da prestação em 2020, registando um aumento de 3 pessoas face ao ano de 2019.



Fonte: ISS, IP- Gabinete de Planeamento e Estratégica, março 2021

Gráfico n.º 15 - Total de beneficiarios prestação social para a inclusão, por escalão etário, 2020

A maioria das pessoas beneficiárias integram o escalão etário dos 55-59 anos, registando as idades mais baixas um número reduzido de situações. Ainda assim, numa análise mais abrangente (dos 30 aos 44 anos) registam-se 18 pessoas a receber PSI, remetendo-nos para 2,6% da população entre os 30 e os 44 anos possuem uma incapacidade ou deficiência.

5.1.6. Condições de Habitação

A nível habitacional o Município de Pampilhosa da Serra tem desenvolvido um trabalho de apoio pontual a situações sinalizadas atendendo às alterações propostas em 2012 do programa de financiamento social à habitação: SOLARH[18] - Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação. No período de 2011 – 2013 a Autarquia registou 35 pedidos realizados pelos munícipes e famílias e sinalizações realizadas por outros serviços/parceria tendo conseguido resolver parte das situações através de apoio em materiais, pagamento de obras, SOLARH, realojamento e apoio através do extinto PCHI[19] - Programa de conforto Habitacional para Idosos, num total de 10 habitações apoiadas. Restaram 25 habitações sem resposta.

Ao longo dos últimos anos foram resolvidos 13 pedidos de apoio para a habitação através de mecanismos alternativos às políticas públicas para a habitação.

De acordo com o quadro n.º 38, encontram-se, atualmente, 19 pedidos de apoio referenciados no Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal.

[18] O Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação (Solarh) destinava-se a financiar sob a forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo IHRU, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação nos seguintes casos: em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares que preencham as condições previstas no Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de fevereiro; em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais, e as cooperativas de habitação e construção e em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.

[19] O PCHI tinha como principal objetivo a prevenção da dependência e institucionalização dos cidadãos mais idosos, ao intervir na qualificação habitacional através do melhoramento das condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruem dos Serviços de Apoio Domiciliário ou frequentem a resposta Centro de Dia ou cuja prestação destes serviços esteja dependente da qualificação habitacional.

Quadro n.º 38 - Total de Pedidos de Apoio por freguesia e tipologia

	Pedidos/Tipologia				
	Pedidos	Nec. WC	Telhado	Outra (divisórias…)	Alojamento provisório
Freguesia Cabril	3	1	4	1	
Freguesia Fajão-Vidual	1				1
Freguesia Janeiro de Baixo	1		1		
Freguesia Pampilhosa da Serra	5	1	4	1	
Freguesia Pessegueiro	3		3		
Freguesia Portela do Fojo-Machio	4	2	1		2
Freguesia Unhais-o-Velho	1		1		
Freguesia de Dornelas do Zêzere	1			1	
Total	**19**	**4**	**14**	**3**	**3**

Fonte: Gabinete de Ação Social, 2021

5.1.6.1 Estratégia Local de habitação

Em 2018 surge a Nova Geração de Politicas de habitação do XII Governo Constitucional aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50 -A/2018, de 2 de maio. Com a Portaria **nº 230/2018 de 17-08-2018 é regulamentada a Estratégia Local de Habitação (ELH)** que decorre do Programa 1.º Direito — Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, criado pelo Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho,

A ELH[20] é um instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação que deve ter por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização. Deve ainda articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente, as políticas urbanas, sociais, de emprego, educação, saúde, transportes, entre outras.

Deve, assim, fornecer um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule

[20] Texto retirado de : https://www.portaldahabitacao.pt/estrategias-locais-de-habitacao

as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas no território em causa.

No âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação, as ELH são valorizadas como forma de promover não só a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, como de garantir que as soluções habitacionais a desenvolver com apoio público são conducentes à integração socio territorial das comunidades menos favorecidas.

Com efeito, esta adequação e abordagem integrada é considerada particularmente crítica no caso dos instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que frequentemente enfrentam outros obstáculos mais profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação, a falta de qualificações, entre outros.

A apresentação prévia, por parte do município, da ELH é obrigatória no caso do apoio a conceder ao abrigo do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

No entanto, o Município de Pampilhosa da Serra não possui de meios técnicos necessários para a elaboração estando dependente de apoios financeiros que o IHRU possa disponibilizar.

A ELH deve priorizar a resolução de situações habitacionais indignas, mas pode incidir sobre todo o tipo de carências habitacionais, ou seja, sobre as situações de dificuldade de acesso à habitação.

Para efeito de candidatura a apoio ao abrigo do programa 1.º Direito a ELH deve identificar as características e o número de situações de pessoas e agregados em condições habitacionais indignas, nomeadamente:

1. Precariedade (i.e., situações de pessoas sem-abrigo, situações de violência doméstica);

2. Insalubridade e insegurança, nos casos em que a pessoa ou o agregado vive em local, construído ou não, destituído de condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene ou por ser uma edificação sem condições mínimas de habitabilidade;

3. Sobrelotação, quando, da relação entre a composição do agregado e o número de divisões da habitação, esta constitui um espaço de habitação insuficiente;

4. Inadequação, por incompatibilidade das condições da habitação com características específicas de pessoas que nele habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência.

O Município de Pampilhosa da Serra apresentou pedido de apoio ao IRHU encontrando-se na fase de adjudicação dos trabalhos**.**

5.2. Indicadores de Educação

A nível educativo refira-se a existência da Carta Educativa, criada ao abrigo da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, que estabelece as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior para as Câmaras Municipais e a responsabilidade destas pela elaboração da então denominada "Carta Escolar". Face à abrangência que se pretendeu dar a este documento em matéria de educação municipal, a referida Lei foi regulamentada pelo Decreto-Lei 7/2003, de 15 de janeiro, que definiu as regras para a sua elaboração. Assim, e de acordo com o artigo 10.º do mesmo diploma, a Carta Educativa é o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo da rede de ofertas de educação, ensino e formação ao nível concelhio, que assenta na realidade existente em termos de edifícios e de equipamentos educativos, visando otimizar os recursos e garantir que as ofertas educativas disponíveis respondam à procura efetiva.

Trata-se de um instrumento que permite ao Município implementar uma estratégia de gestão do sistema educativo local, adequando as escolhas de evolução da rede às necessidades específicas do concelho. Este documento permite a tomada de decisões quanto ao funcionamento, à reconversão e à adaptação do Parque Escolar, em articulação com outras valências complementares ao desenvolvimento socioeducativo. As suas diretrizes permitem definir prioridades, evitar ruturas na rede educativa municipal, combater a desertificação, minimizar as assimetrias e contribuir para um desenvolvimento integrado das populações, baseado numa visão humanista e numa política de igualdade de oportunidades.

A Carta Educativa do Concelho de Pampilhosa da Serra é datada de 2007, encontrando-se em fase de atualização e constituindo-se como instrumento em permanente evolução que acompanha a dinâmica do concelho sendo necessário realizar revisões ao documento sempre que este deixe de estar adequado aos princípios, objetivos técnicos e parâmetros definidos.

Refira-se também o Plano Educativo Municipal- 2013 cujos princípios orientadores são:

- Promover o sucesso educativo;
- Articulação entre a Política Educativa do Município e a Política Educativa formal;
- Promover o relacionamento intergeracional, através da partilha de saberes, valores e experiências socioculturais;
- Prevenir e combater o abandono escolar (a saída precoce do sistema educativo) e a exclusão social, apostando na mudança na cultura organizacional, tentando romper com a interioridade e invertendo a situação do setor educativo;
- Construção de uma sociedade de conhecimento e de aprendizagem segundo uma lógica de cidadania ativa, norteada por princípios de iniciativa e responsabilidade;
- Promoção de formação diversificada, numa aposta clara ao nível da qualificação, produtividade e empregabilidade;
- Promoção do conceito de educação para todos e ao longo da vida, reforçando as áreas de educação formal, não formal e informal e valorizando a identidade e cultura locais;
- Intervenção social abrangente e diversificação das atividades educativas;
- Criação de uma rede de comunicação eficaz entre os vários parceiros da comunidade educativa, tendo em consideração os objetivos a que todos se propõem e promovendo uma política de reflexão local partilhada, facilitando o acesso à informação a todos os intervenientes no processo educativo;

5.2.1. Grau de instrução da população

Quadro n.º 39 – Analfabetismo e Taxa de Analfabetismo, Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra, Por sexo- 2001 e 2011

	Analfabetos com 10 ou + anos (2011)			Taxa de Analfabetismo%	
	HM	H	M	Ano 2001	Ano 2011
Portugal	499.936	159.705	340.237	9,0	5,2
Região Coimbra	24.753	6.414	18.339	10,9	5,9
Pampilhosa Serra	682	151	531	25,2	15,9

Fonte: INE, Pordata 2011

Segundo dados do INE, em 2011 a taxa de analfabetismo[21] no concelho de Pampilhosa da Serra atinge os 15,91%, muito acima dos valores para a Região de Coimbra e Portugal. Verifica-se, ainda, que é o sexo feminino que apresenta um maior número de casos de analfabetismo, sendo também o grupo mais representativo numa análise alargada a Portugal e à Região de Coimbra. Comparativamente aos dados dos Censos de 2001, verifica-se um decréscimo na taxa de analfabetismo de 9,29% para o Concelho de Pampilhosa da Serra, que pode ser explicado pelo facto de grande parte da população analfabeta ser idosa e as taxas de mortalidade serem mais elevadas nesta faixa etária no Concelho.

Quadro n.º 40 - Níveis de Instrução da População Residente, por Freguesia.

unidade Geográfica / Nivel Escolaridade.	Cabril	Dornelas do Zêzere	Fajão Vidual	Janeiro de Baixo	Pampilhosa da Serra	Pesseg ueiro	Portela do Fojo Machio	Unhais-o-Velho
Nenhum nível escolaridade	57	117	69	129	281	21	101	82
Ensino pré-escolar	2	9	2	4	28	3	2	5
1º Ciclo	112	295	151	344	513	146	300	216
2º Ciclo	14	80	24	62	121	19	30	49
3º Ciclo	22	87	32	48	158	22	42	40
Ensino secundário	17	71	23	49	205	14	24	55
Ensino pós – sec.	3	7	1	4	6	0	2	1
Ensino Superior	4	16	15	29	77	3	6	10

Fonte: Censos Definitivos 2011

[21] (População com 10 ou + anos que não sabe ler e escrever/População com 10 ou + anos) x 100.

Relativamente ao nível de instrução da população residente verifica-se que o problema da baixa escolaridade da população, nomeadamente da população adulta manifestado pelo baixo nível de instrução da população e pela elevada taxa de analfabetismo, situação generalizada a todas as freguesias.

5.2.2. Oferta e Procura da Rede de Ensino e Formação

A rede de ensino e formação do Concelho de Pampilhosa da Serra abrange desde o pré-escolar até ao ensino secundário. A organização espacial da rede educativa pública assenta no **Agrupamento Vertical de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra** e no **Centro de Emprego Formação Profissional do Pinhal Interior Norte.**

O Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, situado na sede de Concelho – Pampilhosa da Serra, reúne alunos do Pré-escolar da Rede Pública, do Ensino Básico (1º, 2º e 3º CEB) e do Ensino Secundário. Integra também o Centro Educativo de Dornelas do Zêzere onde se leciona o 1.º Ciclo do Ensino Básico e o Pré-escolar do ensino particular da Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere.

Quadro n.º 41– Evolução do número de Alunos matriculados nos últimos 5 anos letivos, 2000/2001 e 2010/2011

Nivel Escolaridade	Ano letivo 2000/2001	Ano letivo 2010/2011	Ano letivo 2017/2018	Ano letivo 2018/2019	Ano letivo 2019/2020	Ano letivo 2020/2021
Pré-escolar (particular)	46	53	43	41	26	**34**
Ensino pré-escolar(público)	17	14*	26	25	20	**19**
1ºciclo	63	91	97	100	94	**97**
2º ciclo	76	51	47	47	41	**42**
3.º ciclo	117	51	77	69	66	**63**
Secundário	54	11	33	25	27	**35**
Profissional	---	23	14	14	---	**---**
TOTAL	373	294	337	321	274	**290**
Total s/ Pré-escolar particular	327	241	251	280	348	**256**

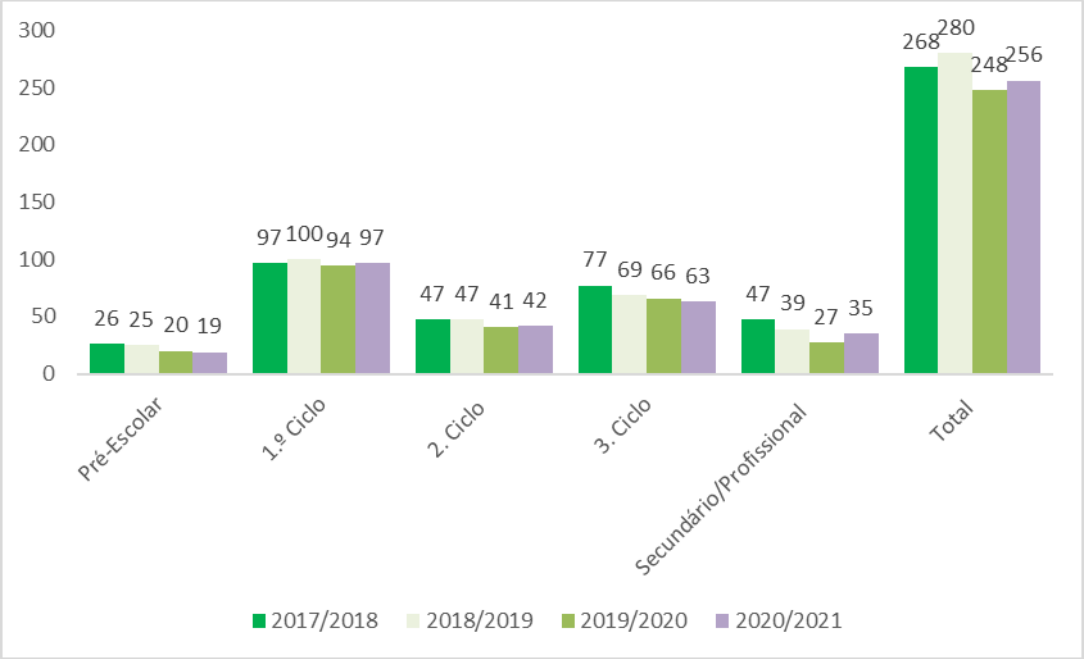
Fonte: Gabinete da Educação do Município de Pampilhosa da Serra/Agrupamento de Escolas, 2021

*inclui 4 do Pré-escolar Itinerante

****Cursos Profissionais no 11.º e 12. Anos.**

Tendo em conta a evolução da população escolar por ciclos nos últimos cinco anos escolares por tipo de ensino e ainda nos anos 2000/2001 e 2010/2011, verifica-se que a população escolar não tem sofrido alterações significativas nos últimos anos, com exceção do 3.º ciclo que em 20 anos reduziu para metade o número de alunos matriculados.

A partir do ano escolar 2019/2020, o número de alunos diminuiu, o que é coincidente com a inexistência de ensino profissional nesses anos.

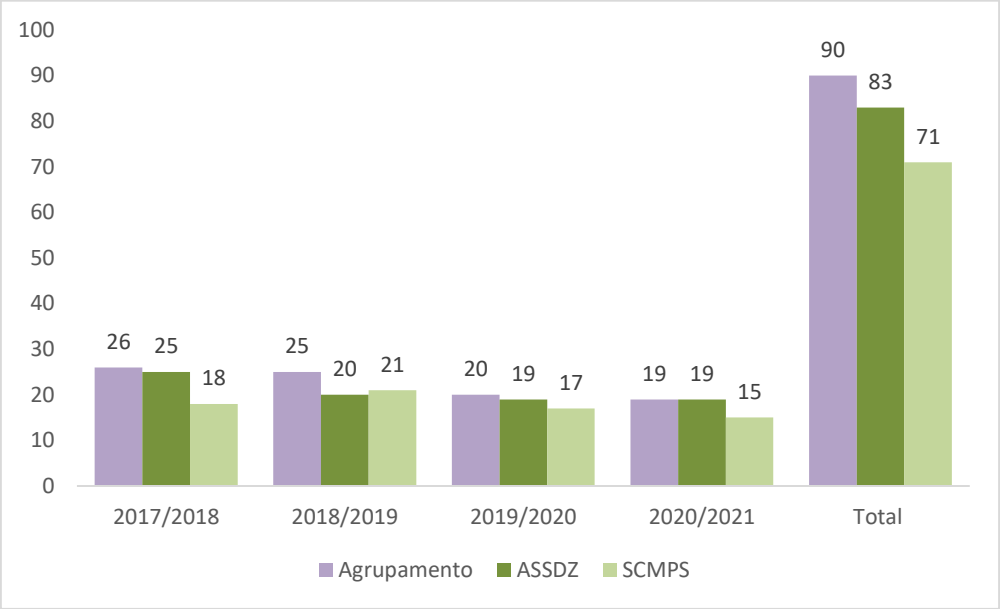


FONTE: Gabinete Educação do Município de Pampilhosa da Serra, 2021

Gráfico n.º16 - Evolução do número de alunos matriculados do Agrupamento de Escolas nos últimos quatro anos escolares, por ciclo de escolaridade

Numa análise desde o ano escolar 2017/2018 verifica-se uma descida de alunos no pré-escolar , 3.º ciclo e secundário.

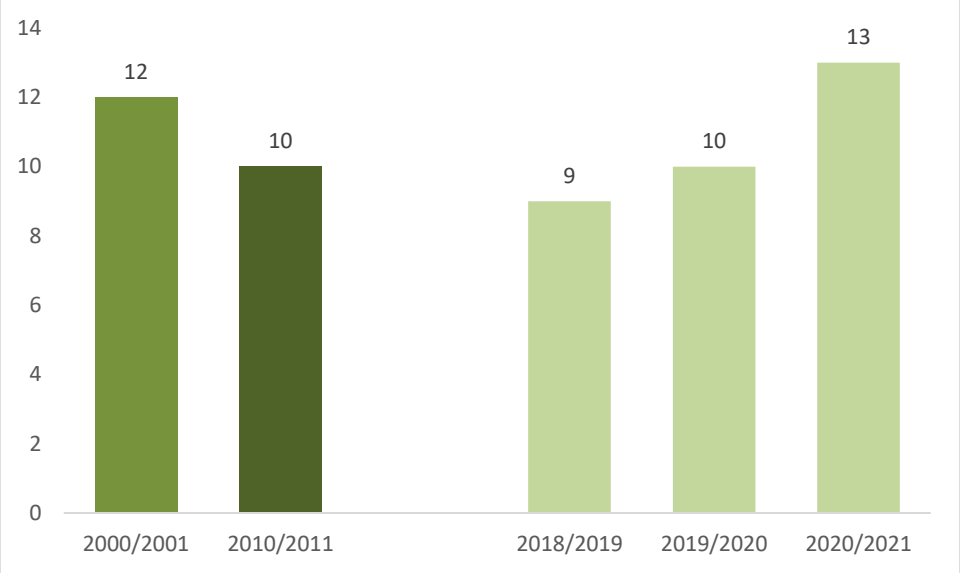
Importa realizar uma análise aos alunos do Pré-escolar em articulação com os dados provenientes das IPSS do Concelho (Rede Particular) que através de Protocolo com o Ministério da Educação ministram este nível de ensino nas suas Intituições.



FONTE: IPSS e Gabinete Educação do Município de Pampilhosa da Serra, 2021

Gráfico n.º 17 - Número de alunos matriculados nos últimos anos escolares considerando o Pré-Escolar Rede Particular e Rede Pública

No que diz respeito à educação pré-escolar, foram considerados os dados da rede pública e rede particular, o que nos remete para uma situação de descida do número de crianças a frequentar o ensino pré-escolar (3-5 anos) na Misericórdia de Pampilhosa da Serra desde ano letivo 2018/2019. Verifica-se uma descida generalizada do número de crianças em todas as Instituições a frequentar no ano letivo de 2017/2018 e 2018/2019, mantendo-se os números mais estáveis nos anos de 2019/2020 e 2020/2021.



FONTE: Gabinete Educação do Município de Pampilhosa da Serra, 2021

Gráfico n.º 18 - Número bolsas de estudo atribuídas a alunos do Concelho de Pampilhosa da Serra a frequentar o ensino superior nos últimos 3 anos e 2000/2001 e 2010/2011.

Relativamente à entrada no ensino superior, os dados referentes às solicitações de bolsa de estudo[22] junto do Gabinete de Educação do Município de Pampilhosa da Serra permitem obter um total de 32 jovens a frequentar o Ensino Superior considerando uma licenciatura de 3 anos, registando o último ano letivo um aumento de número de alunos que entraram para o Ensino Superior.

Em referência às últimas duas décadas (2001 e 2011), os números não variam muito com os dados mais recentes.

[22] Dados baseados no número de pedidos à medida de apoio municipal - bolsa de estudo – que atribui um apoio monetário que varia de acordo com as médias dos alunos pelo período de três meses com o fim de apoiar os alunos que ingressem pela primeira vez no ensino superior.

5.2.3 – Recursos Socioeducativos

O concelho de Pampilhosa da Serra dispõe de um conjunto de recursos educativos, a saber:

Uma Residência de Estudantes na Vila de Pampilhosa da Serra com capacidade para 40 alunos.

Uma Rede de transportes escolares assegurada pela Transdev que, através de protocolo com a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, e na sequência do estipulado no Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, assegura o serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino frequentado por todos os alunos do ensino básico e secundário, desde que estes residam a mais de 3 km dos estabelecimentos de ensino mais próximos da sua área de residência.

O transporte escolar é gratuito para todos os alunos dentro da escolaridade obrigatória, sendo que é feita uma mediação de todo o processo pelos serviços educativos municipais que recolhem junto do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra a previsão do número de alunos a transportar em cada ano letivo e asseguram apoios para os alunos que não se encontram abrangidos pela gratuitidade deste serviço.

Esta Rede foi reorganizada, numa articulação entre o Município e a Escola que adaptou os horários de início das aulas para as 09.00 da manhã, permitindo a chegada dos alunos à Escola uma hora mais tarde, um contributo para o rendimento escolar dos mesmos.

Uma Ludoteca Pampilho cuja ação surgiu de um projeto elaborado no âmbito do programa "Ser Criança" e encontra-se a funcionar desde 1997, possuindo duas valências: Fixa (com um espaço próprio na sede do Concelho) e Itinerante (com uma unidade móvel que permite às crianças, que frequentam as escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico fora da sede do concelho, um contato direto com brinquedos, jogos e livros). A Ludoteca Pampilho sentiu necessidade de ver requalificado o seu espaço físico, repensando uma nova estratégia, mais voltada para a criatividade com a introdução de novas áreas temáticas a desenvolver.
O programa assenta num calendário de atividades, com especial incidência na Animação pela Leitura; Ciclos de Cinema e Teatro; Dança; Oficinas de Astronomia e Arqueologia; História Local;

Exposições e Artes Plásticas, que tem como destinatários preferenciais as crianças e jovens. Nas interrupções letivas são desenvolvidos programas de ocupação de tempos livres, - "julho em Ação, um Mês de Diversão" e "Páscoa em Movimento".

Uma Biblioteca Municipal, Dr. José Fernando Nunes Barata, Inaugurada no dia 20 de agosto de 1999, a Biblioteca Municipal constitui um importante espaço cultural do concelho, com um acervo riquíssimo assumindo um papel importante e ativo na formação dos hábitos de leitura.
Ao longo do período escolar, a Biblioteca Municipal trabalha em estreita parceria com a Biblioteca Escolar do **Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra**, definindo um programa conjunto de atividades de animação vocacionado para o público escolar.

Uma equipa de intervenção no âmbito do Sistema Nacional Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) que consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças [entre os 0 e os 6 anos de idade] com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento. O ***SNIPI*** é desenvolvido através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com envolvimento das famílias e da comunidade. O ***SNIPI*** abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias.

Quadro n.º 42- N.º de crianças referenciadas e acompanhadas pelo SNIPI -2019 e 2020

Referenciação	2019	2020
Atraso desenvolvimento	11	4
Atraso de desenvolvimento e exposição a fatores de risco ambiental/biológico	4	7
Em avaliação/ vigilância	5	1
Exposição a fatores de risco ambiental e exposição risco biológico	1	2
Sem critérios para a Intervenção	1	1
Total	22	15

Fonte: SNIPI, 2021

Comparativamente ao ano de 2019, no ano de 2020 houve uma redução do número de referenciações. O atraso de desenvolvimento foi em 2019 um dos principais motivos para o

acompanhamento sendo que em 2020 foram o atraso de desenvolvimento e os fatores de risco ambiental e biológico. A maioria das crianças são do sexo masculino e tem idades acima dos 3 anos (17 crianças para 2019 e 9 em 2020).

Quadro n.º 43– N.º de crianças referenciadas e acompanhadas pelo SNIPI -2019 e 2020

Referenciação	2019	2020
Maternidade	1	1
Creche /Pré-Escolar	19	11
Família	2	2
Médico de família	0	1
Total	22	15

Fonte: SNIPI, 2021

Refira-se que a maioria das referenciadas, a referência é feita pelos profissionais da resposta Creche ou ensino Pré-escolar.

A EPIS - Empresários Pela Inclusão Social foi criada em 2006, por parte de um grupo de empresários e gestores portugueses para dar resposta à convocatória que Sua Excelência o Presidente da República de então, Professor Aníbal Cavaco Silva, fez ao convidar todos os portugueses para "um compromisso cívico, um compromisso para a inclusão social, no sentido de se romper com o conformismo e o comodismo de relegar para o Estado a solução do problema". A EPIS tem como missão prioritária centrar-se na educação e, especificamente, no combate ao insucesso escolar e ao abandono escolar através da prevenção e da remediação de fatores de risco dos alunos e famílias, da promoção de fatores de proteção e através da indução de fatores externos de sucesso nas organizações escolares. Esta opção fundamenta-se na forte convicção de que este é o ponto de partida para o desenvolvimento dos jovens, com vista à sua inclusão social e tendo por aspiração a construção de um modelo coletivo de cidadania moderna. Nesta medida, criou uma "rede nacional de mediadores de capacitação para o sucesso escolar" focada, numa fase inicial, nos alunos do 2º e 3º ciclos, que é apoiada por um Conselho Cientifico, constituída por especialistas universitários de topo com percursos relevantes no mundo da educação, tanto pela sua ação governativa, como pelo seu trabalho especializado ou investigação académica e constituída por equipas de técnicos especializados, incluindo na sua metodologia duas partes fundamentais: um sistema de sinalização

de jovens com fatores de risco em termos de sucesso escolar, organizados em quatro grupos: aluno, família, escola e território; e um portefólio de métodos de capacitação específicos para cada uma destas categorias, que possibilitam a construção de planos individuais de acompanhamento de proximidade e em continuidade.

O projeto EPIS surge na Pampilhosa da Serra em 2010 no âmbito da candidatura elaborada pelo Município e no contexto da Parceria para a Regeneração Urbana, financiado pelo Mais Centro, na sua componente de implementação do Programa de Intervenção Cívica. Foi desenvolvido em parceria com o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra um conjunto de Programas dos quais se destacavam o Fica Aluno e o Fica Prof.

Atualmente o projeto continua a desenvolver-se, de forma bem-sucedida, no Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, ao nível do 2.º e 3.º Ciclos de Ensino, contando com a colaboração de uma Mediadora cuja função se centra no desenvolvimento de métodos de estudo que se tencionam fomentar e desenvolver, promovendo uma gestão eficaz do tempo com o objetivo de estimular o interesse pelo estudo e pelo conhecimento, bem como, regular problemas de comportamento, fraco investimento na escola, ansiedade de desempenho e ausência de rotinas de estudo.

Em 2012/2013 passou a desenvolver-se, em paralelo, um projeto piloto ao nível do 1º ciclo que previa o desenvolvimento de um método de rastreio para deteção precoce de riscos e monitorização da aquisição de conhecimentos e competências, para Professores e Famílias, ao longo dos 4 anos do 1º Ciclo, que se assume como referência nacional. O projeto piloto pretendeu, igualmente, desenvolver um método de capacitação dos Professores do 1º Ciclo para o desenvolvimento de novas competências e de novos processos na área da aprendizagem e do sucesso escolar dos alunos do 1º Ciclo e na área da capacitação das Famílias. Atualmente, ao nível do 1.º CEB, o projeto está plenamente implementado e conta agora com a colaboração de duas Mediadoras EPIS. 2019/2020 trouxe consigo uma novidade, que o Município de Pampilhosa da Serra de alguma forma alavancou e que veio a abraçar com empenho - “o ano zero” do projeto-piloto “Sucesso 2040” direcionado para o Pré-Escolar que conta com a participação das crianças do Agrupamento, e das IPSS locais, Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere e Misericórdia de pampilhosa da Serra. Este projeto piloto tem como palavras-chave “modelo de observação” e “promoção do desenvolvimento” e está assente em ciclos de trabalho para

"testagem no terreno" de metodologias e processos, possibilitando *a posteriori* validação da abordagem metodológica antes do piloto em escala. Como objetivos principais deste piloto apontam-se: a melhoria objetiva no funcionamento neuro cognitivo (medidas clássicas: pós teste e flutuação do desempenho no treino das competências); a redução do risco no rastreio do 1.º ano do 1.º ciclo; os resultados positivos a Português e Matemática no 1.º período do 1.º Ciclo.

Neste ano letivo, decorre também o Projeto de Vocações da EPIS, que conta com um programa de *mentoring* para os alunos do 9º ano e com o Programa de Voluntariado – Explicações. Este programa consiste na disponibilização de colaboradores por parte das empresas associadas da EPIS para dar explicações de matemática aos alunos.
Neste âmbito, os parceiros são a REN, em que os voluntários dão explicações a 4 alunos do 5º ano e 6 alunos do 6º ano, num total de 10 alunos do 2º ciclo.

O outro parceiro é o BPI, em que os voluntários estão a assegurar as explicações a 1 aluno do 12º ano e 2 alunos do 9º ano.

Segue-se uma análise do número de rastreios e crianças sinalizadas e acompanhadas dos diferentes Ciclos em estudo.

Quadro n.º44 - N.º de alunos à entrada de cada ciclo, rastreados e com risco identificado, últimos três anos letivos.

	1º Ciclo - Rastreio			**2º Ciclo - Scoring**			**3º Ciclo - Screening**		
	1º Ano			5º Ano			7º Ano		
	Nº Total Alunos	Nº Rastreios	**Nº Alunos com Risco**	Nº Total Alunos	Nº Rastreios	**Nº Alunos com Risco**	Nº Total Alunos	Nº Rastreios	**Nº Alunos com Risco**
2018/2019	25	21	**3**	19	11	**3**	20	16	**6**
2019/2020	26	25	**3**	22	8	**2**	27	18	**5**
2020/2021	25	24	**7**	19	11	**0**	21	4	**1**

Fonte: Gabinete de Educação Câmara Municipal/EPIS abril 2021

Analisando o quadro n.º 44, verifica-se que no número total de alunos identificados com risco, no último ano letivo, foram 8 alunos de um total de 39, número abaixo do total de alunos (56) pelo facto terem sido apenas rastreados 4 alunos do total de 21 da turma do 7.º ano.

Quadro n.º 45- N.º de alunos do 1.º Ciclo em acompanhamento nos últimos três anos letivos.

	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano			
	Nº Total Alunos	**Nº Acomp.**	Nº Total Alunos	**Nº Acomp.**	Nº Total Alunos	**Nº Acomp.**	Nº Total Alunos	**Nº Acomp.**	Nº Total Alunos	**Nº Total Alunos Acomp.**
2018/2019	25	**3**	27	**9**	25	**4**	24	**10**	101	**26**
2019/2020	26	**3**	28	**8**	22	**3**	25	**5**	101	**19**
2020/2021	25	**7**	25	**7**	29	**12**	20	**5**	99	**31**

Fonte: Gabinete de Educação Câmara Municipal/EPIS, abril 2021

Analisando os anos letivos do 1.º Ciclo verifica-se um aumento do número de alunos acompanhados desde o ano letivo de 2018/2019 encontrando-se, no ano letivo de 2020/2021, 31 alunos em acompanhamento do universo de 99 alunos, ou seja, 31% dos alunos são acompanhados.

Quadro n.º 46- N.º de alunos do 2.º Ciclo em acompanhamento nos últimos três anos letivos.

	5º Ano		6º Ano			
	Nº Total Alunos	**Nº Acomp.**	Nº Total Alunos	**Nº Acomp.**	Nº Total Alunos	**Nº Total Alunos Acomp.**
2018/2019	19	**3**	28	**3**	47	**6**
2019/2020	22	**3**	19	**2**	41	**5**
2020/2021	19	**0**	22	**2**	41	**2**

Fonte: Gabinete de Educação Câmara Municipal/EPIS, abril 2021

Analisando os anos letivos do 2.º Ciclo verifica-se uma redução do número de alunos acompanhados desde o ano letivo de 2018/2019 encontrando-se no ano letivo 2020/2021, 2 alunos em acompanhamento do universo de 41.

Quadro n.º47 - N.º de alunos do 3.º Ciclo em acompanhamento nos últimos três anos letivos.

	7º Ano		8º Ano		9º Ano			
	Nº Total Alunos	**Nº Acomp.**	Nº Total Alunos	**Nº Acomp.**	Nº Total Alunos	**Nº Acomp.**	Nº Total Alunos	**Nº Total Alunos Acomp.**
2018/2019	20	**2**	20	**2**	34	**2**	74	**6**
2019/2020	27	**4**	20	**3**	23	**3**	70	**10**
2020/2021	21	**1**	25	**3**	19	**3**	65	**7**

Fonte: Gabinete de Educação Câmara Municipal/EPIS, abril 2021

Analisando os anos letivos do 3.º Ciclo verifica-se que do número total de 65 alunos do ano letivo 2020/2021, 7 encontram-se em acompanhamento.

Quadro n.º48 - N.º de alunos do Pré-escolar, rastreios aos 3, 4 e 5 anos de idade nos últimos dois anos letivos.

	Nº Total Crianças	3 anos		4 anos		5 anos	
		Nº Rastreios	**Nº Crianças com Risco**	Nº Rastreios	**Nº Crianças com Risco**	Nº Rastreios	**Nº Crianças com Risco**
2019/2020	52	13	**2**	11	**4**	26	**9**
2020/2021	37	5	**1**	13	**3**	10	**0**

Fonte: Gabinete de Educação Câmara Municipal/EPIS, abril 2021

Analisando os dados do ensino Pré-Escolar no projeto-piloto "Sucesso 2040" participam um total de 37 crianças sendo que 4 apresentam risco, um número que desceu em relação ao ano "zero" 2019/2020 onde participaram 52 crianças.

Este facto deveu-se à não participação da Misericórdia de Pampilhosa da Serra que, devido ao cumprimento das regras da DGS, não foi possível participar no projeto.

O Manifesto Educativo Concelhio/ Remida by CEDZ/ Alteração e Requalificação de espaços lúdico-pedagógicos – Ludoteca Pampilho que em 2018 iniciou-se, no concelho, uma reflexão profunda sobre a educação com base na Abordagem Reggio Emilia. Nesse seguimento, lançou-se o mote a todas as instituições educativas concelhias de, numa lógica marcadamente colaborativa e de rede, trabalhar e desconstruir conceitos enraizados na esfera educativa, em particular a visão que detemos sobre a criança e sobre as suas necessidades, com o objetivo último de elaborar um Manifesto Educativo Concelhio, um documento profundamente diferenciador e único. A reflexão que tem vindo a acontecer tem permitido perceber, por exemplo, a urgência da requalificação dos recreios enquanto espaços exteriores privilegiados de brincadeira e aprendizagem numa perspetiva de simbiose com a Natureza. Tem, igualmente, permitido trabalhar sobre a urgência da humanização dos espaços educativos para cumprimento do desígnio do bem-estar holístico das crianças. Com este processo de reflexão tem-se, acima de tudo, pretendido imprimir um fator de mudança naquele que tem sido um fenómeno cultural difícil de desconstruir – devolver a infância plena às crianças.

Neste seguimento e enquadramento, o Município tem promovido formação junto de vários intervenientes na área educativa, levou a cabo obras no Centro Educativo de Dornelas do Zêzere,

com o objetivo de criar um centro REMIDA[23] e, consciente do papel dos contextos educativos no desenvolvimento integral das crianças e da necessidade de mudança no que a novas abordagens educativas se refere, encontra-se a proporcionar um importante momento de restruturação de um dos seus espaços lúdico-pedagógicos de excelência, a sua Ludoteca "Pampilho", que passa por uma alteração da localização deste equipamento, bem como pela implementação de um programa de formação contínua na abordagem *Reggio Emilia*, que se julga poder vir a ser profundamente transformador na dinâmica educativa concelhia.

A Rede UNESCO Cidades de Aprendizagem, onde o Município de Pampilhosa da Serra é oficialmente membro da Rede UNESCO Cidades de Aprendizagem, desde outubro de 2016, na sequência de candidatura apresentada junto desta organização mundial. A pertinência de adesão a esta rede surgiu na medida em que as linhas de ação municipais, ao nível educativo, se coadunam com os aspetos-chave das Cidades de Aprendizagem, cumprindo as condições fundamentais e os pilares para a sua construção. As condições fundamentais estabelecidas para construção de uma Cidade de Aprendizagem são a forte vontade e compromisso políticos; a governabilidade e participação de todos os intervenientes e a mobilização e utilização de recursos. Os pilares da construção de uma Cidade de Aprendizagem assentam numa aprendizagem inclusiva no sistema educativo; na revitalização da aprendizagem junto de famílias e da comunidade; na aprendizagem efetiva para e no local de trabalho; no uso alargado de tecnologias modernas de aprendizagem; na qualidade melhorada na aprendizagem e na cultura de aprendizagem ao longo da vida.
O Município de Pampilhosa da Serra vê assim reconhecido internacionalmente o seu trabalho ao nível da educação, partilhando dos benefícios da construção de uma Cidade de Aprendizagem, que passam pela capacitação individual e coesão social; pelo desenvolvimento económico e prosperidade cultural e pelo desenvolvimento sustentável.

A Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras/Associação Internacional de Cidades Educadoras que o Município de Pampilhosa da Serra integra, desde janeiro de 2020, a Associação Internacional de Cidades Educadoras. A decisão foi comunicada pela própria Associação, que desde

[23] Originalmente criado em 1996 em Reggio Emilia, o REMIDA é um projeto cultural de sustentabilidade, criatividade e investigação e materiais descartados onde são promovidas a cultura da reciclagem e da reutilização criativa e onde é defendido que restos, desperdícios ou imperfeições são potenciais portadores de beleza, capazes de estimular a reflexão e oferecer recursos para a educação.

1990 – altura em que foi idealizada na cidade espanhola de Barcelona – tem vindo a dinamizar inúmeras iniciativas à escala mundial no sentido de proclamar e reivindicar o papel basilar da educação na sociedade. Uma dessas iniciativas é a designada "Carta das Cidades Educadoras", que as "cidades-membro" se comprometem a seguir a partir do momento em que passam a integrar a associação. O documento contém um conjunto de 18 princípios que acentuam o comprometimento e "responsabilidade dos governos locais no sentido do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas que a cidade contém" e que deverão ser incorporados nos respetivos projetos políticos.

A Pampilhosa da Serra foi o **80º Município português a integrar a Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras/Associação Internacional de Cidades Educadoras**, uma distinção que veio a acentuar responsabilidades na vertente educativa, mas que revela o comprometimento contínuo com que a autarquia encara os desafios e as virtudes da educação. À semelhança do que reflete a Carta da Cidades Educadoras, o Município considera que é preponderante "investir na educação de cada pessoa de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade". A educação deverá ser um compromisso conjunto e permanente com o objetivo de dar a melhor resposta possível aos desafios que dela advêm. Deste modo, antecipar cenários e inovar é crucial, de maneira a que todos sejam valorizados e o crescimento e integração social pronunciem um trajeto pessoal e profissional de sucesso.
O Dia Internacional das Cidades Educadoras assinala-se a 30 de novembro, sendo que em 2020 celebraram-se os 30 anos de Cidades Educadoras e renovou-se o legado do trabalho desenvolvido por esta Rede com uma atualização da Carta das Cidades Educadoras. A nova versão da Carta mantem a essência e os valores que promove desde o seu início, contudo ante os novos desafios globais que se colocam às cidades, o Comité Executivo considerou necessário atualizá-la para continuar inspirando a ação municipal.

As Atividades de Animação e Apoio à Família e Atividades de Enriquecimento Curricular, inseridas numa estratégia alargada de articulação entre o que é o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio à família, surgem, regulamentadas pelo Governo, as Atividades de Apoio e Animação à Família (que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e nos períodos de interrupção letiva) e as Atividades de Enriquecimento Curricular (que se destinam

a assegurar atividades de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, a alunos do 1.º CEB no período após as atividades letivas). Ambas as respostas têm estado, desde há largos anos, sob a responsabilidade do Município.

O Projeto Realiza-te (CIM RC) – 2017/2020, cofinanciado pelo Centro 2020, Portugal 2020 e Fundo Social Europeu, o Programa Realiza-te, denominado inicialmente como Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, teve uma ação territorial que visou promover o sucesso escolar, a equidade social, o emprego e a igualdade de oportunidades. Destinado a todas as Escolas da Rede Pública dos 19 Municípios da Região de Coimbra, assumiu-se como um Programa de particular importância no Concelho de Pampilhosa da Serra a partir do momento da sua implementação, 2017. Contemplando alunos, professores, pais, pessoal não docente, técnicos municipais, entre outros, teve como meta diminuir o insucesso e o abandono escolar precoce em 10% no território da CIM RC e como objetivo atuar ao nível da prevenção, da adequação da resposta e da recuperação dos jovens que se encontravam em risco de insucesso escolar, tendo como linhas de intervenção o envolvimento dos vários contextos nos quais as crianças/jovens se inserem (família/comunidade).

Por forma a elevar a qualificação dos jovens e adultos, reforçando a qualidade da educação e formação, foram várias as medidas implementadas com base neste Programa ao nível concelhio. Destacam-se:

Apoio às Escolas através de Equipas Multidisciplinares - com o objetivo de assegurar respostas multinível para os alunos desde o pré-escolar até ao ensino secundário contribuindo para o combate ao insucesso escolar, esta medida permitiu a criação de equipas multidisciplinares municipais (Psicólogos, Terapeutas da Fala, entre outros profissionais) capazes de promover o desenvolvimento social, emocional e cognitivo, procurando, igualmente, ajustar percursos de ensino-aprendizagem através de apoio individualizado e desenvolver competências capazes de contribuir para a inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem (promoção de uma escola inclusiva), realizando ao mesmo tempo uma avaliação sistémica do progresso dos alunos, nas várias áreas de intervenção e propondo medidas para superar as dificuldades encontradas.

Aprende com a Tua Região – apoio à realização de visitas de estudo à Região de Coimbra, através da ferramenta "Descobre a tua Região!", um catálogo de pontos de interesse da CIM RC que visou apoiar os Professores no planeamento das suas visitas de estudo no território da Região, considerando o potencial educativo do mesmo. Para além da identificação de pontos de interesse o referido catálogo possuía informações úteis tais como a localização, as coordenadas GPS, contactos, bilhética, áreas de intervenção e condições de acessibilidade, permitindo ainda a interligação entre cada um dos pontos de interesse com as áreas pedagógicas relevantes para os Ensinos Básico e Secundário.

Programa de Educação Parental – Através de 3 sub-programas (Técnicos das Escolas/dos Municípios); Assistentes Operacionais das Escolas; Pais/Encarregados de Educação, este programa possibilitou descobrir, partilhar e recriar novas formas de ver a parentalidade nos dias de hoje, potenciando os seus principais valores e princípios. Sem respostas certas ou erradas, permitiu uma exploração de um conjunto de termas transversais do dia-a-dia, ajudando, em parte, a reconhecer ou resolver alguns dos problemas que surgem na educação de uma criança, ao longo da sua infância e no início da sua adolescência.

O Imagine.Create.Succeed – Lançado desde 2014 sob a denominação Empreendedorismo nas Escolas, recebeu nova denominação ao abrigo do Realiza-te mas manteve os seus objetivos intactos: levar alunos e professores a compreender que a criação e inovação são processos globais que envolvem experiências, saberes, sonhos, atitudes e valores. Englobava um conjunto de temáticas, tais como, cidadania e participação, inovação e criatividade, tecnologia e comunicação, cultura e património, território e sustentabilidade, empreendedorismo e empregabilidade. Destinado a alunos desde o pré-escolar ao Ensino Secundário/Profissional, mas também a Professores (Programa Pré-Escolar: Uma aventura na cidade do futuro; Programa 1.º CEB: A aventura da Inês e do Tomás; Programa 2.º CEB: Artes e Ofícios; Programa 3.º CEB: Empresas Escolares; Programa Secundário/Profissional: Cria o teu Futuro; Programa Embaixadores; Formação para Professores), este Programa veio reforçar o potencial empreendedor dos alunos da Região de Coimbra através de iniciativas em rede com elevada amplitude e transversalidade sectorial alinhadas com as características do tecido social, económico e associativo da região.

Os Laboratórios de Aprendizagem nas Escolas e Workshops de Ciência na Comunidade – dinamizaram-se, através do Exploratório de Coimbra, junto de alunos dos 1.º, 2.º e 3.º CEBs, bem como Professores do 1.º CEB, várias ações de promoção do conhecimento científico, tecnológico, cultural, artístico e empreendedor dos alunos, como forma de promover a aprendizagem ativa e experimental de conteúdos curriculares, promovendo assim o sucesso escolar.

Os Ambientes Inovadores de Educação: promoveu-se a implementação de uma estratégia pedagógica de criação de ambientes inovadores de educação, repensando a forma como as novas tecnologias podem contribuir para a reforma do processo educativo, com inspiração nos modelos Edulab e Future Classroom Lab. Com o objetivo de promover mudança de estilos, dinâmicas e ritmos de aprendizagem assim diminuindo o insucesso escolar, o Município dotou as salas de aula do AEEPS de sistemas tecnológicos integrados de hardware, software e plataformas de ensino de utilização fácil, atrativa e mobilizadora para todos os atores do ensino. No processo, e destacando-se na abordagem, o Município contemplou também a metodologia *game based learning*.

Os Workshops de mobilização para a promoção da educação: através do Centro CCTIC Softciências realizaram-se ações de sensibilização de Cidadania Digital junto de alunos do 2.º CEB do AEEPS, com o objetivo de promover informação relacionada com competências digitais e ambientes inovadores de educação.

A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, para além do Programa Realiza-te, promoveu junto do Município de Pampilhosa da Serra outros Projetos relacionados com a educação, de que são exemplos, o **Plano de Comunicação** através do qual se realizou o Workshop "Comunicar é possível para Todos…" dinamizado pela Prof. Doutora Célia Sousa (IPL) e o **Climagir**, que tem sido implementado no sentido de melhorar o nível de conhecimento, consciencialização e sensibilidade da população, face aos impactos das alterações climáticas e a mudança de comportamentos que todos temos de adotar. A CIM RC envolveu ainda o Município, enquanto *stakeholder* privilegiado, no **Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações**, promovendo a concertação na oferta de cursos profissionais dentro da Região.

As Comunidades de Aprendizagem – Turmas-Piloto, i Inspirada no Professor José Pacheco, está em fase preliminar de preparação a possibilidade de criação de uma turma piloto comunidades de

aprendizagem no concelho de Pampilhosa da Serra. Nas palavras do Prof. a "comunidade de aprendizagem é uma construção social formada por pessoas que habitam o mesmo território, físico ou virtual, que partilham valores, uma mesma visão da sociedade, partilham e produzem conhecimento, operando transformação social melhorando a qualidade de vida em comum através de projetos locais de desenvolvimento sustentável". Pretendendo-se a conceção e desenvolvimento de novas construções sociais de aprendizagem, o mote da criação de uma turma piloto de comunidades de aprendizagem foi lançado pelo Município ao AEEPS, que o abraçou. Aguarda-se disponibilidade do AEEPS para iniciar o processo.

O programa **"Na Escola com a Sacola",** como forma de prestar apoio à Educação em todas as suas inúmeras vertentes, o Município de Pampilhosa da Serra, através do Programa "Na Escola com a Sacola" que conta já com mais de uma dezena de anos, prevê uma série de medidas educativas que se assumem como fundamentais para o desenvolvimento do processo educativo numa ótica de constante melhoramento de condições, recursos, entre outros. Destacam-se, de entre várias medidas contempladas, pelo Programa: a oferta de cadernos de atividades referentes a manuais escolares a todos os alunos de todos os ciclos de ensino do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra como forma de incentivo e apoio ao desenvolvimento de bem estar e qualidade de vida e medida de promoção de sucesso escolar; o apoio ao Plano Anual de Visitas de Estudo do AEEPS que inclui apoio logístico ao nível de Recursos Humanos e Transportes; o apoio às Mensalidades da Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra; a cedência gratuita de utilização de equipamentos ligados à educação, ao desporto e ao lazer, o apoio a projetos e atividades escolares, que inclui apoio logístico ao nível de Recursos Humanos e Materiais em Festas do Agrupamento e Atividades contempladas no Plano Anual de Atividades da Escola; o apoio às salas de aula do 1º Ciclo (material de desgaste); a oferta de Presentes de Natal a todos os alunos de todos os ciclos de ensino do AEEPS (Livros/Jogos Pedagógicos) como forma de fomentar o convívio social e sensibilizar para a quadra natalícia e valores humanistas, o apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação; o apoio no desenvolvimento de medidas destinadas a crianças com Necessidades Educativas e Necessidades Educativas Especiais; a elaboração de programas Lúdico-Pedagógicos (Ludoteca); a receção a Alunos e Encarregados de Educação e a receção a Docentes, ambas a implicar que apoio ao nível de Recursos Humanos e materiais.

As Bolsas de Ensino Superior atribuídas no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo publicado em Diário da República 2ª Série – Nº 238 de 10 de dezembro de 2008, onde a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra disponibiliza um incentivo e apoio ao acesso e frequência do ensino superior a jovens estudantes do Concelho. O Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo foi inicialmente aprovado em 2003 e visou possibilitar aos jovens estudantes residentes no Concelho de Pampilhosa da Serra a frequência do Ensino Superior, estabelecendo as condições e procedimentos necessários para a atribuição de bolsas de estudo. Esse mesmo Regulamento foi alvo de uma alteração em 2008 que teve como principal objetivo colmatar algumas lacunas encontradas no primeiro documento, atualizando-o por forma a que este se adequasse a novas realidades sociais e educativas.

Volvidos alguns anos de aplicação do procedimento, verifica-se que esta atualização do documento fez face ao atual contexto sócio económico, possibilitando aos jovens do Concelho o prosseguimento dos seus estudos após a conclusão da escolaridade obrigatória e minorando, assim, as desigualdades que intervêm, muitas vezes, como fator impeditivo no seu acesso à educação. Considerando a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que constitui como atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da Educação e Ação Social; considerando o caráter universal da educação, a igualdade de oportunidades e a importância da formação ao nível do Ensino Superior urge propiciar e estimular o acesso à mesma, como forma de valorização cultural, académica e profissional almejando uma sociedade competitiva e capaz de se adaptar e dar resposta às constantes mudanças; e considerando a necessidade de elevar a qualificação académica e formativa dos munícipes e que, sem prejuízo de outras medidas de apoio social, entendeu o Município de Pampilhosa da Serra estarem reunidas as condições mínimas para a implementação de apoios relacionados com a atribuição de bolsas de estudo valorizando o mérito dos jovens estudantes que reúnam os requisitos estabelecidos no referido Regulamento.

As Sessões de Português para Estrangeiros, que tiveram início em 2019 Sessões de Português para Estrangeiros (Língua e Cultura), promovidas pelo Município, de forma gratuita, a residentes estrangeiros no Concelho. Foram instituídas, numa primeira instância com o objetivo de quebrar eventuais barreiras linguísticas, mas, também, como forma de facilitar a integração da comunidade

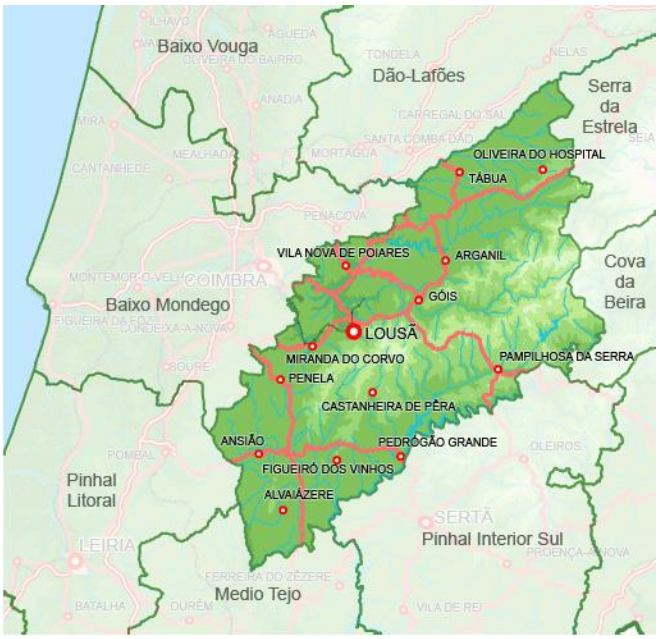
estrangeira a residir atualmente no concelho, tanto no que diz respeito ao quotidiano, como na aproximação ao mercado de trabalho.

O desenvolvimento da capacidade de compreensão da Língua portuguesa, da utilização de uma estrutura gramatical simples e a obtenção de competências de comunicação oral, são os desígnios fundamentais das sessões que têm contado com a presença assídua de cerca de 10 participantes nas já 3 edições do Projeto.

5.3 – Saúde/ Caracterização do ACES PIN- Organização, Funcionamento e Recursos [24]

O Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, integra o ACES Pinhal Interior Norte (ACES PIN), o qual foi criado pela portaria n.º 394-A/2012 de 29 de novembro, tendo a sua sede na vila da Lousã e que também abrange as unidades de saúde dos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares. Em termos administrativos e estatísticos, estes 14 concelhos que integram a Região do PIN pertencem a duas comunidades intermunicipais, nomeadamente à Região de Coimbra e à Região de Leiria (NUT III), com respetivamente 9 e 5 concelhos. O ACeS PIN faz fronteira com cinco Comunidades Intermunicipais (Beiras e Serra da Estrela, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa, Leiria e Médio Tejo) e com concelhos que pertencem à Região de Coimbra ou à Região de Leiria.

[24] Documento baseado no Plano Local de Saúde 2017-2020 e Relatório de Atividades Aces, 2020 assim como de contactos com serviço de Enfermagem, Psicologia e Psiquiatria.



Fonte: Relatório de Atividades 2020, ACES

Fig. n.º 13-Enquadramento geográfico do Pinhal Interior Norte na Região Centro

5.3.1 – População Inscrita

Quadro n.º 49- Utentes Inscritos por Concelho do ACES PIN 2021

Concelhos	Utentes inscritos
Alvaiázere	6.737
Ansião	12.790
Arganil	12.242
Castanheira de Pera	2.838
Figueiró dos Vinhos	6.483
Góis	3.903
Lousã	18.134
Miranda do Corvo	11.901
Oliveira do Hospital	21.256
Pampilhosa da Serra	**3.608**
Pedrogão Grande	4.345
Penela	6.283
Tábua	12.085
Vila Nova de Poiares	8.004
Total	**130.609**

Fonte: Relatório de Atividades 2020, ACES (SIARS -Consultado em junho de 2021)

O Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra apresentava em julho de 2021, uma população inscrita de 3.608 utentes sendo o segundo Concelho do ACES com menor número de população inscrita.

5.3.2 – Estrutura orgânica e funcional do ACES

No que concerne às unidades funcionais previstas nos termos do DL n.º 28/2008 de 22/02, republicado no DL n.º 253/2012, de 27 de novembro, em 31 dezembro de 2012 o Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, constitui-se como uma UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados.

Quadro n.º 50 – Estrutura desagregada do Centro de Saúde Pampilhosa da Serra, horário de funcionamento

UCSP Pampilhosa da Serra	Pólo Dornelas Zêzere	Pólo Unhais- o Velho	SAP
2.ª a 6.ª feiras 08h00 às 20h00	2.ª a 6.ª feira 09.00 às 13.00	2.ª a 5.ª feiras 14.00 às 17.00	Todos os dias 24h

Fonte: https://bicsp.min-saude.pt/

O Quadro em cima apresenta a estrutura do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra desagregado por unidades prestadoras de cuidados, sede e extensões de saúde. Refira-se que existe também um Serviço de Atendimento permanente - SAP que funciona todos os dias da semana, 24 horas por dia.

O ACES PIN possuía em 2020, a seguinte distribuição de Unidades Funcionais:

Quadro n.º 51- Unidades funcionais do ACES PIN

Concelhos	USF	UCSP	SUB	UCC	URAP	USP
Alvaiázere		1		1		
Ansião		1		1		
Arganil		1	1	1	1	
Castanheira de Pera		1		1		
Figueiró dos Vinhos	1			1		
Góis		1		1		
Lousã	2	-		1		
Miranda do Corvo	1	1		1		
Oliveira do Hospital		1		1		
Pampilhosa da Serra		1		0		
Pedrogão Grande		1		1		
Penela	1	-		1		
Tábua		1		1		
Vila Nova de Poiares	1	-		1		1
Total	**6**	**10**	**1**	**12**	**1**	**1**

Fonte: Relatório Atividades, ACES 2020

Partindo da análise do quadro acima, verifica-se que a maioria dos Concelhos possui **Unidades de Cuidados Saúde Personalizados (UCSP)** que conta com uma estrutura idêntica à prevista para as Unidades de Saúde Familiar e presta cuidados personalizados aos utentes, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos. Tem como missão garantir a prestação de cuidados de saúde personalizados à população inscrita de uma determinada área geográfica, intervindo no âmbito comunitário e de base populacional.

Cinco Concelhos possuem **Unidades de Saúde Familiar (USF)** sendo que Lousã possui duas, perfazendo um total de 6 USF. Estas funcionam com autonomia funcional e técnica que contratualizam objetivos de acessibilidade, adequação, efetividade, eficiência e qualidade, e que garantem aos cidadãos inscritos uma carteira básica de serviços.

Quanto às **Unidades de Cuidados na Comunidade,** verifica-se que apenas o Concelho de Pampilhosa da Serra não possui esta unidade funcional. Tratam-se de unidades que prestam cuidados de saúde e de apoio psicológico e social, de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atuam, ainda, na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

O ACES possui, ainda, uma **Unidade de Urgência Básica** localizada no Centro de Saúde de Arganil servido com dois médicos, dois enfermeiros e um técnico de radiologia, o serviço dispõe de RX digitalizado, electrocardiógrafo com capacidade para funcionar no sistema de telemedicina e monitor-desfibrilador com ligação direta ao Centro de Orientação de Doentes Urgentes do INEM, para além da capacidade de realizar análises clínicas, pequena cirurgia e traumatologia.

Possui também uma **Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados** situada em Arganil que presta serviços de consultadoria e assistenciais às unidades funcionais e organiza ligações funcionais aos serviços hospitalares. A equipa da URAP é composta por médicos de várias especialidades, que não de medicina geral e familiar e de saúde pública, bem como de assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas e outros profissionais não afetos totalmente a outras unidades funcionais.

O ACES PIN possui ainda um conjunto de outras valências que aumentam a oferta de serviços aos utentes.

Quadro n.º 52- Outras valências do ACES PIN

Valências	N.º
Imagiologia – Raio X	1
Laboratório Análises Clinicas	1
Fisioterapia	1
Higiene Oral	1
Serviço Urgência Básica	1
Equipas de Cuidados Continuados Integrados	9
Total	14

Fonte: Relatório de Avaliação 2020, ACES

5.3.3 – Mapa de Recursos Humanos

Quadro n.º 53 - Número total de profissionais, por categoria profissional, do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, 2016

CENTRO DE SAÚDE PAMPILHOSA DA SERRA	Número de efetivos
MÉDICOS	5
Especialistas de Medicina Geral e Familiar e Clínicos Gerais	4
Especialista de Saúde Pública	1
ENFERMEIROS	7
ASSISTENTES TÉCNICOS	5
TÉCNICOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA 1 Técnico de Saúde Ambiental	1
ASSISTENTES OPERACIONAIS	9
TOTAL	32

Fonte: Diagnóstico Saúde, 2016

Segundo os dados de 2016, únicos que foi possível obter por parte da Entidade, o Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra contava com um quadro de pessoal composto por 32 profissionais em que 5 são Médicos.

5.3.4 – Equipamentos de Saúde

Quadro n.º 54 – Farmácias e postos farmacêuticos móveis e outros serviços complementares de Saúde no ano de 2021

Localização geográfica	Farmácias e postos farmacêuticos móveis			
	Farmácia	Postos farmacêuticos móveis	Posto de Colheita	Estomatologia
Farmácias	2	0	1	1

Fonte: Núcleo Executivo, 2021

No Concelho de Pampilhosa da Serra existem duas farmácias, um posto de colheita de sangue e um consultório de estomatologia que integra os consultórios aderentes ao Programa Nacional de Saúde Oral.

5.3.4 – Mortalidade e Morbilidade

Segundo o Relatório de Atividades de 2020 do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte que apresenta dados do Departamento de Saúde Pública (DSP) e do INE refere que no território do ACeS PIN ocorreram 1.788 óbitos, tendo-se verificado uma taxa bruta de mortalidade de 13,6%0. Relativamente ao ano de 2016, verificou-se um aumento do número total de óbitos no ACeS (1.833), bem como a taxa bruta de mortalidade (14,6%0) superior à verificada em 2011. Por comparação com o Continente (10,7%0) e ARSC (12,5%0), verificou-se que a taxa foi superior no ACeS PIN. Em relação à evolução da taxa, a tendência foi de maiores oscilações face ao verificado na ARSC e Continente.

Em relação à taxa de mortalidade geral padronizada pela idade para ambos os sexos, verificava-se que o ACeS PIN em 2011 apresentou valores superiores aos da Região Centro e Continente, com 581,9 por 100 mil habitantes, sendo que em 2014 este valor baixou para 530,8/0000 na Região Centro (INE). Relativamente à taxa de mortalidade infantil no quinquénio 2010-2014, o ACeS apresentou um valor de 2,21‰ inferior ao da Região Centro (2,6‰) e do Continente (2,9‰) (INE).

Tanto as taxas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (4,3‰) como por tumores malignos (3,2‰) apresentavam no ACeS valores superiores aos da Região Centro e do Continente

(INE). **As doenças atribuíveis ao álcool continuam a destacar-se na mortalidade no ACeS PIN, antes dos 65 anos de idade, sendo superiores aos da Região Centro e Continente (2006-2009).**

Quadro n.º 55 – Áreas de patologia (ICPC-2) mais codificadas listas de problemas dos utentes do ACES

	Áreas de patologias	% em relação ao total de problemas
1.º	Sistema músculo-esquelético	15,7
2.º	Aparelho circulatório	10,6
3.º	Aparelho respiratório	9,9
4.º	Aparelho digestivo	9,1
5.º	Geral e inespecífico	8,8
6.º	Endócrino, metabólico e nutricional	8,6
7.º	Psicológico	7,4
8.º	Pele	7,4
9º	Olhos	3,9
10º	Aparelho urinário	3,5

Fonte: Relatório Avaliação – 2020, ACES

Em relação à morbilidade o referido Relatório do SIARS apresenta os principais problemas de saúde dos utentes inscritos nas UF do ACeS sendo que no que se refere aos problemas identificados (ICPC-2) por áreas de patologia apresenta, em primeiro lugar, problemas do sistema músculo-esquelético, seguindo-se-lhe o aparelho circulatório e o aparelho respiratório.

Quadro n.º 56– Proporção inscritos por Diagnóstico Ativo, Continente, ARS, Centro e Aces Pinhal Interior Norte.

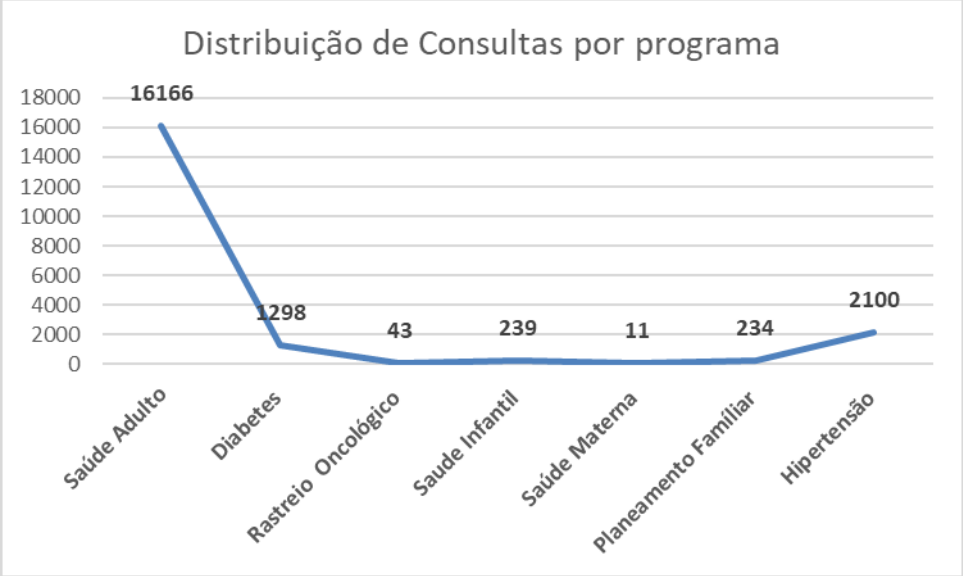
	Diagnóstico ativo (ICPC-2)	Continente			ARS Centro			ACeS Pinhal Interior Norte		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1º	Hipertensão	22,2	20,5	23,8	24,2	22,6	25,6	**29,5**	*27,0*	*31,8*
2º	Alterações do metabolismo dos lípidos	21,3	20,6	22,0	25,6	24,6	26,6	**25,2**	*24,0*	*26,2*
3º	Perturbações depressivas	10,4	4,4	15,8	12,4	5,3	18,7	**13,9**	*5,9*	*21,1*
4º	Diabetes	7,8	8,2	7,3	8,5	9,1	8,0	**10,1**	*10,6*	*9,6*
5º	Doenças dos dentes e gengivas (7 anos)	6,3	6,3	6,4	7,2	7,4	7,0	**8,9**	8,1	9,6
6º	Obesidade	8,0	6,7	9,2	7,3	6,4	8,1	**7,9**	7,1	8,6
7º	Osteoartrose do joelho	4,6	2,9	6,2	5,8	4,0	7,5	**6,8**	4,7	8,6
8º	Osteoporose	2,4	0,4	4,3	3,2	0,4	5,7	**4,0**	0,7	7,0
9º	Osteoartrose da anca	2,2	1,6	2,8	3,2	2,4	3,8	**3,0**	2,3	3,6

Fonte: Relatório Avaliação – 2020, ACES

Quanto à proporção de inscritos com diagnóstico ativo, em 2020, no ACES Pinhal Interior Norte, a maioria apresenta problemas de hipertensão (29,5%) seguida da alteração do metabolismo dos lípidos (25,2%), das perturbações depressivas (13,9%) e da Diabetes (10,1%). Numa análise por sexo, percebe-se que as mulheres são as que apresentam maior percentagem de Diagnóstico das principais doenças referenciadas, com exceção da diabetes que atinge mais o sexo masculino.

5.3.6– Indicadores de Atividade

5.3.6.1– Distribuição Consultas por Programas no ACES PIN/Centro Saúde de Pampilhosa da Serra



Fonte: SIARS, 2016

Gráfico n.º19 - Distribuição Consultas Por Programa, 2016

No ano de 2016, únicos dados que foi possível obter, foram efetuadas 20.091 consultas, das quais 16.166 foram na área de Saúde do Adulto (dentro deste grupo situam-se as consultas de Diabetes e de Hipertensão).

5.3.6.2– Saúde Escolar

O Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) tem como objetivo primordial a implementação de estratégias que promovam a melhoria da saúde das crianças, dos jovens e da restante comunidade educativa. Os Jardins-de-infância, escolas do Ensino Básico, do Ensino Secundário e instituições com intervenção na população escolar são a população alvo, não esquecendo toda a comunidade educativa (PNSE, 2006). Neste contexto, as equipas de saúde escolar dos centros de saúde em parceria com as escolas promovem o desenvolvimento de atividades assentes na vigilância e proteção da saúde e na aquisição de conhecimentos, capacidades e competências em promoção da saúde.

Da análise do Relatório Final de Actividades do PNSE – Equipa Saúde Escolar CS Pampilhosa da Serra, do ano lectivo 2015/2016, única informação que se conseguiu obter, nesta fase, conclui-se que as atividades desenvolvidas neste ano letivo, ficaram condicionadas pela escassez de recursos humanos disponíveis no Centro de Saúde, mas que será certamente alterada futuramente, dada a colocação de novos profissionais de saúde.

Verificaram-se os seguintes resultados no ano letivo 2015/2016:

Da totalidade dos alunos 64% foram abrangidos por atividades de Saúde Escolar, tendo sido a taxa de cobertura por nível de ensino: 100% das crianças do Ensino Pré-Escolar, 99% dos alunos do 1º Ciclo, 45% dos alunos do 2º ciclo, 37% dos alunos do 3º ciclo e 0% dos alunos do ensino secundário;

A percentagem de Estabelecimentos de Educação e Ensino (EEE) abrangidos pelo PNSE, segundo o nível de Educação e Ensino (EE) foi de 100%;

A equipa de Saúde Escolar apoiou projetos específicos de promoção da saúde na área de alimentação saudável/atividade física e na sensibilização para a saúde oral;

A totalidade dos estabelecimentos de ensino foram alvo de avaliação de risco para a saúde no ambiente escolar;

Das crianças matriculadas no 2.º ano de escolaridade (25 em 26) 96% tinham o seu calendário vacinal atualizado para a 2.ª dose da vacina contra o sarampo, parotidite e rubéola;

Dos alunos de todos os níveis de ensino 2% foram sinalizados para os NACJR por situações de maus tratos;

Dos 21 - 1.ºs cheques dentista emitidos a crianças com 7 anos, foram utilizados 13 (62%);

Dos 17 - 1.ºs cheques dentista emitidos a crianças com 10 anos, só 7 foram utilizados (41%);

Dos 22 - 1.ºs cheques dentista emitidos a crianças com 13 anos, foram utilizados 14 (64%);

Do total de 60 - 1.ºs cheques dentista emitidos a crianças escolarizadas com 7, 10 e 13 anos de idade, foram utilizados 34 (57%).

5.3.6.3– Consulta Psiquiatria Comunitária/Psicologia

No âmbito da intervenção do CRIP – Centro de Responsabilidade Integrada da Psiquiatria dos CHUC foi criada a Unidade de Psiquiatria na Comunidade que disponibilizam consultas nos diferentes Centros de Saúde do ACES PIN.

No caso de Pampilhosa da Serra este serviço é prestado, mensalmente, através da Equipa de Saúde Mental Comunitária, Leiria Norte, coordenada pela Médica Psiquiatra, Dr.ª Ana Araújo.

O pedido de consultas é realizado pelo Médico de Família.

Quadro n.º 57- Número de consultas por ano, primeiras e subsequentes e utentes na Consulta Psiquiatria em Pampilhosa da Serra, 2016 a 2018

C. Psiquiatria	Primeiras	Subsequentes	Utentes
2016	36	70	57
2017	35	98	71
2018	30	123	64
Total	**101**	**291**	**127**

Fonte: Equipa de Saúde Mental Comunitária, Leiria Norte

Verifica-se uma evolução do número de consultas e de utentes em especial entre o ano de 2016 e de 2017 o que poderá estar relacionado com os incêndios e a necessidade de maior acompanhamento ao nível de consultas.

Quadro n.º 58- Número de consultas por ano, primeiras e subsequentes e utentes na Consulta Psicologia em Pampilhosa da Serra, 2020

Psicologia	Primeiras	Subsequentes	Utentes Acompanhamento (Total)
2020	48	315	95

Fonte: Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, Serviço psicologia, março 2021

O Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra disponibiliza serviço de psicologia aos utentes referenciados pelo Médico de Família que funciona às segundas-feiras e terças-feiras.

Para além do Serviço de Psicologia do Centro de Saúde, também a Autarquia disponibiliza Serviço de Psicologia a comunidade através de consultas clínicas na sede do Concelho e de forma descentralizada em algumas freguesias mais distantes da sede de Concelho.

Quadro n.º59 - Número de consultas por ano, realizadas pelo Serviço der Psicologia da Autarquia

Psicologia	Utentes Acompanhados	Altas	Sinalizações Novas entradas
2019	56	13	11
2020	61	6	12
2021	71	11	23
Totais	**188**	**30**	**46**

Fonte: Gabinete Psicologia do Município de Pampilhosa da Serra, outubro 2021

Analisando o quadro verifica-se que ao longo dos últimos três anos um aumento do número de pessoas acompanhadas pelos serviços sendo que o número de altas tem sido inferior ao número de sinalizações novas, onde o ano de 2021 apresenta um número mais elevado o que poderá estar relacionado com a situação Pandemia que o Mundo atravessa e os efeitos negativos da mesma na Saúde Mental.

5.3.7– Impacto da Pandemia SARS COV-2

5.3.7.1 - Dados Epidemiológicos no ACES

A COVID-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, foi detetada após um surto de pneumonia atípica em dezembro de 2019, em Wuhan na China. A transmissão do vírus dá-se através de gotículas respiratórias e aerossolização de partículas infeciosas, e é possível ocorrer a partir de indivíduos sintomáticos como assintomáticos, o que, aliado ao período de incubação da doença de 7 a 14 dias, torna difícil o controlo da propagação desta doença. A 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou oficialmente a epidemia por este vírus como uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional (PHEIC, da sigla inglesa *Public Health Emergency of International Concern*) e a 11 de março de 2020 foi declarada a situação de pandemia.

Esta pandemia, como objeto de trabalho em constante mutação, obrigou a uma revisão e atualização permanente de conhecimentos e ao desenvolvimento e consolidação de parcerias no meio de um cenário de incerteza. Durante o ano de 2020, foi necessária uma imperativa gestão dos receios dos profissionais de saúde, no seu ambiente laboral e pessoal, e a construção de soluções muitas vezes improvisadas, à luz de evidência limitada e tentando adaptar os recursos existentes.

Quadro n.º 60- Número casos COVID-19 por escalão etário no ACES PIN.

Grupo etário	- 18	19-44	45-64	65-74	75-79	+ 80
Casos Covid-19	675	1103	864	273	115	380

Fonte: Relatório Avaliação – 2020, ACES

O primeiro caso do ACeS PIN foi notificado no SINAVE no dia 13 de março de 2020. Durante o ano civil de 2020 foram recebidas 3410 notificações desta doença no SINAVE, sendo que 1865 destes casos (55%) ocorreram em indivíduos do sexo feminino e 1545 no sexo masculino. Observou-se que 32% dos casos (1103 casos) ocorreram em pessoas com idades entre os 19 e os 44 anos, e 22% ocorreram em pessoas com idade igual ou superior a 65 anos (768 casos).

Quadro n.º 61- Número casos COVID-19 por Concelho no ACES

Concelhos	N.º Casos COVID-19
Alvaiázere	158
Ansião	354
Arganil	157
Castanheira de Pera	39
Figueiró dos Vinhos	135
Góis	53
Lousã	682
Miranda do Corvo	441
Oliveira do Hospital	453
Pampilhosa da Serra	**100**
Pedrogão Grande	70
Penela	198
Tábua	363
Vila Nova de Poiares	207
Total	**3.410**

Fonte: Relatório Avaliação – 2020, ACES

Pampilhosa da Serra registou 100 de COVID-19 em 2020, que estará relacionado com um primeiro surto registado em novembro.

6. Associativismo em Pampilhosa da Serra

No contexto Municipal as pessoas coletivas privadas, mormente as associações, são de grande relevância para a na concretização dos preceitos constitucionais e das políticas concelhias, por contribuírem para a sua efetiva realização e por desempenharem uma função social insubstituível; afirmando-se, cada vez mais, como entidades que desenvolvem competências, preservam tradições, promovem a cultura e a educação, colaboram na construção de realidades novas, enriquecem a vivência individual e coletiva e exercitam a democracia e a cidadania;

O movimento associativo pampilhosense tem constituído, ao longo dos tempos, uma realidade fulcral na dinamização das comunidades locais. As associações e coletividades existentes têm sido parceiras cruciais na intervenção dos organismos públicos, incluindo os autárquicos, dando respostas a muitas das necessidades das populações, em variadíssimos domínios, como seja no

plano desportivo, recreativo, social, cultural e outros, desempenhando, por isso, um papel social de grande relevo e assumindo-se como uma marca fundamental de intervenção, organização e identidade da sociedade civil do concelho de Pampilhosa da Serra.

Quadro n.º 62 - Número de Associações por freguesia

	Cabril	Dornelas do Zêzere	Fajão - Vidual	Janeiro de Baixo	Portela Fojo-Machio	Pampilhosa da Serra	Pessegueiro	Unhais-o-Velho	Total
Associações	7	5	16	8	11	21	8	7	83

Fonte: Juntas de Freguesia, 2021

Ao nível do Associativismo, o Concelho conta com 83 coletividades, também designadas de Ligas ou Comissões de Melhoramentos, havendo casos em que são Associações. A freguesia com maior número de Associações é a Pampilhosa da Serra seguida de Fajão e Portela do Fojo.

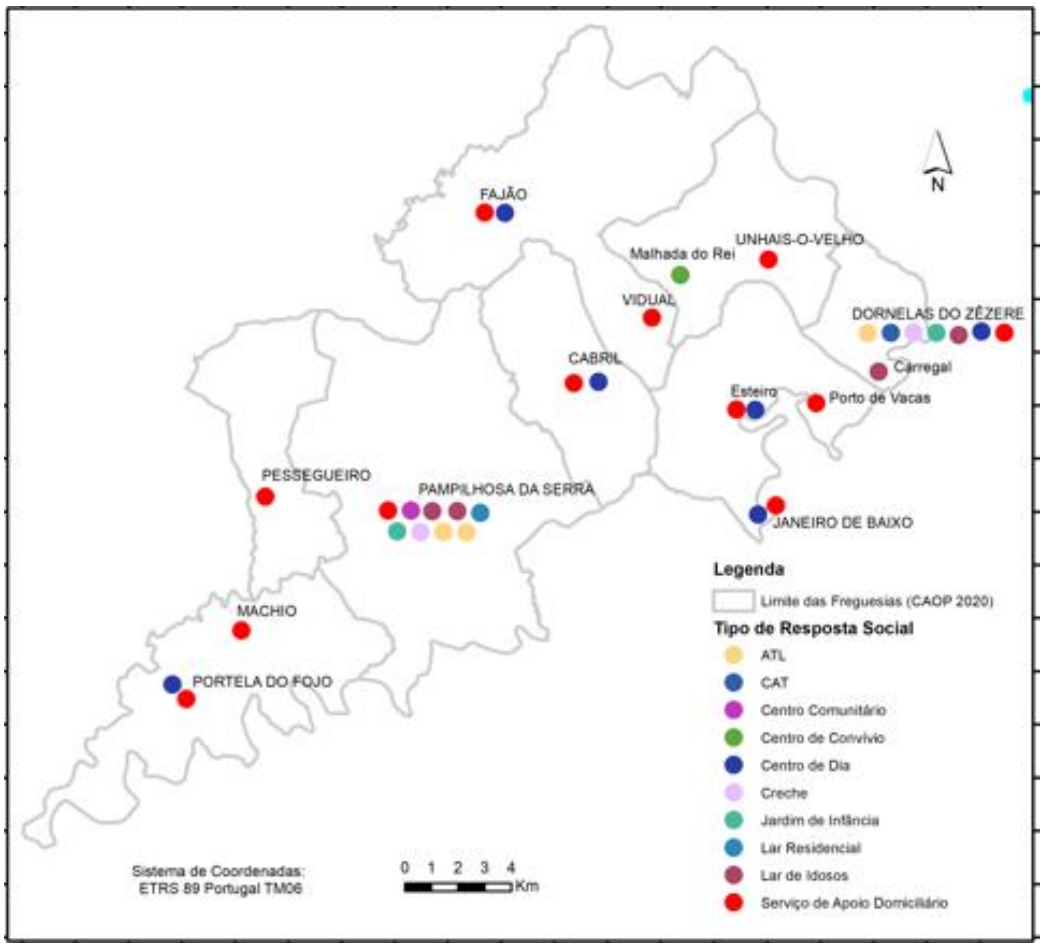
1. II – Mecanismos de Combate à Pobreza e Exclusão Social Rede de Serviços e Equipamentos

Quadro n.º 63 – Distribuição dos Equipamentos Sociais e Respostas Sociais, por freguesia e entidade gestora, população-alvo e ano de funcionamento.

Freguesia	Entida/ Gestora	Equipamento Social	Resposta Social	População-alvo	Ano Funciona/to	Cap.	Freq.
Cabril	SCMPS	Centro Dia	SAD	Pessoas Idosas	01/04/1997	13	9
Dornelas do Zêzere	ASSDZ	ERPI	SAD	Pessoas idosas	30/11/1982	35	35
			Centro de Dia	Pessoas idosas	30/11/1982	30	9
			Lar idosos	Pessoas idosas	21/12/1988	41	41
		ERPI Carregal	Lar Idosos	Pessoas idosas	01/07/2015	58	46
		Casa da Criança	Creche	Crianças/Jov.	21/12/1987	20	14
			Jardim Infância	Crianças/Jov.	01/09/1988	25	20
		CAT	CAT	Crianças Risco	01/12/2007	10	8
		ATL	ATL	Crianças/Jov.	01/04/1991	20	20
Vidual - Fajão	Cáritas	-----	SAD Vidual	Pessoas idosas	01/04/1997	22	22
	SCMPS	Centro Dia	SAD Fajão	Pessoas idosas	01/07/1990	15	7
Janeiro de Baixo	Cáritas	Centro Dia	SAD Esteiro	Pessoas idosas	01/07/1999	21	23
	SCMPS	Centro de Dia	Centro Dia JB	Pessoas idosas	01/10/2009	20	0
			SAD Janeiro Baixo	Pessoas idosas	01/12/2012	15	7
			SAD Porto de Vacas	Pessoas Idosas	01/04/1999	15	9
Pampilhosa da Serra	Cáritas	ATL	ATL 1. Ciclo	Crianças/Jov.	23/04/1984	60	53
			ATL 2. Ciclo	Crianças/Jov.	24/04/1984	80	77
	SCMPS	C. Comunitário	SAD	Pessoas Idosas	01/10/1980	40	27
		ERPI Foz Moura	Lar Idosos	Pessoas Idosas	01/12/2014	32	25
		ERPI Sede	Lar Idosos	Pessoas Idosas	01/11/1981	92	108
			Lar Residencial	Pessoas Idosas	01/07/1996	2	2
		Casa da Criança	Creche	Crianças/Jov.	01/09/1997	35	32
			Jardim de Infância	Crianças/Jov.	01/09/1998	40	15
Pessegueiro	SCMPS	---	SAD	Pessoas idosas	01/07/1992	25	13
Portela Fojo/Machio	Cáritas	Centro Dia	SAD Portela Fojo	Pessoas idosas	01/07/1999	33	30
			Centro Dia	Pessoas idosas	01/07/1999	15	5
	SCMPS	---	SAD Machio	Pessoas idosas	01/07/1998	20	9
Unhais –o Velho	Cáritas	---	SAD Unhais	Pessoas idosas	01/07/1997	15	12
		Centro Convívio	CC Malhada do Rei	Pessoas idosas	01/10/1988	16	15

Fonte: IPSS, janeiro 2021

A Análise da rede de serviços e equipamentos sociais, sua distribuição e respetiva caracterização geral ao nível das entidades gestoras, que no caso do Concelho de Pampilhosa da Serra são a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, a Cáritas Diocesana de Coimbra e a Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, **todas entidades privadas sem fins lucrativos** integrando a Rede Solidária.



Fonte: CAOP 2021

Figura n.º14 - Mapa Resposta Sociais do Concelho, ASSDZ, Cáritas e SCMPS, 2021

1.1. Caracterização Global das Entidades Gestoras no Concelho

Ao nível dos equipamentos e respostas sociais, o concelho de Pampilhosa da Serra conta com três Instituições particulares de Solidariedade Social (IPSS) que integram a rede solidária referente a todas as instituições que desenvolvem atividades e possuem respostas sociais se encontram enquadradas na nomenclatura aprovada pelo MTSS: **Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere (ASSDZ)**; **Cáritas Diocesana de Coimbra (CDC)** e a **Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra (SCMPS).**

1.1.1. Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere

A Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere:

Erpi – sede

Erpi- carregal

Criada em 1982, é fruto da continuidade de um trabalho que se vinha realizando na freguesia desde 1970, por um grupo de Dornelenses, um dos quais foi durante muito tempo o Presidente da instituição.

A sua atividade iniciou com serviços de Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Creche e jardim de infância num edifício que, foi posteriormente reconstruído e adaptado de modo a poder funcionar, também, como Lar. Foram ainda criadas as valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário na localidade de Portas do Souto. Posteriormente, em 1999, foi criado o Centro de Atividades Lúdicas e, em 2002, mediante acordo de cooperação com a Administração Regional de Saúde, passou a funcionar com um Posto Médico de assistência aos idosos, e em caso de urgência, à comunidade.

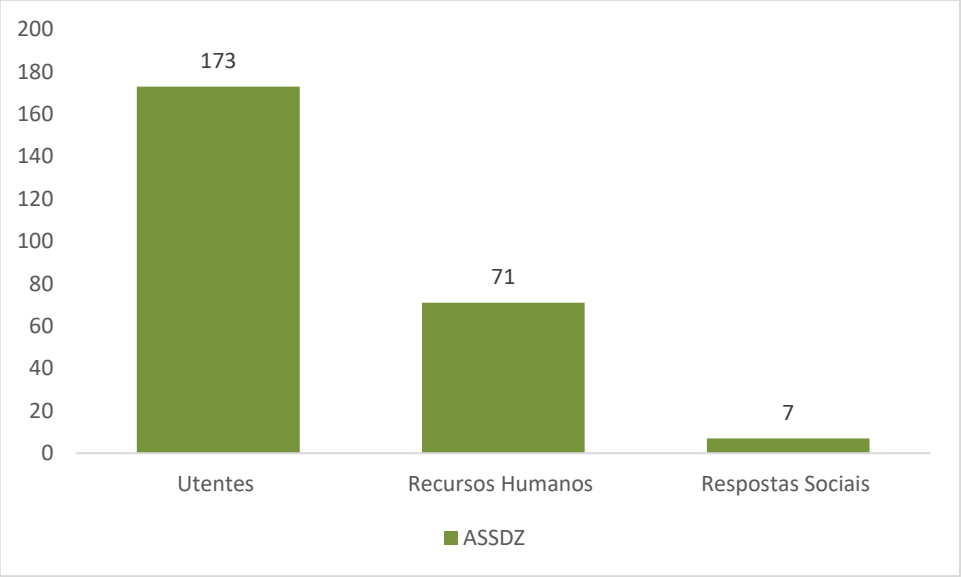
Mais tarde, foi construído o Centro de Acolhimento Temporário para acolhimento de crianças e jovens em risco.

Desempenha também um importante papel na área da formação dinamizando cursos de formação profissional junto dos funcionários bem como cursos de formação dirigidos à restante Comunidade.

Atualmente é presidida Sr. Manuel Isidoro.

Desenvolve os seguintes serviços nas diferentes respostas sociais:

- Alojamento
- Alimentação;
- Higiene Habitacional;
- Cuidados de Higiene e conforto Pessoais;
- Tratamento de roupa;
- Serviço Médico, de Enfermagem e Fisioterapia;
- Assistência medicamentosa;
- Serviço de Animação/Socialização;
- Apoio no desempenho das atividades de vida diária (AVD);
- Cuidados de Imagem;
- Apoio Psicossocial;
- Transporte;



Fonte: ASSDZ, janeiro de 2021

Gráfico n.º 20 - Caracterização da ASSDZ- Total do número de utentes, respostas sociais e recursos humano.

Em janeiro de 2021 esta Instituição contava com um quadro pessoal de 71 funcionários para uma população de 173 utentes distribuídos por 7 respostas sociais.

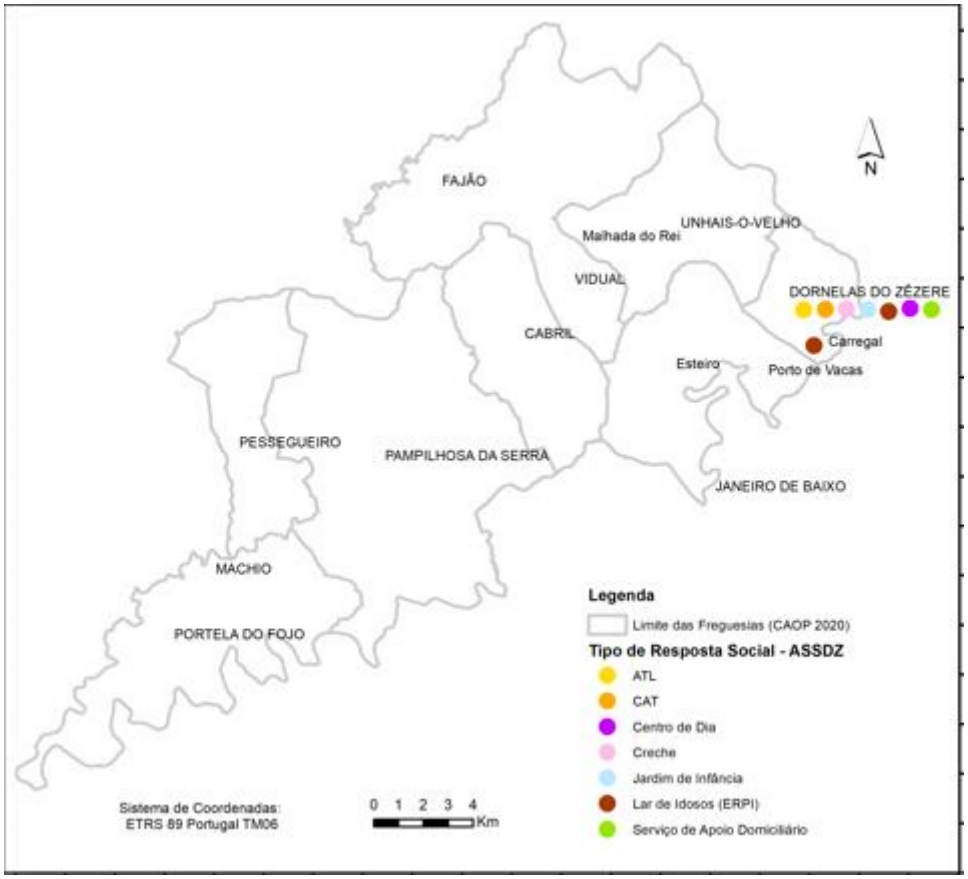


Figura n.º15 - Mapa Resposta Sociais da ASSDZ, 2021

Quadro n.º 64- Equipamentos Sociais/Edifícios, por ano de construção, remodelação e necessidade atual de obras.

Freguesia	Equipamento Social	Ano Construção	Remodelação	Necessidade de obras Sim/Não
Carregal	ERPI	2015	---	não
Dornelas do Zêzere	Creche	1996	2018	não
	Casa Acolhimento	2004	---	não
	CATL	1999	---	não
	ERPI SEDE	1982	--	não

Fonte, ASSDZ, outubro 2021

Quanto às estruturas onde funcionam as respostas sociais da instituição, a maioria tem construção com menos de 15 anos sendo que nenhuma necessitam de obras de remodelação.

Quadro n.º 65- N.º de horas e dias de absentismo registado por motivo, em 2019 e 2020

	2019		2020	
	N.º de horas	N.º de Dias	N.º de horas	N.º de Dias
Doença/isolamento	-	1014	-	1352
Parto	-	129	-	298
Acidente de Trabalho	-	72	-	56
Licença sem vencimento	-	-	-	-
Suspensão disciplinar	-	-	-	-
Faltas Não remuneradas	-	-	-	-
Faltas Injustificadas	-	2	-	2
Licença paternidade	-	0	-	
Total	**-**	**1215**	**-**	**2921**

Fonte, ASSDZ, outubro 2021

No que diz respeito ao número de horas e dias de ausências ao trabalho verifica-se um aumento do número de horas/dias de ausência em 2020 comparativamente com o ano de 2019, o que poderá justificar-se pela pandemia COVID-19 e necessidade de isolamentos profiláticos, registando-se os 272 dias, do universo dos 1352, de ausência por estes motivos.

Quadro n.º 66 - N.º horas de formação, frequência e áreas formação em 2019 e 2020

Áreas Ministradas	2019	
	N.º de horas	Frequência
Sem informação	1000	--
	2020	
Sem informação	340	---

Fonte, ASSDZ, outubro 2021

Quanto à formação e considerando número de horas e frequência verifica-se que o ano de 2019 registou maior número de horas de formação em relação a 2020. Não foi possível contabilizar o número de funcionários que frequentaram as ações.

Quadro n.º67 - Volume de despesas realizadas no âmbito da Pandemia Covid-19, 2020/2021

Valores	2020/2021
	9.952,68€

Fonte, ASSDZ, outubro 2021

Ao nível das despesas com a Covid-19 os valores não ultrapassaram os 10 mil euros de gastos.

1.1.2. Cáritas Diocesana de Coimbra

A Cáritas Diocesana de Coimbra[25]:

Sede- Coimbra

A Cáritas em Coimbra começou por ser uma delegação informal da Cáritas Portuguesa, ligada ao acolhimento de crianças austríacas, refugiadas das convulsões políticas e militares europeias, na transição da década de 40 para a década de 50.

Depois, até ao final dos anos 60, e ainda como delegação da Cáritas Portuguesa, tem como atividade principal a distribuição de géneros. Quer o trabalho efetivo, quer o esforço de consolidação da Cáritas na Diocese, ficam a dever-se em muito a uma equipa presidida por D. Maria Augusta Campos Neves, a que se juntou durante algum tempo o entusiasmo pastoral de D. Manuel Jesus Pereira, Bispo Auxiliar de Coimbra (depois, Bispo de Bragança e Miranda).

Importa relevar igualmente, para além do trabalho das Direções (presididas posteriormente por D. Maria Emília Tello de Morais e D. Maria Teresa Barata do Amaral), o zelo pastoral do primeiro Assistente da Comissão Diocesana da Cáritas, o Rev.mo Pe Amílcar Pedro Aleixo, que desempenhou esta missão de 1960 a 1967, numa altura em que se pedia ao assistente eclesiástico uma grande capacidade de estabelecer diálogo e equilíbrio permanente entre os diversos e legítimos interesses suscitados pela distribuição de géneros em grande quantidade.

De 1967 a 2005, foi grande impulsionador da Cáritas Diocesana de Coimbra, primeiro como seu assistente eclesiástico e depois como Presidente da Direção, o Rev.do Padre António Sousa, a quem se deve a multiplicação de campos de intervenção social desta Instituição, na animação pastoral das

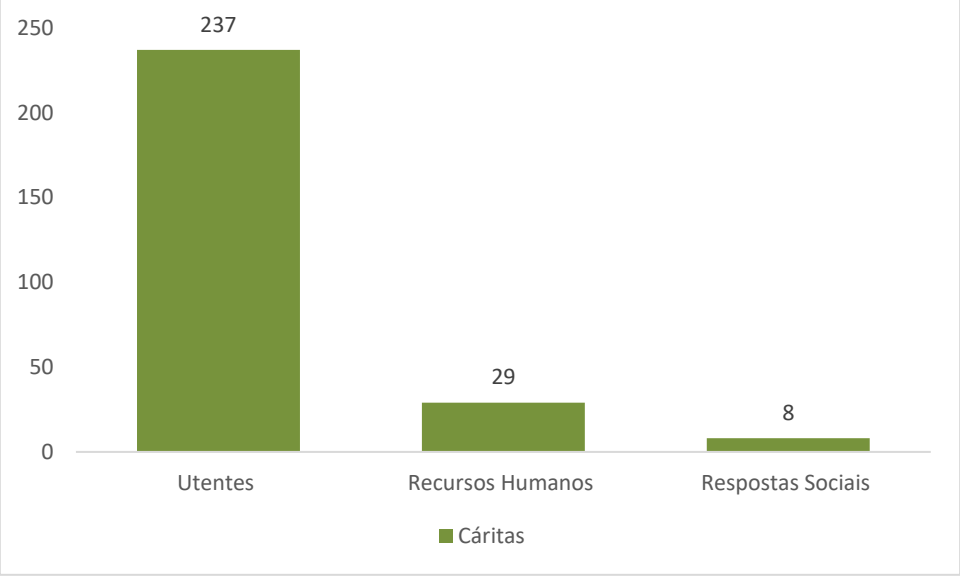
[25] **Dados referentes ao ano de 2010, por não terem sido disponibilizados dados mais recentes**.

comunidades, promoção comunitária, alfabetização, saúde, ação social com crianças, jovens, idosos, mulheres em risco, migrações, etnias, etc.

Atualmente é presidida pelo professor Dr. Manuel Antunes.

Desenvolve os seguintes serviços nas diferentes respostas sociais:

- Alojamento
- Alimentação;
- Higiene Habitacional;
- Cuidados de Higiene e conforto Pessoais;
- Tratamento de roupa;
- Serviço Médico, de Enfermagem e Fisioterapia;
- Assistência medicamentosa;
- Serviço de Animação/Socialização;
- Apoio no desempenho das atividades de vida diária (AVD);
- Cuidados de Imagem;
- Apoio Psicossocial;
- Transporte;



Fonte: Cáritas Diocesana de Coimbra, janeiro de 2021

Gráfico n.º 21 - Caracterização da Cáritas Diocesana de Coimbra- Total do número de utentes, respostas sociais e recursos humanos

Atua ao nível do concelho de Pampilhosa da Serra através da dinamização de diversos equipamentos sociais dirigidos a diferentes públicos alvo: crianças, jovens e idosos e conta com um quadro de pessoal de 29 funcionários para uma população de 237 utentes (130 são do ATL 1.º e 2. Ciclos) distribuídos por 8 respostas sociais.

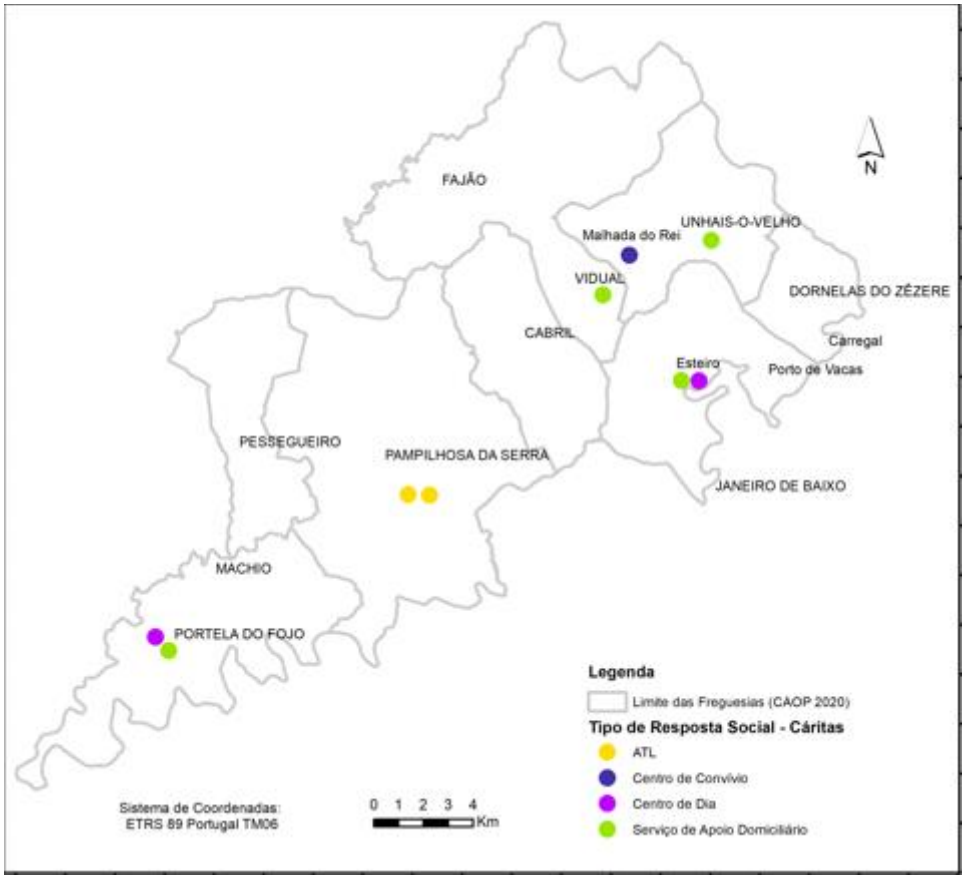


Figura n.º 16- Mapa Resposta Sociais da Cáritas, 2021

Quadro n.º 68- Equipamentos Sociais/Edifícios, por ano de construção, remodelação e necessidade atual de obras.

Freguesia	Equipamento Social/Resposta Social	Ano Construção	Remodelação	Necessidade de obras Sim/Não
Pampilhosa da Serra	ATL 1º Ciclo	2004	--	Não
	ATL 2º Ciclo	2004	--	Não
Portela do Fojo/Machio	Centro de Dia	Edificado propriedade da Liga de Melhoramentos	2020	Não
Vidual/Fajão	Centro de Convívio	--	--	Sim
Janeiro de Baixo	Centro de Dia Esteiro	--	2020	Sim
Unhais o Velho	Centro de Dia	Edificado propriedade da Junta de Freguesia	2020	Não

Fonte, SCMPS, outubro 2021

Quanto aos edifícios onde funcionam as respostas sociais da instituição, o Centro de Dia do Esteiro e Centro de Convívio da Malhada do Rei encontram-se referenciados como necessitando de obras. Uma parte dos edifícios onde funcionam as respostas sociais da Cáritas são propriedade de terceiros.

Quadro n.º 69 - N.º de horas e dias de absentismo registado por motivo, em 2019 e 2020

	2019		2020	
	N.º de horas	N.º de Dias	N.º de horas	N.º de Dias
Doença/isolamento	1900	573	4799	865
Parto	--	--	--	--
Acidente de Trabalho	311	58	382	66
Licença sem vencimento	--	--	6	1
Suspensão disciplinar	--	--	--	--
Faltas Não remuneradas	217	38	250	47
Faltas Injustificadas	38	7	36	7
Licença paternidade	--	--	--	--
Total	**2466**	**676**	**5473**	**986**

Fonte, Cáritas, Outubro 2021

No que diz respeito ao número de horas e dias de ausências ao trabalho verifica-se um aumento do número de horas/dias de ausência em 2020 comparativamente com o ano de 2019, o que poderá justificar-se pela pandemia COVID-19 e a necessidade de fazer-se

Registe-se também um aumento de faltas por motivo de acidente de trabalho.

Quadro n.º 70- N.º horas de formação, frequência e áreas formação em 2019 e 2020

Áreas Ministradas	2019	
	N.º de horas	Frequência
Saúde – programas Não classificados noutra área de formação	50	50

Fonte: Cáritas, outubro 2021

Quanto à formação foi realizada uma ação de formação que contou com a frequência de 50trabalhadores.

Quadro n.º 71 - Volume de despesas realizadas no âmbito da Pandemia Covid-19, 2020 e 2021

Valores Totais	2020/2021
	6 903,79 €

Fonte: Cáritas, outubro 2021

1.1.3 Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra

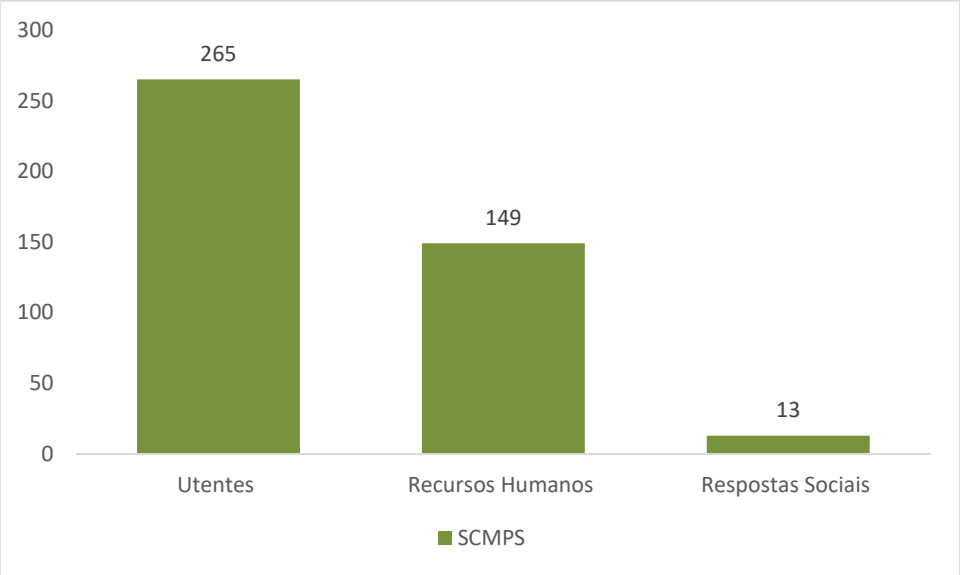
Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra: iniciou a sua atividade enquanto instituição Particular de Solidariedade Social Sem Fins Lucrativos com as valências de Lar de Idosos e Centro de Dia, em 1981. Em 1991 viria a integrar nos quadros, pela primeira vez, um técnico com formação em serviço social.

Nova Erpi/UCCI

Erpi- sede

Desenvolve os seguintes serviços nas diferentes respostas sociais:

- Alojamento
- Alimentação;
- Higiene Habitacional;
- Cuidados de Higiene e conforto Pessoais;
- Tratamento de roupa;
- Serviço Médico, de Enfermagem e Fisioterapia;
- Assistência medicamentosa;
- Serviço de Animação/Socialização;
- Apoio no desempenho das atividades de vida diária (AVD);
- Cuidados de Imagem;
- Serviço Psicologia;



Fonte: SCMPS, janeiro de 2021

Gráfico n.º 22 - Caracterização da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra.

Em janeiro de 2021, a Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra contava com 265 utentes distribuídos por 13 respostas sociais com um total de 149 funcionários. Refira-se que a Misericórdia possui ainda uma UCCI e uma Clínica de Fisioterapia caracterizadas no ponto 4 deste documento, o que perfaz um total de 180 funcionários, com exceção dos CEI, CEI +, MARRES e estágios profissionais que não foram contabilizados no gráfico.

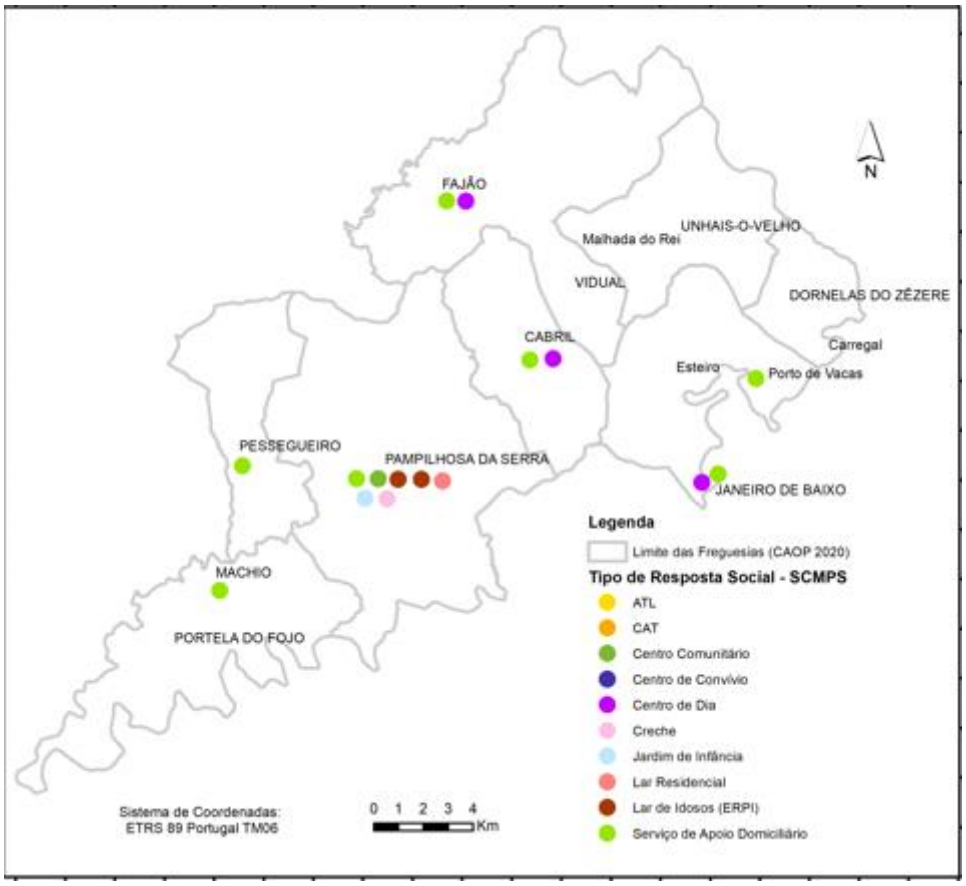


Figura n.º17 - Mapa Resposta Sociais da SCMPS, 2021

Quadro n.º 72- Equipamentos Sociais/Edifícios, por ano de construção, remodelação e necessidade atual de obras.

Freguesia	Equipamento Social	Ano Construção	Remodelação	Necessidade de obras Sim/Não
Janeiro de Baixo	Centro de Dia	+ 50 anos	2004	Não
Pampilhosa da Serra	C. Comunitário	+ 50 anos	2016	Não
	ERPI Foz Moura	2010	-	Algumas
	ERPI Sede	+ 40 anos	---	Sim
	Casa da Criança	+ 50 anos	1987	Sim
	Fisioterapia	2010	--	Algumas

Fonte, SCMPS, julho 2021

Quanto às estruturas onde funcionam as respostas sociais da instituição, a maioria tem mais de 40 anos sendo que três nunca foram alvo de remodelação. São no total 4 edifícios que são referidas

com necessidade de obras de reabilitação: ERPI Sede, Casa da Criança, Fisioterapia e ERPI foz da Moura

Quadro n.º 73- N.º de horas e dias de absentismo registado por motivo, em 2019 e 2020

	2019		2020	
	N.º de horas	N.º de Dias	N.º de horas	N.º de Dias
Doença/isolamento	26.027,54	5.515	27.840,34	8.876
Parto	3.008,73	529	1.900,15	341
Acidente de Trabalho	1.474,89	257	1.879,81	328
Licença sem vencimento	9.814,97	1702	6.866,78	1204
Suspensão disciplinar	57,78	10	115,55	20
Faltas Não remuneradas	2.285.92	404	10.328,02	1809
Faltas Injustificadas	11,56	2	5,78	1
Licença paternidade	--	--	208	36
Total	**42.681,39**	**--**	**49.144,54**	**----**

Fonte, SCMPS, julho 2021

No que diz respeito ao número de horas e dias de ausências ao trabalho verifica-se um aumento do número de horas/dias de ausência em 2020 comparativamente com o ano de 2020, o que poderá justificar-se pela pandemia COVID-19 e o facto da instituição ter sido alvo de surtos de infeção por coronavírus.

Registe-se também um aumento de faltas por motivo de acidente de trabalho e por doença/isolamento num total de 3.361 dias de ausência.

Quadro n.º 74- N.º horas de formação, frequência e áreas formação em 2019 e 2020

	2019	
Áreas Ministradas	N.º de horas	Frequência
Gestão de Crise Processo de Promoção e proteção Processo lavagem de roupa Primeiros socorros pediátricos Avaliação de desenvolvimento	243	77
	2020	
Gripe A Cuidados utentes Manutenção/Plantação de Jardins Plano de Contingência Covid-19 -	127	189

Fonte: SCMPS, julho 2021

Quanto à formação e considerando número de horas e frequência verifica-se que o ano de 2020 registou maior frequência o que se deverá à necessidade de a Entidade dar formação de curta duração no âmbito do Plano de Contingência. Já em 2019, regista-se menor frequência e maior número de horas frequentadas o que aponta para formações mais longas em termos de carga horária.

Quadro n.º 75- Volume de despesas realizadas no âmbito da Pandemia Covid-19, 2020 e 2021

Valores Totais	2020	2021
	66.572,09€	112.981,54€

Fonte: SCMPS, julho 2021

1.2. Análise Global das Respostas Sociais

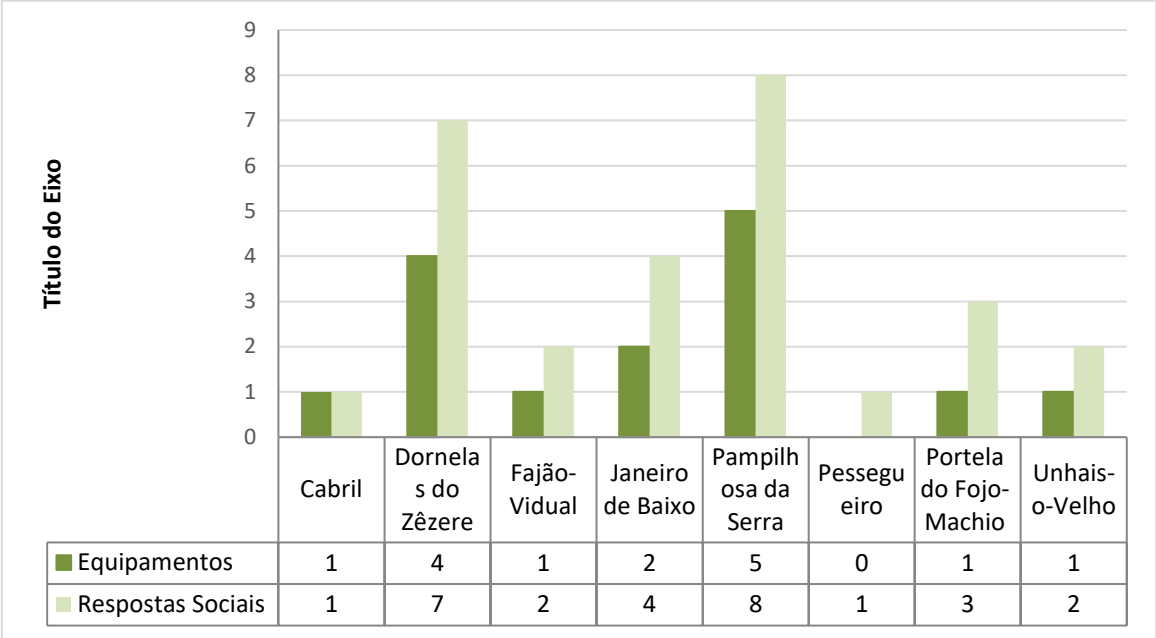
No concelho de Pampilhosa da Serra existem 16 equipamentos sociais sendo a sua grande maioria destinados à população adulta, nomeadamente, população idosa com 12 equipamentos e apenas 4 destinados à Infância e Juventude.

Quadro n.º 76 – Distribuição dos Equipamentos Sociais, segundo a população-alvo por freguesia

Freguesias	Cabril	Dornelas do Zêzere	Fajão-Vidual	Janeiro de Baixo	Portela Fojo-Machio	Pampilhosa da Serra	Pesseguueiro	Unhais-o-Velho	Total
População Adulta / Idosa	1	2	1	2	1	4	0	1	**12**
Infância e Juventude /crianças e Jovens	0	2	0	0	0	2	0	0	**4**
Total Equipamentos	**1**	**4**	**1**	**2**	**1**	**6**	**0**	**1**	**16**

Fonte: IPSS, janeiro 2021

Os equipamentos sociais correspondem à aplicação prática da maioria das respostas sociais integrando-as quer seja de forma residencial, ambulatória ou mista.



Fonte: IPSS, janeiro 2021

Gráfico n.º 23 - Distribuição equipamentos e respostas sociais por Freguesia

Analisando o gráfico n.º 23, verifica-se uma centralização de respostas sociais num equipamento de forma a rentabilizar recursos e meios humanos. A freguesia com maior número de respostas sociais é a **Pampilhosa da Serra** seguida de **Dornelas do Zêzere** sendo também as únicas freguesias com ambas as respostas sociais: dirigidas a Pessoas Idosas e a Crianças e Jovens. Refira-se que são, também, as freguesias com registo de maior número de habitantes.

Quadro n.º 77 – Distribuição das Respostas Sociais, por população-alvo e entidade gestora.

População Alvo	Resposta Social	Total	Total	Entidade
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	Creche	2	Privada sem fins lucrativos
		Jardim de Infância	3	Privada e Pública sem Fins Lucrativos
		ATL	3	Privada sem fins lucrativos
		CAT	1	Privada sem fins lucrativos
População Adulta	Pessoas Idosas	SAD	12	Privada sem fins lucrativos
		Centro de Dia	3	Privada sem fins lucrativos
		ERPI	4	Privada sem fins lucrativos
	Pessoas Adultas com Deficiência	Lar Residencial	1	Privada sem fins lucrativos
Total Respostas Sociais			28	

Fonte: IPSS, 2021

Ao nível das respostas sociais, ou seja, serviços realizados no interior ou a partir de um equipamento social, percebe-se que as respostas sociais existentes envolvem, maioritariamente, a população adulta, nomeadamente Pessoas Idosas com um total 21 respostas sociais. Refira-se que a resposta social Lar Residencial funciona inserida na ERPI sede da Misericórdia de Pampilhosa da Serra. Ao nível da Infância e Juventude, o Concelho conta com um total de 8 respostas, em que uma das respostas (Educação Pré-escolar) é desenvolvida no Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra sendo gerida pelo Ministério da Educação e enquadra-se na **rede nacional** de educação pré-escolar que é constituída pela rede pública e pela rede privada.

À rede pública pertencem os estabelecimentos de educação pré-escolar do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Da rede privada fazem parte os estabelecimentos com e sem fins lucrativos - instituições do ensino particular e cooperativo, no primeiro caso e, no segundo, as instituições particulares de solidariedade social (IPSS). A tutela pedagógica é da responsabilidade do Ministério da Educação, competindo-lhe assegurar a qualidade pedagógica do ensino ministrado nos estabelecimentos da rede nacional de educação pré-escolar. Através de Protocolos de Cooperação assinados entre o Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, é assegurada, nos estabelecimentos da rede nacional, a gratuitidade da componente educativa.

Quadro n.º 78- Início de funcionamento das respostas sociais.

Ano de Inicio de Funcionamento	N.º de Respostas
Até 1974	0
1975-1979	0
1980-1984	4
1985-1989	4
1990-1994	3
1995-1999	11
Pós 2000	4
Total	28

Analisando a data de início de funcionamento das respostas sociais podemos concluir que a maioria iniciou atividade a partir de 1984, registando os anos de 1995 a 1999 um maior número

de respostas sociais a funcionar. Estas datas coincidem com a assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social como "***instrumento que visa criar condições para o desenvolvimento da estratégia de cooperação entre as instituições do setor social, que prosseguem fins de solidariedade social (…) a Administração Central e as Administrações Regional e Local"***. Foram previstos, entre outros, apoios financeiros do Estado para "*comparticipar nas despesas (…) com as obras de construção ou remodelação de instalações sociais (…)",* bem como para "*comparticipar o custo das respostas sociais prestadas aos utentes, no âmbito dos acordos de cooperação*" (*citado por Joaquim, 2015*).

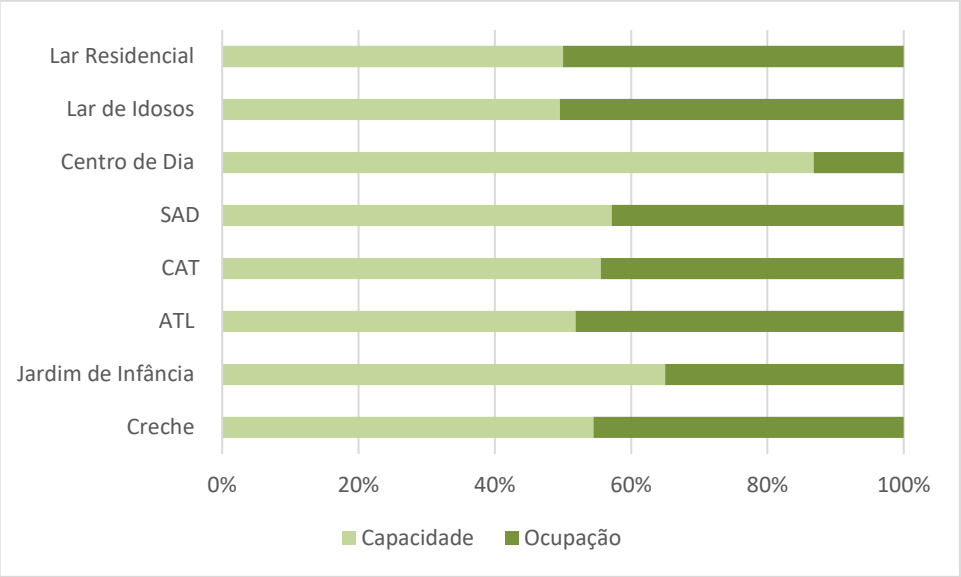
Após o ano 2000 entraram em funcionamento apenas 4 respostas sociais no Concelho, mas importa registar que, neste ano, observaram-se importantes alterações ao nível da relação entre o Estado e as IPSS tendo sido estabelecido que "***Estado apoia e valoriza as instituições particulares de solidariedade social e outras de reconhecido interesse público, sem carácter lucrativo, que prossigam objetivos de solidariedade social***", exercendo ainda poderes de "*tutela*" sobre essas Instituições, por forma a garantir "*o efetivo cumprimento dos seus objetivos no respeito pela lei, bem como a defesa dos interesses dos beneficiários da sua ação*" (*citado por Joaquim, 2015*).

Quadro n.º 79- Capacidade, frequência, utentes com e sem acordo das respostas socais segundo a população alvo lista de espera

População Alvo	Resposta Social	Tipo de Resposta	Capacidade	Ocupação	Utentes sem acordo	Lista de espera
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	Creche	55	46	0	0
		Jardim de Infância	65	35	19	0
		ATL	160	150	0	0
		CAT	10	8	0	0
População Adulta	Pessoas Idosas	SAD	271	203	0	0
		Centro de Dia	105	16	0	0
		Centro de Convívio	15	15	0	0
		ERPI	223	228	15	30
	Pessoas Adultas com Deficiência	Lar Residencial	2	2	0	0

Fonte: IPSS, 2021

Importa analisar as respostas sociais por população-alvo, capacidade e ocupação e ainda número de utentes sem acordo (quadro n.º).



Fonte: IPSS, 2021

Gráfico n.º24 - Capacidade, frequência das respostas socais segundo a população alvo

Analisando a figura n.º verifica-se que a maioria das respostas está equilibrada entre a capacidade e a ocupação com exceção do Centro de Dia que apresenta uma capacidade muito acima da ocupação (15.3%) e o Jardim de Infância que apresenta uma ocupação pouco acima dos 50%. Para além da ERPI que regista uma ocupação ligeiramente superior à capacidade (102%), o SAD é a resposta com maior taxa de ocupação (74%).

Refira-se que ao nível de Lar Residencial, este funciona integrado numa ERPI, e apenas existe acordo para duas pessoas estando as duas vagas preenchidas.

1.3. Análise das respostas sociais por população-alvo

1.3.1 – Respostas Sociais dirigidas à Infância e Juventude

Na sociedade atual a mulher tem uma intervenção cada vez maior no mercado de trabalho, quer por motivos económicos, que se prendem com o equilíbrio do orçamento familiar, quer pelo desejo de realização pessoal e profissional, que se prende com os novos valores cívicos e individuais, o que transformou por completo a estrutura e organização familiar. Em Portugal o número de mães trabalhadoras é um dos mais elevados da União Europeia, sendo a rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude fraca ainda que Portugal surja como um dos países com mais oferta de creches para crianças com menos de três anos quando

comparando com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da UE23 (países da União Europeia membros da OCDE): em Portugal a taxa de cobertura desta resposta social é de 36,7%, ligeiramente acima da média da OCDE (36,3%) e da UE23 (35,6%).

As crianças portuguesas são as que mais tempo passam nas creches e em estabelecimentos de educação pré-escolar: cada criança passa cerca de 40 horas por semana com as amas, nos infantários ou creches, sendo dos valores mais elevados da UE28, com registo médios de cerca de 30 horas semanais, ou seja, quase 10 horas de diferença.

Portugal tem registado nos últimos anos um decréscimo da população jovem (0-14 anos) provocado pela acentuada diminuição da taxa de fecundidade, o que conduziu a uma alteração drástica da estrutura demográfica. Segundo o Eurostat, Portugal era em 2017, o País com a sexta mais baixa taxa (1,38) da União Europeia (UE), muito abaixo do nível mínimo de renovação da população (2,1).

As respostas sociais dirigidas à Infância e Juventude assumem, assim, um duplo papel. Se por um lado, solucionam o problema da guarda e da educação das crianças durante a parte do dia em que estas não podem estar com os seus pais, por outro lado contribuem para o seu crescimento e desenvolvimento harmonioso, complementando ou substituindo a família na sua socialização.

A rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude acompanha, naturalmente, esta transformação da sociedade portuguesa. Na realidade, nos últimos anos tem-se assistido a um reforço das medidas sociais dirigidas à Infância e Juventude, especialmente no que se refere à Educação Pré-Escolar e à escolaridade
obrigatória, mas ainda é longo o caminho a percorrer.

A rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude encontra-se no Concelho de Pampilhosa da Serra dividida em dois grupos-alvo: Crianças e Jovens e Crianças e Jovens em Situação de Perigo.

Quadro n.º 80 - Distribuição respostas socais para a Infância e Juventude, por freguesia

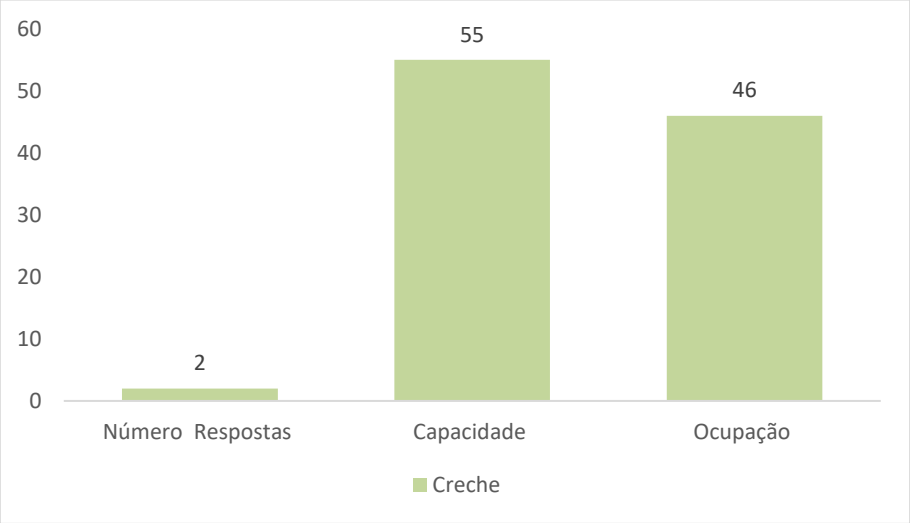
Freguesias	Crianças e Jovens			Crianças e Jovens em Situação de Perigo.	Total
	Creche	JI	ATL	CAT	
Dornelas do Zêzere	1	1	1	1	4
Pampilhosa da Serra	1	2	2	0	5

Fonte: IPSS, 2021

Podemos verificar que o Concelho possui duas creches, três estabelecimentos de educação pré-escolar, um Centro de Acolhimento Temporário e dois ATL, dois de 1.º Ciclo, um em Dornelas do Zêzere e outro em Pampilhosa da Serra e outro de 2.º Ciclo, em Pampilhosa da Serra.

1.3.1.1 –Caracterização Resposta Creche

A resposta social Creche corresponde à resposta de natureza socioeducativa desenvolvida para acolher crianças até os três anos, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou pessoa que tenha guarda de facto.



Fonte: IPSS, janeiro 2021

Gráfico n.º 25- Número de respostas, capacidade, frequência da resposta social Creche

O Concelho de Pampilhosa da Serra dispõe de dois equipamentos sociais com a resposta social de creche com uma capacidade de 55 e com frequência de 46 crianças, equivalendo a uma taxa

de ocupação de 83,6%. Existe uma resposta na Vila de Pampilhosa a Serra e outra em Dornelas do Zêzere.

Quadro n.º 81 - Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social Creche e fontes de financiamento.

Recursos Humanos	N.º de Profissionais	Escolaridade				Fontes financiamento
		Até 2. Ciclo	3.º Ciclo	Secund.	=ou >Lic.	
Diretor Técnico	1	-	-	-	1	Acordos de Colaboração
Educadora de Infância	2	-	-	-	1	
Ajudante Ação Educativa	4	-	4	-	-	
Auxiliar Educação	1	1	-	-	-	
Monitor(a)	1	1	-	-	-	
Serviços Gerais	2	2	-	-	-	
Total	**10**	**4**	**4**	**-**	**2**	

Fonte: IPSS, janeiro 2021

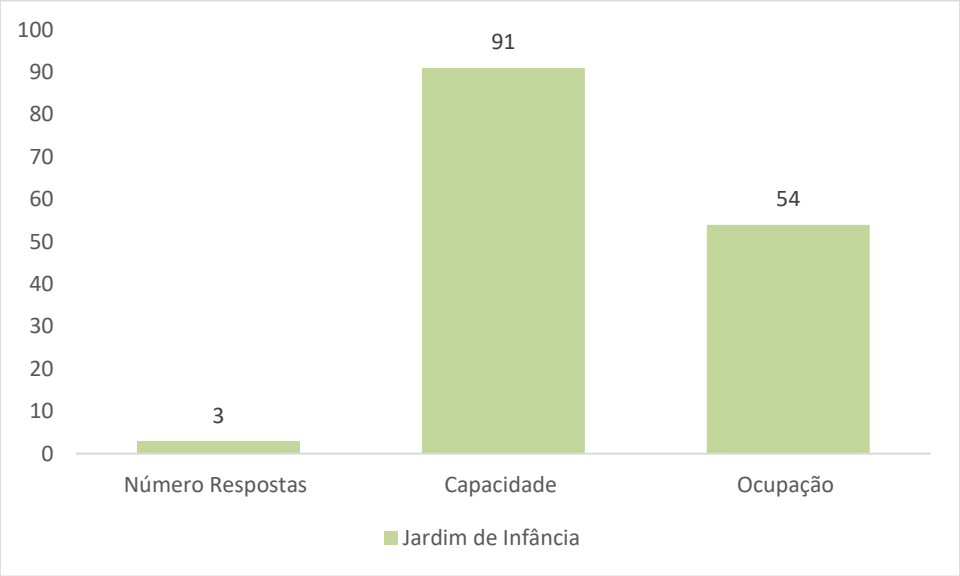
Quanto aos Recursos Humanos afetos a esta resposta social, verifica-se uma preocupação em garantir o acompanhamento das crianças nos horários alargados das respostas, que vão desde as 7h45 às 18h45. Refira-se que ambos os equipamentos socias/respostas sociais possuem um Diretor Técnico afeto com percentagem exigida por Lei e uma Educadora de Infância, complementando outros profissionais de apoio na sua maioria com o 3. Ciclo do ensino básico.

Quanto à fonte de financiamento o orçamento de Estado de 2021 pressupõe a gratuitidade para os escalões 1.º e 2.º sendo os restantes escalões da resposta social Creche garantidos pelas mensalidades dos Pais/Encarregados de Educação e transferências da Segurança Social.

1.3.1.2 –Caracterização Estabelecimento Ensino Pré-escolar

O Pré-Escolar corresponde à resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família dirigida a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

O Concelho de Pampilhosa da serra possui três equipamentos um da Rede Pública e dois da Rede Particular, encontrando-se sois situados na Vila de Pampilhosa da Serra e um em Dornelas do Zêzere. Os três estabelecimentos possuem capacidade para 91 crianças sendo que apenas 54 frequentam, em 2020/2021, equivalendo a uma taxa de ocupação de 56,3%.



Fonte: IPSS e Gabinete de Educação, 2021

Gráfico n.º 26 - Número de respostas, capacidade, frequência da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

Quadro n.º 82- Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social Estabelecimento de Ensino Pré-escolar e fontes de financiamento

Recursos Humanos	N.º de Profissionais	Escolaridade				Fontes financiamento
		Até 2. Ciclo	3.º Ciclo	Secund.	=ou >Lic.	
Diretor Técnico	2	-	-	-	2	Receitas Próprias Acordos de Colaboração Ministério Educação
Diretor Pedagógico	2	-	-	-	2	
Educadora de Infância	1	-	-	-	1	
Ajudante Ação Educativa	5	1	1	3	-	
Auxiliar Serviços Gerais	3	1	1	1	-	
Total	**13**	**2**	**2**	**4**	**5**	

Fonte: IPSS, janeiro de 2021

Quanto aos Recursos Humanos afetos a esta resposta social, verifica-se uma preocupação em garantir o acompanhamento profissionalizado das crianças. Refira-se que ambos os

equipamentos socias/respostas sociais possuem um Diretor Técnico afeto com percentagem exigida por Lei e Diretor Pedagógico, assegurado pelo Educador de Infância. Alguns dos profissionais caracterizados neste quadro também dão apoio à estrutura que acolhe o Berçário e a Creche como é o caso das Auxiliares de Serviços Gerais e Ajudante de Ação Educativa.

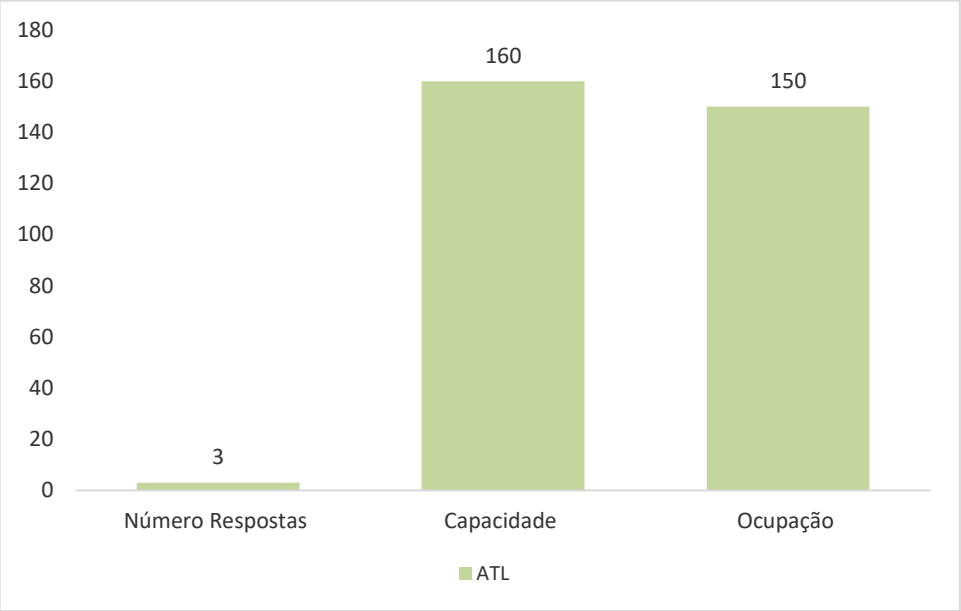
No caso do Pré-escolar Rede Pública, as crianças possuem outras atividades como TIC e Educação Física ministradas por professores da Escola.

No caso da Rede Privada são dinamizadas aulas por parte de um Técnico de Desporto, disponibilizado pelo Município de Pampilhosa da Serra, que se encontram suspensas devido á Pandemia Covid-19 que impossibilita a saída das crianças do espaço bem como a entrada de profissionais estranhos ao serviço.

Quanto à fonte de financiamento a resposta social Jardim de Infância são garantidos pelas mensalidades dos Pais/Encarregados de Educação e transferências do Ministério de Educação.

1.3.1.3 –Caracterização do Centro de Atividades de Tempos Livres

Trata-se de uma resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/ inserção, prática de atividades específicas e multiatividades.



Fonte: IPSS e Gabinete de Educação, janeiro de 2021

Gráfico n.º 27- Número de respostas, capacidade, frequência da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres.

No Concelho de Pampilhosa da Serra existem dois Centros de Atividades de Tempos livres, um dinamizado pela Cáritas Diocesana de Coimbra que se encontra divido em Atividades de Tempos Livres de 1.º Ciclo e Atividades de Tempos livres de 2. Ciclo e outro pela Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere.

As três respostas possuem capacidade para 160 crianças encontrando-se 150 a frequentar o que equivale a uma taxa de ocupação de 93,1%.

Quadro n.º 83- Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social Centro de Atividades de tempos Livres e fontes de financiamento

Recursos Humanos	N.º de Profissionais	Escolaridade				Fontes financiamento
		Até 2. Ciclo	3.º Ciclo	Secund.	=ou >Lic.	
Educadora Social	1	-	-	-	1	Receitas Próprias Acordos de Cooperação
Ajudante de Ocupação	5	-	-	5	-	
Total	6	-	-	5	1	

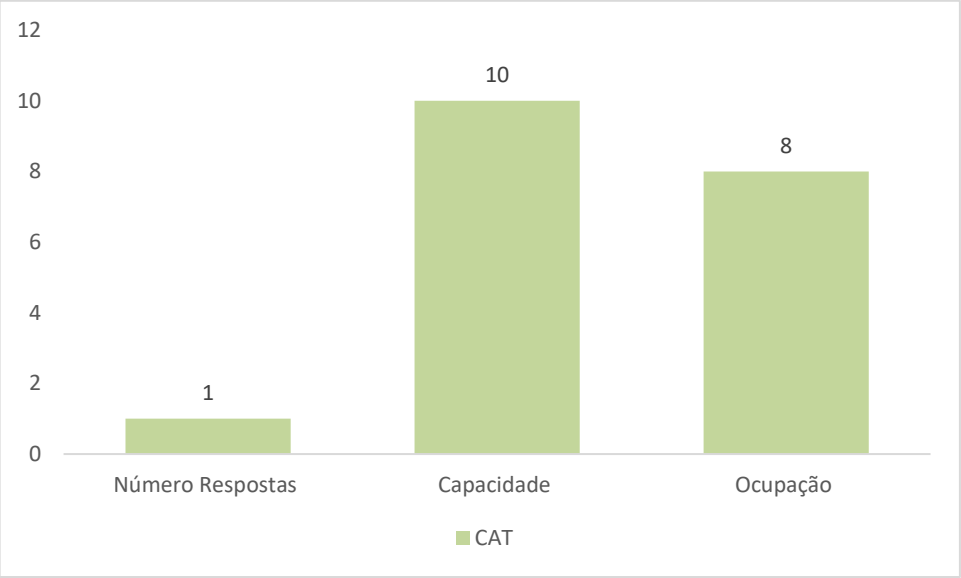
Fonte: IPSS, janeiro de 2021

Quanto aos Recursos Humanos afetos a esta resposta social, verifica-se que a maioria dos colaboradores são ajudantes de ocupação ao qual "*compete trabalhar diretamente com crianças*

e adolescentes tendo em vista o seu global desenvolvimento ou com idosos tendo em vista o seu bem-estar, pelo que, de acordo com programação superiormente preestabelecida" possuindo o ensino secundário. Quanto ao financiamento, o ATL de 1.º Ciclo possui receitas próprias (mensalidades dos pais) e acordos de cooperação sendo que o ATL de 2. Ciclo é financiado através de acordos de cooperação.

1.3.1.4 –Caracterização do Centro de Acolhimento Temporário

Trata –se de uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção. Destina-se a crianças e jovens de ambos os sexos até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e proteção determine um acolhimento de duração inferior a seis meses.



Fonte: IPSS, janeiro 2021

Gráfico n.º28- Número de respostas, capacidade, frequência da resposta social Centro de Acolhimento Temporário

No Concelho de Pampilhosa da Serra existe um Centro de Acolhimento Temporário situado em Dornelas do Zêzere. Tem capacidade para acolher 10 crianças encontrando se, à data da análise, 8 crianças a frequentar, equivalendo a uma taxa de ocupação de 80%.

Quadro n.º84 - Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social Centro de Acolhimento Temporário e fontes de financiamento.

Recursos Humanos	N.º de Profissionais	Escolaridade				Fontes financiamento
		Até 2. Ciclo	3.º Ciclo	Secund.	=ou >Lic.	
Psicólogo	1	-	-	-	1	Acordos de Cooperação
Ajudante Auxiliar Educativa	5	-	4	1	-	
Total	**6**	**-**	**4**	**1**	**1**	

Fonte: IPSS, janeiro 2021

Quanto aos Recursos Humanos afetos a esta resposta social, verifica-se que a maioria dos colaboradores são Ajudantes Auxiliar Educativa e possuem o 3. Ciclo. Quanto ao financiamento trata-se de uma resposta que depende de acordos de cooperação.

Na área da infância e juventude o Concelho não possui resposta ao nível da Ama (1.ª infância); Lar de Apoio e transporte de pessoas com deficiência (crianças com deficiência); Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), Lar de Infância e Juventude, Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens, Apartamento de Autonomização (crianças e Jovens em risco).

1.3.2- Respostas Dirigidas à População Adulta

Nos últimos anos tem-se assistido a um processo de duplo envelhecimento da população, que se traduz por um estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide etária, resultante da diminuição dos grupos etários mais jovens (0-14 anos), prosseguida pelo aumento dos grupos etários mais idosos (65 anos ou mais), como descrito no Ponto 5 do Diagnóstico Social referente aos "*Indicadores demográficos".*

Um dos fatores que condiciona o aumento do peso da população idosa é o aumento da esperança média de vida provocado pela melhoria das condições sociais de vida, o que se deve, entre outros aspetos, ao desenvolvimento económico, aos progressos da medicina e à melhor cobertura da rede de saúde pública e pela longevidade existindo cada vez mais idosos com idades acima dos 75 anos. O Concelho de Pampilhosa da Serra apresentava em 2019 um dos

índices de longevidade (68%), comparativamente à Região de Coimbra (51,3%) e a Portugal (48,5%).

A diminuição da taxa de fecundidade também contribui para o envelhecimento da base da pirâmide etária e, consequentemente, para a não reposição de gerações. O duplo envelhecimento da população não constitui uma novidade para Portugal, no entanto, a sua particularidade reside não só no ritmo e na amplitude a que se verifica, mas também na criação de novas dinâmicas que anunciam profundas transformações sociais.

Em 1950 Portugal apresentava um perfil populacional de características marcadamente mais jovens, o que se traduz por uma base larga e um topo estreito no que diz respeito à Pirâmide Etária, representando a população idosa apenas 6,74% da população residente total. No entanto, em apenas meio século, a população idosa observou um acréscimo de 198,59%, enquanto a população jovem registou um decréscimo de 33,41%, passando a população idosa a corresponder a 16,35% da população residente total. Com estes valores Portugal assume-se, assim, como um dos países da União Europeia onde o duplo envelhecimento da população é mais evidente.

Com o aumento progressivo da população idosa, sobretudo grupos etários mais idosos surge maiores níveis de dependência física, psíquica e social, o que aumenta a necessidade de respostas mais adequadas a estas situações, não só no âmbito do social, mas também da saúde. O envelhecimento demográfico é, assim, um dos maiores desafios que se colocam à sociedade contemporânea.

A rede de serviços e equipamentos sociais para População Adulta encontra-se dividida em cinco grupos-alvo, nomeadamente Pessoas Idosas, Pessoas Adultas com Deficiência, Pessoas em Situação de Dependência, Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e Pessoas Sem-Abrigo, cada um com respostas específicas.

O Concelho de pampilhosa da Serra insere-se na realidade nacional e, em particular nos territórios do interior rural, verificando-se que as respostas sociais destinadas à População

Adulta, em especial às Pessoas Idosas, assumem uma importância considerável no contexto municipal, com 20 das 21 respostas sociais existentes.

Quadro n.º 85 - Distribuição respostas sociais para a População Adulta, por freguesia

Freguesias	Idosos			Adultos Deficiência	Totais
	Centro Dia/Convívio	SAD	ERPI	Lar Residencial	
Cabril	0	1	0	0	1
Dornelas do Zêzere	1	1	2	0	4
Vidual – Fajão	0	2	0	0	2
Janeiro de Baixo	1	3	0	0	4
Pampilhosa da Serra	0	1	2	1	4
Pessegueiro	0	1	0	0	1
Portela Fojo- Machio	1	2	0	0	3
Unhais o Velho	1	1	0	0	2
Totais	**4**	**12**	**4**	**1**	**21**

Fonte: IPSS, janeiro 2021

1.3.2.1- Respostas Dirigidas à População Idosa

De acordo com o artigo 72.º da Constituição da República Portuguesa, as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social. A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade.

De acordo com as capacidades que demonstram para desempenharem as atividades da vida diária, as pessoas idosas encontram-se divididas em três subgrupos, em função do grau de dependência, designadamente:

- Autónomo: São independentes, mesmo que ocasionalmente precisem de equipamentos de apoio em algumas atividades da vida diária;
- 1º Grau: São francamente dependentes, carecendo de assistência em algumas atividades da vida diária;

- 2º Grau: São fortemente dependentes, necessitando do apoio de terceiros em todas as atividades da vida diária.

As respostas sociais existentes para o grupo-alvo Pessoas Idosas são: o Serviço de Apoio Domiciliário, o Centro de Convívio, o Centro de Dia, o Centro de Noite, o Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas, a Residência, o Lar de Idosos e o Centro de Férias e Lazer.

No Concelho de Pampilhosa da Serra existem doze respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário, três respostas sociais de Centro de Dia e um Centro Convívio e quatro estruturas residenciais para idosos (Lar de Idosos) (quadro n.º ---) onde os idosos para além de possuírem níveis de dependência alta e baixa autonomia, apresentam manifestações (diagnosticadas ou não) de problemas neurológicos/doença mental que importa analisar.
Por isso, apresentamos neste ponto uma breve caracterização dos utentes quanto a manifestações (diagnosticadas ou não) de problemas neurológicos/doença mental tendo sido feito um levantamento por resposta social a esse nível. Entendeu-se por neurológica, a doença de Parkinson, alzheimer, epilepsia, esclerose múltipla sendo que por doença mental foi considerada esquizofrenia, depressão/ansiedade, transtorno bipolar, trastorno personalidade.

Começando por uma análise dos graus de dependência dos idosos que foi possível caracterizar, nomeadamente nas respostas **Centro de Dia /Serviço de Apoio Domiciliário** da Associação de Solidariedade Social e Dornelas do Zêzere (ASSDZ) e da Cáritas Diocesana de Coimbra e nas **Estruturas Residências para Pessoas Idosas** da ASSDZ e da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra.

Quadro n.º 86- Caracterização da população utente, por grau de dependência Centro de Dia e SAD

	Feminino	Masculino	Total
1.º grau	5	12	**17**
2.º grau	2	5	**7**
Total	**7**	**17**	**24**

Fonte: IPSS, janeiro 2021

Ao nível do Centro de Dia/SAD registam-se 24 idosos com grau de dependência atribuído sendo, na sua maioria, do sexo masculino e encontrando-se no 1.º grau.

Quadro n.º 87- Caracterização da população utente, por grau de dependência nas ERPI's

	Feminino	Masculino	Total
1.º grau	63	12	**75**
2.º grau	2	0	**2**
Total	65	12	77

Fonte: IPSS, janeiro 2021

Quanto ao grau de dependência nas Estruturas Residenciais para Idosos registam-se 77 idosos com grau de dependência atribuído sendo, na sua maioria, do sexo feminino e encontrando-se no 1.º grau.

Quanto à caracterização dos utentes quanto a manifestações (diagnosticadas ou não) de problemas neurológicos/doença mental apresenta-se o levantamento realizado nas respostas **Centro de Dia /Serviço de Apoio Domiciliário** da Associação de Solidariedade Social e Dornelas do Zêzere (ASSDZ) e da Cáritas Diocesana de Coimbra.

Quadro n.º 88- Caracterização da população utente com manifestação de doença neurológica ou mental, com e sem diagnóstico- Centros de Dia e SAD.

	Feminino	Masculino	Com diagnóstico	Sem diagnóstico
Doença Neurológica	6	7	3	10
Doença Mental	9	6	8	7
Com suspeita de doença neurológica/mental	3	3	---	--
Total	18	16	11	17

Fonte: IPSS, janeiro 2021

Da análise do quadro n.º 88, verifica-se que 34 idosos manifestam doença neurológica ou mental sendo que apenas 11 possuem diagnóstico confirmado existindo 6 casos em que há suspeita de uma das doenças, mas sem possibilidade de caracterizar se neurológica ou mental.

Quadro n.º 89- Caracterização da população utente, utente com manifestação de doença neurológica ou mental, com e sem diagnóstico- ERPI,s.

	Feminino	Masculino	Com diagnóstico	Sem diagnóstico
Doença Neurológica	56	19	61	11
Doença Mental	32	6	35	3
Deficit cognitivo	2	1	2	1
Com suspeita de doença neurológica/mental	8	0	---	----
Total	98	26	98	15

Fonte: IPSS, janeiro 2021

No que diz respeito às manifestações de doenças neurológicas ou mental nas ERPI's do Concelho 124 idosos manifestam doença sendo que 75 são do foro neurológico e destes 61 têm diagnóstico confirmado e 11 não tem diagnóstico confirmado. E 28 são do foro mental em que 35 estão confirmados por diagnóstico e 3 não têm diagnóstico. Registe-se ainda 3 casos de idosos com deficit cognitivo.

Considerando o número de idosos nas Estruturas residenciais (228) podemos inferir que metade manifesta doença do foro neurológico ou mental.

1.3.2.1.1- Serviço de Apoio Domiciliário

O Concelho de Pampilhosa da Serra possui doze respostas de Serviço de Apoio Domiciliário, que segundo o quadro em cima (Quadro n.º --), encontram-se localizadas, na sua maioria, na freguesia de Janeiro de Baixo que conta com três serviços abrangendo três localidades da freguesia (Esteiro, Janeiro de baixo e Porto de Vacas).

Quadro n.º 90 - Caracterização da população utente, por grupo etário.

N.º Utentes/Grupo etário						
40-50	51-60	61-70	71-80	81-90	+ 91	**Total**
5	10	23	64	71	20	**193**

Fonte: IPSS, janeiro 2021

Quanto à caracterização grande parte dos utentes não possui escolaridade ou apenas o 1.º Ciclo sendo que na sua maioria têm idades acima dos 70 anos.

Quadro n.º 91- Caracterização dos Recursos Humanos afetos a Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário e fontes de financiamento.

Recursos Humanos	N.º de Profissionais	Escolaridade					Fontes financiamento
		1. Ciclo	2.º Ciclo	3. ciclo	Secund	=ou >Lic.	
Diretor Técnico/AS	2						Mensalidades Acordos de Colaboração Com Segurança Social
Ajudante Ação Direta	21						
Cozinheira	11						
Ajudante de Cozinha	7						
Trabalhadora Auxiliar	1						
Ajudante Familiar	11						
Auxiliar Limpeza	3						
Trabalhadora Serviços Gerais	1						
Total	**56**	**13**	**6**	**25**	**10**	**2**	

Fonte: IPSS, janeiro 2021

Quanto ao número e categoria de profissionais na resposta social verifica-se que existe um grande número de cozinheiras que estará associado à caracterização do Centro Comunitário da Misericórdia de Pampilhosa da Serra que, para além de confecionar as refeições para o SAD, também confeciona para as restantes respostas sociais, considerando-se que fazia sentido caracterizá-lo neste ponto.

Do total dos 56 profissionais para as 12 respostas sociais de SAD existentes, a maioria é ajudante de ação direta ou familiar (22).

1.3.2.1.2- Centro de Dia/ Centro de Convívio

A resposta social Centro de Dia corresponde a uma resposta desenvolvida em equipamento que presta um conjunto de serviços de necessidades básicas e que contribuem para a manutenção das pessoas idosas, no seu meio sociofamiliar. A resposta social Centro de Convívio cumpre o apoio a atividades sociais, recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas, residentes numa determinada comunidade.

No Concelho de Pampilhosa da Serra, a resposta Centro de Dia tem apresentado uma taxa de ocupação muito baixa comparativamente aos dados de 2013 (Diagnóstico Social 2014), onde a taxa de ocupação desta resposta social no Concelho rondava os 75%.

Quadro n.º 92 - Caracterização da população utente, por grupo etário.

N.º Utentes/Grupo etário						
40-50	51-60	61-70	71-80	81-90	+ 91	Total
2	1	9	12	6	1	31

Fonte: IPSS, janeiro 2021

Quanto à caracterização grande parte dos utentes não possui escolaridade ou apenas o 1. Ciclo sendo que a maioria tem idades compreendidas entre os 71 e os 80 anos.

Quadro n.º 93 - Caracterização dos Recursos Humanos afetos a Resposta Social Serviço Centro de Dia e Centro de Convívio

Recursos Humanos	N.º de Profissionais	Escolaridade					Fontes financiamento
		1. Ciclo	2.º Ciclo	3. ciclo	Secund	=ou >Lic.	
Ajudante Ação Direta	2						Mensalidades Acordos de Colaboração Com Segurança Social
Total	**2**	**-**	**-**	**1**	**1**	**-**	

Fonte: IPSS, janeiro 2021

O quadro n.º --- apresenta a caracterização dos Recursos Humanos do Centro de Dia da Associação Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere e Centro de Convívio da Cáritas Diocesana de Coimbra atendendo que os restantes foram caracterizados no ponto referente ao Serviço de Apoio Domiciliário, uma vez que os Centros de Dia de Janeiro de Baixo e Portela do Fojo funcionam no mesmo equipamento, a partir do qual se realiza o serviço de apoio domiciliário.

1.3.2.1.3- Estrutura Residencial para Idosos

No Concelho de Pampilhosa da Serra a resposta ERPI tem crescido com a inauguração de uma nova infraestrutura na Vila de Pampilhosa da Serra em 2014 e no Carregal, freguesia de Dornelas do Zêzere em 2015.

Atualmente são 4 as Estruturas Residenciais Para Idosos sendo que no mesmo edifício onde funciona uma das ERPI também funciona uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Quadro n.º 94 - Caracterização da população utente, por grupo etário.

N.º Utentes/Grupo etário						
40-50	51-60	61-70	71-80	81-90	+ 91	**Total**
3	6	20	36	107	56	**228**

Fonte: IPSS, janeiro 2021

A maioria acolhe idosos da faixa etária entre os 71 e 80 anos de idade sendo que o grupo + 91 anos acolhe também um número significativo, o que vai de encontro aos dados ao nível demográfico, que apontam para um crescimento de população com mais de 85 anos.

Quadro n.º 95 - Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social ERPI e fontes de financiamento.

Recursos Humanos	N.º de Profissionais	Escolaridade					Fontes financiamento
		1. Ciclo	2.º Ciclo	3. ciclo	Secund	=ou >Lic.	
Diretor Técnico/AS	3						Mensalidades Acordos de Colaboração
Técnico Auxiliar Serviço Social	1						
Ajudante Ação Direta /Lar	53						
Encarregado Serviços Gerais	5						
Cozinheira	4						
Ajudante de Cozinha	4						
Auxiliar Serviços Gerais	62						
Escriturárias	2						
Operador lavandaria	6						
Animadora	2						
Ajudante de Ocupação	1						
Enfermeiro	2						
Fisioterapeuta	2						

Gerontóloga	1						Com Segurança Social Comparticipação descendentes 1.º grau
Auxiliar Ação Médica	2						
Rececionista	2						
Motorista	1						
Psicóloga	1						
Fiel de Armazém	2						
Administrativos	5						
Chefe de Serviços	1						
Contabilista/TOC	1						
Técnico Instalações Elétricas	1						
Secretário Geral	1						
Total	**165**	**39**	**30**	**47**	**35**	**14**	

Fonte: IPSS, janeiro 2021

Quanto ao número e categoria de profissionais na resposta social verifica-se que existe um grande número de cozinheiras que estará associado à caracterização do Centro Comunitário da Misericórdia de Pampilhosa da Serra que, para além de confecionar as refeições para o SAD, também confeciona para as restantes respostas sociais, considerando-se que fazia sentido caracterizá-lo neste ponto.

Refira-se que ambas as IPSS com ERPI possuem serviço de Médico através de contrato avença.

Quadro n.º 96 - Número de respostas sociais a criar no futuro no Concelho.

Instituição	Freguesia	Tipo de Resposta
Cáritas Diocesana de Coimbra	Portela do Fojo	Lar de Idosos
SCMPS	Pampilhosa da Serra	ERPI /Demência
Total		2

FONTE: IPSS, 2021

1.3.2.2. Respostas Dirigidas à População Adulta com Deficiência/Dependência

O problema da deficiência caracteriza-se enquanto problema que é vivenciado no seio familiar, sendo que a família assume, culturalmente, um papel importante no que diz respeito a garantir a segurança e o bem-estar do cidadão portador de deficiência. Quando esta está ausente, são as instituições locais que procuram assegurar esses aspetos, uma vez que não existem no concelho estruturas de acolhimento e de acompanhamento específico para estas situações. Em alguns casos, são encaminhadas para serviços especializados localizados fora do concelho, de que é exemplo a ARCIL (Associação de Reabilitação do Cidadão Inadaptado da Lousã) que, através do seu Centro de Recursos avalia situações do Concelho, referenciadas através do IEFP para as diferentes medidas de intervenção:

IAOQE – Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego – visa apoiar os destinatários na tomada de decisões vocacionais adequadas, disponibilizando informação necessária, promover a avaliação da sua funcionalidade e capacidade produtiva, identificar as adaptações do meio e os produtos e dispositivos mais adequados à sua adequada integração em mercado de trabalho, com vista a superar as limitações da atividades e restrições de participação no âmbito profissional.

Apoio à Colocação – visa promover a inserção dos destinatários no mercado de trabalho através de um processo de mediação entre as mesmas e as entidades empregadoras, tendo em consideração os aspetos relativos à acessibilidade, à adaptação dos postos de trabalho, ao desenvolvimento de competências gerais de empregabilidade, bem como sensibilizando as entidades empregadoras para as vantagens de contratação deste público, e apoiando os destinatários na procura ativa de emprego e na criação do próprio emprego.

Acompanhamento pós Contratação – destinado a trabalhadores com deficiência ou incapacidade, por conta de outrem ou por conta própria, que necessitem de apoio para a manutenção ou progressão no emprego, e a entidades empregadoras que tenham ao serviço trabalhadores com estas características.

Quadro n.º 97 - Número de clientes atendidos por medida em 2017,2018 e 2019

MEDIDA	2017	2018	2019
IAOQE – Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego	1	3	5
AC - Apoio à Colocação	2	1	1
APC- Acompanhamento pós Contratação	2	3	5

Fonte: ARCIL, abril 2021

Para pessoas adultas com deficiência existe no Concelho um Lar Residencial com capacidade para dois utentes que possuem acordo e que funciona integrado na ERPI-Sede da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra.

No entanto, não existe no Concelho: unidade de reabilitação para deficientes profundos, centro de atividades ocupacionais, centro de formação pré-profissional e profissional, apoio ocupacional domiciliário, centro de reabilitação de paralisia cerebral, centro de reabilitação de pessoas com cegueira, centro de férias e lazer e serviço de apoio domiciliário.

1.3.2.2.1 Pessoas em Situação de Dependência

As Instituições de Solidariedade Social do Concelho têm desempenhado um papel importante na prestação de serviços e acolhimento de pessoas portadoras de deficiência ou dependência pela não existência de qualquer resposta social para pessoas adultas em situação de dependência como apoio domiciliário integrado ou unidade de apoio integrado.

1.3.2.2.2. Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Relativamente às respostas sociais para pessoas adultas com doença de foro mental ou psiquiátrico não existem respostas a este nível no Concelho, nomeadamente unidade de vida apoiada, unidade de vida protegida e fórum sócio ocupacional.

Neste âmbito, as Instituições de Solidariedade Social do Concelho têm desempenhado um importante papel ao acolher e prestar apoio a situações concretas.

Foram apresentados no ponto 1.3.2.1 os dados de idosos aos cuidados das IPSS locais que apresentam manifestações/diagnósticos de problemas de saúde de foro neurológico e mental. Também se encontram caracterizados pessoas com acompanhamento psiquiátrico/psicológico no ponto dedicado aos Indicadores de Saúde (5.3) nomeadamente no subponto 5.3.5.4.

1.3.3- Respostas Dirigidas à Família e Comunidade

1.3.3.1- Atendimento/Acompanhamento Social

A Ação Social tem como objetivo fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades. Visa igualmente, assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social. A proteção da ação social realiza-se através da concessão de prestações pecuniárias, de caráter eventual e em condições de excecionalidade; prestações em espécie e acesso à rede nacional de serviços e equipamentos sociais e/ou a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais.

Quanto à população beneficiária da ação social em Pampilhosa da Serra, em janeiro de 2021, era constituída por 144 agregados num total de 267 pessoas acompanhadas no âmbito da ação social. Considerando os dados dos Censos de 2021 que apontam para um total de residentes podemos considerar que **6,6% da população Pampilhosense é acompanhada a nível social.**

Quadro n.º 98 – Distribuição dos Beneficiários de Ação Social segundo por grupos etários

0-10	11-18	19-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 ou +	Total
27	18	12	27	35	45	49	54	**267**

Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Quanto à sua distribuição por grupo etário, destaca-se o grupo etário dos 65 ou + anos com maior expressividade o que corrobora com os dados demográficos que apontam para um elevado número

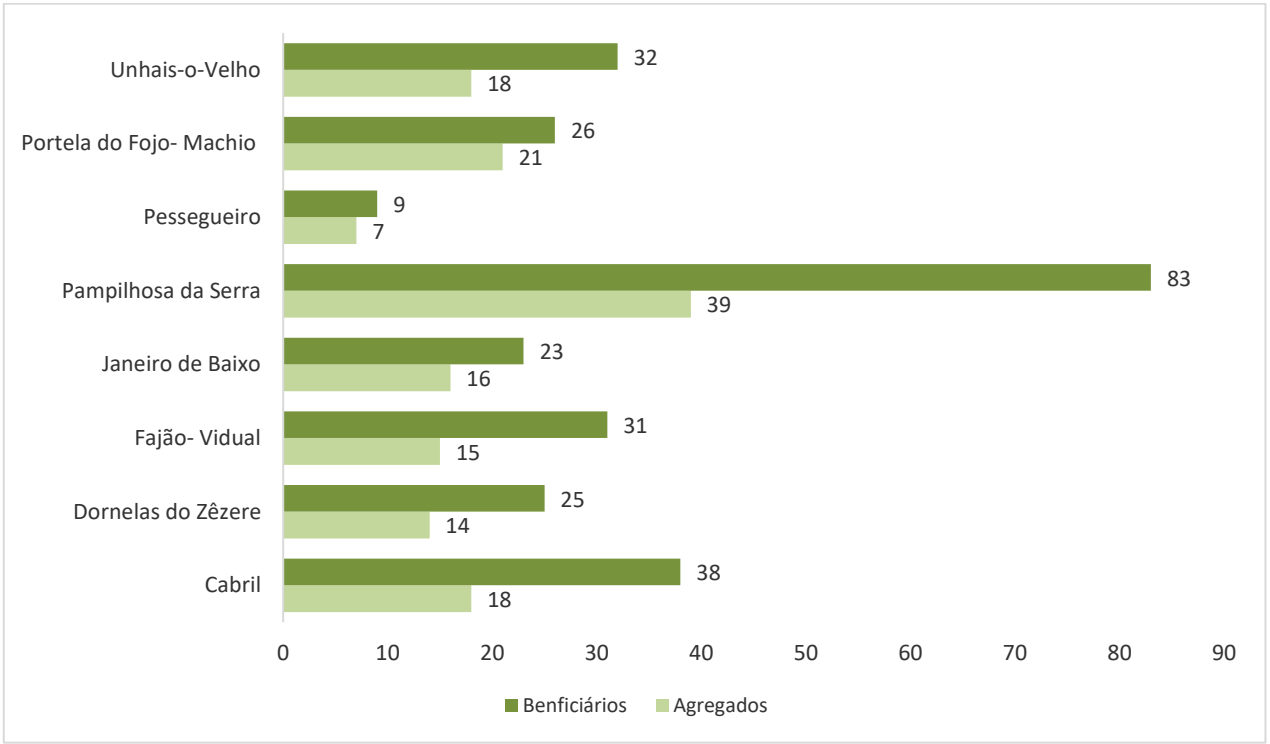
de população residente neste escalão etário. Seguido do escalão dos 55 aos 64 anos e 45 aos 54 anos.

Quadro n.º 99 - Distribuição dos Beneficiários de Ação Social, segundo o nível de escolaridade

S/ informação N/A	Sem escolaridade	1.º ciclo ou inferior	2.º ciclo	3. ciclo	Secundário	Lic.	A frequentar	Total
37	7	86	34	48	19	2	34	**267**

Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Quanto ao nível de escolaridade dos beneficiários, é notória a baixa qualificação académica da população que recorre à ação social, sendo a maioria detentora do 1. Ciclo do ensino básico ou menos seguida do 3.º e 2.º ciclos do ensino básico.



Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

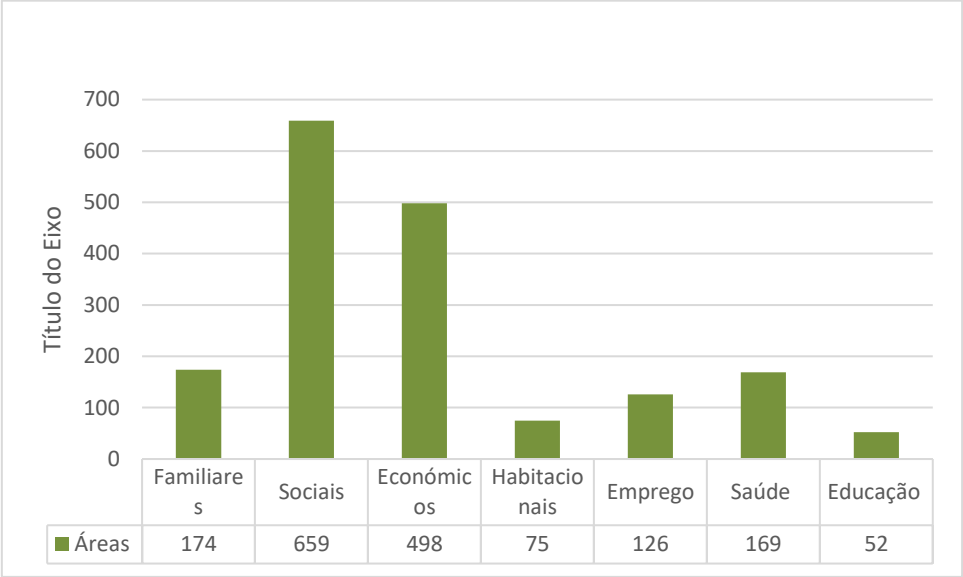
Gráfico n.º 29 - Distribuição dos agregados e beneficiários por freguesia

Considerando a Figura n.º -, podemos verificar que a freguesia com maior número de beneficiários é a freguesia de Pampilhosa da Serra (83) que conta também com maior número de população

residente. Seguem-se as freguesias de Cabril (38), Unhais o Velho (32), Fajão - Vidual (31) e Portela do Fojo- Machio (26) , Dornelas do Zêzere (25), Janeiro de Baixo (23) e por último Pessegueiro (9).

Sendo a problemática da pobreza e exclusão social transversal a várias áreas, importa analisar quais as áreas problemáticas com maior expressividade. Esta análise parte de uma grelha de excel preparada para recolher dados sobre diferentes aspetos. Importa apresentar a que problemas corresponde cada área analisada, de forma mais detalhada, na figura em baixo.

Assim, os **problemas familiares** integram a monoparentalidade, os conflitos familiares/violência doméstica; isolamento social e maternidade precoce. Quanto aos **problemas sociais**, englobam as baixas competências pessoais e sociais; dificuldades no exercício de cidadania; Advocacia Social/apoio na elaboração de cartas, acompanhamento a serviços e baixa autoestima. Nos **problemas económicos** estão integrados, os baixos rendimentos, o endividamento e as elevadas despesas com saúde, gestão doméstica e familiar e educação. Ao nível dos **problemas habitacionais,** registam-se os problemas com habitação degradada, com situação sinalizada na Autarquia e rendas elevadas. Quanto aos **problemas de emprego**, problemas como integração no mercado social de emprego, o desemprego de longa duração, o emprego precário e o desemprego. Ao nível dos **problemas de saúde** encontram-se analisados problemas como o alcoolismo, a toxicodependência, a doença crónica e as deficiências/incapacidades. Por fim, a **área educacional** integra os problemas de analfabetismo, ausência de escolaridade mínima, abandono/absentismo escolar, problemas de aprendizagem e necessidades de formação profissional.

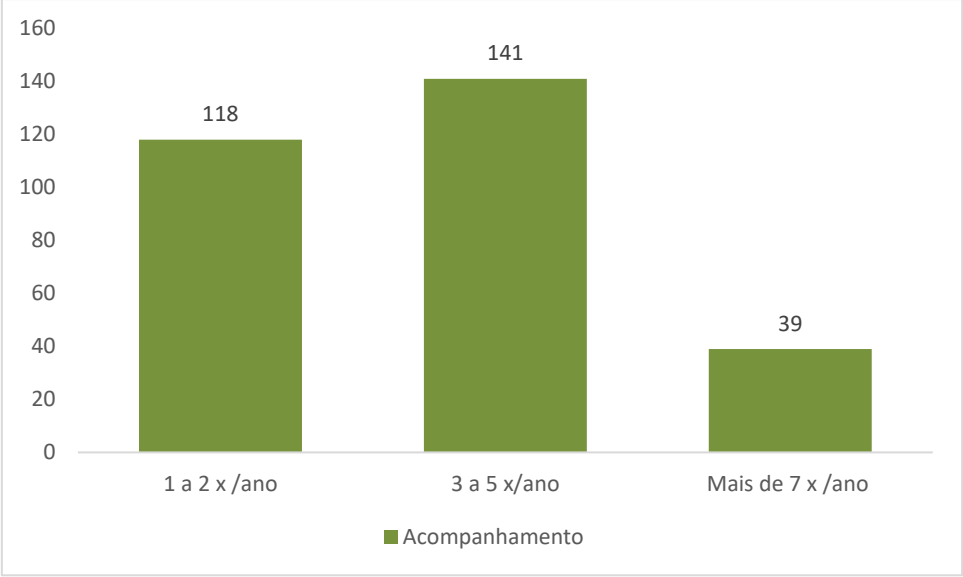


Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Gráfico n.º 30 - Distribuição beneficiários de acordo com área problema

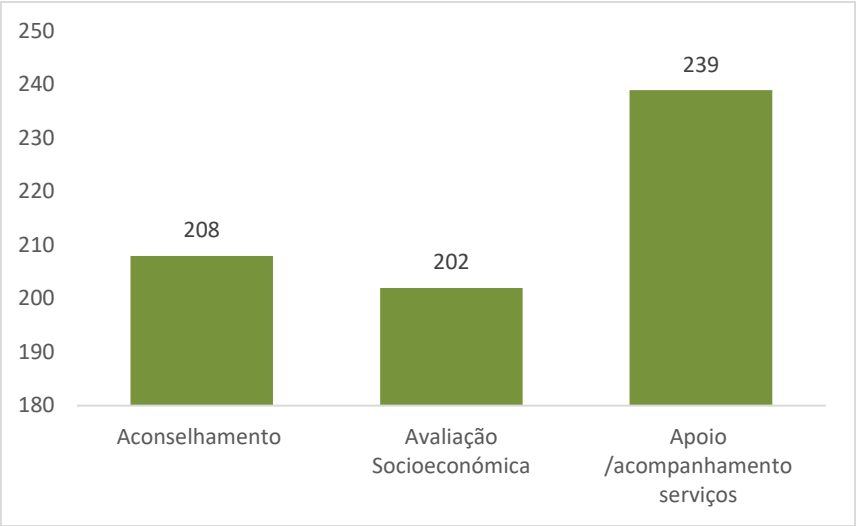
Da análise à gráfico n.º 30 conclui-se que a área com maior expressividade são os problemas sociais seguindo dos problemas económicos, familiares, saúde, emprego, habitacionais e educação.

No que diz respeito ao acompanhamento, o gráfico n.º 31 regista o número de contactos (telefónicos, visitas ou atendimentos) realizados por cada pessoa/família em acompanhamento, verificando-se que a maioria das pessoas é atendida mais de 3 veses ao ano.



Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

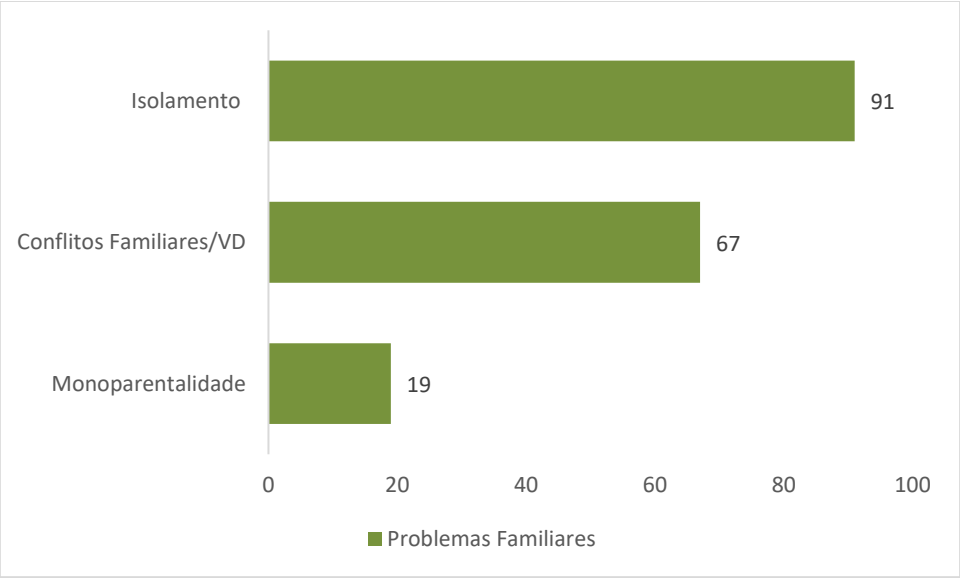
Gráfico n.º 31 - Número de contactos que a pessoa/agregado familiar realiza com os serviços.



Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Gráfico n.º 32 - Tipo de serviço prestado no acompanhamento social

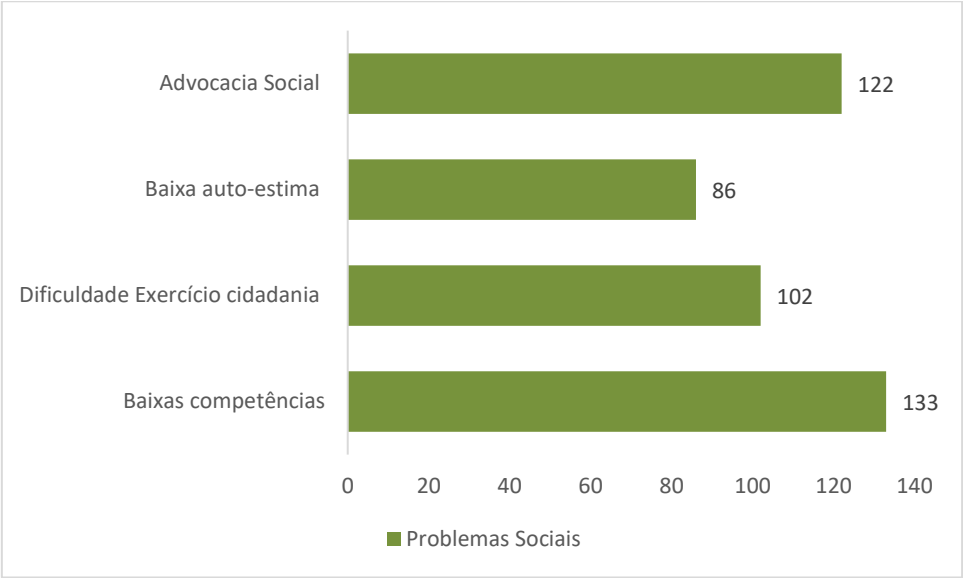
Ao nível do serviço prestado verifica-se que, na maioria dos casos, o Gabinete dá apoio na articulação com outros serviços públicos e privados da comunidade.



Fonte: Gabinete de Ação Social, 2021

Gráfico n.º 33 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas familiares

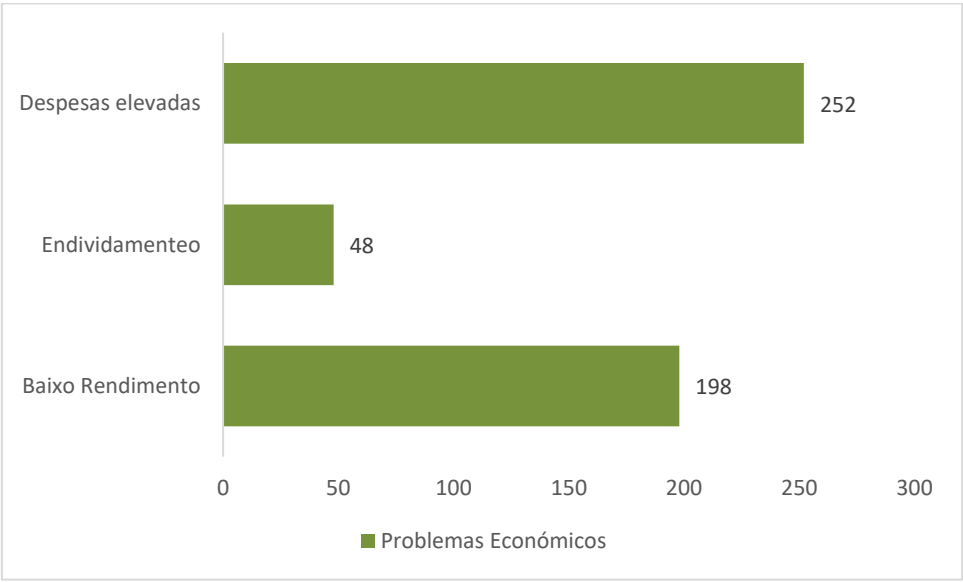
No âmbito dos problemas familiares, das pessoas acompanhadas destacam-se o isolamento seguido dos conflitos familiares /violência doméstica e monoparentalidade.



Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Gráfico n.º 34 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas sociais.

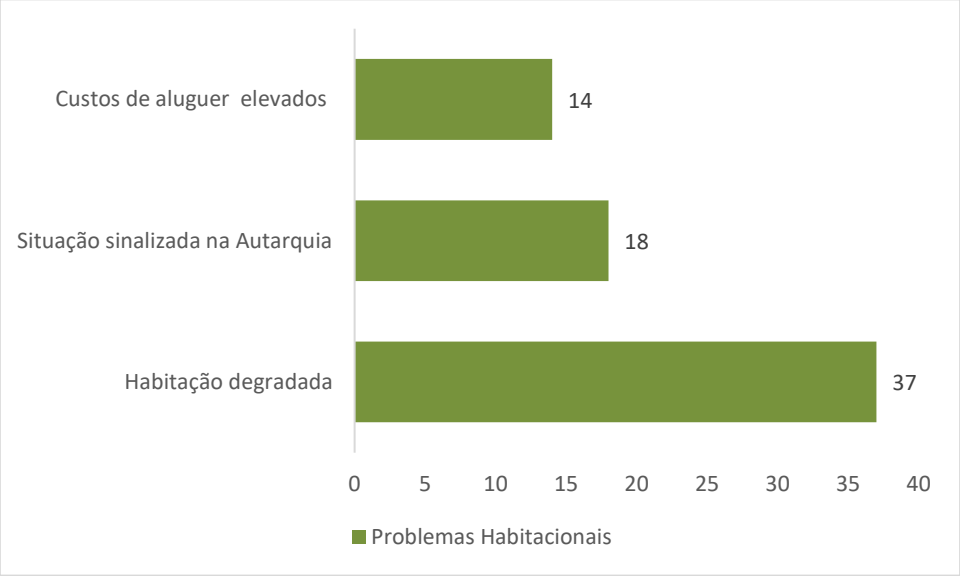
Da análise do gráfico referente aos problemas sociais, verifica-se que as baixas competências seguidas da advocacia social (apoio elaboração de cartas e ofícios, contactos e articulação de serviços) são as áreas com maior expressividade. Seguindo-se a dificuldade no exercício da cidadania e baixa autoestima.



Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Gráfico n.º 35 – Distribuição beneficiários de acordo com problemas económicos.

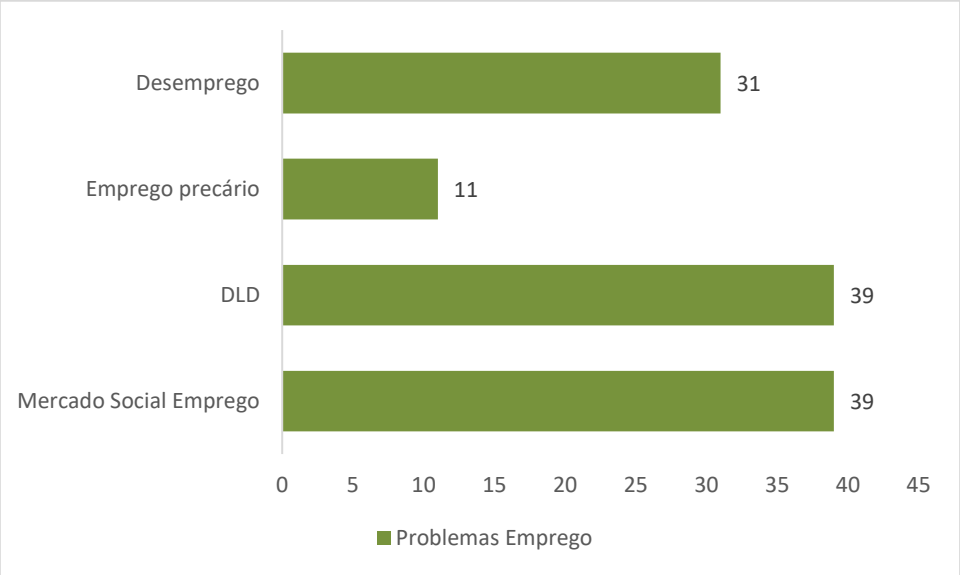
Quanto aos problemas económicos, as despesas elevadas seguidas do baixo rendimento e do endividamento são as problemáticas mais referenciadas no âmbito do acompanhamento social.



Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Gráfico n.º 36– Distribuição beneficiários de acordo com área problemas habitacionais

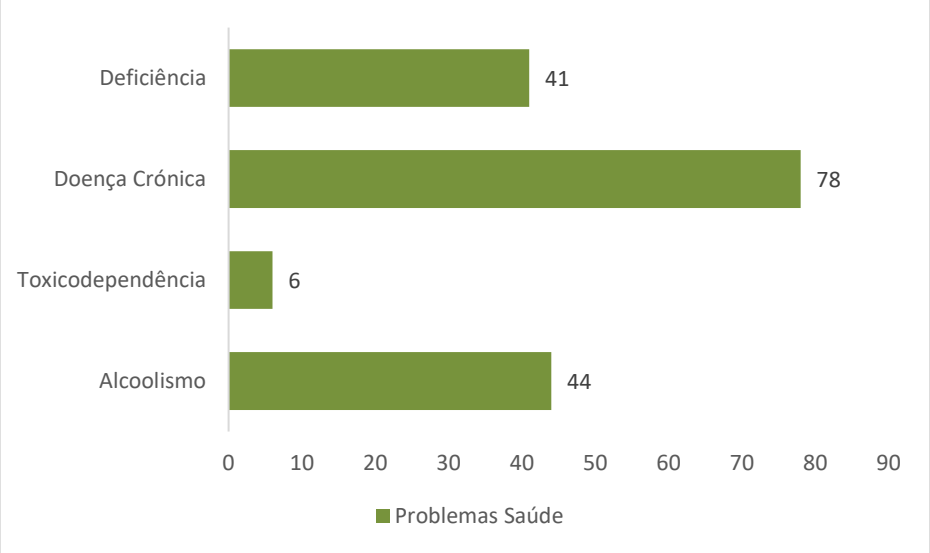
Ao nível dos problemas habitacionais destaca-se a habitação degradada, situações com sinalização na Autarquia seguida de aluguer elevado.



Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Gráfico n.º 37– Distribuição beneficiários de acordo com área problemas de emprego.

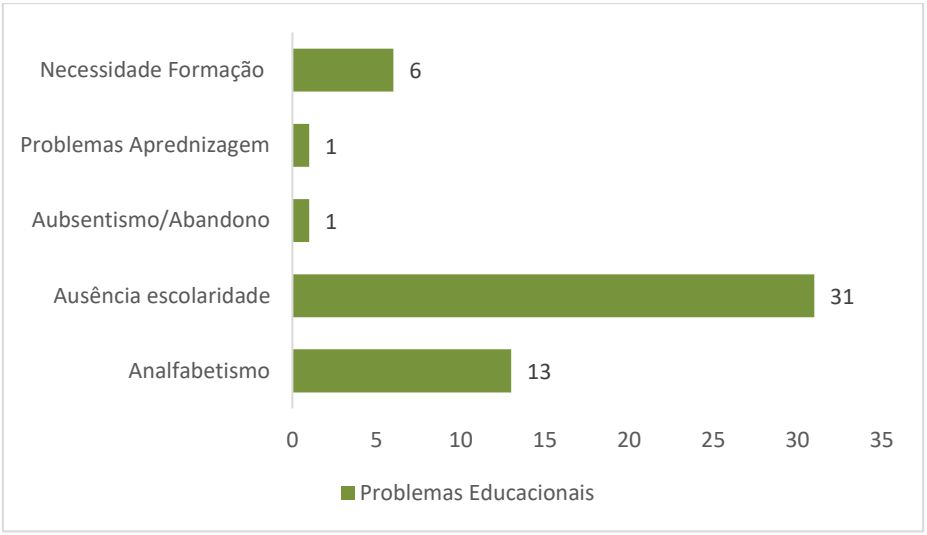
Relativamente à área problemática referente ao emprego, destacam-se o mercado social de emprego, onde as pessoas apenas auferem uma bolsa no valor do IAS e subsistido de refeição, durante 12 meses sem quaisquer regalias sociais e o desemprego de longa duração (12 ou mais meses) seguida do desemprego e emprego precário.



Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Gráfico n.º 38 – Distribuição beneficiários de acordo com área problemas de saúde

A área problemática da saúde regista um elevado número de pessoas com doença crónica que pode justificar-se pelo número representativo de pessoas acompanhadas com 65 ou mais anos acompanhadas, seguindo-se os problemas com alcoolismo, a deficiência ou incapacidade e a toxicodependência.



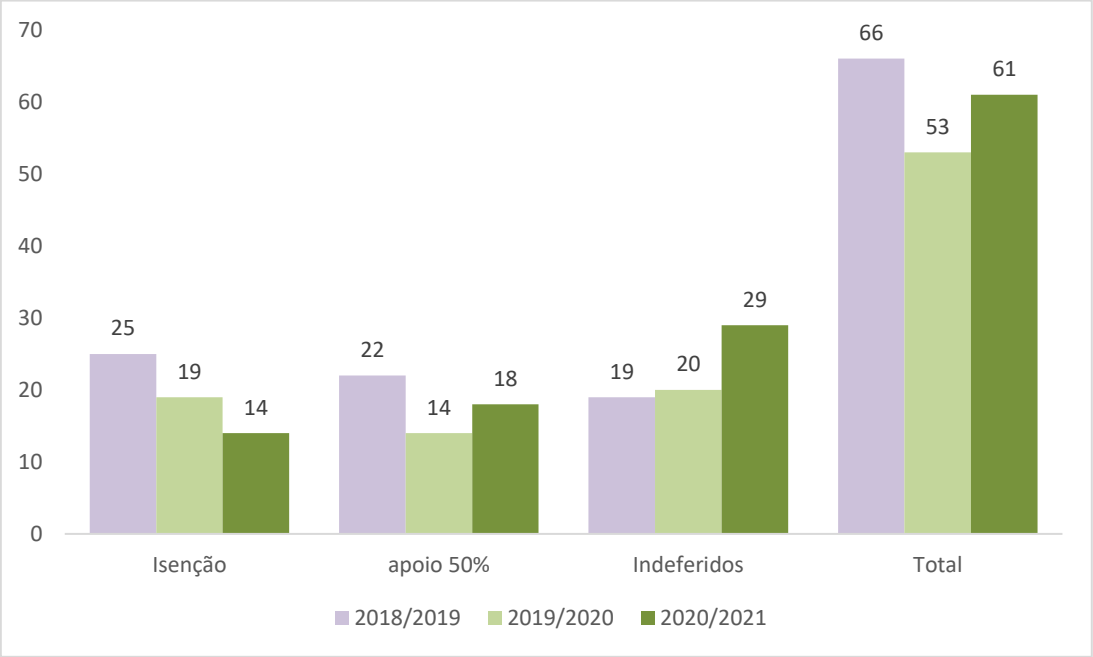
Fonte: Gabinete de Ação Social, março 2021

Gráfico n.º 39– Distribuição beneficiários de acordo com área problemas educação

Quanto aos problemas educacionais registe-se o analfabetismo e ausência de escolaridade obrigatória com maior representatividade seguido das restantes problemáticas.

1.3.3.2 - Ação Social Escolar

O Município de Pampilhosa da Serra no âmbito das suas competências educativas assegura a ação social escolar aos alunos do 1.º Ciclo. Nesse âmbito tem apoiado, através do Gabinete de Ação Social, agregados familiares atribuindo a isenção ou apoio a 50% das refeições escolares.



Fonte: Gabinete de Ação Social, 2021

Gráfico n.º40- Evolução da ação social escolar nos últimos três anos escolares.

Da análise do gráfico n.º40, verifica-se uma redução na atribuição do escalão da Isenção e um aumento de processo indeferidos sendo que os apoios a 50% também apresentam uma subida. Numa análise do total de apoiados dos últimos três anos letivos, verifica-se que a maioria dos processos foram isentados, seguindo-se os indeferidos e, por último, os apoiados a 50%.

2. Outras Políticas, Programas e Medidas Sociais

2.1 – População Adulta

2.1.1 – Pessoas Idosas

2.1.1.1 – Programa Conversas de Avós

Em 2012 a Rede Social de Pampilhosa da Serra lançou um programa de atividades dirigido à população sénior do Concelho denominado "Conversas de Avós". Tratou-se de um programa de intervenção social dirigido à população sénior do concelho que surgiu na senda da comemoração do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações. Visa a promoção do bem-estar, autoestima, lazer e convívio, proporcionando um envelhecimento ativo.

Sob o propósito de promover o desenvolvimento social local através da cidadania ativa, da melhoria da qualidade de vida foi criada pelo Município de Pampilhosa da Serra, com apoio dos parceiros da Rede Social, uma medida de política social para a terceira idade que permite desenvolver valores como a solidariedade intergeracional, a não descriminação, a participação ativa de pessoas idosas em contexto comunitário e a cooperação com vista à criação de uma cultura de envelhecimento ativo num concelho marcado pela interioridade e envelhecimento.

Numa primeira fase de lançamento do programa, foram dinamizadas sessões de auscultação, através de dinâmicas de grupo, em todas as sedes de freguesia, com o objetivo de recolher as preferências, interesses e necessidades da população sénior. Foram promovidos três ciclos de reuniões com a população criando um espírito de coesão dos grupos e motivando-os a serem protagonistas nas ações sugeridas e permitindo uma avaliação contínua do programa.

Para a dinamização deste programa, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra teve em consideração as acessibilidades no que diz respeito aos transportes e as infraestruturas necessárias e disponíveis para o desenvolvimento das atividades propostas.
Relativamente à equipa do programa, a mesma era composta por técnicos da área do desporto, educação e serviço social cedidos pela autarquia bem como o Animador Cid do projeto desenvolvido no âmbito do Programa Escolhas 5.ªGeração. Foram também envolvidas pessoas da comunidade

com talentos especiais que apoiaram a dinamização de alguns ateliers, recorrendo sempre que necessário aos recursos disponibilizados pelos parceiros, concretamente Juntas de Freguesia e Centro de Saúde.

As principais atividades desenvolvidas foram: Informática Sénior (acesso às novas TIC colmatando a info-exclusão); Ginástica Sénior (promoção de um estilo de vida saudável e incentivo à prática de exercício físico); Aulas de Alfabetização (promoção do ensino/ aprendizagem ao longo da vida, combatendo o analfabetismo).

Foram também dinamizadas outras atividades, como: "Ateliers de Artes Manuais" (promoção da criatividade e o saber-fazer); "Viver Mais e Melhor" (ações de sensibilização); "Passeios Inter-freguesias" (seniores de uma freguesia deslocavam-se a outra com o objetivo de promover o convívio e a comunicação entre os participantes, o conhecimento do património e das histórias das gentes da terra); "O Concelho És Tu – Sénior e Júnior" (atividades de promoção de convívio entre gerações – património, gastronomia, cultura); "Festa Anual de Encerramento das Atividades"; "Gerações a Brincar" (cidadania ativa – animação de intervalos na Escola dinamizada por Idosos); "Comemoração do Dia Mundial do Coração" (rastreios – tensão arterial, colesterol, glicémia, …); "Por uma 3ª idade Mais Ativa" (exposição de trabalhos – telas pintadas pelos seniores); "Magustos" (promoção do convívio entre seniores) "Festa de Natal" (promoção da cultura e saber das diferentes freguesias); "Avós, Chás e Livros" (vinda dos seniores à Feira do Livro) *;* "Rastreios de Saúde Oral" com a parceria ativa da Organização "Mundo a Sorrir" (rastreios com o objetivo de melhorar a saúde oral) *;* "Séniores ao Teatro" (vinda dos séniores das freguesias ao "Ciclo de Teatro Mise en Scène" todas as últimas sexta-feira do mês, promovendo o contato dos idosos com o mundo da representação e das artes); Criação de uma resposta de caracter sociocultural e desportivo, com funcionamento descentralizado e de acordo com as especificidades de cada freguesia/localidade, dirigida à população do concelho não institucionalizada, com idade igual ou superior a 55 anos.

2.1.1.2 – Projeto 100 Idade[26]

O Projeto 100 Idade surge através da candidatura ao Portugal Inovação Social Parcerias para o Impacto iniciado a dezembro de 2019. Coordenado pela Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere integra a parceria da Cáritas Diocesana de Coimbra e da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra.

Como investidores sociais tem o Município de Pampilhosa da Serra e a Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata apoiando em 30%, o que corresponde a um investimento de 87.261,56€ (Município) e de 6.000,00€ (Fundação).

O Projeto 100 Idade pretende intervir sobre as problemáticas do envelhecimento e da solidão nos idosos do concelho de Pampilhosa da Serra. O objetivo é intervir em 3 anos junto de 335 idosos que corresponde a 15% dos 2.222 idosos do concelho identificados como tendo mais de 60 anos.

Esta iniciativa procura promover a autonomia e o envelhecimento ativo, passando pela estimulação física, ocupacional, social e cultural. Deste modo, foram delineados dois eixos de intervenção, cada um apresentando diversas atividades, estando o Eixo 1 direcionado para a promoção do bem-estar físico e da mobilidade e o Eixo 2 direcionado para a promoção do bem-estar emocional, ocupacional, social e cultural.

Neste sentido e numa perspetiva trabalho multidisciplinar formou-se a equipa líder composta por seis técnicos superiores: quatro são da responsabilidade da Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere (ASSDZ) nomeadamente: uma Enfermeira, uma Assistente Social, uma Fisioterapeuta e uma Gerontóloga Social; uma Assistente Social um é da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra (SCMPS) e uma Educadora Social da responsabilidade da Cáritas Diocesana de Coimbra.

[26] Informação disponibilizada pela equipa do projeto.

2.1.1.3 – Contrato Local de Desenvolvimento Social – "Pampilhosa Inspira-ação"[27]

O projeto CLDS 4G Pampilhosa Inspira-ação iniciou formalmente a sua execução a 01 de junho de 2020.

Inserido no Programa 4ª Geração dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social é financiado por fundos estruturais, em conformidade com a legislação nacional e europeia aplicável, designadamente pelo Fundo Social Europeu (FSE) no valor de 449 986.40€.

O CLDS 4G Pampilhosa Inspira-ação! foca a sua intervenção na promoção da inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social no concelho de Pampilhosa da Serra, mobilizando para o efeito a ação integrada de diversos agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria com Entidades Públicas e Privadas locais, nomeadamente Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Centro de Saúde, IPSS´s, Agrupamento de Escolas, Associação Empresarial entre outras.

Equipa Técnica

1 Coordenador (área Psicologia)

1 Assistente Social

1 Animadora Sociocultural

1 Gerontóloga

Ações/Atividades

Ao longo de 36 meses irão ser desenvolvidas 17 atividades distintas que se inserem em ações obrigatórias do Programa 4ª Geração e integram 3 três eixos de ação definidos para o projeto:

Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação; Eixo 3 - Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa; Eixo 4 – Auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários.

Eixo1 - Objetivos

- Desenvolver o autoconhecimento do perfil profissional;

[27] Informação disponibilizada pela equipa do projeto.

- Aquisição de competências facilitadoras da integração em contexto socioprofissional;
- Fortalecer a autoconfiança e os comportamentos assertivos de procura de emprego;
- Promover o autoemprego e o empreendedorismo local;
- Informar os desempregados locais sobre as oportunidades de qualificação disponíveis, bem como facilitar o seu encaminhamento para estas ações.
- Divulgação de pelo menos 1 curso de Formação;
- Sensibilizar empregadores e entidades locais para a participação ativa na empregabilidade local, disponibilizando-lhes informação e fomentando o diálogo construtivo com desempregados;
- Favorecer a integração escolar e profissional de jovens, no desenho do seu projeto de vida;
- Favorecer a identificação de das suas competências pessoais, escolares e profissionais promotoras do emprego;
- Favorecer a continuidade do seu percurso académico, a tomada de decisões conscientes e a satisfação global com o projeto de vida definido;
- Favorecer iniciativas que estimulem o pensamento crítico e as competências empreendedoras de jovens locais a frequentar o ensino secundário e que procuram o 1º emprego, sensibilizando e capacitando-os para a criação de negócios próprios;
- Fomentar, ainda, o encaminhamento de jovens para outras atividades do projeto promotoras da sua inserção e/ou criação de emprego.

Quadro n.º100- Atividades EIXO 1 CLDS

Atividades	Publico alvo	N.º destinatário (36 meses)
1. Emprego? eu quero! como? 1.1-PAE –penso, avalio, encontro! 1.2 Se eu fosse empresário 2. Quiosque serrano 4. Geração +55 6. Juntos pela qualificação 7. #divulgareparticiparparaintegrar 7.1 Empresas + 7.2 À conversa com… 9. Faz um *like* à vida 10. Ser empreendedor jovem	Desempregados/as Beneficiários de RSI Jovens à procura de 1º emprego PSS, Associações, entidades públicas Empresas Locais Jovens à procura 1º emprego Alunos/as do ensino secundário	183

FONTE: CLDS, 2021

Eixo 3 - Objetivos

- Dinamizar "Clubes" de estimulação sensorial, motora e psicossocial com recurso a atividades coletivas para promover o convívio e bem-estar dos idosos;
- Dinamizar atividades socioculturais e interativas, em encontros entre os residentes das várias freguesias do concelho que estimulem a preservação de saberes e valores tradicionais;
- Aumentar a inclusão e coesão social dos idosos locais, proporcionando momentos de partilha e convívio entre todos os habitantes;
- Dinamizar um grupo de pessoas no concelho com a missão de combater e identificar necessidades de cariz social, emocional ou outras dos idosos.

Quadro n.º 101 -Atividades EIXO 2-CLDS

Atividades	Publico alvo	N.º destinatário (36 meses)
11. Academia de artes e saberes 12. Viagens entre terras 13. Conversas comunitárias 15 Voluntariado sénior	Seniores	358

FONTE: CLDS, 2021

Eixo 4 - Objetivos

- Elaborar um diagnóstico sobre o tecido associativo e dinamizar encontros locais e concelhios de revitalização cívica e associativa;
- Envolver mais jovens e mulheres no movimento associativo;
- Reforçar a literacia da população em Cidadania, para uma ação civil mais organizada e um melhor acesso (e mais responsável) aos serviços locais;
- Levar a cabo ações preventivas e de apoio local e individualizado para a proteção de pessoas e bens em caso de catástrofe;
- Melhorar a capacidade de auto-organização dos habitantes das aldeias, para a proteção contra calamidades;
- Aumentar o nível de participação e promover a coesão social através do *empowerment* na população;
- Promover a inclusão dos Imigrantes facilitando a articulação com os serviços locais, acompanhando os seus projetos de vida e respeitando as suas especificidades culturais;

- Favorecer o contacto de proximidade destacando o património material e imaterial do Concelho aumentando o conhecimento dos recursos económicos e humanos da comunidade;
- Promover a coesão social entre freguesias, bem como as experiências de partilha intergeracional.

Quadro n.º 102 -Atividades EIXO 3 -CLDS

Atividades	Publico alvo	N.º destinatárioS (36 meses)
16. Comunidade em movimento 16.1 A minha aldeia é fixe, e a tua?! 16.2 Associa.com 17. O chefe da tribo 19. Focus group 21 Clube multicultural 23. Tesouros da Pampilhosa 24. Aventura-te pela serra	Residentes Locais Imigrantes	465

FONTE: CLDS, 2021

2.1.1.4– Projeto "Encurtar Distâncias"

"Encurtar distâncias" significa "aproximar as pessoas de outros(as) de quem elas gostam ou venham a gostar, significa fazer pontes entre memórias e o presente, significa aproximar as pessoas mais isoladas, da sociedade que a rodeia, através de processos colaborativos de (re)integração."

Tem como objetivos, desenvolver o bem-estar físico, mental e social, promovendo a qualidade de vida emocional e cognitiva, a autonomia e a (re) aproximação da pessoa idosa em situação de isolamento, da sociedade e das pessoas que mais gosta, recorrendo a processos itinerantes de estimulação cognitiva, física e cultural baseados na recuperação das tradições e das memórias. Para tal, pretende-se recorrer a uma metodologia de intervenção suportada por um processo integrado de atividades individuais e coletivas, desenvolvidas por uma equipa multidisciplinar.

Contempla as seguintes ações/atividades:

• Ponto de Encontro: Aproxima quem está longe através de ferramentas como Skype, Facebook e WhatsApp, permitindo a partilha de emoções, gostos, conquistas entre os participantes e a família e amigos, dotando-os de uma maior autonomia e independência nas novas tecnologias.

• Move Mundos: Atividades que estimulem a criatividade e a mente tendo em consideração a importância da educação ao longo da vida

• Atelier Pampi: Atelier de costura onde se pretende construir uma boneca de trapos (Pampi) com base nos saberes e memórias dos participantes.

• Pampi Cultural: Desenvolvimento de atividades culturais para promoção da Pampi que envolvam os participantes bem como jovens e crianças. Promovendo assim, a intergeracionalidade.

Tem como investidores sociais, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e a farmácia Coroa Lda. Com um investimento de 50.849.19€ e 3.000€ respetivamente.

Tem como financiamento público do Portugal Inovação Social 125.648.10€ sendo que no total conta com um investimento de 179.497,29€

Possui como equipa, uma Psicóloga afeta a 30% e um administrativo (30%) da Santa casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra que Coordena o projeto, uma Gerontóloga Social e uma costureira contratadas para o projeto.

Tem protocolos de colaboração com a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere e a Seaside.

2.1.2 – Família E Comunidade

2.1.2.1- PO APMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas tem alinhamento com os objetivos da Estratégia da Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Substitui o PCAAC, implementado em Portugal até ao final de 2013, e é financiado pelo FEAC e pelo Orçamento de Estado. O FEAC- Fundo Europeu de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas veio reforçar a coesão social, contribuindo para reduzir a pobreza e, erradicar as formas mais graves de pobreza na União Europeia, mediante o apoio aos dispositivos nacionais que prestam assistência não financeira, a fim de atenuar a privação alimentar e a privação material grave e/ou contribuir para a inclusão social das pessoas mais carenciadas.

Complementa outros dispositivos nacionais, tais como: as prestações pecuniárias de caráter eventual, atribuídas no âmbito da ação social, parte integrante do sistema de segurança social português

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas pretende ser um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal. Considerando que as principais causas são estruturais, mas agravadas por fatores conjunturais, o Programa foi desenhado lógica de intervenção mediante apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.

O Programa visa com a sua atividade diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes.

Esta é uma missão que nos permitirá estar ainda mais próximos das pessoas e contribuir, em complemento ao trabalho já desenvolvido pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), para a sua inclusão e bem-estar.

No concelho de Pampilhosa da Serra teve o seu início com a primeira entrega aos beneficiários em novembro de 2017.

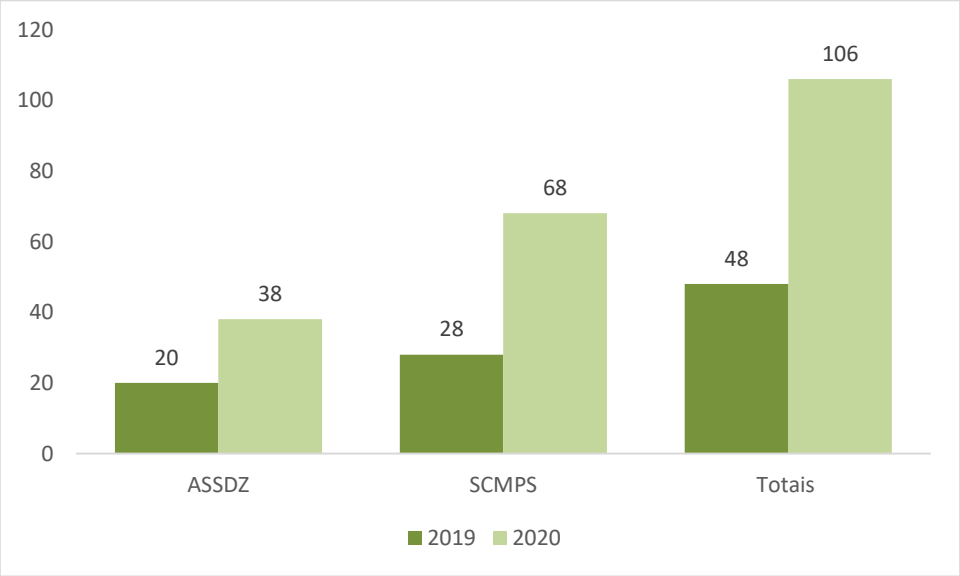
Trata-se de um programa que apresenta uma lógica completamente diferente do antigo PCAAC, uma vez que tem uma periodicidade de distribuição mensal e contempla produtos nunca antes distribuídos a estes beneficiários, nomeadamente vegetais, queijo, manteiga, frango, pescada, atum e sardinha, entre outros.

É organizado por território sendo que o território no qual se integra o Concelho de Pampilhosa da Serra integra também os concelhos de Góis, Lousã e Miranda do Corvo.

A Santa Casa da Misericórdia de pampilhosa da Serra constitui-se como a entidade coordenadora do Programa existindo seis entidades mediadoras, nomeadamente:

- Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere;
- Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra;
- Centro Paroquial da Freguesia de Alvares
- Santa Casa da Misericórdia de Góis;
- Santa Casa da Misericórdia da Lousã;
- Santa Casa da Misericórdia de Semide;
- Associação de Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo.

O PO APMC é um programa muito exigente em termos burocráticos e dispendioso para as entidades, sobretudo para as entidades coordenadoras. No entanto, para os beneficiários, apresenta-se como uma boa medida de apoio social.



Fonte: SCMPS e ASSDZ, 2019 e 2020

Gráfico n.º41 - Distribuição do Número de Beneficiários POAMPC, 2019 e 2020

Da análise ao gráfico verifica-se um aumento de beneficiários da medida entre 2019 e 2020, o que está relacionado com o aumento de capacidade de apoio disponibilizada para atenuar os efeitos da pandemia. Assim, no ano de 2019 foram apoiadas 48 pessoas e, no ano de 2020, este número aumentou para 106.

Regista-se um aumento no número de beneficiários, o que está relacionado com o aumento das necessidades ao nível alimentar decorrente das necessidades da Pandemia.

2.1.2.2 – Banco Alimentar Contra a Fome

Os Bancos Alimentar Contra a Fome são Instituições Particulares de Solidariedade Social que lutam contra o desperdício de produtos alimentares, encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas carenciadas. Em Portugal, os bancos alimentares em atividade recolhem e distribuem várias dezenas de milhares de toneladas de produtos e apoiam ao longo de todo o ano, a ação de mais de 2.360 instituições em Portugal.

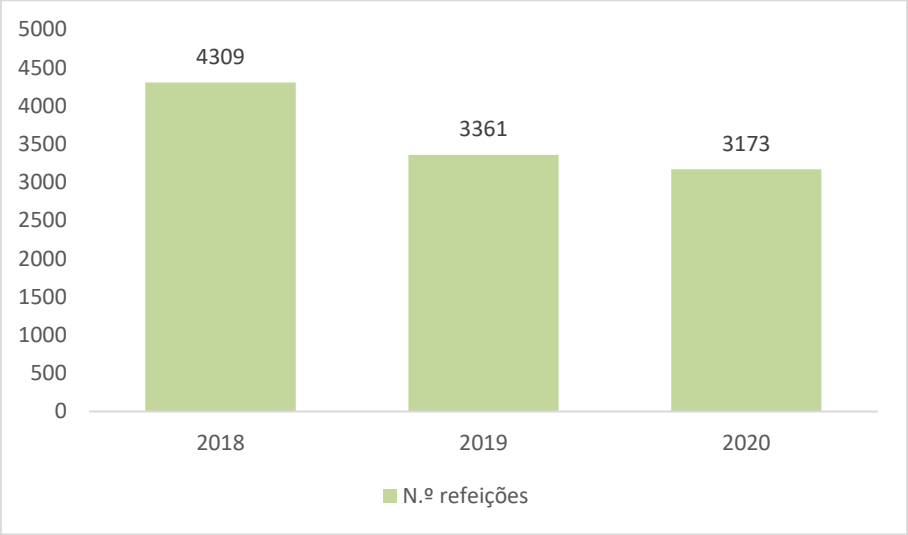
O primeiro banco alimentar em Portugal foi o de Lisboa, fundado por José Vaz Pinto e presidido desde 2002 por Isabel Jonet. Hoje existem 21 bancos alimentares em Portugal, que fazem campanhas em supermercados nas quais mobilizam muitos voluntários, sendo o maior movimento da sociedade civil em Portugal no pós-guerra.

Em Pampilhosa da Serra é realizada a recolha de bens nos supermercados aderentes nas datas das campanhas nacionais, contando com voluntários locais, sendo que os bens são entregues no Gabinete de Ação Social do Município de Pampilhosa da Serra que os distribuiu junto da população mais vulnerável do Concelho.

2.1.2.3 – Cantina Social

A cantina Social é uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar que assegura refeições diárias à população com vulnerabilidade social, nomeadamente, almoço e/ou jantar, destinadas preferencialmente ao consumo externo.

A gestão da Cantina Social é feita pela Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra sendo as sinalizações realizadas pelo Gabinete de Ação Social do Município.



Fonte: SCMPS, 2021

Gráfico n.º 42- N.º de refeições distribuídas em 2018,2019 e 2020.

A figura em cima reflete a evolução do número de refeições ao longo dos últimos três anos verificando-se uma redução gradual que reflete as medidas do Governo que com a implementação da distribuição de cabazes alimentares (PO APMC) reduziu número de refeições confecionadas a distribuir pelas IPSS.

Ainda assim, em 2020 foram servidas um total de 3173 refeições a uma média de 9 refeições diárias.

2.1.2.4 – Gabinete de Apoio ao Emigrante

O Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) é uma estrutura de apoio aos emigrantes residentes ou não em Portugal, bem como aos seus familiares, mediante a celebração de um Protocolo de Colaboração entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e o Município de Pampilhosa da Serra.

Este Gabinete presta um serviço gratuito aos munícipes que estejam ou tenham estado emigrados, aos que estão em vias de regresso, aos que residem ainda no país de acolhimento e aqueles que desejam emigrar:

- Informar portugueses residentes no estrangeiro sobre os seus direitos;

- Contribuir para a resolução dos problemas apresentados, em ligação com os restantes órgãos da Administração Pública;
- Apoiar os portugueses em situação de regresso e reinserção;
- Fomentar a Inter-relação entre o Município e as Comunidades Portuguesas.

Dirige-se a:

- Portugueses já regressados;
- Portugueses ainda residentes no país acolhimento;
- Portugueses que pretendam iniciar um processo migratório;
- Portugueses em situação de carência económica e social, de expulsão e de deportação.

As informações prestadas neste gabinete são, essencialmente:

- Segurança social comunitária e extracomunitária informando e acompanhado processos em todas as questões do âmbito da segurança social, tais como:
    - Pedidos de pensões de velhice, invalidez, sobrevivência e prestações de acidentes de trabalho;
    - Prestações de Abono de Família e desemprego;
    - Prestações de previdência profissional - 2º LPP (Fundos – Suíça).
    - Legalização de veículos automóveis por ocasião de transferência definitiva de residência para Portugal;
    - Convenções para Evitar Dupla Tributação;
    - Estatuto Residente Não Habitual em Portugal (artº 16º do CIRS);
    - Lei da Nacionalidade (Atribuição e Aquisição Nacionalidade);
    - Questões Jurídicas (reconhecimento de sentença estrangeira/ Regulamentação do Poder Parental);
    - Reconhecimento/Equivalência de Habilitações Literárias adquiridas no estrangeiro;
    - Trabalhar no Estrangeiro - Informe-se antes de partir!

Estão afetos os seguintes técnicos ao Gabinete:

Célia Nunes – Assistente Social
Paula Batista – Jurista

Funciona de segunda-feira a sexta-feira entre as 09.00-12.00 e as 14.00 e as 16.00

Contactos:

Telefone: 235590320/235590349

Email: gabineteapoioemigrante@cm-pampilhosadaserra.pt

2.1.2.5 – Gabinete de Inserção Profissional

O IEFP dispõe de uma rede de Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) promovidos por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos credenciadas para prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Os GIP, em estreita articulação com os serviços de emprego, podem desenvolver as seguintes atividades:

- ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora
- captação e divulgação de ofertas de emprego e apoio à colocação
- divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoio ao encaminhamento de candidatos
- divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu
- encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego
- apoio à inscrição *online* dos candidatos a emprego
- ações previstas no eixo 1 - Emprego, formação e qualificação do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social - CLDS+
- informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social
- outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoio à inserção profissional dos desempregados

O Município de Pampilhosa da Serra dispõe de um GIP desde julho de 2015 ficando operacional em finais desse ano. Funciona de segunda-feira a sexta-feira entre as 09.00h e as 12.00h no edifício Monsenhor Nunes Pereira.

Quadro n.º 103 - Número de atendimentos realizados por ano entre 2016-2021, por grupo etário

Anos	16-23 A		24-30 A		31-54 A		+ 55A		
	H	M	H	M	H	M	H	M	Total
2016	28	18	20	14	67	23	29	8	207
2017	44	16	23	14	92	59	24	30	302
2018	8	10	18	16	80	57	54	41	284
2019	-	-	26	21	41	41	18	16	163
2020	-	-	31	15	24	44	34	18	166
2021	-	-	6	12	35	27	14	18	112
Total	**80**	**44**	**124**	**92**	**339**	**251**	**173**	**131**	**1234**

Fonte: GIP Pampilhosa da Serra, Dezembro 2021

2.1.2.6 – Plano Municipal para a Igualdade

Um Plano Municipal para a Igualdade de Género consubstancia-se, antes de mais, num compromisso político com a promoção da Igualdade e com a promoção da qualidade de vida de mulheres e de homens a nível local. É, pois, um "instrumento de política global que estabelece a estratégia de transformação das relações sociais entre homens e mulheres, fixando os objetivos a curto, médio e longo prazo, bem como as metas a alcançar em cada momento da sua aplicação e que define os recursos mobilizáveis e os responsáveis pela sua prossecução" (Fonte: Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e
Homens, CITE (2003)

O **Plano Municipal para a Igualdade** do Município de Pampilhosa da Serra tem como principal missão ser:

- Um **documento estratégico** que enquadra a temática da Igualdade e Não Discriminação, assumindo a responsabilidade de reduzir as desigualdades no concelho nas diferentes áreas de atuação, contribuindo assim para a coesão social através de medidas de uma sociedade mais inclusiva.

- Um **documento operativo**, na medida em que traduz as intenções políticas e ideológicas do Município a implementar no Concelho, nas quais estão identificadas as prioridades estratégicas de intervenção representadas em atividades concretas.

São compromissos principais do Município na adoção de um Plano Municipal para a Igualdade de Género:

1. Um Plano Municipal para a Igualdade de Género visa combater e corrigir determinados problemas sociais, traduzidos em desigualdades de género, não visando apenas corrigir e agir sobre os chamados "problemas das mulheres". Daqui decorre a necessidade de se trabalhar tanto ao nível das oportunidades, assegurando que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades nas várias esferas das suas vidas, como ao nível do tratamento e dos resultados, procurando agir em função da igualdade de resultados tanto para as mulheres como para os homens. Importa, ainda, frisar que o trabalho a empreender não se destina a tornar as mulheres iguais aos homens, assentando na igual valorização das diferenças de uns e de outras, atuando para que as mulheres e homens possam tomar decisões nas suas vidas sem constrangimentos determinados pela sua pertença de género.

2. Um Plano Municipal para a Igualdade de Género deve contar com o compromisso e apoio político de topo da autarquia.

3. Um Plano Municipal para a Igualdade de Género é um instrumento de planeamento do trabalho a empreender na promoção da igualdade de mulheres e homens a nível local. Deve-se, pois, procurar fazer participar diversas estruturas das autarquias, outras entidades locais e respetivos/as munícipes na sua conceção, implementação e avaliação.

4. Um Plano Municipal para a Igualdade de Género deve ser tão abrangente quanto possível, centrando a sua intervenção estratégica em áreas e domínios variados.

5. Um Plano Municipal para a Igualdade de Género deve ser construído a partir do conhecimento da realidade – com base no diagnóstico da igualdade de género a nível local

– incidindo sobre as assimetrias de género reveladas pelo diagnóstico. Deve, por isso, ser um plano feito à medida de cada concelho, assente num conjunto de necessidades, prioridades e recursos locais.

Tem como VISÃO, eliminar a discriminação e violência de género no Concelho de Pampilhosa da Serra.

Como OBJETIVO GERAL pretende a promoção da igualdade entre homens e mulheres e contribuir para a eliminação da discriminação, violência de género e violência doméstica no Concelho.

São OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Implementar a nível local as estratégias nacionais e políticas públicas promotoras da igualdade de género e não discriminação;
- Definir uma cultura organizacional que reforce os valores da igualdade de género, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e a implementação de uma linguagem inclusiva integrando-os nos seus planos municipais;
- Contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária através da definição das políticas locais na dimensão da igualdade de género.

A ESTRATÉGIA do Plano Municipal para a Igualdade no Concelho de Pampilhosa da Serra assenta numa cultura organizacional e numa ação intencional e integrada dos distintos parceiros locais, promovendo uma ação interna e externa na promoção dos valores de igualdade de género e combate à violência de género e violência doméstica.

2.1.2.7 – Loja Social

A este nível o Concelho de Pampilhosa da Serra contou também com uma Loja Solidária gerida pelo Projeto Trilho Rur@l_idadesE5G que angariava bens diversos (roupas, brinquedos, mobiliários e outro equipamento) e distribui, posteriormente, pelas famílias mais carenciadas. Entre os anos de 2016 e 2018 este serviço ficou a cargo do CLDS 3G cujo âmbito foi alargado também aos Pontos + que funcionaram como locais de entrega descentralizando o serviço e tornando-o mais próximo dos cidadãos e permitindo que os próprios pudessem escolher os artigos que mais lhe eram

convenientes e necessários. Refira-se que este serviço teve um forte impacto por altura dos incêndios de junho e outubro de 2017 apoiando na distribuição dos bens doados.

2.1.2.8 – Programa de Apoio Social e de Teleassistência

Em 2019, num Protocolo celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Cruz Vermelha Portuguesa foram entregues cerca de **80 aparelhos de teleassistência** aos idosos do concelho que durante 12 meses puderam usufruir do serviço gratuito que, findo esse período, é proposto a continuidade através do pagamento de uma mensalidade.

Trata-se de uma tecnologia que permite uma resposta rápida em situações de emergência/urgência, insegurança ou solidão e funciona 24 horas por dia.

Atualmente são 2 os utilizadores do equipamento no Concelho.

2.1.2.9 – A Minha Primeira Ajuda

O Programa **"A minha primeira ajuda"** implementado no ano da Comemoração dos 700 anos da edificação da Pampilhosa da Serra a Vila e perspetiva-se como uma resposta social inovadora de apoio à população pampilhosense num contexto territorial específico.

A ação do programa tem como propósito de apoiar a natalidade, não com a pretensão de a aumentar estatisticamente, mas de apoiar de forma solidária as famílias com crianças nascidas no Concelho numa lógica de reconhecimento por se terem mantido a residir no Concelho e por o terem escolhido como "berço" da educação dos seus filhos.

A medida foi sofrendo alterações ao longo dos últimos anos tendo iniciado com a atribuição de um montante de 700€, em analogia aos 700 anos, através da atribuição de 7 vales de compras no valor de 100€, a descontar nos estabelecimentos locais aderentes a esta iniciativa pelos progenitores das crianças nascidas e registadas nesse ano no concelho na aquisição de produtos exclusivamente destinados aos bebés.

Mais tarde, o valor foi aumentado para 1.000,00€ sendo que em 2012 o montante a atribuir sofreu nova alteração, fixando-se em 1500€ para o primeiro e segundo nascimentos e em 5.000€ a partir do terceiro nascimento, valores que se mantêm até à atualidade. Este último montante é repartido por 3 anos, sendo que no primeiro ano apenas podem ser descontados 40 vales, correspondentes a 2000€ (50€/vale), e nos dois anos seguintes podem ser descontados os 30 vales restantes, no montante de 1500€.

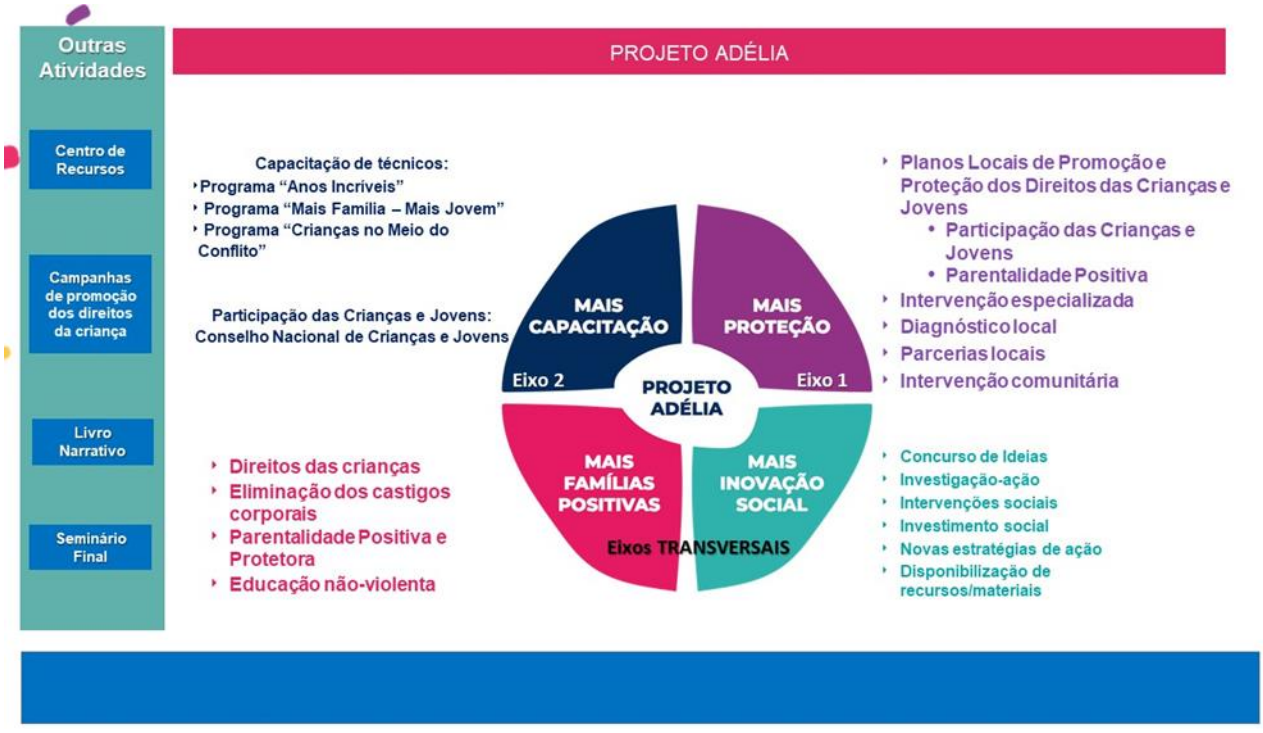
A par desta majoração foi ainda alargado o âmbito de atuação do programa, permitindo que os vales fossem utilizados não apenas no comércio local, mas também em serviços não previstos inicialmente, como o pagamento de mensalidades de creche/jardim-de-infância e a aquisição de medicamentos/vacinas não comparticipadas pelo SNS na farmácia.
O processo de candidatura é simplificado pelo requerimento assinado por ambos os pais e a associação de documentos de identificação e de comprovativos da naturalidade pampilhosense da criança e da residência dos pais no concelho em que apenas é exigida a residência por parte de um dos progenitores há pelo menos 6 meses, o que democratiza a medida tornando-a acessível a todo e qualquer pampilhosense residente.

O montante atribuído é distribuído por vales no valor de 50,00€ que são descontados pela mãe ou pai, no ato da compra/pagamento de serviço, ficando a cargo do estabelecimento comercial/entidade a entrega dos mesmos, conjuntamente com as faturas, à Autarquia que providência o reembolso às entidades.

Em 12 anos de medida (2008 até 2020) foram apoiados **206** bebés e respetivas famílias num total de 307.500,00€ atribuídos.

3. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)[28], são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.



Fonte: https://www.cnpdpcj.gov.pt/adelia-apoio-a-parentalidade-positiva

Fig. n.º 18–Projeto Adélia

[28] Criadas na sequência do Decreto - Lei nº 189/91 de 17/5 foram reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Promoção e Proteção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro.

Seguindo a **Recomendação REC(2006) 19** do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os Estados-Membros sobre a **Política de Apoio à Parentalidade Positiva**, a Comissão Nacional lançou **O Projeto Adélia** que reflete o crescente empenho da Comissão Nacional no desenvolvimento de medidas de política para a construção da parentalidade livre de violência e promoção de comportamentos parentais respeitadores dos melhores interesses e direitos da criança, numa lógica comunitária, sistémica e com foco na prevenção.

O Projeto Adélia desenvolve-se em eixos que se interligam:

Mais Proteção: Capacitação das famílias para o exercício de uma parentalidade responsável através do desenvolvimento de Planos Locais de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ), garantindo a participação efetiva das crianças e de atividades que permitam a melhoria das capacidades parentais

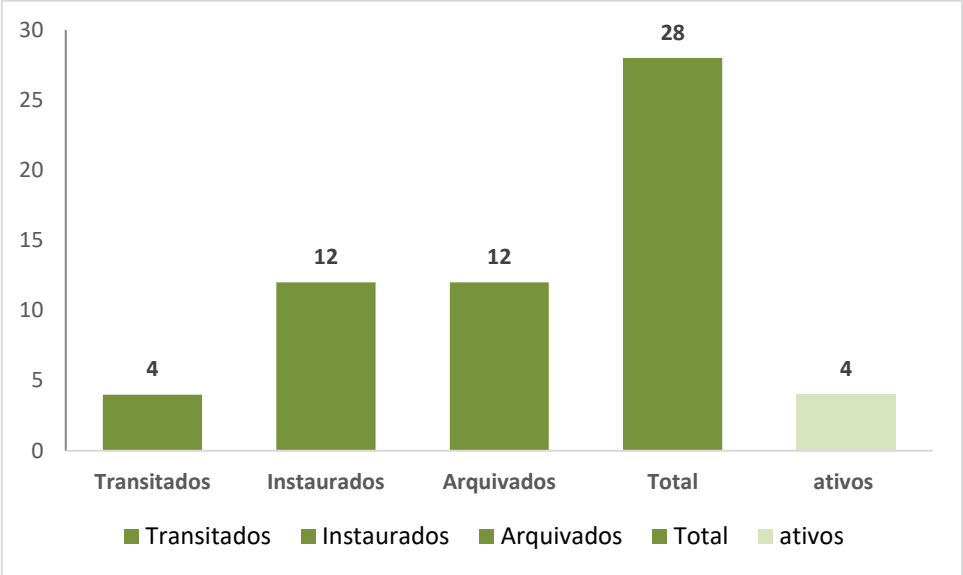
Mais Capacitação: Capacitação de técnicos/as das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude no domínio da melhoria das competências e desempenho parental, nomeadamente, capacitação no âmbito dos Programas "Anos Incríveis", "Mais Família-Mais Jovem" e "Crianças no Meio do Conflito".

Criação do Conselho Nacional de Crianças e Jovens visando a participação social e política, nomeadamente em temáticas tratadas na CNPDPCJ como por exemplo os Direitos da Criança

Mais Famílias Positivas: Sensibilização, seminários, workshops e campanhas para públicos estratégicos, famílias e comunidade, no âmbito da promoção da parentalidade positiva e dos direitos das crianças e jovens

Mais Inovação Social: Programa de Ideação e Aceleração – Design Thinking para a Inovação Social. Concurso de ideias e soluções inovadoras para a promoção da parentalidade positiva.

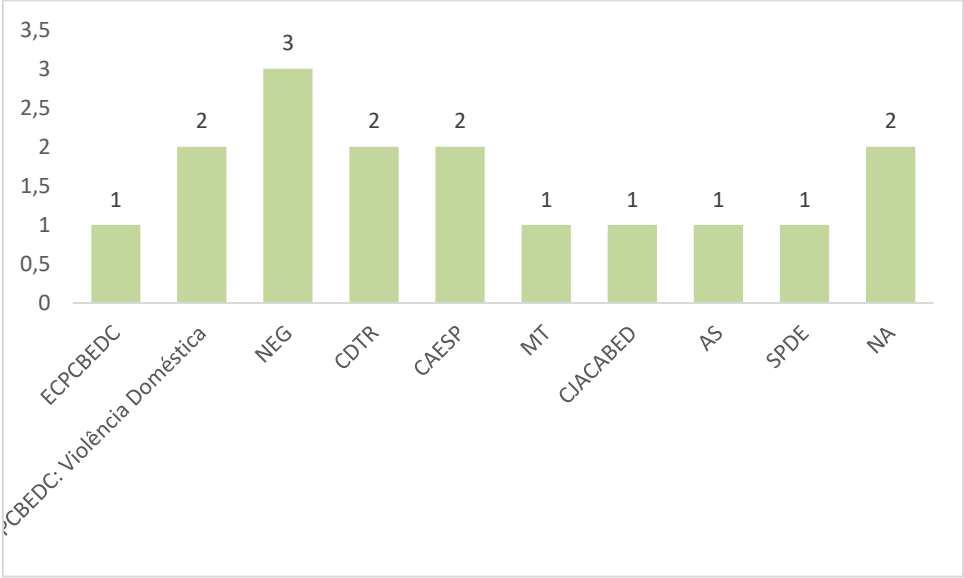
Segue-se uma caracterização da atividade da CPCJ durante o ano de 2020.



FONTE: Relatório CPCJ, 2020

Gráfico n.º 43 - Caracterização processual

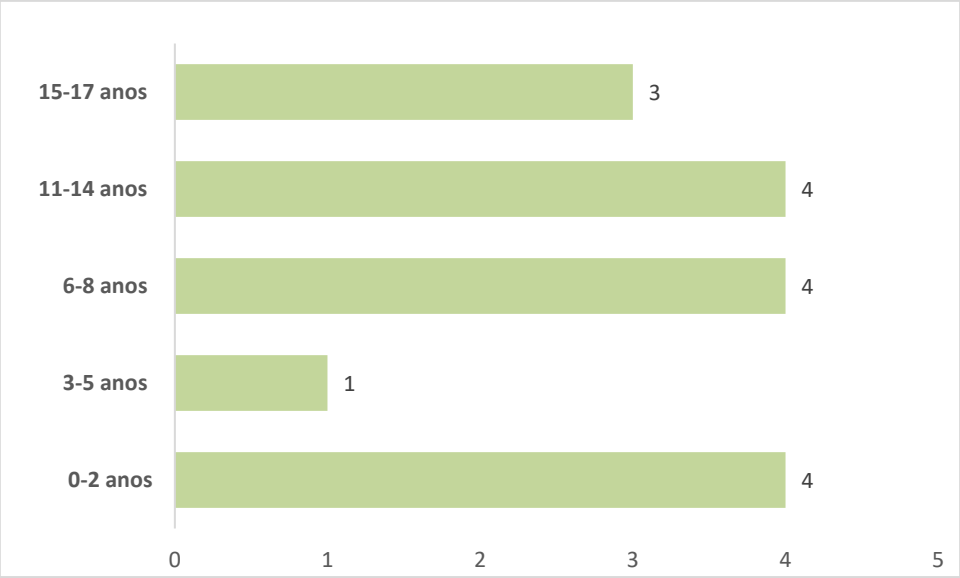
Relativamente à caraterização processual pode-se concluir que em 2020 dos 16 processos que deram entrada em 2020, 4 transitaram do ano 2019, 12 foram processos que foram instaurados no ano de 2020 tendo-se arquivado 12 e mantido ativos 4 processos.



FONTE: Relatório CPCJ, 2020

Gráfico n.º 44 - Processos ativos por problemática sinalizada

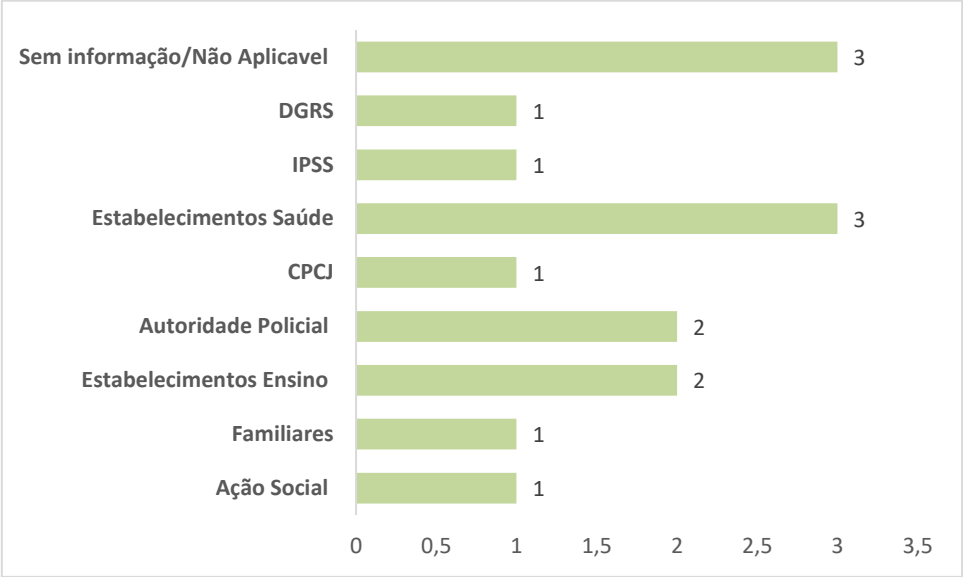
Relativamente aos processos em análise no ano de 2020 e numa análise por problemática sinalizada podemos verificar que o principal motivo para sinalização à CPCJ é a **NEG- Negligência** (3) seguido **ECPCBEDC: Violência Doméstica** (1); **Cuidado junto de terceiros** (2); **CAESP: Criança Abandonada ou Entregue a Si Própria** (2). As restantes problemáticas como: **ECPCBEDC: Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança; Maus Tratos Físicos; CJACABED: Comportamentos antissociais; AS:Aliciamento Sexual e SPDE: Absentismo escolar** registam 1 processo por tipologia. Existem 2 processo em que não foi aplicável caracterização da tipologia da problemática.



FONTE: Relatório CPCJ, 2020

Gráfico n.º 45 - Total crianças/jovens acompanhadas por escalão etário

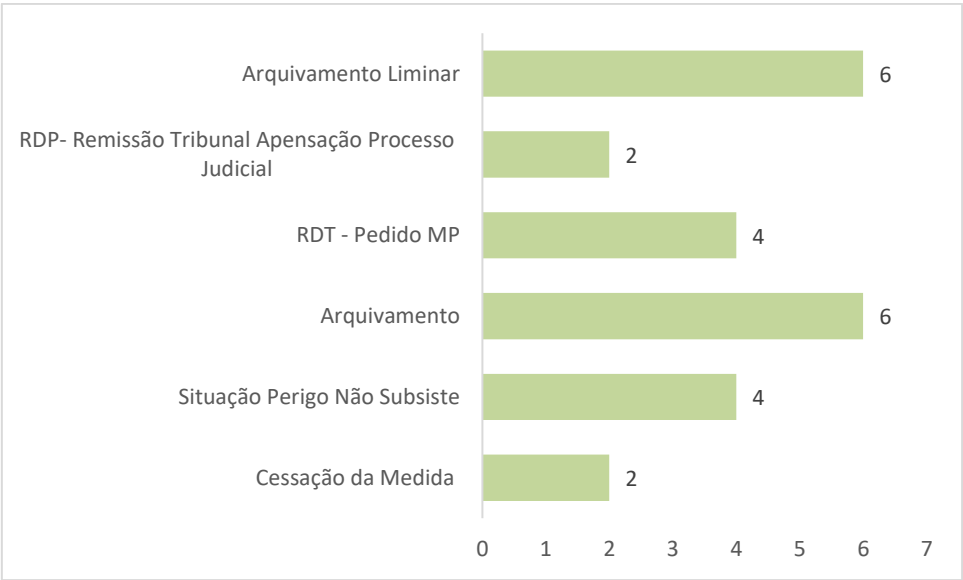
Do total das crianças/jovens acompanhadas, os escalões etários em que se apresentam maior expressividade são os correspondentes 0-2 anos; 6-8 anos e 11-14 anos registando 4 processos seguido do escalão 15-17 anos com 3 processos e o escalão 3-5 anos com 1 processo.



FONTE: Relatório CPCJ, 2020

Gráfico n.º 46- Entidades Sinalizadoras

Do total dos processos sinalizados, a maioria foram sinalizados pelo Estabelecimentos de Saúde seguido da Autoridade Policial e do Estabelecimento de Ensino sendo que aos restantes processos foram sinalizados por outras entidades da primeira linha como Ação Social/IPSS, CPCJ, DGRS e Familiares.



FONTE: Relatório CPCJ, 2020

Gráfico n.º 47 - Processo Arquivados por motivo

No ano de 2020 foram arquivados 12 processos em que 6 foram-no liminarmente por motivos de Remissão para Tribunal e 6 foram arquivados pela situação de perigo já não subsistir (4) ou por a medida ter cessado (2).

4. Mecanismos de Resposta Integrada

4.1. Atividades Animação e Apoio à Família

O Município de Pampilhosa da Serra assegura no âmbito da lei que o habilita o apoio à componente letiva do pré-escolar público vidando satisfazer as necessidades dos Pais/Encarregados de Educação em função dos "*seus condicionalismos socioprofissionais*" contemplando serviço de almoço prestado no Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra e de prolongamento de Horário/Atividades de Animação prestado pela Ludoteca Municipal pampilho e noutros espaços municipais.

No período letivo funcionam nas instalações do Agrupamento de Escolas sendo que no período não letivo funciona nas instalações da Ludoteca Pampilho nomeadamente no horário das 15h30 às 19.30.

4.2. Atividades Extra Curriculares

O Município de Pampilhosa da Serra é a Entidade Promotora das Atividades de Enriquecimento no 1º Ciclo do Ensino Básico, em parceria com o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra.

As atividades implementadas no Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra (EB1 de Pampilhosa da Serra e EB1 de Dornelas do Zêzere) são: Atividades Lúdico-Expressivas; Ensino de Inglês e Atividade Física e Desportiva.

4.3. Rede Nacional de Cuidados Continuados

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) foi criada em 2006 e resulta de uma parceria entre os Ministérios do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS).

São objetivos da RNCCI a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou na necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

Os Cuidados Continuados Integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra, com vista à sua reintegração sociofamiliar.

Os Princípios base da RNCCI:

- Prestação individualizada e humanizada de cuidados;
- Garantia de articulação e continuidade dos cuidados entre os diferentes serviços, setores e níveis de atuação;
- Equidade no acesso e mobilidade entre tipologias e equipas da RNCCI;
- Proximidade da prestação dos cuidados, através da potenciação de serviços integrados na comunidade;
- Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade na prestação dos cuidados; Avaliação integral das necessidades da pessoa em situação de dependência e definição periódica de objetivos de funcionalidade e autonomia;
- Promoção, recuperação contínua ou manutenção da funcionalidade e da autonomia;
- Participação do utente e seus familiares ou representante legal, na elaboração do plano individual de intervenção e coresponsabilização na prestação de cuidados;
- Eficiência e qualidade na prestação dos cuidados.

Em Pampilhosa da Serra existe uma Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração com capacidade para 35 camas, encontrando-se, em janeiro de 2021 com uma taxa de frequência de 94,2%.

Quadro n.º 104 - Caracterização dos Recursos Humanos, capacidade e ocupação, contacto.

Recursos Humanos	N.º	capacidade	Ocupação	Contactos
Diretora Técnica	1	35	33	235 598 041
Escriturário	1			
Fisioterapeuta	1			
Terapeuta Ocupacional	1			
Enfermeiros	7			
Técnico Serviços Gerais	9			
Auxiliar Ação Médica	7			
Total	27			

FONTE: SCMPS, 2021

Quanto aos Recursos Humanos encontravam-se afetos à Unidade de Cuidados Continuados 27 funcionários sendo que a Instituição possui ainda uma avença com um Médico de Clínica Geral que três vezes por semana presta serviço aos utentes da Unidade e da ERPI.

5. Outras Respostas na Comunidade

5.1. Pontos +

Integram um Projeto de Aproximar a população do Concelho à Câmara Municipal que visa aumentar a qualidade de vida de todos os habitantes do Concelho de Pampilhosa da Serra prestando um serviço de proximidade junto dos habitantes das várias aldeias de cada freguesia do Concelho.

Com a criação dos 10 Ponto+ no Concelho foi possível criar um serviço de proximidade para os cidadãos com um atendimento preferencial para resolver os seus assuntos, nomeadamente:

- Apoio no preenchimento do IRS;
- Acesso direto a Editais e Avisos;
- Acesso a plataformas online;
- Ajuda no preenchimento de requerimentos diversos;
- Serviço de fotocópia de documentos;

- Ajuda na relação com diversos fornecedores de serviços, nomeadamente telecomunicações e energia elétrica;
- Internet grátis;
- Serviços dos CTT;
- Ligação com o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra;
- Apoio às Juntas de Freguesia;
- Apoio às coletividades locais;
- Ponto de ligação com diversas entidades públicas, nomeadamente, Segurança Social, IMT, DGCI, Centro de Saúde, etc;
- Execução diversos serviços administrativos de carácter geral não específicos de outros serviços;

Quadro n.º 105- Listagem Pontos +, horário de funcionamento, morada e contactos

Ponto +	Morada	Horário De 2.ª a 6.ª	Contacto	E-mail
Cabril	Edifício da Junta de Freguesia Rua Central – Cabril 3320-011 Cabril	09:00-13:00 14:00-17:00	Telefone/ fax: 235512193	cabril@cm-pampilhosadaserra.pt
Dornelas do Zêzere	Avenida Marginal Engº Horácio de Moura 3320-053 Dornelas do Zêzere	09:00-13:00 14:00-17:30	Telefone/fax: 275647014	dornelasdozezere@cm-pampilhosadaserra.pt
Fajão	Edifício Fajão-Cultura 3320-080 Fajão	09:00-12:30 14:00-17:30	Telefone/fax: 235751127	fajao@cm-pampilhosadaserra.pt
Janeiro de Baixo	Rua das Escolas Janeiro de Baixo 3320-105 Janeiro de Baixo	09:00-12:30 13:30-17:00	Telefone/fax: 235512191	janeirodebaixo@cmpampilhosadaserra.pt
Machio	Largo do Cemitério Machio de Cima 3320-132 Machio	09:00-12:30 13:30-17:00	Telefone/fax: 235556123	machio@cm-pampilhosadaserra.pt
Pampilhosa da Serra	Edifício da Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra 3320-229 Pamp. da Serra	09:00-12:30 14:00-17:30	Telf: 235594304 Tlm: 932497077 Fax: 235594344	pampilhosadaserra@cm-pampilhosadaserra.pt
Pessegueiro	Largo Júlio Gonçalves, Nº 5 Pessegueiro de Baixo 3320-310 Pessegueiro	09:00-12:30 13:30-17:00	Telefone/fax: 235556028	pessegueiro@cm-pampilhosadaserra.pt
Portela do Fojo	Rua do Comércio 3320-331 Portela do Fojo	09:00-12:30 13:30-17:00	Telefone: 235566018	porteladofojo@cm-pampilhosadaserra.pt
Unhais-o-Velho	Largo José Augusto Veiga Nunes de Almeida 3320-368 Unhais-o-Velho	08:00-12:00 14:00-17:00	Telefone/fax: 235512192	unhaisovelho@cm-pampilhosadaserra.pt
Vidual	Av. Dom João VI, n.º 10 Vidual de Cima 3320-393 Vidual	09:00-12:30 14:00-17:30	Telf: 235512190 Fax: 235512148	vidual@cm-pampilhosadaserra.pt

Fonte: CM Pampilhosa da Serra / Pontos +

5.2. Clínica de Fisioterapia

A clínica devidamente equipada dispõe de uma equipa altamente qualificada composta por um médico fisiatra e dois fisioterapeutas. Este equipamento assume-se como uma vais valia ao dispor dos nossos utentes, bem como de toda a população.

Entre outros dispõe de consultas de fisiatria e tratamentos de fisioterapia, recorrendo a equipamentos e técnicas de eletroterapia, mecanoterapia, cinesioterapia, cinesioterapia respiratória, ventiloterapia, massoterapia, treinos terapêuticos e termoterapia.
Dispõe de convenções com o SNS - Serviço Nacional de Saúde e acordos com seguradoras.

Quadro n.º 106 - Caracterização dos Recursos Humanos, serviço e contacto.

Recursos Humanos	N.º	Serviços	Contactos
Fisioterapeutas	2	Consultas de fisiatria Tratamentos de fisioterapia	235 598 040
Auxiliar Fisioterapeuta	1		
Rececionista	1		
Total	20		

FONTE: SCMPS, 2021

5.3. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra

Regida pelo estatuto jurídico das Associações Humanitárias (Lei n.º 32/2007 de 13 de Agosto), a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de pampilhosa da Serra possui uma frota de veículos e um Corpo de Bombeiros criado e mantido pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, constitui uma unidade operacional tipo CB1, tecnicamente organizada, preparada e equipada para socorrer feridos e doentes e proteger por qualquer outra forma, a vida e bens dos habitantes do concelho de Pampilhosa da Serra.

O Corpo de Bombeiros tem por missão:

- A prevenção e o combate a incêndios;

- O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes;
- O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;
- A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- O exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;
- A participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras;
- A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e legislação aplicável

Quadro n.º 107- Caracterização dos Recursos Humanos e contacto.

Recursos Humanos	N.º	Contactos
Comando	4	235 594 322
Oficial Bombeiro	2	
Chefe/Subchefe	10	
Bombeiro de 1.ª	14	
Bombeiro de 2.ª	20	
Bombeiro de 3.ª	28	
Estagiário	1	
Total	79	

FONTE: ABVPS, 2021

Ao nível de Recursos Humanos, a Associação conta com 79 Bombeiros.

Quadro n.º 108 - Caracterização da frota de viaturas, por tipologia.

Viaturas	N.º
Operacionais especificas	5
Ambulâncias Transporte de Doentes	5
Ambulância de Socorro	10
Ambulância de Transporte Múltiplo	6
Veiculo combate a incêndios	8
Veículo comando	4
Veículo Transporte pessoal tático	2
Outros	6
Total	46

FONTE: ABVPS, 2021

Ao nível da frota, a Associação conta com 46 viaturas de diferentes tipologias sendo a sua maioria, ambulâncias de socorro.

5.4. Guarda Nacional Republicana

A Guarda Nacional Republicana (GNR) é uma força de segurança de natureza militar de Portugal, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial. Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, caracterizando-se como uma Força Militar de Segurança Pública.

O Posto Territorial de Pampilhosa da Serra reponde ao comando territorial da Lousã responsável pelo cumprimento da missão da Guarda na área de responsabilidade que lhe for atribuída, na dependência direta do Comandante-Geral.

Quadro n.º 109 - Caracterização dos Recursos Humanos, por sexo, grupo etário

Posto	Escalão Etário				
	18-29	30-39	40 a 49	50 a 59	Total
1.º Sargento	-	1			1
Cabo	-	-	1	2	3
Guarda Principal	-	1			1
Guarda	9*	3		1	13
Total	**9**	**5**	**1**	**3**	**18**

FONTE: GNR, março de 2021

*1 militar sexo feminino

Da análise do quadro em cima verificamos que o Posto territorial de Pampilhosa da Serra possui 18 efetivos, na sua maioria, são Guardas, e com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos de idade.

Quadro n.º 110- Distribuição criminalidade, por tipo de crime e freguesia

	Criminalidade por Freguesia								
	Cabril	D. Zêzere	Fajão-Vidual	Janeiro Baixo	Pamp. Serra	Pesseguiro	Portela Fojo	Unhais-o-Velho	Outros
Crimes Pessoas	5			2	11		2		
Crimes Património	3	2	1	2	18	1	2		
Crimes Vida em Socied.		1			1				
Crimes Estado					1				
Crimes Avulsa								1	2
Total	8	3	1	4	31	1	4	1	2

FONTE: GNR, março de 2021

Em relação à distribuição do tipo de crimes por freguesia, a freguesia com maior número de registos é a freguesia de Pampilhosa da Serra (31) seguida do Cabril (8) sendo os crimes com maior número de frequência são os contra pessoas e contra o património.

Quadro n.º 111- Distribuição criminalidade, por autor, sexo e idade

Crime			Escalão Etário			Total
	Feminino	Masculino	- 16	16-24	25+	
Crimes Pessoas	5	14		1	18	19
Crimes Património	5	17		3	19	22
Crimes Vida em Sociedade	2	1			2	2
Crimes Estado	--	1			1	1
Crimes Avulsa		3			3	3
Total	12	36	0	4	43	47

FONTE: GNR, março de 2021

Em relação à caracterização dos autores, a maioria é do sexo masculino e encontra-se na faixa etária acima dos 25 anos.

CAPITULO IV

Síntese Diagnóstica

5- Síntese Diagnóstica

A síntese diagnóstica pretende elencar os principais pontos fracos (problemas) identificados no Diagnóstico Social considerando a metodologia proposta e descrita neste documento (Capitulo II) numa lógica circular onde para cada problema referido é identificado um ponto forte, as oportunidades e uma ameaça.

Partindo de uma análise SWOT, onde o S são os pontos positivos (forças); o W- os pontos negativos (fraquezas), correspondendo a fatores internos, ou seja, controláveis. Por outro lado, temos os fatores externos, não controláveis pela "organização", "serviço", "território", mas que influenciam, que é o caso das oportunidades a que corresponde o –O- e das Ameaças -T-.

Fig.º18 - Grelha Análise SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
1 – Projetos E equipamentos sociais existentes. 2 – Investimento municipal. 3 – Forte rede de parcerias existentes 4 – Políticas municipais de apoio ao emprego/ocupação. 5 – Aposta na comunicação e imagem na promoção do Concelho. 5 – Projetos/Programas com intervenção local. 6 – Existência de um equipamento móvel. 8- Projetos e programas desenvolvidos pelo Município 9- Infraestruturas/ equipamentos e programas de interesse. 11 – Serviços de Emprego/Coletividades locais e medidas de emprego locais. 12 – Existência de edifícios devolutos 13- Existência de medidas de apoio social/ relação de parceria com IPSS	1- Envelhecimento demográfico 1- Rede de transportes públicos pouco abrangentes. 2- Elevados gastos com a saúde 3- Falta de iniciativa privada a nível económico e emprego. 4- Visão negativa do Concelho. 5- Défice de competências sociais e pessoais. 6- Desvalorização dos cuidados de saúde preventivos. 7- Isolamento social agravado pela pandemia. 8- Falta de serviços especializados na área educação. 9- Dificuldade em projetar no território emprego futuro. 10.Problemas ao nível do parque habitacional. 11. N.º de pessoas com vulnerabilidades sociais.
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Programas comunitários de apoio / Programa 2030 Perceção da boa situação financeira do Município. Tendência de Valorização do interior/ Comunidades Rurais. Regresso ao Concelho de população. Programas Nacionais e Comunitários de Apoio. PRR 1.ºDireito e Estratégia Local de Habitação Medidas empreendedorismo	1-- Envelhecimento generalizado da população a nível nacional. 2– Inexistência de políticas de discriminação positiva. 3– Corte dos apoios económicos pela ARS/Ministério da Saúde no apoio ao transporte 4– Crise Pandémica 5– Interioridade/Ausência de investimento 6– Ausência de financiamento /Recursos Humanos especializados 7– Interioridade/Ausência de investimento /Ausência politicas de Saúde mental 8 – Políticas educativas 9– Conjuntura socioeconómica do País. 10– Falta de financiamento 11-Políticas sociais Nacionais

6. Análise SWOT

Apresentamos as análises SWOT desenvolvidas através da METODOLOGIA PARTICIPATIVA junto de diversos profissionais/agentes locais como informação complementar ao Diagnóstico Social e preparatória do documento de planeamento da intervenção – Plano Desenvolvimento Social.

6.1- ANÁLISE SWOT- AÇÃO SOCIAL

FORÇAS	FRAQUEZAS
1- Proximidade e facilidade de articulação entre serviços/técnicos 1- Sensibilidade da Autarquia para os problemas da comunidade 2- Consultas comunitárias de Psiquiatria 2- Apoio psicológico disponibilizado (Centro Saúde e Autarquia) 3- Parcerias/Rede Social (cedência de recursos) 3- Resposta por parte das IPSS	1- Dificuldade de acesso a ajudas técnicas devido ao processo moroso e burocrático. 2 - N.º elevado de pessoas com manifestações de desgaste emocional e doença mental 3-N.º considerável de pessoas com deficiência diagnosticada e não diagnosticada no Concelho
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
1- Projetos comunitários 2- Politica Nacional sensível à problemática e Projetos comunitários 3- ARCIL/Projetos comunitários	1-Procedimento burocráticos/falta de financiamento 2 – N.º profissionais na área insuficiente para um apoio mais efeito/continuado 3 – Alteração Política Nacional

6.2 -ANÁLISE SWOT- INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

FORÇAS	FRAQUEZAS
1. Rede Social (fórum)- Pareceres 2. Boa articulação com IEFP/GIP/CLDS 3. Riqueza do território 4. Vontade das IPPS locais em encontrar soluções compensatórias para os funcionários. 5. Vontade das IPSS locais em encontrar soluções que permitam maior conciliação e que sejam de acordo com as necessidades. 6. Articulação com o Centro de Saúde/Medidas internas das IPSS 7. Flexibilidade das IPSS em organizar horários/Plano Local para a Igualdade 8. Sentido de Missão das IPSS 9. Apoio de entidades locais da Parceria 10. Masterclass ou encontros de Partilha entre Técnicos	1- Edifícios onde funcionam as respostas sociais com necessidade de requalificação/adaptação 2- Falta de competências/perfil para o trabalho social 3- Desejo de sair do Concelho por parte das camadas mais jovens 4- Baixa remuneração dos profissionais de cuidado/ajuda 5- Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e profissional 6- Elevado número de baixas médicas por parte dos funcionários que trabalham nas Instituições 7- Dificuldade conciliar horários dos turnos com horários de transporte 8- Dificuldade de prestar serviços no âmbito do SAD devido às características do território /clima 9- Custo real por utente elevado (Inexistência de discriminação positiva nos acordos no âmbito das respostas sociais com elevados gastos e desgaste rápido da frota automóvel das Instituições e aumento dos gastos com RH) 10- Desgaste emocional das equipas técnicas
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
1. Projetos nacionais e comunitários 2. Políticas Nacionais no âmbito da qualificação de adultos 3. Projetos de apoio ao empreendedorismo e contratação 4. Projetos Nacionais e Comunitários 5. Política Igualdade de género – Plano inter concelhio 6. CIM/Intervenção consertada a nível da Região 7. Políticas de apoio às Entidades com execução de Planos de Igualdade/Conciliação vida familiar e profissional 8. PRR - Apoio na requalificação de vias rodoviárias 9. PPR/Projetos Nacionais dinamizados por instituições bancárias ou outras. 10. CIM/ Projetos de âmbito Regional	1-Ausência de financiamento 2 – Alteração nas Políticas Nacionais no âmbito da qualificação de adultos 3 – Alteração de Políticas Nacionais 4- Políticas Sociais 5- Alteração nas Políticas Nacionais 6- Ordem dos Médicos 7- Políticas Nacionais de planeamento e não de execução 8-Ausência de estratégia nacional a esse nível. 9- Acordos de Cooperação generalizados sem discriminação positiva 10 – Desinvestimento na área da Saúde Mental

6.3- ANÁLISE SWOT -EDUCAÇÃO

FORÇAS	FRAQUEZAS
1- Politicas locais de apoio à Natalidade 1- Políticas de Apoio na fixação de pessoas (jovens) 2- Disponibilidade do GAAF e Escola TEIP para dinamização de sessões parentais de acordo com as necessidades apresentadas. 2- Preocupação do Município em aderir a projetos que fomentem esta área. 3- Articulação Intrainstituições que permitem o acesso a outras experiências educativas formais e não formais. 3- Projetos comunitários a decorrerem no Concelho e exemplos de empreendedorismo. 4- Problema identificado pelas Instituições locais. 5- Existência de dinâmicas socioculturais promovidas por Instituições locais que promovem conexão social. 6- O potencial (recursos internos) existentes no Território 7- Turmas reduzidas/Boas condições das instalações e dos equipamentos; 7- Disponibilização de Recursos Humanos especializados na área educativa por parte dos Município 8 - Disponibilidade das Instituições locais em realizar intercâmbios intermunicipais de alunos (Oleiros, Arganil, Pedrogão Grande)	1- Reduzido número de crianças em idade escolar. 2- Falta envolvimento parental nas atividades educativas. 3- Baixa expectativas educativas dos alunos e dificuldade por parte dos alunos em encarar a educação/ensino como ferramenta /mais valia para o futuro. 4- Falta de serviços especializados de apoio (terapia da fala, outros…) na Escola e Comunidade que abrangem todas as necessidades. 5- Falta de identidade relativamente ao território por parte dos alunos (social) 6- Dificuldade em projetar no território oportunidades de emprego no futuro. 7- Quadros de Corpo docente instável – grande parte dos professores encontram-se em mobilidade por doença 8- Reduzidas ofertas educativas disponibilizadas
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
1- Politicas Nacionais de deslocação pessoas do Litoral para a Interior. 2- Politicas nacionais ao nível da Parentalidade/Projetos vencedores nesta área. 3- Programas Nacionais 4- Programas Nacionais 5- CIM/Programas Nacionais 6- Programas de apoio ao turismo, floresta…. 7- DGESTE – Serviço de proximidade 8- DGESTE – Serviço de proximidade	1- Baixa Taxa de natalidade a nível Nacional /Fracas políticas nacionais de Natalidade 2- Falta de políticas de conciliação da vida familiar e vida profissional. 3- Política Educativa 4- Políticas Nacionais de reduzido apoio ao Interior (difíceis acessibilidades) 5- Agenda politica Nacional 6- Politicas para o Interior 7- Política Nacional de Concurso de Professores 8- Politica Educativa

6.4-ANÁLISE SWOT – COMISSÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

FORÇAS	FRAQUEZAS
1- Rede Interinstitucional 1- IEFP/GIP 2- Riqueza do território 3- Parcerias (desenvolvimento de programas de mentoria e de experiências práticas) 4- Projetos 5- Plano Municipal para Igualdade 6- Associativismo local	1- Negligência agravada pela baixa escolaridade dos pais (negligência inconsciente) 2- Baixa autoestima e falta de expectativas face ao estudo/futuro 3- Fraco investimento no futuro por parte dos jovens ao nível competências (soft skills) 4- Falta de envolvimento e desresponsabilização parental ao nível da educação dos filhos de uma forma global. 5- Desigualdade de género 6- Falta de participação cívica da população
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
1- Projetos de âmbito nacional (SNIPI; EPIS, etc) ; Centros Qualifica; 2- Projetos regionais de âmbito educativo /CIM 3- CIM/Candidaturas de âmbito educativo 4- Programas Parentalidade /terapeutas 5- CIG /Plano Intermunicipal para a Igualdade 6- Políticas regionais 6. Plano de Recuperação e Resiliência	1- Mudança da Política Nacional 2- Fracas políticas nacionais de conciliação da vida profissional e familiar 3- Politicas nacionais 4- Políticas de trabalho /Conciliação vida profissional e familiar 5- Campanhas de divulgação na área 6- Falta financiamento

6.5- ANÁLISE SWOT – PONTOS +

FORÇAS	FRAQUEZAS
1- Pontos + - serviços de proximidade 1- SAD das Instituições local. 1- Projetos comunitários 2 – Casas de Convívio 2- Igreja e suas dinâmicas 3- Bombeiros Voluntários 3 Pontos + 3 Associação de utentes de Pampilhosa da Serra 4- Parceiros (divulgar em espaços públicos) 5- Pontos + e Parcerias	1-Dificuldade de contacto com rede pessoal e social agravados pelas avarias ao nível das comunicações e ausência de internet e rede telemóvel 2 - Isolamento social agravado pela Pandemia aumentando a necessidade de conversar por parte dos idosos 3 - Ausências de consultas por dificuldade de agendamento limitando a visualização de exames e marcação de análises e outros documentos clínicos. 4-Diversidade de horários entre tempo letivo e não letivo que cria desinformação nas pessoas mais idosas. 5-Limitações ao nível mobilidade pela não abrangência do transporte flexível a todas as localidades.
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
1- Candidaturas ao nível Nacional e Regional que privilegiem esta faixa etária/CIM 1- Fundação Vodafone 2- Candidaturas ao nível Nacional e Regional que privilegiem esta faixa etária/CIM 3- CIM- Projetos no âmbito da saúde 4- CIM/Projetos Comunitários 5- CIM- Projeto mobilidade 6- CIM – Projetos de mobilidade	1- COVID-19 ; Interesses económicos das operadoras 2- Falta de financiamento /políticas para Terceira Idade 3- Política Saúde Nacional /Cultura da má vontade 4- Politicas do Interior 5- Falta de financiamento 6- Falta financiamento

6.6- ANÁLISE SWOT – PROJETOS COMUNITÁRIOS

FORÇAS	FRAQUEZAS
1- Existência de Pontos + de proximidade 2- Parcerias e seus instrumentos (CCN; Jornas Serras, CTT, Líderes políticos locais) 2- Pessoas de referência nas localidades; 3 - Projetos comunitários /Observatório Social 4 – Parcerias e seus serviços (SAD, Projetos; Ação Social e Psicologia) 5- Existência de Pontos + com serviço de proximidade 6– Fórum da Rede Social 7- Espaços nas localidades com internet	1- Dificuldade na intervenção comunitária- Dispersão geográfica. 2- Fraca adesão e compromisso dos destinatários dos projetos às atividades. 3 - Fraca rede de contactos pessoais e sociais. 4- Isolamento E solidão social. 5- Dificuldade em criar relação com os destinatários pela ausência de regularidade das atividades e desconfiança inicial 6- Falta de compromisso por parte das Parcerias. 7 - Fraca cobertura de rede móvel e de internet
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
1- CIM – Transporte a pedido 2- Projetos semelhantes a decorrer a nível Distrital 3 – CIM – Política de Intervenção na 3.ª Idade regionais 4– Projetos comunitários 5- Projetos com intervenção segmentada	1- Não existência de Politicas nacionais especiais para o Interior. 2- Pandemia COVID-19 3- Falta de financiamento no âmbito nacional 4- Desvalorização do problema da Saúde Mental/Baixa literacia 5- Pandemia COVID-19

CAPITULO V

Plano de Desenvolvimento Social
Plano de Intervenção

O PDS representa o planeamento estratégico a partir do qual serão definidos os Planos de Ação cuja dimensão operacional será concretizada através de ações, atividades, sua calendarização e definição de responsáveis.

Foram definidas EIXOS DE INTERVENÇÃO representativos das áreas de intervenção do Plano de Desenvolvimento Social que incluem os problemas identificados e que se pretende resolver e que resultam em PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO que serão aprofundados ao nível de descrição, objetivos gerais e específicos, indicadores de avaliação apresentados através da já referida MEL.

O documento encontra-se em suporte de papel anexo ao Diagnóstico Social Integrado.

INDICE QUADROS

Índice de Quadros

Quadro nº1 – Eixos, Objetivos Estratégicos, Medidas, Áreas Geográficas e Programa de Enquadramento/Fontes de Financiamento…… 71
Quadro nº2 – Distâncias entre Pampilhosa da Serra e Sedes de Concelhos Limítrofes, Coimbra e Castelo Branco…… 94
Quadro nº3 – Superfície Agrícola Útil no concelho de Pampilhosa da Serra (SAU) em 2019……. 99
Quadro nº4 – Distribuição da população por grandes grupos etários – 2001-2011…… 104
Quadro nº5 – População com 70 ou + anos em 2001, 2011 e 2019 em Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra…… 104
Quadro nº6 – Total população 2001-2011 (estimativa) – 2021 (preliminares) em Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra – Variação 2011-2021…… 106
Quadro nº7 – Distribuição da População por freguesias e variação 2001, 2011 e 2021 (preliminares)…… 106
Quadro nº8 – Densidade populacional, Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra – 2001, 2011 e 2021…… 107
Quadro nº9 – População portadora de deficiência por tipo, Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra – 2011, Portugal…… 107
Quadro nº10 – Evolução dos índices de dependência, Envelhecimento – Pampilhosa da Serra e Região Coimbra…… 108
Quadro nº11 – Índice de Longevidade – Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra… 109
Quadro nº12 – Índice Sustentabilidade – Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra. 110
Quadro nº13 – Índice Sustentabilidade – poe sexo em Portugal, Pampilhosa da Serra e freguesias – Censos 2011…… 110
Quadro nº14 – Evolução das Taxas de Natalidade e Mortalidade 2001, 2011 e 2019 – Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra…… 111
Quadro nº15 – Evolução do Saldos Natural, Total e Migratório 2001,2011 e 2019 – Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra…… 111
Quadro nº16 – Nº de nascimentos de 2010 a 2020…… 111
Quadro nº17 – Nº famílias sem filhos e com filhos por nº de filhos, 2011…… 112

Quadro nº18 – Alojamentos Familiares Clássicos, Não Clássicos e Coletivos em Portugal, Região de Coimbra e Pampilhosa da Serra – 2001-2011…….. 112
Quadro nº19 – Alojamentos Familiares Clássicos, por forma de ocupação em Pampilhosa da Serra…….. 113
Quadro nº20 – Famílias Clássicas segundo a Dimensão, 2001-2011…… 113
Quadro nº21 – Famílias Clássicas segundo o Tipo de Família em Pampilhosa da Serra, 2011….. 114
Quadro nº22 – Famílias Clássicas Unipessoais, Total e com 65+, 2011…….. 114
Quadro nº23 – População residente por migrações em Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra, 2001-2011…… 115
Quadro nº24 – População Residente de Nacionalidade Estrangeira…… 115
Quadro nº25 – Certificados emitidos pelo Município a cidadãos estrangeiros (2018,2019 e 2020)…….. 115
Quadro nº26 – Projeção Exponencial da População de 2021 para 2031, homens e mulheres…. 117
Quadro nº27 – População Residente Inativa em Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra, em 2011…… 118
Quadro nº28 – Distribuição da população por setores de atividade em Portugal, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra (em %)-2011…….. 118
Quadro nº29 – Índice Poder de compra, Região Centro, Região Coimbra e Pampilhosa da Serra-2002, 2011 e 2017…….. 119
Quadro nº30 – Índice Poder de compra, nos Concelhos da Região de Coimbra 2002 e 2011….. 120
Quadro nº31 – Taxa de desemprego segundo os Censos em Portugal, Região Centro e Pampilhosa da Serra 2001-2011…… 121
Quadro nº32 – Evolução dos Desempregados inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional (média anual), Total por ano 2011, 2018, 2019 e 2020…… 121
Quadro nº33 – Desempregados Inscritos nos Centro de Emprego e Formação Profissional (média anual), Total e Por Grupo Etário, Região Centro e Pampilhosa da Serra – 2020…….. 121
Quadro nº34 – Desemprego Registado no Concelho de Pampilhosa segundo Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego – março 2020 e 2021…… 122
Quadro nº35 – Total de pensionistas por tipo de pensão, regime não contributivo – 2020…… 125
Quadro nº36 – Valor médio anual no Regime Contributivo – 2020…….. 125

Quadro nº37 – Total de Beneficiários CSI, por sexo, valor Médio anual e Valor médio mensal, 2020…… 129
Quadro nº38 – Total de Pedidos de Apoio por freguesia e tipologia…… 134
Quadro nº39 – Analfabetismo e taxa de analfabetismo, Portugal, região Coimbra e Pampilhosa a Serra…….. 138
Quadro nº40 – Níveis de Instrução da População Residente, por Freguesia…….. 138
Quadro nº41 – Evolução do número de Alunos matriculados nos últimos 5 anos letivos, 2000/2001 e 2010/2011…….. 139
Quadro nº42 – Nº de crianças referenciadas e acompanhadas pelo SNIPI – 2019 e 2020…… 144
Quadro nº43 – Nº de crianças referenciadas e acompanhadas pelo SNIPI – 2019 e 2020…… 145
Quadro nº44 – Nº de alunos à entrada de cada ciclo, rastreados e com risco identificado, últimos três anos letivos…….. 147
Quadro nº45 – Nº de alunos do 1º Ciclo em acompanhamento nos últimos três anos letivos…. 148
Quadro nº46 – Nº de alunos do 2º Ciclo em acompanhamento nos últimos três anos letivos…. 148
Quadro nº47 – Nº de alunos do 3º Ciclo em acompanhamento nos últimos três anos letivos…. 148
Quadro nº48 – Nº de alunos do Pré-escolar, rastreios aos 3,4 e 5 anos de idade nos últimos dois anos letivos…….. 149
Quadro nº49 – Utentes inscritos por Concelho do ACES PIN 2021…… 158
Quadro nº50 – Estrutura desagregada do Centro de Saúde Pampilhosa da Serra, horário de funcionamento…… 159
Quadro nº51 – Unidades funcionais do ACES PIN…….. 159
Quadro nº52 – Outras valências do ACES PIN…….. 161
Quadro nº53 – Número total de profissionais, por categoria profissional, do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, 2016…… 161
Quadro nº54 – Farmácias e postos farmacêuticos móveis e outros serviços complementares de Saúde no ano de 2021…… 162
Quadro nº55 – Áreas de patologia (ICPC-2) mais codificadas nas listas de problemas dos utentes do ACES…… 163
Quadro nº56 – Proporção inscritos por Diagnóstico Ativo, Continente, ARS, Centro e Aces Pinhal Interior Norte…….. 163
Quadro nº57 – Número de consultas por ano, primeiras e subsequentes e utentes na Consulta Psiquiatria em Pampilhosa da Serra, 2016 a 2018…….. 166

Quadro nº58 – Número de consultas por ano, primeiras e subsequentes e utentes na Consulta Psicologia em Pampilhosa da Serra, 2020…… 167
Quadro nº59 – Número de consultas por ano, realizadas pelo Serviço de Psicologia da Autarquia…… 167
Quadro nº60 – Número casos COVID-19 por escalão etário no ACES PIN-2020…… 168
Quadro nº61 – Número casos COVID-19 por Concelho no ACES-2020…… 169
Quadro nº62 – Número de Associações por freguesia…… 170
Quadro nº63 – Distribuição dos Equipamentos Sociais e Respostas Sociais, por freguesia e entidade gestora, população-alvo e ano de funcionamento…… 171
Quadro nº64 – Equipamentos Sociais/Edifícios, por ano de construção, remodelação e necessidade atual de obras…… 176
Quadro nº65 – Nº de horas e dias de absentismo registado por motivo, em 2019 e 2020…… 176
Quadro nº66 – Nº horas de formação, frequência e áreas formação em 2019 e 2020…… 177
Quadro nº67 – Volume de despesas realizadas no âmbito da Pandemia Covid-19, 2020/2021. 177
Quadro nº68 – Equipamentos Sociais/Edifícios, por ano de construção, remodelação e necessidade atual de obras…… 181
Quadro nº69 – Nº de horas e dias de absentismo registado por motivo, em 2019 e 2020…… 181
Quadro nº70 – Nº horas de formação, frequência e áreas formação em 2019 e 2020…… 182
Quadro nº71 – Volume de despesas realizadas no âmbito da Pandemia Covid-19, 2020 e 2021…… 182
Quadro nº72 – Equipamentos Sociais/Edifícios, por ano de construção, remodelação e necessidade atual de obras…… 185
Quadro nº73 – Nº de horas e dias de absentismo registado por motivo, em 2019 e 2020…… 186
Quadro nº74 – Nº horas de formação, frequência e áreas formação em 2019 e 2020…… 186
Quadro nº75 – Volume de despesas realizadas no âmbito da Pandemia Covid-19, 2020 e 2021…… 187
Quadro nº76 – Distribuição dos Equipamentos Sociais, segundo a população-alvo por freguesia…… 187
Quadro nº77 – Distribuição das Respostas Sociais, por população-alvo e entidade gestora…… 188
Quadro nº78 – Início de funcionamento das respostas sociais…… 189

Quadro nº79 – Capacidade, frequência, utentes com e sem acordo das respostas sociais segundo a população alvo lista de espera…….. 190
Quadro nº80 – Distribuição respostas sociais para a Infância e Juventude, por freguesia…….. 193
Quadro nº81 – Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social Creche e fontes de financiamento…….. 194
Quadro nº82 – Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social Estabelecimento de Ensino Pré-escolar e fontes de financiamento…….. 195
Quadro nº83 – Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social Centro de Atividades de tempos Livres e fontes de financiamento…….. 197
Quadro nº84 – Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social Centro de Acolhimento Temporário e fontes de financiamento…….. 199
Quadro nº85 – Distribuição respostas sociais para a População Adulta, por freguesia…….. 201
Quadro nº86 – Caracterização da população utente, por grau de dependência Centro de Dia e SAD…….. 202
Quadro nº87 – Caracterização da população utente, por grau de dependência nas ERPI's…… 203
Quadro nº88 – Caracterização da população utente com manifestação de doença neurológica ou mental, com e sem diagnóstico – Centros de Dia e SAD…… 203
Quadro nº89 – Caracterização da população utente, utente com manifestação de doença neurológica ou mental, com e sem diagnóstico – ERPI,s…….. 204
Quadro nº90 – Caracterização da população utente, por grupo etário…… 204
Quadro nº91 – Caracterização dos Recursos Humanos afetos a Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário e fontes de financiamento…… 205
Quadro nº92 – Caracterização da população utente, por grupo etário…… 206
Quadro nº93 – Caracterização dos Recursos Humanos afetos a Resposta Social Serviço Centro de Dia e Centro de Convívio…….. 206
Quadro nº94 – Caracterização da população utente, por grupo etário…… 207
Quadro nº95 – Caracterização dos Recursos Humanos afetos à resposta Social ERPI e fontes de financiamento…….. 207
Quadro nº96 – Número de respostas sociais a criar no futuro no Concelho…….. 208
Quadro nº97 – Número de clientes atendidos por medida em 2017, 2018 e 2019…….. 210
Quadro nº98 – Distribuição dos Beneficiários de Ação Social segundo por grupos etários…… 211
Quadro nº99 – Distribuição dos Beneficiários de Ação Social, segundo o nível de escolaridade. 212

Quadro nº100 – Atividades EIXO 1…….. 224
Quadro nº 101– Atividades EIXO 2…… 225
Quadro nº102 – Atividades EIXO 3…… 226
Quadro nº103 – Número de atendimentos realizados por ano – 2017-2020…….. 234
Quadro nº104 – Caracterização dos Recursos Humanos, capacidade e ocupação, contacto……. 246
Quadro nº105 – Listagem Pontos +, horário de funcionamento, morada e contactos…… 247
Quadro nº106 – Caracterização dos Recursos Humanos, serviço e contacto…….. 248
Quadro nº107 – Caracterização dos Recursos Humanos e contacto…… 249
Quadro nº108 – Caracterização da frota de viaturas, por tipologia…….. 250
Quadro nº109 – Caracterização dos Recursos Humanos, por sexo, grupo etário…… 251
Quadro nº110 – Distribuição criminalidade, por tipo de crime e freguesia…….. 251
Quadro nº111 – Distribuição criminalidade, por autor, sexo e idade…….. 252

INDICE GRÁFICOS/FIGURAS

Figura nº1 – Princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais..... 11
Figura nº2 – Objetivos Desenvolvimento Sustentável..... 15
Figura nº3 – Componentes do PRR e Investimentos associados..... 25
Figura nº4 – Matriz de Alinhamento do PRR com os 6 Pilares da EU..... 28
Figura nº5 – Dimensão Resiliência-Componentes e Reformas..... 32
Figura nº6 – Dimensão Resiliência- Componentes e Reformas..... 47
Figura nº7 – Dimensão Transição Digital – Componentes e Reformas..... 49
Figura nº8 – Enquadramento Territorial..... 90
Figura n.º 9 – Localização do Concelho de Pampilhosa ad Serra na cim_rc..... 92
Figura nº 10 – Mapa da Região..... 95
Figura nº11 – Freguesias do Concelho de Pampilhosa da Serra..... 96
Figura nº12 – Mapa do Centro Cyclin'Portugal..... 101
Figura nº13 – Enquadramento geográfico do Pinhal Interior Norte na Região Centro..... 158
Figura nº14 – Mapa Respostas Sociais do Concelho, ASSDZ, Cáritas e SCMPS, 2021..... 172
Figura nº15 – Mapa Respostas Sociais da ASSDZ, 2021..... 175
Figura nº16 – Mapa Respostas Sociais da Cáritas, 2021..... 180
Figura nº17 – Mapa Respostas Sociais da SCMPS, 2021..... 185
Figura nº18 – Projeto Adélia..... 239
Figura nº19 – Grelha Análise SWOT..... 254

Índice de Gráficos

Gráfico nº1 – Projeção Exponencial da População de 2001 para 2031..... 116
Gráfico nº2 – Projeção Exponencial da População de 2001 para 2031..... 117
Gráfico nº3 – Distribuição da população por setores de atividade (em %)..... 119
Gráfico nº4 – Desemprego Registado no Concelho de Pampilhosa da Serra Por Grupo Etário – março 2020 e 2021..... 122
Gráfico nº5 – Desemprego Registado no Concelho de Pampilhosa da Serra Por Nível de Escolaridade – março 2020 e 2021..... 123
Gráfico nº6 – Desempregados colocados em Medidas Ativas de Emprego em 2019 e 2020..... 123
Gráfico nº7 – Total de pensionistas por tipo de pensão, regime contributivo – 2011 e 2020..... 124
Gráfico nº8 – Valor Médio anual por tipo de pensão, regime contributivo e não contributivo, 2020..... 126

Gráfico nº9 – Total de pensionistas por tipo de pensão, Caixa Geral de Aposentações – 2011 e 2019…… 127
Gráfico nº10 – Total de beneficiários por idade no Concelho de Pampilhosa da Serra em 2019-2020…… 128
Gráfico nº11 – Total de crianças e jovens beneficiárias do Abono de Família por escalão de rendimento, 2020…… 129
Gráfico nº12 – Total de beneficiários a receber subsídio e desemprego por sexo, 2019 e 2020… 130
Gráfico nº13 – Total de beneficiários a receber subsídio de desemprego por escalão etário, 2020…… 131
Gráfico nº14 – Total de beneficiários prestação social para a inclusão, por sexo, 2019-2020 132
Gráfico nº15 – Total de beneficiários prestação social para a inclusão, por escalão etário, 2020. 132
Gráfico nº16 – Evolução do número de alunos matriculados do Agrupamento de Escolas nos últimos quatro anos escolares, por ciclo de escolaridade…… 140
Gráfico nº17 – Número de alunos matriculados nos últimos anos escolares considerando o Pré-Escolar Rede Particular e Rede Pública…… 141
Gráfico nº18 – Número bolsas de estudo atribuídas a alunos do Concelho de Pampilhosa da Serra a frequentar o ensino superior nos últimos 3 anos e 2000/2001 e 2010/2011…… 142
Gráfico nº19 – Distribuição consultas Por Programa, 2016…… 164
Gráfico nº20 – Caracterização da ASSDZ – Total do número de utentes, respostas sociais e recursos humano…… 174
Gráfico nº21 – Caracterização da Cáritas Diocesana de Coimbra – Total do número de utentes, respostas sociais e recursos humanos…… 179
Gráfico nº22 – Caracterização da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra…… 184
Gráfico nº23 – Distribuição equipamentos e respostas sociais por Freguesia…… 188
Gráfico nº 24 – Capacidade, frequência das respostas sociais segundo a população alvo…… 191
Gráfico nº25 – Número de respostas, capacidade, frequência da resposta social Creche…… 193
Gráfico nº26 – Número de respostas, capacidade, frequência da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar…… 195
Gráfico nº27 – Número de respostas, capacidade, frequência da resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres…… 197
Gráfico nº28 – Número de respostas, capacidade, frequência da resposta social Centro de Acolhimento Temporário…… 198

Gráfico nº29 – Distribuição dos agregados e beneficiários por freguesia…….. 212
Gráfico nº30 – Distribuição beneficiários de acordo com área problema…….. 214
Gráfico nº31 – Número de contactos que a pessoa/agregado familiar realiza com os serviços…. 214
Gráfico nº32 – Tipo de serviço prestado no acompanhamento social…….. 215
Gráfico nº33 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas familiares…….. 215
Gráfico nº34 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas sociais…….. 216
Gráfico nº35 – Distribuição beneficiários de acordo com problemas económicos…….. 216
Gráfico nº36 – Distribuição beneficiários de acordo com área problemas habitacionais…… 217
Gráfico nº37 – Distribuição beneficiários de acordo com área problemas de emprego…….. 217
Gráfico nº38 – Distribuição beneficiários de acordo com área problemas de saúde…… 218
Gráfico nº39 – Distribuição beneficiários de acordo com área problemas educação…… 218
Gráfico nº40 – Evolução da ação social escolar nos últimos três anos escolares…….. 219
Gráfico nº41 – Distribuição do Número de Beneficiários POAMPC, 2019 e 2020…… 229
Gráfico nº42 – Nº de refeições distribuídas em 2018,2019 e 2020…… 231
Gráfico nº43 – Caracterização processual-2020…… 241
Gráfico nº44 – Processos ativos por problemática sinalizada…… 241
Gráfico nº45 – Total crianças/jovens acompanhadas por escalão etário…… 242
Gráfico nº46 – Entidades Sinalizadoras…… 243
Gráfico nº47 – Processos Arquivados por motivo…… 243

BIBLIOGRAFIA

Estudos e Artigos:

A. Delgado e K. Wall. "*Famílias nos Censos 2011 Diversidade e Mudança*", Capítulo 4 Transformações familiares recentes: uma perspetiva territorial - Cátia Nunes, Edição conjunta do Instituto Nacional de Estatística e da Imprensa de Ciências Sociais, maio 2014.

C. Joaquim. **"**Proteção Social, terceiro setor e equipamentos sociais: Que modelo para Portugal?", Cadernos do Observatório, CES e Observatório sobre Crises e Alternativas, fevereiro 2015.

Carta Social Dinâmica do Município de Penela: Uma Estratégia de Intervenção Planeada, 2011

Estratégia Portugal 2030- Planeamento e Infraestruturas, Republica Portuguesa.

Recuperar Portugal, construindo o futuro- PRR -Plano de Recuperação e Resiliência, síntese atualizada 15 de fevereiro 2021.

Plano Nacional para a Coesão Territorial, Unidade de Missão para a Valorização do Interior, República Portuguesa

Visão Estratégica para a Região Centro 2030, CCDR, outubro 2020.

Legislação:

Portaria n.º 230/2018 de 17 de agosto, *Diário da República, 1.ª série.* N.º 158 — Ministério do Ambiente. Lisboa.

Portaria 66/2021 de 17 de março, *Diário da República n.º 53/2021*, 1.ª Série. Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Lisboa.

Internet:

Fundação Manuel Francisco: https://www.ffms.pt/

IEFP: www.iefp.pt

Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt

Município Pampilhosa da Serra: http://www.pampilhosadaserra.pt

Segurança Social: www.seg-social.pt

PORDATA: https://www.pordata.pt/

REDE SOCIAL
Pampilhosa da Serra

PAMPILHOSA da SERRA
CENTRO DA NATUREZA